

UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, ARTES E HUMANIDADES

DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA

**UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA
“LUÍS DE CAMÕES”**

**O OLHAR DO IMPÉRIO INGLÊS SOBRE A CIDADE DE LISBOA NOS
GUIAS DE VIAGEM MURRAY, 1850-1890**

Francisca Rijarda Aristóteles Giandini

**Orientadores: Professor Doutor José Maria Amado Mendes
Professora Doutora Marta Macedo**

Número da Candidata: 0020140096

**Dezembro, 2020.
Lisboa.**

Para D. Rita.

Para Giovanni e Artur.

Agradecimentos

Em Janeiro de 2014, após uma análise do cenário brasileiro no ano de Copa do Mundo e de governo da Presidente Dilma Rousseff, percebi que o Brasil passaria por momentos muito desafiadores, porque ousara mexer nas estruturas arcaicas de poder. A luta das classes sociais brasileiras seria acirrada e penderia para o retrocesso político, económico e social. Nesse momento, decidimos alterar a estratégia da nossa história particular: mudar de país. Escolhemos três países prioritários que poderiam nos receber: a Itália, por ser a nossa segunda pátria, França e Inglaterra. Após uma rápida análise dos cenários económicos e políticos destes países percebemos que não seriam as melhores escolhas. Portugal, ao fazermos os comparativos de alguns países europeus devidos na construção de cenários, recorrentemente aparecia em indicadores por nós considerados importantes. E escolhemos Portugal como nosso próximo país de moradia. Com este preâmbulo quero expressar o meu agradecimento e confiança neste país, e nesta cidade, que tão bem nos acolheu.

Agradeço à Universidade Autónoma de Lisboa, por ser partícipe direta e inequívoca desta escolha ao facultar-me o acesso a uma bolsa de estudos e por uma acolhida generosa de seus professores, notadamente Professores Armando Carvalho Homem, Miguel Figueira de Faria, José Amado Mendes. Nos momentos mais desafiadores da investigação, para estes professores eu dirigia um pensamento de agradecimento. À Elsa Nora, por todos os colaboradores da UAL, meu agradecimento.

Aos Arquivos John Murray, JMA, sigla em inglês, nas pessoas de David McClay, até 2016 Diretor do JMA e Helen Symington, Assistente de Coleções Especiais do JMA. À família de John Murray III por ter organizado e facultado aos investigadores tão rico material.

O meu processo de doutoramento não poderia acontecer sem a participação de pessoas generosas. Em Roma, a Congregação das Missionários de Imaculada (PIME), me acolheu durante o período que estive a pesquisar na Universidade de Roma Tor Vergata. À família Giandini, meus agradecimentos especiais.

Ao Professor Onésimo Teotónio Almeida pelas indicações pertinentes. À Doutora Maria Estela Gonçalves, do Departamento de Planeamento da Câmara Municipal de Lisboa. Aos

funcionários da Biblioteca Nacional de Lisboa e do Arquivo da Torre do Tombo, meu muito obrigada.

Às amigas Dra. Ticiane Gadelha, pela escuta dos desafios e Dra. Joana Angélica, pelas primeiras sistematizações da tese. Ao Dr. Eduardo de Alencar Arraes, pela paciência das correções em português e inglês. Às Embaixadoras do Clube Mulheres de Negócios de Portugal por terem percebido os meus momentos de absoluta ausência.

Do Brasil, meus agradecimentos especiais aos professores Frederico de Castro Neves, Maurício Vieira, Silvana Batista, Renata Dantas Mercadante.

A generosidade acadêmica do Professor Doutor José Amado Mendes foi sempre para mim, neste período de convivência, um elevado farol. Sou grata por ter tido como orientador o Professor Amado Mendes.

À professora Doutora Marta Macedo, foi quem me fez brilhar os olhos para este tema como algo relevante. O rigor acadêmico de pesquisadora fez-me refletir sobre o objeto e fonte da minha tese sob novas perspectivas que levaram-me a um mergulhar mais crítico sobre os “*Murray’s Guidebooks*”. Obrigada!

Aos meus afetos mais caros: D. Rita, minha mãe, por continuar a ser meu maior exemplo de lucidez. Giovanni, meu Amor, pelo suporte absoluto à concretização dos nossos sonhos. Nos momentos dos maiores desafios eu sei que posso contar com sua presença e ação. Artur, filho querido, é um privilégio ser sua mãe, neste tempo.

Resumo

Em 1836 a editora John Murray publica o primeiro *Handbook for Traveller on the Continent* antecipando-se, em um ano, a ascensão da Rainha Vitória ao trono inglês. Assume-se, a partir de então, como organizador e condutor das narrativas comparativistas de progresso, do desenvolvimento e da modernidade, do império, por meio do inglês que viaja. Estabelece a série guionista que desenvolverá narrativas imperiais para os espaços urbanos em quase todos os continentes, exceto América do Sul. Nossa investigação apresenta uma análise do início do turismo organizado e serial tendo por objeto, e fontes privilegiadas, as publicações do *Handbook for Travellers in Portugal. Section. Lisbon*, entre 1855 e 1887. A série, em cinco edições, representa o olhar expressivo de poder “brando”, cultural e ideológico, do império britânico sobre a cidade de Lisboa, ao estabelecer o que é digno para o viajante inglês. A pesquisa contribui, de maneira pioneira em língua portuguesa, para o reconhecimento de personagens importantes para a história do turismo e para análise crítica do guia de viagem moderno. A investigação, para tal, apoia-se nas fontes quantitativas e qualitativas do Arquivo John Murray (Biblioteca Nacional da Escócia).

Palavras-chaves: Lisboa, viagens século XIX, *Murray's Handbook*, turismo, Karl Baedeker.

Abstract

In 1836 John Murray III published the first “Handbook for Travellers on the Continent”, anticipating, in one year, the rise of Queen Victoria to the English throne. The guidebook is as organizer and conductor of the narratives of progress and modernity for the English travellers. Since then, it has established the imperial narratives from urban spaces on almost all continents, except Latin America. The investigation presents a critical analysis of the beginning of organized serial tourism. The series “Handbook for Travellers in Portugal. Section I: Lisbon”, published between 1855 and 1887, represent the expressive gaze, cultural and ideological power, of the British empire over the city of Lisbon. The research contributes, in a pioneering way in the Portuguese language, to the recognition of characters in the history of tourism and to a critical analysis of the modern travel guide. The investigation is supported by the Murray Archives sources (National Library of Scotland).

Key words: Lisbon, 19th century travel, Murray’s Handbook, tourism, Karl Baedeker.

Sumário

Introdução.....	13
-----------------	----

Parte 1: Estado de Arte

Capítulo I: O Olhar Imperial Inglês dos Guias de Viagem Murray, entre 1850-1890

1.1 Turismo Moderno: o olhar da diferença.....	22
1.2 O olhar inglês em perspectiva comparativa e de confronto	28
1.3 Imagens ideológicas projetadas na construção da cidade turística	31
1.4 Londres: cidade, império e nostalgia.....	34

Capítulo II: A Mundivisão do Império Inglês presente no *Murray's Handbook for Travellers*

2.1 Viagem e alteridade	37
2.2 O “Eu” e o “Outro” confrontados no espaço da cidade moderna	47
2.3 <i>Handbook for Travellers</i> : estandartes desbravadores de cidades	52
2.4 Império e subalternidades: Ultimato a Portugal	55
2.5 O moderno e o antigo em representações urbanas	65
2.5.1 A busca por autenticidade na viagem moderna	71
2.5.2 O poder em movimento sobre as cidades	73
2.6 O turismo em larga escala: o desejo de distinção de um império	76

Parte II: *Handbook for Travellers in Portugal*

Capítulo III: O Guia de Viagem e a Construção do Turismo Moderno Inglês

3.1 Estratégia editorial e ideológica para o produto <i>Handbook for Travellers</i>	83
3.2 Extensão mercadológica do negócio do turismo inglês	97
3.3 O Editor Karl Baedeker	105

3.3.1 Quando Baedeker superou Murray	109
3.3.2 A questão do plágio no guia de viagem	112
3.4 Discurso, prática e fragmentos: um desafio para investigadores	115

Capítulo IV: Os Homens à frente do *Handbook for Travellers in Portugal*.

4.1 As Gerações Murray e o início, meio e fim dos <i>Handbooks for Travellers</i>	118
4.1.1 John Murray I e II: os pioneiros	121
4.1.2 John Murray III e IV: os continuadores	123
4.2 Os construtores do turismo inglês para Portugal	124
4.3 Um autor e os revisores do <i>Handbook for Travellers in Portugal</i>	127
4.4 Os Revisores.	133
4.5 O olhar de John Mason Neale sobre Portugal	135

Capítulo V: O Olhar Inglês sobre a Cidade de Lisboa nos Guias de Viagem Murray

5.1 Para inglês ver nasce a Lisboa turística	141
5.2 O roteiro do guia de viagem do século XIX	148
5.2.1 Hotels (<i>Hospedareas</i>)	148
5.2.2 Restaurants (<i>Casas de Pastos</i>)	149
5.2.3 Caffés	150
5.2.4 Conveyances	151
5.2.5 Baths	153
5.2.6 Steam Vassels	153
5.2.7 Post Office	154
5.2.8 Situation and History of Lisbon	154
5.2.9 General Description	156
5.2.10 Public Amusements	159
5.2.11 Reading Rooms, Clubs, &c	161
5.2.12 Public Gardens and Promenades	162
5.2.13 Libraries	164
5.2.14 Booksellers' Shops	167
5.2.15 Academia das Bellas Artes	167

5.2.16 Museu Real	168
5.2.17 The Churches of Lisbon	169
5.2.18 Palaces	173
5.2.19 Aqueduct. Aqueducto das Aguas Livres	175
5.2.20 Public Squares. Praças: Largos	176
5.2.21 Markets	180
5.2.22 Fountains (<i>Chafarizes</i>)	180
5.2.23 Cemeteries	181
5.2.24 Hospitals	182
5.2.25 Prisons	184
5.2.26 Public Buildings	185
5.2.27 Scientific Societies	186
5.3 A Cartografia do <i>Handbook for Travellers in Portugal Section I. Lisbon</i>	188
Conclusão	191
Fontes e Bibliografia	195
Apêndice A: Radiografia das necessidades do turista inglês e da cidade de Lisboa, conforme as informações coletadas nas edições <i>Murray's Handbooks for Travellers in Portugal</i> , edições 1855, 1856, 1864, 1875 e 1887	211
Apêndice B: Hotéis em Lisboa, para viajantes, com respectivos endereços, conforme Francisco Maria Bordalo, 1863	221
Apêndice C: Relação de todas as edições <i>Murray's Handbook for Travellers</i>	222

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características do <i>Murray's Handbook for Travellers</i>	90
Quadro 2 – <i>Handbooks for Travellers</i> por abrangência/autor/período e edições	99
Quadro 3 – Balanço Financeiro <i>Handbook for Travellers</i> – Geral	100
Quadro 4 – Balanço Financeiro <i>Handbook for Travellers</i> – Portugal	102
Quadro 5 – Edições do <i>Handbook for Travellers in Portugal</i>	126
Quadro 6 – Estrutura do <i>Handbook for Travellers in Portugal 1855/1856/1864</i>	146
Quadro 7 – Estrutura do <i>Handbook for Travellers in Portugal 1875/1887</i>	147
Quadro 8 – Onde ficar e onde comer em Lisboa, 1855/1856/1864	149
Quadro 9 – Onde ficar e onde comer em Lisboa, 1875/1887	151
Quadro 10 – Quanto custa se mover em Lisboa, 1855/1856/1864	152
Quadro 11 – Quanto custa se mover em Lisboa, 1887	152
Quadro 12 – Como era Lisboa, 1855, 1856, 1864 e 1875	157
Quadro 13 – Como era Lisboa, 1887	157
Quadro 14 – Divertimento em Lisboa: casas de espetáculos, com ano da fundação	160
Quadro 15 – Jardins e Passeios 1855/1856	162
Quadro 16 – Jardins e Passeios 1875	163
Quadro 17 – Jardins e Passeios 1887	163
Quadro 18 – Onde o inglês pode pesquisar documentos, 1855/1864	165
Quadro 19 – Onde o inglês pode pesquisar documentos, 1887	166
Quadro 20 – Fé Católica, Apostólica e Romana. As igrejas na cidade de Lisboa	171
Quadro 21 – Onde vive o poder: os palácios da cidade de Lisboa	174
Quadro 22 – Visitantes Aqueduto Águas Livres, ano de 1861	176
Quadro 23 – As praças públicas da zona turística de Lisboa, 1855/1856/1864	177
Quadro 24 – As praças públicas da zona turística de Lisboa, 1875/1887	179
Quadro 25 – Onde são enterrados os habitantes da cidade e os ingleses	182
Quadro 26 – Hospitais e asilos na cidade de Lisboa, 1855/1856/1864/1875/1887	183
Quadro 27 – Edifícios públicos lisboetas no período entre 1855/1864	185
Quadro 28 – Edifícios públicos lisboetas no período entre 1875/1887.....	185
Quadro 29 – A ciência na cidade. As sociedades científicas de acordo com o <i>Handbook for Travellers in Portugal</i>	187

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Publicidade: edição portuguesa, 1864, data validade de anúncio, 1871	91
Imagem 2 – Publicidade: edição portuguesa, 1887, data validade de anúncio, 1897	91
Imagem 3 – Cartas de proprietários de hotéis que se sentiam injustiçados.	94
Imagem 4 – Lucros e perdas <i>Murray's Handbook for Travellers</i> , entre 1837.....	101
Imagem 5 – Registro contábil da Editora Murray e um cheque para Jane Austen	103
Imagem 6 – Carta de Richard Ford para John Murray III, 1843	105
Imagem 7 – Folha de rosto do guia de viagem alemão onde se lê a poesia de Schmidt von Lübeck.....	108
Imagem 8 – Planta da Basílica de Westminster, 1894	111
Imagem 9 – Planta do Parlamento de Londres, 1894	111
Imagem 10 – Carta de Charles Darwin para John Murry III	119
Imagem 11 – Tertúlia entre intelectuais na sede da editora	122
Imagem 12 – John Murray III	123
Imagem 13 – John Mason Neale	129
Imagem 14 – Mapa Lisboa 1833: base da cartografia turística de John Murray III	189
Imagem 15 – Mapa de Lisboa na edição de 1864. Igual às edições anteriores.....	190
Imagem 16 – Mapa de Lisboa na edição de 1887	190

LISTA DE ABREVIATURAS

AML – Arquivo Municipal de Lisboa

AT – Arquivo da Torre Tombo

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

Ed. (Eds.) – Editor (Editores)

JMA – John Murray Archive

JMII – John Murray II

JMIII – John Murray III

UAL – Universidade Autónoma de Lisboa

MSS – Manuscritos

NLS – National Library of Scotland

SBBE – Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira

Introdução

Eric Hammond e Prescott Row, citados por Looker, (2002: 2), escrevem na apresentação do seu guia *London Town*, em 1898, que o objetivo deste seria o de estimular os corações e mentes do grande corpo chamado *Empire of Victoria, the Good*. Os olhos e discursos deste movimento imperial estiveram ao encargo, por quase um século, dos Guias de Viagem Murray. Os textos dos guias exprimem um subtexto no qual a cidade de Londres serve de paradigma das representações do império inglês, com o fito de expansão para demais cidades contempladas pelos guias de viagem¹.

O discurso guionista pressupõe a expressão da história do presente, construída de detalhes, emocional, escrita em primeira pessoa, mesmo que a impessoalidade seja uma prerrogativa do guia de viagem, este texto estabelece uma forma intensa de relacionamento textual entre o turista e a cidade. Uma visão carregada de simbolismo autoritário guionista. Um guia direciona, destaca ou suprime informações. Age como árbitro cultural-ideológico que conduz seus leitores através de um labirinto urbano construído com suas assimilações da realidade. Organiza olhares ao oferecer uma visão estruturante e com informações precisas. Os seus textos moldam as cidades, os espaços, os monumentos, as gentes. Ostentam, de maneira enfática e, às vezes, sutil, um autoproclamado *status* de Londres como a capital de um povo destinado a ser império.

Os *Handbooks for Travellers in Portugal* oferecem pistas investigativas importantes sobre a construção de imagem da cidade de Lisboa moderna, sugerida por um produto para consumo inglês. As informações dos Guias, em suas edições de 1855/6, 1864, 1875 e de 1887, constituem fonte considerável de pesquisa sobre a percepção tanto do espaço físico, geográfico e temporal, como das características dos habitantes de Lisboa.

Analisar criticamente o guia de viagem, em perspectiva de fonte, por ser histórica, pressupõe um ajuste primário de reconhecimento epistemológico no qual o documento assume sua face de uma literatura científica². As suas razões de existência, enquanto memória ou registro da história, são de natureza social, política, económica, cultural e ideológica. Faces de uma mesma história.

¹Ver sobre o assunto em Looker (2002); Jacobs (1997).

²Ver em Cordeiro (2007).

Ao fornecer informações, dados, percepções expressivas e de valoração sobre o outro e sobre as realidades de cidades e países, o guia de viagem constitui-se em um documento de relevância para o historiador e para o cientista social. Os textos e as imagens oferecidas, sob formas avaliativas de uma dada realidade em seus aspectos histórico, cultural, social e material, são documentos que podem ser manuseados com o crivo histórico do tempo no qual se insere. “O que seria da história e da evolução do turismo sem os guias de viagem?” (Cordeiro, 2007), pergunta-se em sua Tese de Doutorado *Olhares Alemães: Portugal na Literatura Turística Contemporânea*. Na Tese a autora traça um bom caminho contributivo para legitimar o guia de viagem como fonte documental para a pesquisa acadêmica.

John Murray III estabeleceu um estilo de viagem impresso que se repete em todas as edições. Criou uma marca para o produto característico como a cor vermelha para as capas as letras de capa em dourado. Mais do que a apresentação estética do produto, são o conceito, a formatação e organização do conteúdo que serão relevados para efeitos da Tese. A nossa investigação partirá destes pressupostos como parâmetros para perceber o tipo de imagem ideológica estabelecida para cidade de Lisboa pelos Guias de Viagem de John Murray III.

O produto *Handbook for Travellers* apresenta as características particulares da industrialização, do século XIX, que o impulsiona a ser a resposta para a nova forma de lazer. O modo característico pelo qual o prazer da viagem é estabelecido corresponde às necessidades, do ponto de vista organizativo, às estruturas e organização das sociedades de classes que surgem com industrialização em larga escala (Urry 2001: 14/35). O estandarte inglês, em formato de Guias Murray, funciona como uma espécie de organizador impresso, que distingue os ingleses portadores, e que exalta as suas identidades. Eram diferentes por serem ingleses. Para Domingues (2008), os ingleses consideravam-se os mais civilizados, honrados, prósperos e esclarecidos ³.

O surgimento dos guias de viagem, como parte importante do desenvolvimento intelectual, científico e económico do século XIX, está diretamente coadunado com o surgimento e o desenvolvimento dos sistemas de transportes, de comunicação e da adequação das cidades a um tipo de público em busca de lazer. São interfaces da industrialização que, nas suas interdependências, não resistem isoladamente.

Os Guias de Viagem Murray refletem a mudança de paradigmas económicos e sociais do século XIX. A organização social, que emana das alterações económicas e urbanas, sugere

³Domingues (2008: 133-152). Afirma que “os viajantes do período iluminista consideravam-se súbditos leais, socialmente responsáveis, sob o estandarte de uma nacionalidade e de um Estado, que lhes conferia um sentido dentre todos os povos”.

a expressão de uma nova experiência social que pratica e organiza a multiplicidade de elementos físicos e sensoriais da modernidade. A capacidade de produzir novas necessidades humanas, criar vontades de conhecer lugares e povos, impor desejos aos objetos, são compostos que surgem, de modo ampliado, para toda a gente no período do surgimento do turismo organizado.

O que são as experiências das exposições universais que não a prática da nova modernidade? O que impulsiona aos milhares de seres a se moverem para conhecer tecnologia, máquinas, objetos, que exaltam ou contrastam com as suas culturas originárias senão o início da projeção da sociedade de consumo? O contraste talvez fomenta as diferenças e as comparações entre os povos. As máquinas apresentadas distinguem a modernidade como o novo e o rudimentar, como o exótico a ser desbravado e civilizado.

As Exposições Universais da segunda metade do século XIX criam desejos de cidades limpas e planificadas, bem servidas por máquinas que transportam pessoas e bens. Um empreendimento que desafia a complexidade de produção e de gestão, da época, e enxerta, no mundo moderno, o conceito da cultura de massa: indivíduos, em milhões, em busca de conhecer as novas técnicas e as imagens que identificam as cidades do futuro. Uma espécie de tribuna para que engenheiros e médicos pudessem assumir os seus novos papéis de construtores de espaços urbanos. Estes profissionais que substituíram os botânicos, naturalistas e arquitetos, não tiveram dificuldades em criar novos espaços físicos para sediarem as suas aspirações. Os púlpitos para exporem as suas ideias eram numerosos. As exposições universais foram as mais prestigiosas.

Os *Handbooks for Travellers* surgem neste esteio. A Inglaterra é o propulsor da modernidade e os ingleses desejam chegar aos mais diferentes países. Estabelecer contatos comparativos e criar a imagem do império como propulsor do moderno, do novo e do progresso.

A conformação de uma parte da capital portuguesa, para vir a ser um espaço turístico para famílias inglesas, na segunda metade do século XIX, permite uma reflexão sobre a narrativa estabelecida, enquanto conceito diferenciador, no tempo delimitado na segunda metade de 1800, para a cidade de Lisboa. A apropriação exógena sobre a cidade, em aspectos teóricos, pressupõe uma reflexão importante por parte da presente investigação.

A imagem, criada e construída com um propósito, é um meio de transmissão e de expressão de conhecimento que se encontra nos Guias de Viagem Murray, um veículo privilegiado, para a sua divulgação. Os discursos divulgados por meio destes guias são

importantes para a compreensão do processo de estabelecer regiões e espaços turísticos⁴. Nesta perspectiva, podem ser assinalados como produtos com poderes relevantes que definirão mercados consumidores de bens e serviços nas cidades, no período em questão.

A descoberta de mundos outros por meio das viagens, desenvolve o conhecimento, a troca e difusão de ideias. O registro escrito das imagens de elementos paisagísticos, arquitetónicos e de monumentos estabelece a excecionalidade da própria viagem. O escritor de viagem se torna uma referência, por manter uma relação essencialmente visual com a realidade, para quem viaja, *in loco*, ou por imaginação. O viajante do *Grand Tour*⁵ e os intelectuais que o empreenderam, por diferentes motivos, são os iniciadores do fenómeno que originará o desejo de conhecer outras culturas, essência do turismo, nascido com os guias de viagem⁶.

Os autores dos guias de viagem, mesmo que editor John Murray III, os expressem como anónimos, vivenciaram e escolheram fronteiras urbanas, socioculturais e artísticas, de países. São corresponsáveis pelas imagens que identificam povos e que se propagam ao longo dos tempos.

O objetivo desta investigação é analisar de forma crítica o processo de formação do guia de viagem moderno inglês, a partir do processo de construção da imagem turística, estabelecida por ingleses para a capital portuguesa, referenciadas na proposta dos Guias de Viagem de John Murray III, em meados do século XIX. Dada a complexidade do processo de análise crítica das cinco publicações dos *Handbooks for Travellers in Portugal. Section I Lisbon* prevê o manuseio de múltiplas informações surgidas no decorrer da investigação. Para tanto, dividimos a investigação em duas Partes interligadas. A **Parte I: Estado de Arte** compreende dois Capítulos: a) **Capítulo I: O Olhar Imperial Inglês dos Guias de Viagem Murray, entre 1850-1890**, no qual se releva a epistême subjacente ao objeto da investigação e cria-se a base de sustentação teórica e b) **Capítulo II: A Mundivisão do Império Inglês presente no *Murray's Handbook for Travellers***, quando se apresenta o conceito de etnocentrismo, entre alteridade e identidade, na construção da cidade moderna tendo por paradigma comparativista a cidade de Londres, de meados do século XIX.

⁴Ver Urry & Larssen (2011).

⁵ Chaney (2000). Neste livro o autor fornece um quadro mais amplo sobre o Grand Tour enquanto um movimento essencialmente europeu.

⁶Withey (1997). Thomas Cook, em novembro de 1841, iniciou o turismo em grupo ao lançar a campanha, em Leicestershire, Inglaterra, de viagem ferroviária de um dia para grupos de trabalhadores. Conseguiu reunir entre 500 e 570 pessoas para um passeio. Neste ano o marceneiro Cook começaria a sua empresa de viagem. Veja ainda sobre a história do nascimento do turismo de grupo para as populações menos favorecidas economicamente, e diferente do turismo do guia de viagem da Editora de John Murray III.

Esta primeira parte terá por mérito apresentar uma abordagem teórica, sedimentada em pesquisas e produções acadêmicas relevantes de autores, sobre as questões inerentes à construção do objeto e fonte da Investigação. No primeiro capítulo, tratar-se-á das abordagens dos discursos eurocêntricos entre “nós”, progressistas, civilizacional, branco, moderno e o “outro”, em perspectiva de contraste. As imagens produzidas para a cidade de Lisboa pressupõem estereótipos. Londres, enquanto capital do império inglês, como referência e nostalgia, em imagem para construção da cidade moderna. Desta feita, portanto, o primeiro capítulo reforçará o guia de viagem em busca de significado epistemológico ao apresentar estudos já existentes que permitem promover o guia de viagem, em seu nascedouro, como fonte documental histórica. Em concomitância, sugere o guia de viagem, enquanto produto que acompanha a expansão branda do império britânico, no caso da nossa investigação. Uma história do presente redigida por quem a viveu. Um documento estruturado, em alguns momentos, emocional e pragmático, com dados analisados a partir da necessidade de legitimação. Neste caminho, o guia de viagem foi escrito, revisto e editado com o fito de simbolizar uma cultura que viaja e que, para tanto, recolhe em si mesmo, importante expressão do seu tempo.

O segundo capítulo, **A Mundivisão do Império Inglês presente no *Murray's Handbook for Travellers***, permite uma reflexão crítica sobre construção do produto – guia de viagem – em aspectos, principalmente, ideológicos. O guia de viagem inglês conforma o jogo dialético e desigual porque municia de poder quem chega como turista. Neste processo, parte da Europa se reinventa, como um espelho de si mesma, a partir da visão entre o que é a realidade e miragem. Neste capítulo, apresentamos a construção de imagens inexoravelmente ligadas ao produto guia de viagem, em contrastes e contraposições entre o inglês e o outro. A imagem conformada sobre o outro é um importante caminho perseguido pela tese. A narrativa impõe uma espécie de prática que é defendida pelo guia de viagem, que se pretende intermediador entre o turista inglês, os espaços e as gentes dos locais visitados. Neste processo desenvolve preconceitos e estabelece, de maneira autoritária, o que deve ser visto, retirando do viajante o exercício democrático sensorial.

O jogo entre identidade e alteridade presente na relação intermediada pelo guia de viagem se faz presente como processo de internalização justificadora da existência do produto. Há a divisão entre Inglaterra e os outros países, notadamente cunhados de “Europa do Sul” em atraso económico, em barbárie, em pitoresco, em monumentos e por mundividências do momento, belo, bucólico, digno de visitar.

Há que se perceber que existe a visão de confronto entre “Centro/Norte/Inglaterra” e a “Periferia/Sul/o Outro” aquando da formatação implícita do *Murray’s Handbook for Travellers*. Neste capítulo, portanto, de posse do entendimento ideológico deste produto dirigido a Portugal, buscar-se-á o reconhecimento entre autores das ciências humanas para expor a interligação, continuidades e interpretações na construção da narrativa. São os discursos coerentes entre os atores que construíram a modernidade.

A **Parte II: *Handbook for Travellers in Portugal*** compreende três capítulos. Nesta etapa da investigação, serão apresentadas as estratégias de existência do *handbook for travellers*, enquanto produto do seu tempo, desafios e metodologia guionista. Serão conhecidos os homens que estiveram à frente, pioneiramente, na criação e desenvolvimento dos guias modernos e o nascimento da cidade de Lisboa turística, como parte da estratégia guionista, em uma espécie de roteiro conformado ao público inglês.

O **Capítulo III: O Guia de Viagem e a Construção do Turismo Moderno Inglês** tem por objetivo apresentar a viagem para lazer, organizada por um guião, como imperativo da modernidade e alternativa à vida monótona da sociedade inglesa, na segunda metade do século XIX. A criação do pensamento turístico, em dicotomia e distinção entre progresso de Inglaterra e atraso ou antigo expresso por Portugal, é a prerrogativa perseguida pelo guia de viagem. Serão apresentadas, ainda, algumas reflexões sobre o imperialismo e sua ação nas cidades, nas quais ele se traduz em práticas que submetem povos e culturas em lógica impositiva e interpretativa do espaço do “Outro”.

No movimento da viagem conduzida, os relatos de viajantes, mais emocionais e autorais, perdem força e espaço imaginativo. O guia de viagem assume, com onisciência e objetividade, o lugar do sentido, especialmente, do olhar. As cidades são recortadas para o turista inglês que aceita ser tutelado e protegido ao sair do seu *habitat*. Os súditos da Rainha Vitória são reconhecidos por meio do seu *Handbook for Travellers*. A mundivisão inglesa reclama para Londres a centralidade mundial. Veremos, no capítulo em questão, que o ideário da cidade imperial e, portanto, do centro da riqueza e progresso é comunicado pelos manuais, inclusive para ingleses turistas dentro da própria Inglaterra. Uma ação globalizante que precisa unir todos em torno do projeto hegemónico imperial e industrial. Serão características do Produto-guia, que conseguimos estabelecer, como forma conceitual-estrutural e que os tornam reconhecidos como uma produção em série onde a visão inglesa, em princípio organizador, para a mercantilização de espaços e experiências vivenciais. As exposições universais, são as formas concretas de expressão da mundivisão inglesa, que começam em 1851, dirigidas às amplas

massas. Neste sentido serão abordadas em nossa investigação, ainda que de modo breve, como interface corroboradora do princípio expansionista inglês.

No **Capítulo IV: Os Homens à frente do *Handbook for Travellers in Portugal***, indicar-se-á como e quem iniciou o caminho dos guias de viagem e que, por consequência, estabeleceu o *modus operandi* do turismo moderno. Há um pioneirismo que merece ser relevado. As pesquisas nos levarão a estabelecer quem, de fato e de direito, estabeleceu o processo que resultou na criação do que hoje convencionamos como turismo. Há dois personagens, contemporâneos entre si, que disputam a supremacia: John Murray III, inglês, e Karl Baedeker, alemão. A nossa investigação pretende clarificar, na cronologia e resultados pioneiros das editoras, esta polêmica e reconhecer a importância de ambos os editores nesta construção tipicamente dos tempos modernos.

Neste capítulo, serão apresentados os homens que escreveram suas visões sobre Portugal e quem fez as revisões. No referido contexto, procurar-se-á retirar do anonimato o autor e os revisores, da casa Editora Murray, que foram os responsáveis pelo estabelecimento da imagem do turismo para Portugal, a partir de Inglaterra, inclusive o livro “*Hints to Travellers in Portugal, in search of the beautiful and the grand. With an itinerary of some of the most interesting parts of that remarkable country*” que é editado sob autoria de “*Anonymous*”.

Porque é que John Murray III (1818-1892) escolhe o Reverendo John Mason Neale (1818-1866), como autor do guia de viagem português, considerando que, pela proximidade comercial e política entre os dois países, haveria outros nomes a serem apreciados? Para esta pergunta, que acompanha toda a investigação, provavelmente encontraremos a resposta neste capítulo, quando teremos uma visão mais precisa sobre a biografia e personalidade do autor e do editor.

Por outro lado, buscaremos perceber a importância dos revisores nesta obra aberta, visto que há a possibilidade da interferência dos leitores. Cada revisor deixou marcas nas edições que acompanharam, de certo modo, a evolução e os desafios do país, e em particular, da cidade de Lisboa, para se adequarem aos tempos convencionados de modernos. Portugal começa a fazer parte do rol do turismo organizado, capitaneado pelo guia de viagem inglês, em 1855. O que levou a opção tardia do reconhecimento do “país parceiro” como destino turístico? Existiu alguma estratégia anterior que considerasse Portugal? Qual a visão previamente estabelecida pela Editora Murray para o turismo português? Neste capítulo iremos oferecer algumas reflexões sobre estes questionamentos que o desenvolvimento da pesquisa nos levou a formular.

O Capítulo V: O Olhar Inglês sobre a Cidade de Lisboa nos Guias de Viagem Murray, apresenta de maneira prática as faces construídas por John Mason Neale sobre a

capital portuguesa para o público ao qual se destina do guia de viagem. Opta-se por incluir a radiografia dissecada do que o *Murray's guidebook* considera importante do ponto de vista turístico. Ou seja, a materialização imagética de Lisboa, a escolha de lugares cingidos para o turista, onde ficar, onde comer, o que ver. Neste capítulo, procura-se perceber se ao indicar hotéis e restaurantes, por exemplo, são feitos recortes dentre aqueles que podem ser considerados para esta alta classe de viajantes (Lister, 1993a: xxviii; Goodwin & Johnston, 2013: 41/63).

Para estabelecer um parâmetro comparativo, escolhemos o “Novo Guia do Viajante em Lisboa e seus Arredores, Cintra Collares, e Mafra”, de Francisco Maria Bordalo, edições de 1853 e 1863. Com estas edições, com objetivos confluentes – guia de viagem – é suposto percebermos as diferentes construções dos autores, Neale e Bordalo, um inglês e o outro português, no mesmo tempo histórico, e com perspectivas diferentes sobre a mesma cidade. Epistemologias que ao serem confrontadas, sem juízo de valor prévio, representam formas de apreensão e comunicação da realidade com dicotomias ideológicas importantes, conforme veremos.

Ressalta-se que não é pretensão da investigação apresentar uma visão da história urbana de Lisboa. A tese cinge-se à análise crítica do nosso objeto, e também fonte documental, que é o produto *Handbooks for Travellers in Portugal. Section I Lisbon*. Pretende-se perceber seu conteúdo e forma enquanto parte de um todo que se qualifica como um manual sinônimo de segurança, conforto e confiança, para o seu leitor. Estes guias de viagem organizaram o tempo de lazer e orientaram os gostos dos seus leitores.

Em síntese, procuramos divisar o Guia de Viagem Murray, em narrativa – no sentido macro do nosso objeto – como um documento histórico, na aceção de Michel Foucault (2008: 7-9) para quem o documento “não é mais para a história essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram”. Destarte, o guionismo impresso fornece pistas importantes por ser registro do seu tempo presente. As relações humanas e urbanas são expressas, em primeiros filtros, constituindo-se em documentos interpretativos das cidades as quais se destinam. Discursos coerentes entre o tempo e os atores da segunda metade do século XIX.

PARTE I: ESTADO DE ARTE

Capítulo I

O Olhar Imperial Inglês dos Guias de Viagem Murray, entre 1850-1890

As práticas ideológicas do império Inglês, no primeiro quartel do século XIX, expostas por turistas que viajam por intermédio dos guias impressos, são apresentadas como olhar em confronto nostálgico e em constante movimento. Estas práticas perpassam as organizações social, cultural, econômica e se instalam em lugares previamente escolhidos para servirem de lazer para seus nacionais. História e significados de lugares são construídos por meio das representações que aparecem nos textos guionistas, restringidos em tempo e espaço à nossa investigação. Oswald Crawford (1875) reconhece no prefácio de *Travels in Portugal*, quando utilizou o pseudônimo de John Latouche, que ao examinar as folhas antes da edição do seu guia de viagem, ocorreu-lhe que possa ter “inconscientemente” ampliado as dificuldades “do caminho do prazer em viajar por Portugal”⁷.

1.1 Turismo Moderno: o olhar da diferença

O guia de viagem expõe contradições de olhares em perspectiva do diferente, que se torna linguagem, já que esta expressa atitudes, ou comportamento idiomático⁸. O outro a ser visitado - primitivo, inferior, subalterno e agrário - é a outra face da modernidade. O quadro proposto é carregado de simbologia, de verdades justificadoras que ultrapassam a coisa em si. Ele existe culturalmente no próprio transporte por meio dos símbolos e significâncias e no diálogo que estabelece. Uma voz que procura ser homogeneizante com abordagem impessoal, fria, sistemática e onisciente que reabilita a autoridade de comando e guia. Porém, é um jogo dialético que pressupõe a relação com o “outro” e com o espaço.

⁷Os livros escritos por Crawford sobre Portugal (1875; 1880), são compilações de textos, principalmente, de artigos escritos no *The New Quarterly Magazine* sob o título *Notes of Travel in Portugal*. Os textos procuram passar uma imagem simpática do país. Indica, por exemplo, no prefácio de *Travel in Portugal* que quem decidir visitar Portugal para desfrutar de um bom clima invernal, agradável; ou quem quer conhecer um “*strange people*” e que tem uma história europeia significativa e famosa; ou estudar arqueologia, eclesiologia ou história natural ou simplesmente quem deseja tirar um mês de férias para relaxamento na primavera, ele indica conhecer um país totalmente novo.

⁸Cohen (1985) trabalha a construção simbólicas das ideias e das palavras em significados atribuídos por meio de um vocabulário específico que limita, como uma fronteira, as relações. Símbolos têm a sua eficácia por que são imprecisos. Apresentam ou representam poder de imagens criadas com o fito da distinção e não da integração entre comunidades.

O direcionamento de importância relevante do guia de viagem, que trazemos à nossa investigação, encontra base em teses acadêmicas que o utilizam como documento bibliográfico referenciado, (Lister, 1993a; Torrão Filho, 2008; Moura Dantas, 2015; M. J. Cordeiro, 2007; Santos, 2001; Santos, Matos & Bernardo, 2008)⁹. São trabalhos acadêmicos que revestem o guia de viagem de uma certa estatura documental e consistência, atribuindo a função de portador de impressões de um olhar etnográfico fundamental para a constituição de identidades nacionais europeias. Ao mesmo tempo, estes guias organizam informações reais e de época no qual são constituídos. Especificamente sobre o Guia de Viagem Murray, o trabalho mais expressivo e completo de dados é o de William Brian Collins Lister, *A bibliography of Murrays, handbooks for Travellers*, 1993a.

As investigações que têm os guias de viagem como referência teórica, na sua maioria, são reflexivas sobre o turismo ou sobre estudos imagéticos em literatura comparada (Machado, A. M.; Pageaux, D-H., 2001; Mendes, A.P.C., 2000; Moll. N., 1997; Moura, J-M, 1999; Pageaux, D-H, 1992). Há, portanto, um vasto campo analítico que pode ser desbravado por historiadores em futuras investigações.

Os discursos surgem por representações geográficas, sociais, classificatórias dos espaços que autorizam ao turista inglês a ser veículo de circulação imperial. São diferentes porque são ingleses que viajam e em seu próprio espaço nativo estabelecem diferenças que servem como o espelho invertido de representação de poder e autoconsciência, em forma de subtexto imperial. A monumentalização londrina foi construída também por meios imaginativos. Uma reinvenção urbana da simbiose do ideário do império como sistema político-ideológico com a industrialização inglesa e da qual surgirão as formas novas de produção econômica e ideológica.

Quais são as semelhanças entre os espaços originais do turista que viaja com o seu guia e o espaço escolhido para si? Os espaços da capital inglesa e vitoriana foram codificados também para expressar determinada comunicação de centro do maior império da terra. A construção desta imagem, para existir e atingir os objetivos comunicantes, pressupõe a interface, o outro lado do espelho para que seja materializado enquanto ideologia dominante. Esta formatação textual-imagética foi codificada através de um tipo específico de produto: o *Murray's Handbook for Traveller*.

⁹ Cordeiro (2007) tem por objetivo habilitar os guias de viagem como documento histórico. Santos. (2001) apresenta uma investigação que extrapola a questão econômica do turismo e dirige o olhar para a sua significação multidimensional da experiência da viagem. Em Santos, Matos & Bernardo (2008) as autoras trabalham conceitos de uma literatura utilitária, os guias de viagem, inclusive a imagem que estes expressam sobre as cidades.

Londres, paradigma urbano construída neste processo, tem mais significado do que aparência. John Murray III, que acompanha, produz e dissemina este conceito para o público do Reino Unido e fora das fronteiras nacionais, afirma, em 1897, a magnitude do valor da propriedade e da cidade londrinense: a cidade foi preparada “para possuir mais de quarenta mil milhões de libras esterlinas em propriedade tributável e conter cinco milhões de uma população – a maior cidade do mundo” (Looker, 2002: 18). A influência que exerce sobre as demais cidades a expõe como o centro do maior império, da riqueza, do comércio e do pensamento. Os *Handbooks for Travellers* a produzem como superlativa em aspectos comparativos. Londres, para a investigação, é o paradigma de um império que “invade” e se apropria, de maneira branda, de espaços urbanos lisboetas e os conforma imagetivamente para os seus súditos, por meio dos guias de viagem da casa editora de John Murray III.

Historiadores, Sociólogos¹⁰ e Antropólogos¹¹ têm estabelecido linhas investigativas sobre “turismo”, “turista” e guias de viagem. Para Adler (1989: 1366-1391), trata-se da necessidade de uma investigação ampliada sobre as manifestações históricas da “arte de viajar”. A crítica literária apropria-se da interpretação com uma certa inibição, limitando-a ao reflexo da realidade, distorcendo a reconstrução da história da viagem. Os materiais disponíveis como cartas, registros, jornais, começam a receber atenção dos historiadores como referências relevantes da arte da escrita da viagem e da pesquisa em turismo. O campo de estudos acadêmicos sobre o turismo ainda é incipiente mesmo que “uma variedade de abordagens” sobre os fenômenos turísticos complexos tenham surgido, Cohen (1984; 1988).

Os guias de viagem passaram a ser investigados por suas características inovadoras que vão além do relato de viagem, antes mesmo que o turismo fosse um fenômeno de massas. Os guias fornecem, ao pesquisador, subsídios de um registro de olhar único (Foucault, 2008: 212/218)¹². No caso dos *Murray's Handbook*, as percepções dos viajantes britânicos como expressão da mundivisão inglesa, que desenvolveremos no próximo capítulo. O século XIX é o tempo do desbravar de cidades. Há uma cadeia de serviços e produtos que nascem da

¹⁰Boyer (2005); Maccannell (2003); Urry & Larssen (2011); Gigase, Humair & Tissot, L. (2014); Berty, (2001); Pratt (1992); Looker (2002).

¹¹Selwyn (1996). Na “Introdução” do livro coordenado por si mesmo, o autor apresenta uma perspectiva de estudo analítico dos mitos que criam as imagens que são expostas nos produtos turísticos. Simonicca, A. (2001). Neste livro encontra-se uma investigação sobre a provável resultante dos modelos construídos no século XIX com o início do turismo. Verifica-se o surgimento objetivo do conceito entre “centro” e “periferia” diante das mudanças entre espaço e localidade. Ver ainda Nash (1996).

¹²A proposta dos guias de viagem, ainda que tenham a pretensão, em seu início, de oferecerem conhecimento e educação, colide com a perspectiva foucaultiana da construção do discurso. Para Foucault, há um perigo de se cair nas armadilhas da tradição ou “fundo de permanência”, como síntese. O conhecimento como um conjunto de relações e práticas, que é o discurso, permite compreender o jogo das coações. O discurso presente nos guias ausenta a possibilidade da dialética como reconhecimento do “outro”.

necessidade imperativa do momento histórico, em categorias de poder e submissão e são organizados, para atender às demandas originadas.

No centro de uma abordagem crítica do discurso que percebe o outro por meio de relações assimétricas, (Adler, 1989(a); Adler, 1989(b); Maccannell, 2003; Boyer, 2011; Pratt, 1992; Said, 1978; 2011; Allen, 1999; Buzard, 1993; Ruskin, 1907), o guia de viagem moderno consagra-se como um porta voz turístico da industrialização, do utilitarismo e do efêmero. Este documento do tempo ficou marginalizado e rotulado em uma categoria documental de menor importância. Os relatos de viajantes foram, até o primeiro quartel do século XIX, a principal forma de comunicação de povos e de culturas. Em certo sentido, o guia de viagem¹³, deslocou este privilégio. Há diálogos que emergem do interno dos guias de viagem, como condensações das relações de poder estabelecidas entre o turista e o autóctone ou nativo, que indicam caminhos investigativos.

No âmbito disciplinar da literatura de viagens, os guias são vistos como adjutórios. As produções escritas sobre estes, de número reduzido em nível acadêmico, são quase sempre direcionadas à crítica de forma e menos para a compreensão do fenómeno definidor e estruturante da apreensão cultural e ideológico de um dado momento histórico. Verifica-se um caminhar nesta direção nos estudos imagéticos nos quais se apresenta um certo grau de relevância para com os guias de viagem. Contudo, como epistemologia da história é muito aquém do que poderia vir a ser.

O turista é conduzido a entrar nos recantos recortados de uma cultura, socialmente organizada em práticas culturais, e busca em tudo, com um olhar ávido, um sinal de si mesmo, como autorreconhecimento ou negação. Procura as pistas, em auto percepção, para confirmar ou negar os preconceitos, as pré-avaliações ou pré-julgamentos. Encontrar os marcadores, ou pontos, de concentração do olhar, em características pessoais, que são convertidas em coletivas, em monumentos, história, etc., são conscientemente ou guiados os objetivos intrínsecos do processo do “turismo de massa” nos Oitocentos.

Para Lister, ao ler o manual de John Murray III, o historiador pode explorar uma cidade do século XIX quase tão efetivamente como “*if he had indeed become a traveler in time*”

¹³No decorrer da presente investigação para designar o termo “*Handbook for Travellers*”, utilizaremos tanto a palavra Manual quanto Guia. Usados como sinónimos, tem diferenças entre si. O manual fornece informações técnicas mais completas. Já o guia se propõe a liderar, indicar caminhos, influenciar e as informações são mais concisas. O termo *Handbook for Travellers* surge utilizando os dois conceitos: é tanto um manual com informações mais completas (ser um manual educativo, como queria John Murray III) e também é um guia quando exerce estas competências. Resolvemos utilizar as duas formas como sinónimos.

(Lister, 1993a: xxiii)¹⁴. Contudo, são publicações que recebem críticas especialmente quanto à imagem estabelecida sobre o outro. Neste caminho, Boyer (2011:123) identifica o turismo e o fundamenta como um produto de classe, ao afirmar que *au XIX, le touriste-rentier est aliéné dans ce siècle des "bourgeois conquérants"; ainsi se développe une contre-culture*.

O movimento “anti-turismo”¹⁵ (Ruskin, 1907; Buzard, 1993; Barthes, 1999) tem, por principal crítica, a ausência da liberdade de escolha inerente ao guia de viagem. Uma fórmula automática e, algumas vezes, de informação duvidosa. Para John Ruskin (1907), o manual de viagem de John Murray, apresentava a superficialidade e a fugacidade, sem a possibilidade da reflexão por parte do leitor¹⁶. Buzard (1993) reforça a crítica sobre o guia de viagem por este ser um inibidor do desenvolvimento perceptivo e ser autoritário. Ressalta, ainda, que os guias de viagem, no geral, inibem o senso de assimilação, de admiração ou de crítica, e, destarte, distanciam-se de contribuir para formar e educar o seu gosto, por reprimirem a possibilidade de desenvolvimento da percepção ao substituir a crítica por instinto. O anti-turismo, portanto, surge como um conceito de resistência à superficialidade presente no guia de viagem que retira do viajante a possibilidade da experiência individual ou autêntica (Buzard, 1993).

Na mesma linha, o ensaio *Guide Bleu*, de Roland Barthes (1999), sugere uma crítica aos guias de viagem por serem a expressão inequívoca da ideologia capitalista e burguesa. Dean Maccannell (2003) apresenta um estudo sociológico de uma nova dimensão para os guias como produto de mercado e de marketing das atrações turísticas. Já John Urry & Jonas Larssen (2011) propõem uma visão do turismo como atividade de lazer organizado a partir dos guias de viagem. Mathieson, A. & Wall, G. (1982) examinam os impactos econômicos, sociais e psicológicos que advém do fenômeno turístico, a partir da análise de metodologias estruturantes do turismo. Rudy Koshar (2002), com base nos guias de Baedeker, traça um instigante percurso sobre a prática de viagem desde o início do movimento turístico. Sobre a edição dos guias de viagem da Casa Editora de John Murray há o livro referência de William Brian C. Lister (1993a) com

¹⁴Nesta publicação, fica explícito o compromisso do autor em homenagear o editor John Murray III, a quem dedica o livro e “às centenas de pessoas conhecidas e desconhecidas sem as quais ele não poderia ter continuado o empreendimento dos *Handbooks for Travellers*.”

¹⁵Aqui utilizamos o caminho conceitual proposto por James Buzard. O “anti-turismo” enquanto significado de uma ação de rebeldia ou resistência ao estabelecimento, pelos guias de viagem, de trilhas para conhecer cidades e culturas.

¹⁶A que pese a animosidade de John Ruskin para com o *Handbook to Travellers* para o Norte da Itália, escrito por Francis Palgrave, 1842, expressa no livro *Morning in Florence*, algumas cartas trocadas nos anos de 1846 e 1847, entre o editor John Murray III e o escritor deixam antever que houve contribuição de Ruskin, para as edições seguintes do referido guia. Ver em correspondência Murray – Ruskin nos Arquivos Murray, Biblioteca Nacional da Escócia, Edimburgo, MS42613.

a introdução de John Gretton e um outro material mais analítico de autoria de Goodwin, G. & Johnston, G. (2013: 43/61)¹⁷.

Há interligação, sem determinismo, entre a realidade objetiva e a construção da narrativa (Thompson, 1981: 98)¹⁸. Portanto, o imperialismo se impõe também por uma dominação ideológica para construir uma consciência eurocêntrica. Assume-se como agente responsável pela construção de visões de mundo, autoimagens, estereótipos étnicos, sociais, geográficos e que se legitima pela interferência direta nas mentes das pessoas com ele envolvidas. O discurso metropolitano, etnocêntrico decorre de um impulso condenatório do que enxergam, fora das suas fronteiras (Pratt, 1992: 11). Por conseguinte, as escritas sobre viagens, inclusive os guias de viagem, entre outras instituições, estão organizados para servir a disseminação de um olhar imperial. Assim como a história literária europeia¹⁹.

Será que esta percepção não retira do “Outro” a possibilidade da reação e do diálogo e justifica uma certa vitimização histórica? Pratt (1992: 11), entretanto, apresenta a contraposição do “Outro” que é absorvido em macro conceito, assim como a dominação. Diz a autora que de outra parte, instâncias da história são introduzidas com o fito de se esboçar a dinâmica da autorrepresentação e de resistências coloniais. O que se preserva é a construção do imperialismo que se expressa e se torna real na questão geográfica. O mercado é o que importa, seja na Europa ou fora dela. Para a autora de *Imperial eyes: Travel writing and transculturation*, muitas das convenções e estratégias de escrita associadas ao expansionismo imperial também caracterizam a escrita de viagens sobre a Europa. E quando isso acontece, é provável que dinâmicas relacionadas ao poder e à apropriação também sejam encontradas no trabalho. Pode-se esperar que os discursos que autorizam o poder burguês e os legítimos modos de vida camponeses e de subsistência, por exemplo, façam esse trabalho ideológico tanto na Europa, quanto na África Austral ou na Argentina (Pratt, 1992: 21 e ss.).

¹⁷Gráinne Goodwin desenvolve projeto de análise sobre o guia de viagem, com base nos Arquivos John Murray, na Biblioteca Nacional da Escócia. Sua pesquisa procura trazer os fundamentos do texto guionista como fonte documental. O artigo publicado com Gordon Johnston, em 2013, na Revista *Studies in Travel Writing*, promove uma análise crítica sobre o produto *Handbook for Travellers*. Diferentemente do livro de Lister (1993b) que se propõe a ser um mais uma compilação de dados. Ambos são fundamentais para nossa pesquisa.

¹⁸Thompson (1981) revê a ideia central da teoria marxista e eleva a cultura e o cotidiano como capazes de inverter a linha determinista e previsível da luta de classes, essencialmente, económica. Afirma que cada evento histórico é único, porém, quando se estabelece relação entre os acontecimentos pode haver regularidades no processo.

¹⁹O discurso negacionista ou de dominação é a afirmação da desvalorização que submete o outro. Esta concepção chega ao final do século XX como uma poderosa consciência ideológica imperial sobre outros povos e lugares submetidos. A autora cita como exemplo o “código oficial do terceiro mundo” que expõe a retórica de trivialidade, desumanização e rejeição. Ver em Pratt (1992: 220-238).

1.2 O olhar inglês em perspectiva comparativa e de confronto

Os discursos de dominação imperial necessitam de espaços de proliferação. Expandir a lógica para que esta se torne coletiva, por meios variados. A expansão imperial está diretamente implicada na reconfiguração da cultura e da ciência europeias do século XIX, e expressa-se também pelos escritos literários (Cooper & Stoller, 1997: 1-40)²⁰. A necessidade de que o conhecimento justifique a dominação material acontece fora e dentro do espaço europeu, inclusive por intermédio dos guias de viagem. Para os cidadãos da Inglaterra, ou da França, oitocentista, o império era um tema cultural por meio do qual se justificava o imperialismo e a submissão de outros povos sem qualquer “constrangimento”. Autores, editores, estudiosos, romancistas, teóricos, viajantes, criavam uma realidade colonial no centro da vida metropolitana imperial. No final do século XIX praticamente todos os aspectos sociais tinham alguma relação com os “fatos do império”²¹.

Há figuras retóricas de dominação, por meio, também, dos discursos, quando o homem branco, europeu, lida com outros povos de diferentes culturas, expondo conceitos recorrentes, “(...) as descrições do “Oriente misterioso”, os estereótipos sobre o “espírito africano (ou indiano, irlandês, jamaicano, chinês), as ideias de levar a civilização a povos bárbaros e primitivos, a noção incomodamente familiar de que se fazia necessário o açoitamento(...); “eles” não eram como “nós”, e por isso deviam ser dominados” Said (1978: 3).

Para Mackenzie (1995), as abordagens sobre a questão do Ocidente *versus* Oriente *have been much more ambiguous and genuinely interactive* do que o estudo de Said permite ver. A formação das elites colonizadoras e colonizadas criadas por meio de interconexões imperiais, é um projeto levado às últimas consequências por meio de mecanismos de abrangência, como por exemplo, com a produção e rotas para espalhar estereótipos, por meio instrumentos ideológicos, (Cooper & Stoller, 1997).

²⁰No Capítulo “*Between Metropole and Colony: Rethinking a Research Agenda*”, do livro “*Tension of Empire: Colonial Culture in a Bourgeois World*”, Ana Stoller e Frederick Cooper, expõem que a historiografia colonial está tão arraigada do discurso nacional que se cegou para os outros circuitos de conhecimento e comunicação que seguiram outras rotas. Nesta ideia desenvolvida na perspectiva colonial, será este o compromisso ideológico do guia de viagem, no século XIX?

²¹Said (2011: 34-50). O ápice do poderio e ascensão ocidental, notadamente do império inglês, condensou a experiência acumulativa de territórios e pessoas (súditos). Em 1800, as potências ocidentais reivindicavam 55% do território mundial, quando em realidade possuíam 35%. Em 1878 este percentual chegou a 67%, um crescimento imperial de 220 mil quilômetros quadrados por ano! Este é o aspecto de apropriação territorial. Para Said, pouca atenção tem sido dedicada ao papel relevante da cultura na experiência imperial moderna, em sua extensão apropriativa.

O historiador especializado em império, John MacKenzie (1995: 4) promove uma crítica ambiciosa sobre o livro *Cultura e Imperialismo*, de Edward Said (2011). Para o historiador britânico, é quase impossível considerar a relação entre Ocidente e Oriente sem lutar com seus “insights”. A mesma metodologia, concede MacKenzie, é aplicada, por Said, ao relacionamento da Europa com outros países. Assim, (...) *in so far as Said is a historian at all, he is a Whig*. O que parece indicar que, até o final do século XX, toda erudição ocidental envolvendo representações de outros povos é “maculada por seu ponto de vista de domínio político”. Os britânicos passaram por um processo de “*complex moral of the “mutiny”*”, reconhecido nos *Murray’s Handbook for India*, quando estes apresentam claramente um conceito de turismo historicamente didático, ao trazerem as lutas heroicas, por exemplo, e indicam a visita a Lucknow ou Kanpur (MacKenzie, 1995: 147).

Refletir sobre uma concepção de ciência e linguagem, a partir da teoria literária e epistemologias para compreender a história e trazer para o centro a questão das relações de poder e de dialética, pode ser uma função do historiador²². Segundo Hayden White a escolha e a interpretação dos documentos são realizadas a partir da ideologia do historiador e o texto histórico é composto segundo os gêneros literários, como a retórica, com o uso das figuras de linguagem. Portanto, não há a neutralidade comunicante por meio do discursos e tropos. A relação dialética entre pensamento, mundo da ciência, da pesquisa, da intuição com a vida quotidiana, prática, experimental, inerentes à história, que lhe põe sentido, ocorre por meio do diálogo entre passado e presente. O espaço de saber onde se encontram as múltiplas teorias que podem e devem coexistir. Se existe dominação econômica há a comunicação conivente e a produção de conhecimento, correspondentes e de pretensão hegemônica. Contudo, não existe relação passiva ou complacente. Acontecem relações de contatos e de confrontos.

Conceber os guias de viagem como expressão escrita relativa ao tempo histórico, do seu início, possibilita observar os detalhes expostos como dados e pistas. Os dados não são isolados ou inocentes e encerram em si questionamentos em busca de sentidos. São interpretações mimetizadas por criação de imagens e significados comparativos, como práticas históricas.

Os guias reduzem a cidade em uma codificação texto-visual que o leitor retém como verdade. Os sinais de subjetividade emocional característicos do gênero anterior aos manuais, o relato de viagem ou literatura de viagem, são substituídos pela objetividade que tudo prevê.

²²White (2001: 129). Para Haiden White o historiador ‘condensa’ os seus materiais (isto é, inclui alguns eventos e exclui outros), ‘desloca’ alguns fatos para a periferia ou para o plano de fundo e leva outros para mais perto do centro; codifica alguns como causas e outros como efeitos; une alguns e separa outros – a fim de ‘representar’ a sua dissertação como uma distorção plausível.

O leitor aceita e confia nesta convenção que reflete os significados atribuídos de “uso adequado”, para si próprio, da cidade como artefacto prescrito e textual. Uma permissividade passiva no qual o texto surge como utilidade epistemológica e dissimulado em termos de poder por conduzir, de maneira consentida, à obrigatoriedade de execução do texto, que passa da descrição da cidade, do país – mais abstrato – para a descrição dos monumentos, populações, artefactos culturais, mais perceptíveis. As descrições textuais fornecem as possibilidades inexoráveis das atitudes decorrentes dos textos, já que os guias são o que existe de mais próximo do conforto no confronto com o desconhecido. A autoridade dos textos neste momento é aumentada. São eles que conduzem o turista ao encontro do novo. O leitor da viagem, até então, era conduzido imaginativamente por meio da leitura. Portanto, os manuais de viagem superam a ideia romântica, sensitiva e emocional, das viagens e dos viajantes, característica dos séculos XVI ao XVIII.

A manutenção de um estilo do viajante, que perdura entre os séculos XVIII e XIX, merece um olhar mais amplo sobre o modelo anterior de performances de viagens eruditas. O modo anterior continuou a ser promulgado sem modificações ao longo do século XIX²³. Esta linha, em algum momento, contrapõe estudos mais gerais, que apontam a alteração do perfil e dos objetivos das viagens e dos viajantes a partir do surgimento dos *Handbooks for Travellers*, na primeira metade dos Oitocentos. Neste sentido, parece haver consenso entre os cientistas sociais²⁴, sobre a teoria de que, viagens e viajantes, surgidos (com os guias de viagem) e formatados no século XIX, estão coadunados com o poder econômico de um novo tipo, surgido com a Revolução Industrial. Inicia, por conseguinte, o movimento que “impõe uma nova distribuição” dos tempos de lazer mais racional, portanto, com finalidade, organizada e alternativa às distrações e ao desperdício de tempo Corbin (2001). A viagem como lazer organizado, pelos guias de viagem, vem ao encontro desta perspectiva originadora do turismo.

As cidades estão a adequar-se às exigências e aos desejos de lazer de novas camadas sociais, a partir do que é expresso nos guias de viagem. Os *Red Books* são organizadores privilegiados desses espaços. O entendimento da percepção sobre o outro é complexo e o alargamento teórico inibe suposições ingênuas de que é um reflexo simples da realidade (Adler, 1989b)). Uma vez escritas, em relatos e manuais, as viagens tornam-se textos cognitivos, culturais e históricos da sociedade sobre a qual são escritos, e sobre quem os escreve. São fornecedores de referências e interpretações abertas, reconhecendo-se o papel fundamental da imaginação que produz imagens e que se coaduna com o pensamento coletivo, relativo ao

²³Ver sobre o assunto em Adler (1989).

²⁴Gigase, Humair & Tissot, L. (2014). Berty (2001; Prattt, M. L. (1992); Looker, B. (2002).

estrangeiro (Ricouer, 1997; 2000), em geral estereotipado.

Para o estereótipo poder ser compreendido como uma criação de projeção, informal e anedótica, de diferentes características nacionais que resultam da inquestionável ambiência cognitiva crítica e de reflexão cultural presente até o final do século XVIII (Leerssen & Beller, 2007). A percepção da realidade urbana de Lisboa por viajantes, anterior às edições dos guias de viagem poderá ter reforçado os aspectos apresentados pelos guias impressos.

1.3 Imagens ideológicas projetadas na construção da cidade turística

As imagens ideológicas podem ser de funcionalidade integradora ao conformar as ideias imaginativas preexistentes. Configuram-se como arquétipos e/ou imagens hierarquizadas, e/ou redutoras, (Ricouer, 1997; Cabete, 2010; Moura, 1999), definindo um certo estereótipo, do outro. Os relatos de viagens são textos culturais e, portanto, têm uma função que permanece sujeita às mudanças de acordo com a imaginação do leitor, que pode fechar os olhos e “viajar” a partir das imagens apresentadas. O guia de viagem é pragmático e impositivo. O leitor ou turista “viaja” a partir do olhar pré-definido. A participação ativa corresponde à possibilidade de informar mudanças e ou incorreções nos lugares visitados. Desta feita, cria-se uma obra aberta que tem, e incentiva, a participação ou coautoria dos usuários.

A função da imagiologia é identificar e analisar, na perspectiva de funcionamento das estruturas e suas configurações, e não estabelecer a sua função ideológica (Dyserinck, 1997). Desta forma, a análise da imagem permite o entendimento de como funciona a estrutura do pensamento. A literatura é um campo que fornece as imagens de encontros de confrontos culturais entre nacionais autóctones e estrangeiros (Simões, 2018). Na perspectiva apresentada, contrariamente a imagiologia poderá ser útil tanto para a criação quanto para a “destruição dos estereótipos”. Esta visão retira o poder ideológico do manuseio das imagens²⁵. Contudo, a definição ou opção pela construção estereotipada do “outro” assume a função ideológica, adequando-a à representação, como imaginário social, elaborado por quem a produz (Pageaux, 1992)²⁶. A imagem para ser investigada como tal, deve ser *image d'un référent étranger, image*

²⁵Dyserinck, afirma que a imagiologia não é parte de nenhum pensamento ideológico e sim parte do processo de desideologização. Insiste que o estudo imagético pode ajudar ao entendimento do poder e da manipulação de correntes ideológicas. Para uma conceituação mais ampla sobre a imagem construída e a sua relação com o discurso, não só no âmbito da Imagiologia, indica-se o livro dos autores Courtine & Haroche (1988).

²⁶A imagiologia literária, em Pageaux, propõe-se a ser um estudo de ideias sobre o estrangeiro tomadas num processo de escrita e de socialização. Ao trazer a imagem do estrangeiro em paradigma de alteridade, reconhece-se os critérios e a normas que estão na base das continuidades e rupturas.

provenant d'une nation ou d'une culture, image créée par la sensibilité particulière d'un autre (Moura, 1999: 41). Há o imaginário localizado no outro, no estrangeiro. Pode-se, talvez, direcionar esta percepção para o guia de viagem do século XIX, quando este expõe confrontos de imagens entre o turista, e suas referências urbanas, principalmente, e o outro, no local visitado.

Quando há a opção do conhecer por lazer, no caso do turismo, o referencial impulsionador do conhecer o outro é o exótico, o diferente, o estrangeiro (Pratt, 1992: 209). As imagens construídas pelo estrangeiro que chega têm como referencial comparativo de exaltação as autoimagens, em gênero carregadas de pré-conceitos estabelecidos relativos às imagens do “Outro”.

A construção do discurso, como continuidade ou como ruptura, norteia o trabalho textual que tem por objeto expor as faces de uma certa repetição de padrão. Estabelece, assim, uma forma de movimento da epistémé como um conjunto de relações e práticas presentes no discurso, que permite compreender o jogo das coações e das limitações. Um espaço no qual acontece, em um momento determinado, que se impõe ao discurso e expõe caminhos para o debate de questões sobre o pensamento originado e originário de práticas discursivas, gerando positivities que avançam antes das suas epistemologias, (Foucault, 2008: 212/220). Em certo viés, robustecem a base de estudos mais específicos, como o Orientalismo, (Said, 1978. Entre o “nós” (Ocidente) e “eles” (Oriente) instala-se um discurso de distanciamento que, por ser dicotômico, expõe superioridade *versus* subalternidade.

O estabelecimento do poder econômico como paradigma de função antagônica dos que estão “deste lado da linha” ou dos que estão “do outro lado da linha”, talvez encontre ressonância e relevância. É possível que seja esta a base da visão questionadora de Bhabha (1994: 111 e ss.) com a sua tese sobre o discurso híbrido²⁷ do texto enquanto expressão real do olhar do “Eu” contra o “Outro”, especialmente nas histórias de matiz colonial. O contato entre culturas espelha a narrativa do progresso e da modernidade, associada ao iluminismo. Há cumplicidade no envolvimento colonial e modernidade. Esta caracterização ou divisão conforma, também, um sul metafórico, de presença ideológica, dentro das fronteiras geográficas, internas nos países do espaço europeu.

Se o surgir dos guias de viagem, como produto-resultado das relações de poder e de

²⁷Ver Bhabha (1994: 39, 111, 275 e ss.). Homi Bhabha desenvolveu o conceito de hibridismo como resultado de formas diversas de colonização que promovem choques e interação ou intercâmbios culturais. As características culturais autóctones não são rejeitadas pelo colonizador e sim repetidas como diferentes (híbrida). De certo modo, nesta perspectiva revoga-se a ideia do purismo ou do isolamento cultural.

expressão capitalista e colonial, produz um tipo de prerrogativa de dominação, é possível, numa interpretação alargada, afirmar que a problemática do “Eu” e do “Outro” é derivada de um tipo específico de poder dialético e relacional, entre os povos. Escritores ou historiadores tendem a apresentar o seu tempo e lugar com “cores mais favoráveis”, como por exemplo, a história de Inglaterra escrita por ingleses e para ingleses, uma espécie de “ vaidade das nações”, (Collinwood, 2007). Neste caso, ressalta que a “natureza humana(...) é a natureza dum europeu ocidental(...)” e que o mesmo empreendimento se fosse levado a cabo numa época e num lugar diferentes, poderia ter produzido resultados consideravelmente diferentes.

A absorção de formas de conhecimento relacional em linguagem ou abstração “de lá é melhor” e percepções da alteridade, faz surgir um campo de construção ideológica que apregoa o suposto carácter universal da experiência europeia do Norte, ou britânica, e que se direciona para um entendimento da experiência dos demais países europeus a partir dessa particularidade (Maldonato-Torres, 2008: 71-114). Neste esteio, os “*Murray’s Guide*” eram um produto, em seu conjunto de abrangência, criados para responder às necessidades de lazer para o inglês com condições “intelectuais” e económicas para viajar. E, de certo modo, estabeleciam um retrato de como o inglês, conservador, anglicano, vitoriano, enxergava outros povos e culturas (Lister, 1993a/b; Goodwin & Johnston, 2013)²⁸.

As viagens são parte inexorável no imaginário do homem como avidez, como necessidade e como sonho de desbravar outros mundos. Os relatos de viagem escritos por viajantes ingleses, em um tempo, contextos e interesses específicos, que tiveram como objetivo a região Ibérica, parecem fornecer os alicerces informativos, para a produção dos *Handbook for Travellers in Portugal*²⁹.

Neste âmbito, situa-se o *Handbook Portugal: a complete guide for Lisbon...*, que pretende ser completo de informação sobre o Portugal a ser visitado. Assume-se como interlocutor entre habitantes, espaço, tempo e turistas. O guia de papel apresenta-se como protetor do viajante, quando este chega ao local e retira deste a necessidade “*of a personal encounter with a local guide*” (Allen, 1999: 213-226). Estabelece um pré-conceito sobre o

²⁸De acordo com Goodwin & Johnston (2013), a classe que viaja, neste início do turismo moderno, em Inglaterra é, geralmente, composta por ocupantes dos postos mais altos. Provavelmente, por esta razão, encontrarmos nos guias de viagem Murray apenas os nomes dos hotéis ou de restaurantes os quais são referidos como de primeira classe, como veremos nos capítulos seguintes.

²⁹O Catálogo da Exposição Viajar, Viajantes e Turistas à descoberta de Portugal no Tempo da I República, Casa da Moeda, Imprensa Nacional, editado em 2010, indica o *Handbook for Travellers in Portugal*, de John Murray, 1855, cronologicamente, como entrada de Portugal no circuito internacional do turismo. John Murray III (1808-1892) fez publicar o primeiro *Handbook for Travellers in Portugal*, em 1855, escrito pelo Reverendo John Mason Neale (1818–1866) e sem assinatura no mesmo. A esta edição seguiram-se outras nos anos de 1856, 1864, 1875, 1887.

nativo/receptor e impõe a existência do produto.

Foucault (1979; 1999b; 2008) apresenta um conceito desestruturante no qual sobressaem os processos históricos que se agregam ou não a partir das circunstâncias, com o qual concordamos. Não há linearidade ou realidades concebidas *a priori*. A radicalidade está na existência humana enquanto possibilidade: tanto aquele que se manifesta numa teoria quanto aquele que silenciosamente é investido numa prática, fazem parte de um mesmo conhecimento interpretativo. Há uma multiplicidade de saberes que se entrelaçam sobre o que é conhecível. Caminho sugerido por Said (1978) sobre a apropriação epistêmica do Ocidente e reforçado em Bhabha (1994: 5 e ss.), ao tratar da abordagem sobre estereótipos é mister perceber a ambivalência no processo de alteridade para a “desconstrução de limites entre o “Eu” e o “Outro”.

1.4 Londres: cidade, império e nostalgia

Estudos clássicos sobre cidades europeias³⁰, permitem estabelecer um conhecimento alargado de similaridades urbanas, presentes nas imagens descritas nos guias de viagem Murray para a cidade de Lisboa, fornecendo indícios epistemológicos aproximativos de construção da cidade como resultado e resultante da relação entre os homens e espaço urbano, mediados por interesses económicos e ideológicos. Mister é criar um arcabouço que articule coerência, unidade e direção capitalista (Braudel, 1985; Choay, 1965; Wallerstein, 2007; Harvey, 2003; Benjamin, 2007b).

Os livros guias, como sua face mais conspícua, exaltam a história de Londres associada aos nomes dos personagens e eventos gloriosos (Looker, 2002: 7). A exemplo da exaltação imperial o turista ou o nativo encontra, no *Poet's Corner of Westminster Abbey*, lembretes de homens que contribuíram com a sua escrita para a *Britain's greatness and glory*. O motivo que faz o turista inglês percorrer outras cidades é, talvez, uma nostalgia de sua cidade. Não seria também uma espécie de nostalgia? O passado apartado do seu tempo que o turista busca nas viagens que nunca existiram, a não ser como narrativas de outrem e em imaginação provocada por construções ideológicas. Estes constructos são fundamentais para a criação e desenvolvimento do mapeamento da principal metrópole imperial do século XIX. Os textos,

³⁰Ver sobre o tema também em Munford (2011); Choay (1965); Benevolo (1996); Benjamin (2007a). Sobre a cidade de Londres Vitoriana, especificamente ver Owen (1982). E sobre uma visão atemporal do conceito de cidade e uma discussão sobre a cidade moderna indica-se Calvino (1994).

como toda linguagem, não podem ser inocentes. O discurso assume um papel relevante na elaboração do significado e projeção das ideias predominantes.

Armando Gnisci (1992), a respeito, do “Eu” e do “Outro” em imagem constitutiva da linguagem como construção de espaços epistemológicos escreveu um instigante ensaio sobre a construção da Europa em processo de alteridade e identidade. O olhar direcionado em confronto comparativo estabelece o diálogo, quer autoritário ou de subordinação. Talvez uma característica atávica do processo de civilização europeia. Com esta perspectiva como base de análise, o que se estabelece de paradigma do outro, a partir de si mesmo, torna-se uma importante dimensão a ser considerada por nossa investigação, tendo o *Handbook for Travellers in Portugal – Section I Lisboa*, nas edições de 1855, 1856, 1864, 1875 e 1887 o ponto de interseção que expressa a imagem de si mesma em confronto com a percepção do outro, no caso, portugueses.

Na introdução de sua obra, *The Government of Victorian London, 1855-1889*, David Owen traça um quadro de Londres, do século XIX, como um importante centro de manufatura, porém, com a sua indústria ainda organizada sob “linhas medievais”. Para o autor, a expansão inicial de Londres aconteceu por meio dos novos centros industriais do Norte e que os ventos da “nova tecnologia” não atingiram todos os setores produtivos como comércio, área de investimentos e indústria manufatureira: “*Until the new Houses of Parliament were completed in the 1850s, official London had only Inigo Jones's Banqueting Hall, Sir William Chambers's Somerset House, and William Kent's Horse Guards to symbolize the wealth and power of the Empire*”, (Owen, 1982: 24). Se a Inglaterra vitoriana era a maior potência mundial, Londres, no período, não dispunha de edifícios públicos imponentes e espaços abertos impressionantes.

A face londrina, na primeira metade do século XIX, reflete a ebulição do crescimento demográfico e suas consequências. Um espanto compreensível diante de um mundo desconhecido e paradigmático do capitalismo industrial.

Os dois aspectos, espaço e tempo, como resultantes e impulsionadores da investigação estão presentes sob forma de perguntas sobre o olhar do Império Britânico, em meados do século XIX para a cidade de Lisboa. Neste contexto procuramos expor as imagens projetadas que estabelecem dicotomias e a necessidade de expansão do Império como construtor de futuro. Ele é o novo em detrimento do “Outro” antigo e arcaico. As estratégias de dominação por meio da viagem dos ingleses estão no âmago da publicação dos Guias de Viagem Murray, que impõem autoridade e distinção para quem os possui.

O Guia de Viagem expressa uma instituição do qual é parte inexorável e que define linguagem, verdades, doutrinas, privilégios expressos em imagens simbólicas. O conhecimento

exteriorizado em suas páginas, pretensamente destinadas a guiar ao lazer, emerge e retorna à comunidade de origem, em sentido de práxis. Parte de um tempo e de um lugar para ganhar outros tempos e espaços: teoria em busca de prática. Objetivo e confiável enquanto resultado de pesquisa e da vivência de quem o escreve.

A produção de subjetividades contorna as informações sobre a cidade tornando-a receptiva ao lazer para o público inglês. Conhecer a estratégia mercadológica do editor para com o produto guia, é uma opção para perceber o arcabouço intrínseco e expresso do início do turismo moderno. Se alargarmos o campo epistemológico do tema percebe-se um diálogo do momento temporal ao qual se cinge a nossa investigação. Um fértil campo para futuros trabalhos de pesquisas se abre a partir do que enquadrámos como nosso objeto e objetivo de trabalho.

Em síntese: pode sugerir-se que o surgimento de um produto que organiza o olhar do turista inglês sobre a cidade de Lisboa é parte conceptual e ideológica para estabelecer fronteiras exógenas dentro dos espaços urbanos originais, por parte império britânico.

Capítulo II

A Mundivisão do Império Inglês presente no *Murray's Handbook for Travellers*

2.1 Viagem e alteridade

O olhar de quem escreve, em muitos casos, torna-se bastante rigoroso, constituindo-se em uma relação assimétrica de identificar o outro. Os mecanismos são utilizados para efetivar a identidade coletiva distinguindo o seu próprio povo dos outros. Por isso, buscam e desenvolvem modos de comunicação com o intuito de domar e “civilizar constituindo-se em assimetria etnocêntrica” (Rüsen, 2004; 2008)³¹. A narrativa tem reforçada a práxis, distinta do reconhecimento do outro como parte de si mesmo, ou como a lógica da reciprocidade e de reconhecimento de cada um como único. Ou ainda como uma narrativa imperialista: “o poder de narrar ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos” (Said: 2011: 11). Uma estratégica ideológica e cultural como forma de escrever a nação como narração. Na produção conceitual da nação ocorre “uma cisão entre temporalidade continuísta, cumulativa, do pedagógico e a estratégia repetitiva, recorrente e performático. É através deste processo de cisão que a ambivalência conceitual da sociedade moderna se torna o lugar de escrever a nação” (Bhabha, 1998: 207).

Os guias são olhares urbanos atentos e carregados de informações, pretensamente não emocionais, e reservam-se ao direito de apresentar visões particulares, de determinadas áreas das cidades. Há uma certa padronização estética comparativa, e, portanto, ideológica. Criam contextos, que mantêm a interface com o turista, mediados por espaço e tempo (Adler, 1989: 7-29). Estes manuais retratam os significados particulares dos espaços, dos monumentos e dos habitantes das cidades por meio da autoridade que eles reivindicam como um tipo específico de texto. A eficácia em sancionar formas de ver segue uma lógica própria de padronização. Por

³¹Rüsen (2004: 118-129; 2008: 261-269). A concepção da história com base no etnocentrismo pressupõe o jogo altérico a partir de “narrativas-mestras” nas quais o estabelecimento de diferenciações – que causam tensões, desconfortos, subalternidades – prevê os chamados “choques civilizacionais” que expõem poder por meio do subjugação cultural porque é também econômico. Para Rüsen, são as relações assimétricas a base conceitual sobre a qual se estabelece o etnocentrismo. E que é possível construir uma nova base para desconstrução do etnocentrismo e, por conseguinte, uma forma nova de escrever a história.

esta ótica, qual o processo estabelecido entre alteridade e identidade dentro dos guias de viagem como um organizador minucioso, na cidade de Lisboa?

Os relatos de viagens são os predecessores turísticos dos guias. Das ruas e dos habitantes de Lisboa têm-se imagens construídas pelos estrangeiros que, por diversos motivos, visitam a cidade. O aspecto da segurança, os viajantes em geral, mencionam, em destaque, incluindo as formas de vestir de alguns homens, a presença de negros nas ruas da cidade, a falta de iluminação como fator de favorecimento da insegurança. São expressões do seu tempo histórico e refletem, de certo modo, os conflitos e dominações políticos e que, nas suas representações simbólicas, se encontram os conceitos ideológicos vigentes (Godinho, 2015). Para a cidade de Lisboa, irão além, ao serem sempre mencionados os aspectos de beleza e de luminosidade, ou seja, aspectos da Natureza, que a distingue dentre tantas outras cidades. A parte natural, exótica, diferente porque é antiga é o que ressalta para ser visto e conhecido pelos turistas ingleses.

O viés comparativista e carregado de preconceitos, no olhar sobre o “Outro”, também está presente nos Guias de Viagem de Karl Baedeker, sobre algumas regiões italianas, como exemplo. Quando no breve resumo sobre o universo antropológico imaginário da Itália, informa que *“that the inhabitants of Tuscany are “effeminate and refined”, Romans are “grave and proud”, and Neapolitans are dishonest and perfidious”* (Allen, 1999: 213-226). Há, por trás das informações, ditas imparciais, impressões fortes de quem escreve, um carregar nas tintas, da diferenciação que nega semelhanças. A justificativa na perspectiva do jogo de Identidade e Alteridade é presente na relação entre o viajante e o “Outro”. O relacionamento é mimetizado na cidade visitada, como uma continuidade de impressões, expressas por meio de discursos. Em Itália, assim como Espanha e Portugal, as imagens são fortes, viajam, justificam e reforçam o diálogo de confronto entre Identidade e Alteridade (Gretton, 1989).

Roland Barthes (1999) assevera que a viagem foi substituída por uma codificação, na qual o Guia de Viagem oculta o que interessa ser ocultado, com o intuito de aniquilar a humanidade do país, em exaltação aos espaços e monumentos, ao minimizar a capacidade de observação do turista. Para este autor, com as informações presentes nos guias *“solo conoce el paisaje bajo la forma de lo pitoresco”*. A exemplo do Guia alemão de Karl Baedeker, o Guia de Viagem Joanne, francês, também apresenta um discurso burguês, imagético estereotipado e de pré-conceito. Para Barthes (1999: 68), *“la Guía Azul los hombres sólo existen como “tipos”. En España, por ejemplo, el vasco es un marino aventurero, el levantino un jardinero alegre, el catalán un hábil comerciante y el cántabro un montañés sentimental. [...] La etnia hispánica se reduce a un vasto ballet clásico, a una suerte de comedia del arte muy cuerda, cuya tipología sirve para enmascarar el espectáculo real de las condiciones, de las clases y de los oficios.*

Socialmente, para la Guía Azul, los hombres existen únicamente en los trenes, donde pueblan una tercera clase "mesclada".

A prerrogativa avaliativa sobre os povos e sobre as cidades visitadas era parte indissociável dos primeiros guias de viagem. Há preocupação em distinguir os viajantes turistas como hierarquicamente superiores, sejam turistas franceses, alemães ou ingleses. Para tal, o estabelecimento das diferenças económicas e culturais é uma constante nestes manuais.

A escrita e a imagem, fundadas por convicções ideológicas, exprimem diferenças estandardizadas de grupos sociais, que se transformam em ícones nacionais daqueles grupos. Passam a significar emblemas pelos quais aquele povo é referenciado. Assim é a impressão que surge da cidade retratada pelos guias de viagem de meados do século XIX. Há uma ideia da cidade configurado em um modelo pré-existente do autor e do editor. Os comportamentos originados, tendo por premissas os estereótipos, formam crenças nas quais as relações, enquanto dialética, não podem existir (MacGarty et.al, 2002: 9). As imagens, como evidências objetivas e formadas a partir dos estereótipos, necessitam de uma pré-existência ideológica, unificante e nacional, para que surja o olhar sobre o “Outro” diferente e submisso do “Eu”.

As representações desenvolvidas com enunciados estereotipados fortes, que se tornam atributos representativos e reconhecidos como tal, imputados a um determinado povo, não desaparecem. Fortalecem-se ou são relativizados no tempo, amalgamados por camadas de contra-imagens que se sobrepõem, se caso seja. Como continuidade, as personificações nacionais, no geral, assumirão as polaridades construídas (Bhabha, 1994: 19). Ao caracterizar as imagens como “*passion and arrogance in the Spanish, joy and rationalism in French, refinement and immorality in Italians, softness and pugnacity in English, etcetera*” cria-se uma polaridade de contrastes constituindo a identidade do diálogo como confronto com o “outro”, expressa por meio dos guias de viagem, (Leersen & Beller, 2007: 343).

O discurso é a imagem é que possui o poder de escrever a realidade ideológica de quem o pronuncia. Portanto, talvez seja correto afirmar que não há neutralidade em narrativas, mas um constante descrever o “Outro” a partir da autoimagem. Pode-se seguir a linha interpretativa que conduz ao basilar do discurso de viagem, ou de ver o Outro, como buscar na diferença o autorreconhecimento. Nesta direção, ao tratar do outro, o viajante edifica uma representação de si mesmo, que pode ser tanto na viagem física, presencial, quanto na leitura de viagens (Torrão Filho, 2008: 343). Ocorre a produção, ou réplica mediatizada interpretativa, de uma dada realidade ou de uma sociedade estrangeira.

Existe uma visão epistemológica de exaltação de identidade, e do espaço urbano, em contraste divisor entre o “Eu”/Centro e o “Outro”/Periferia, também dentro da Europa. Há

distinção entre quem chega e quem é autóctone, apresentada por imagens construídas pelos guias de viagem, e que atende aos propósitos, de um dado tempo histórico, com referência aos aspectos económicos e culturais, principalmente.

A cidade, em imagem do outro, deve responder ao suposto global de industrialização do qual surge como um modelo de urbanização gerado por novo momento “civilizacional” originado em Inglaterra. A cidade apresentada pelos guias de viagem deve ser diferente, pitoresca, *naïf*, da cidade originária do leitor. O país como um todo não o é. Há que se eleger cidades, e dentro destas os espaços que melhor condizem com a viagem proposta por guias impressos, como destino. Uma estratégia justificada por uma necessidade imperial de auto distinguir-se como moderna à procura da outra face comunicante do atraso, do antigo do que deve ser reconhecido como diferença e contraponto. Os dois polos estão presentes na Europa: Norte *versus* Sul: o centro como moderno e a periferia enquanto antigo e em atraso económico, principalmente.

Com este fito é desenvolvida a imagem do “Eu” *versus* o “Outro”. Quem chega munido de autoridade de um guia inglês e quem recebe impositivamente. Neste jogo dialético e desigual, em objetivos, dá-se o encontro dos primeiros turistas, que chegam em grupos com os seus locais previamente definidos do que viver na cidade, no curto espaço de tempo de permanência. A estranheza é de ambos e configura um quadro conformado, em finalidade, com o Guia Murray. No princípio não há o diálogo e sim um monólogo revestido de poder que explicita a intromissão como direito. A cidade foi repartida para ser consumida, admirada, exposta em sua simplicidade urbana. Porém, a relação pressupõe um chamado para o “novo” que chega. A industrialização prevê a modernidade e uma mentalidade diferente. A Europa se reinventa em imagem de si mesma.

O jogo narrativo impositivo, as representações desenvolvidas pelo editor e escritor dos “Guias de Viagem” elegeram e criaram ambientes, espaços e culturas a serem visitados, a partir de um desejo ou necessidade, presumidos do seu leitor viajante.

A narrativa reforça a práxis, distinta do reconhecimento do outro como parte de si mesmo. Uma lógica de reciprocidade e de reconhecimento de cada um como único, de carácter insubstituível que é mimetizada em diálogo entre identidade e alteridade. Um reconhece-se e se exprime no e pelo outro, criando um campo de ação. Indivíduo e comunidade constituem-se na identidade, recebendo tais narrativas que se tornam as suas histórias efetivas (Ricoeur, 1997:45). Os guias ingleses assumiram-se como mediadores, em narrativa, de um modo exclusivo e distinto de difundir a identidade imperial por meio dos seus leitores turistas. Uma representação em movimento de um género novo que excitava por meio da concretude da

narrativa: informações precisas e lineares de pedaços ou fragmentos de cidades, apresentadas como um todo.

De um modo geral, os guias de viagem de Inglaterra, Alemanha ou França promoveram um tipo de informação oriunda dos censos, dos mapas, dos monumentos, das gentes. Imagens constituídas de um mundo articulado sob a égide dos impérios. Com estas, foram construídas as identidades etnocêntricas que viajaram em confronto altérico com outras Nações. Para tal pleito, foi necessária a articulação de um público específico ávido de lazer que ao viajar e levar consigo o seu livro-guia fosse capaz de expressar a diferença entre o moderno e o atraso.

Os Guias de Viagem Murray, no caso inglês, encontram este público em uma elite anglofônica, fomentando uma “comunidade imaginária” global. Uma espécie de mito que se pretendia supranacional por promover o lazer por meio das viagens. Nesta linha, pode-se indicar que o Guia de Viagem Murray, este enquanto elemento do “capitalismo editorial”, compôs, com os demais artefactos de dominação branda – “a bíblia, a bandeira, o comércio, o cristianismo” –, um quadro relevante na construção da imagem do Império Britânico (Anderson, 1991: 70 e ss.).

A mesma pretensão pode-se notar no Guia de Viagem de Karl Baedeker. De acordo com a investigadora Maria João Cordeiro, em sua Tese de Douramento Olhares Alemães: Portugal na Literatura Turística Contemporânea, o guia alemão reflete o gosto da burguesia alemã em ascensão. E também este coincide com as alterações históricas ocorridas na Alemanha, na primeira metade do século XIX. Podemos avançar e ter a mesma indicação em relação ao *Guia Azul*, da França. São os olhares imperiais em busca de uma representação serial, uma dominação de partes preferencialmente antigas das cidades para os seus nacionais. Uma experimentação *in situ* da materialidade colonial por meio do turismo³².

Os primeiros manuais de viagem, e toda a cadeia de serviços derivados, têm, conceitualmente, um público-alvo, que irá ampliar-se na proporção do desenvolvimento de técnicas e tecnologias como a locomotiva a vapor e o telégrafo. Nesta perspectiva, é pertinente sugerir que o poder subjacente ao grande negócio do turismo, simbolizado nos Guias de Viagem, reinventa cidades, lugares, necessidades e culturas. Contribuíram para a formação imaginária por meio de experiências sensoriais e potenciais, como escolhas a serem vivenciadas e consumidas. Podiam criar necessidades, gostos e preferências de uma cidade dentro de um país. O Guia Murray, inglês, enaltece a cidade de Lisboa, escolhida como epicentro de Portugal,

³² Hancock (2003). Paris e Londres disputavam a capital do século XIX por meio dos discursos construídos por meio do texto dos guias de viagem. A análise do cenário urbano das duas capitais europeias, os valores morais, as tendências políticas e culturais entre 1800 e 1870.

para expressar os valores do capitalismo nascente e da economia liberal. Portugal recebe, do Guia de Viagem Murray, uma avaliação desprestigiada em várias passagens. Percebe-se, contudo, o destaque de Lisboa das demais cidades portuguesas. Ao escrever sobre a capital portuguesa, John Mason Neale, autor do *Handbook for Travellers in Portugal*, exerce uma narrativa amena e elogiosa em muitas passagens, conforme veremos nos capítulos desta investigação.

A espacialidade é um novo componente significativo da apreciação histórica, pois permite um distanciamento de quem expõe esta relação, por trazer uma mediação interpretativa porque se encontra para lá destas relações (Maldonado-Torres, 2008:81). A palavra escrita e as imagens têm um poder real, físico, por gerar comportamentos. A linguagem é um resultado, e também um fomentador e articulador das relações entre o “Eu” e o “Outro”, e “não nasce sobre um fundo de silêncio; ela nasce sobre um fundo de discurso”, (Veyne, 2008: 76), legitimador ou contestador, no momento presente.

As fronteiras geográficas e de representação da Europa foram construídas de dentro para fora. A partir de si mesmo a o império fundamenta o contato com o “Outro” (nação/periferia). Para Pratt (1992: 98 e ss), as elites são frequentemente reconhecidas por sua hospitalidade. Os aristocratas europeus são distinguidos pelo seu modo de vida. Existe, portanto, um autorreconhecimento – como espelho identitário – entre o poder económico e modo de vida. Quando o espelho se amplia e desfoca para a nação/sociedade, é possível constatar o confronto diferenciador. Pratt (1992: 150) apresenta, como exemplo da diferenciação, a sociedade espanhola, representando a periferia em contraposição ao centro, quando esta é implacavelmente acusada de atraso, indolência e, acima de tudo, como um fracasso para explorar os seus recursos. O olhar sobre o outro há que ser implacável. O jogo discursivo, como forma para estabelecer a diferenciação econômica e cultural, está presente em todas edições consultadas dos Guias de Viagem Murray.

Com o turismo pós-*Grand Tour*, o olhar sobre o outro, apoiado no poder e na diferenciação de ser viajante, permite um conhecimento prévio adquirido através de um guia de papel. O texto escrito, carregado de simbologias, é o veículo onde a imagem do Outro aquela que é compatível com a ideia do leitor sobre que o texto exprime, de modo explícito ou implícito. O “*parler de l’Autre c’est aussi parler de Moi par rapport à l’Autre et qu’ainsi se dessinent (plus ou moins nettement dans des textes, concédons-le) les attitudes mentales*” (Pageaux, 1992: 86). O viajante e o turista, são sempre pessoas estrangeiras que chegam e “ocupam” o espaço simbólico do outro.

A relação entre espaço de cidade e estrangeiros ou entre os viajantes e seus relatos de

viagem adquirem uma hermenêutica própria. A ideia romântica das viagens dos séculos XVI ao XVIII é alterada. O pragmatismo representa o novo olhar intermediado por um condutor físico de papel que minimiza o reconhecimento imaginativo do visitante ao indicar o que pode e não pode ser visto e vivido na cidade.

A personificação das ruas e dos habitantes da cidade de Lisboa, sugerida aos turistas ingleses, através dos Guias de Viagem Murray, será a imagem construída com prováveis noções interpretativas dos discursos de estrangeiros, notadamente britânicos, que viveram ou visitaram a cidade por diferentes motivos. Estas imagens, resultantes de complexos esquemas de rivalidades entre a identidade de quem visita *versus* alteridade, direcionam os primeiros à apropriação exógena do espaço urbano e aos correspondentes discursos legitimadores ou negociadores.

A linguagem de negociação aparente, a priori, tem por objetivo desmistificar a contradição, em seu contexto histórico e cultural. Brown (2001), cunha esta tentativa minimizadora de fábulas da modernidade, e chama a atenção para o caminho duplo. Pode ser, também, uma forma de aumentar uma estrutura de julgamento ou de consolidar preconceitos. A modernidade tem a sua constituição na imagem e no discurso altérico, onde surge com mais veemência a figura do não europeu e da mulher (Brown, 2001: 4-7). Ou talvez, entre as figuras de menor posse econômica do período considerado. A narrativa que se apresenta nos guias de viagem tem o aspecto de encontro ou mesmo de confronto entre o “Eu” e o “Outro”. O ponto de partida e de chegada de um percurso reflexivo se realiza a partir de todos os envolvidos. Não há uma narrativa eticamente neutra, mas um jogo dialógico de Identidade e de Alteridade na construção de suas histórias, (Rocha, 2006: 45).

O “Outro”, percebido como consciência da contraposição ao Eu, pressupõe distanciamento entre duas realidades ideológicas que se impõem em termos comparativos. A realidade não existe *a priori* e sim como significado de um modelo de subordinação cultural que “observa” o “observado” para utilizar a expressão de Daniel-Henri Pageux (1992), para quem é importante conhecer os “fundamentos, as composições imagéticas e a função” da mesma. A macro projeção criada por textos, por censos ou por mapas, influencia a formação da opinião generalizada, como verdade, sobre o Outro em contraposição ao Eu. Ao apresentar a cidade aos turistas ingleses, os guias oferecem ao consumo a imagem pré-concebida e estigmatizada para atender aos seus objetivos primeiros.

A produção dos tempos modernos exigiu a criação de novas formas de subordinação. A experiência colonial, principalmente para Europa, tem um marcante componente ideológico. Muda-se a forma para permanecer o mesmo fundamento de poder. Há uma simbiótica relação

entre poder e conhecimento que concretiza o ser. Rojek (1997: 52-57) sugere cautela à conceituação de mudanças drásticas epistemológicas e culturais produzidas na modernidade. Vai além, ao trazer a perspectiva que talvez a lógica cultural dos signos também tenha existido nas sociedades pré-industriais como importantes representações no cotidiano, que instigavam a imaginação entre “anjos e demônios e outros fantasmas da imaginação”. Porém, a era moderna revolucionou a forma do olhar e de perceber espaços, especialmente com a entrada dos transportes de massa, notadamente com o aumento da construção das linhas ferroviárias, e das categorias de tempo e velocidade inerentes a estes.

A imagem surgida nos textos guionistas forja uma narrativa que justifica a dominação imperial. Para a nossa investigação, contudo, a forma de apreensão da realidade não consegue separar-se da linguagem. Não é algo apriorístico e sim resultante de intensas relações assimétricas imperiais. Este aspecto é relevante para compreendermos como a linguagem comunicante, presa ao guia de viagem inglês, reflete estas relações. O *corpus* da análise é constituído pela linguagem expressa nos textos dos guias, quando estes assumem o discurso de enaltecer o exótico, o antigo, o que deve ser apreciado pelo turista inglês que o faz orgulhoso da modernidade do seu país. São construídos personagens que corroboram com o *status quo* existente inicialmente como imagem. A representação do Outro estrangeiro, que chega, conformado em um conjunto de relações justificadoras de culturas subalternas que suportam a função superior do “Eu” inglês, do moderno império.

Para Pratt (1992: 11-30), o imperialismo se impõe por uma dominação ideológica para construir uma consciência eurocêntrica, ou seja, como produto e como agente responsável pela construção de visões de mundo, autoimagens, estereótipos étnicos, sociais, geográficos e que se legitimam pela interferência direta no imaginário das pessoas com ele envolvidas. Ainda que o foco permaneça no imperialismo e na dominação, Pratt procura formas de mitigar uma perspectiva reducionista e difusionista.

Os *Handbooks for Travellers in Portugal*, em suas edições, apresentam discursos e imagens que delimitam o “Eu” inglês e o “Outro”, portugueses. As subalternidades existentes são discursos e práxis disponíveis no tempo da história, em método observativo e comparativo, por meio de narrativa, também, imagética, e que, posta ao serviço deste método, permite estabelecer tipologias e diferenciações. Said (1978: 57), reforça que o poder de narrar, ou impedir que se formem e surjam outras narrativas, é importante para o imperialismo. A história é formulada ou narrada a partir da visão de quem a conta, e por um saber que justifica ou narra a exploração. Há uma apropriação da forma do conhecimento.

A observação do outro presente nos guias de viagem é etnocêntrica e percebe o outro

observado com estranheza ou singularidade comparativa. O sentido do observador estratifica pessoas assim como também estratifica a nação. Desta forma cresce o fosso estabelecido, *a priori*, pelo Império Britânico, que não se aceita em processo dialógico e sim como verdade a ser espalhada por meio do discurso turístico iniciado pelos Guias de Viagem Murray. O discurso, ao ampliar-se, rompe o nexo de linearidade. A produção da subjetividade em linguagem produz os antagonismos. A alternância é uma “latência sempre presente” ocasionada pelas contradições e subalternidades³³.

Desalojar formas e forças pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens, talvez seja um preceito de urgência para renunciar a todos esses temas que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso, Foucault (1999: 24/28). A lógica perdura no tempo, porém, os sujeitos da ação se alteram. Um dos mitos da modernidade é não reconhecer este princípio e tentar romper com o passado. Contudo, deve existir a pré-disposição, em tempo e espaço, com as relações humanas e económicas de poder para que as mudanças ocorram³⁴.

Josep Leerssen e Manfred Beller (2007) afirmam o “caráter nacional” como resultante das imagens produzidas de outros povos e estabelecem que uma dada realidade é a área criada a partir de percepções desta mesma realidade. Há, portanto, um descompasso entre o que é realidade e a apreensão desta por meio da imagem construída. O nacionalismo se expressa por meio do que é absorvido em comparação ou confronto com o outro (Hardt & Negri, 2001: 408-409). Para os autores, o etnocêntrico parece prevalecer, visto que o contato com diferentes culturas, de certo modo, põe em relevo particularidades específicas e de caráter autóctone, que são percebidas como singularidades ou estranhezas. O imperialismo, como um fenómeno contínuo e inacabado, pode significar o principal elemento condicionador da cultura ocidental. Um só adquire sentido na comparação com o outro, quando acontece o autorreconhecimento de si mesmo³⁵.

A relação assimétrica, entre os dois polos de identidade e de alteridade, produz uma memória histórica conflituosa e de negação por parte de quem está fora da fronteira geopolítica, de um dado espaço. Um desenvolve modos de relação comunicante, com o objetivo de

³³Hardt & Negri (2001). Para os autores, a subjetividade está inteiramente imersa na troca e na linguagem, mas isso não quer dizer que agora seja pacífica. O desenvolvimento tecnológico baseado na generalização das relações comunicativas de produção é um motor de crise, e o intelecto geral produtivo é um ninho de antagonismos.

³⁴Harvey (2003); Lefebvre (2000). A cidade moderna é um produto do capital que cria, desenvolve e constrói seus espaços. A partir de um estudo sobre a união do capital financeiro, intelectualidade e construtores foi possível criar a Paris moderna, das grandes avenidas e boulevares. Ver também sobre a produção do espaço urbano.

³⁵MacKenzie, (1995). Consultar para conhecer uma visão do Império Inglês, do ponto de vista do próprio Império.

“civilizar” o outro, como forma de justificar o etnocentrismo (Rüsen, 2004: 59-74). Surge a estratificação cultural entre pessoas e entre nações. O diferente é o estrangeiro e o que não é semelhante, é desigual.

A receção de uma cultura estrangeira, no caso dos Guias de Viagem Murray, e também como mediadora, tem sentido como estudo e interpretação a partir do entendimento do conjunto de sistemas representacionais baseados no tempo e no espaço. Persiste uma resposta às necessidades do tempo histórico. Se tem uma cultura que chega, existe uma cultura que recebe. O jogo, mesmo impositivo, é dialógico. De poder relacional de identidade e alteridade em constante construção. O discurso crítico, de subordinação ou de exaltação, porque comparativo, presente nos manuais de viagem, faz parte de um todo ideológico. Porém, intermediadas por um “Eu” e um “Outro” (Machado & Pageaux, 2001). O discurso apresenta-se como imaginação reprodutiva, constituído por tradições mediadas por uma memória, que expressa uma narrativa previamente apreendida, em lógica assimétrica de poder.

O imperialismo europeu, inglês, teve a pretensão da hegemonia e da universalidade, com a função de civilizar, modelar, a partir de si próprio. O particular torna-se universal como cultura oposta ao “outro” e à “outra cultura”. A diferença que traz significância – um só é porque existe o outro comparativo – torna-se pitoresco, como insígnias preconceituosas. Entretanto, nesta relação contraditória, aflora a dialética que traz o movimento, a circulação, o oprimir e o lutar.

O entendimento da diferença presume um campo de não hegemonia, mas de dualismo interdependente de forças sintetizadas em macro linhas em o “Eu” e o “Outro”. O “Eu” europeu que viaja – moderno, branco, desenvolvido, do Norte – é contraposto ao de lá (outro) que recebe, como um espelho invertido, ou seja, o turista vem em busca do exótico, do diferente (Vicente Lowndes, 2003: 31), presentes na cidade visitada. Este espelho ideológico insiste nas distâncias e proporciona um pré-julgamento que o texto e a imagem, mesmo que assim não expressem, corroboram para quando o estranho/estrangeiro chegue como viajante ou turista, depare-se com a sua autoimagem invertida. Ou do seu país ou da sua cidade. A dissemelhança como reforço da sua identidade.

O turismo – a partir do surgimento dos guias impressos – é mais do que uma experiência única para quem viaja e para quem é visitado dentro dos seus espaços urbanos. Já não é mais uma viagem exercida só por um ou outro viajante, com objetivos distintos, mas em grupos organizados por um guia de papel. Este novo *modus operandi* retira do viajante a surpresa, a emoção da descoberta por si. Impõe uma organização, como veremos nos próximos Capítulos, do que olhar, do que apreender, em um momento histórico excecional de conhecimento e de

progresso. O dito processo será parte e motor estimulante da construção da cidade dos próximos séculos.

2.2 O “Eu” e o “Outro” confrontados no espaço da cidade moderna

A cidade moderna, construída no século XIX, por técnicos, engenheiros e médicos (Macedo, 2012; Saraiva & Macedo, 2019)³⁶ não poderia ser pensada sem expressar espaços onde ocorrem os jogos de poder entre identidade e alteridade, próprias do momento histórico, em relação constante de absorção/rejeição do “outro”. Não há identidade pura ou apriorística³⁷. Ocorre no “Eu” uma manifestação do “Outro”, estrangeiro que chega ou recebe. Nesta relação, no caso específico, do estrangeiro inglês que chega na cidade de Lisboa, portador de uma autoridade investida pelos guias de viagem, há um poder que forçará a criação de todo um conjunto de produtos e de imagens construídas para atender as necessidades inerentes a esse público.

A cidade moderna a ser construída deve ser higiênica e cartesiana, com novas formas de conduzir um futuro pensado, estabelecido e profilático. As presenças de novos atores públicos – médicos e engenheiros – na construção das cidades determinará as soluções propostas para a urbe. Os higienistas são os primeiros a apresentar a cidade em sua complexidade sanitária. Os engenheiros apressam-se em apresentar as soluções para os espaços públicos originados. Esta aliança técnica fornecerá as soluções urbanas a partir da metade do século XIX. Para Saraiva (2003: 333-336), os engenheiros, ao contrário dos médicos, não possuíam os instrumentos para pensar a cidade nesta complexidade. Em 1864, 31 de Dezembro, é publicado o Projeto de Lei, que estabelece as normas de construção urbana de Lisboa, no qual se explicita o “imaginário sanitário das elites lisboetas” e que pretende regular a edificação e “aformoseamento da cidade” e indicava a comissão responsável composta por “três tipos de

³⁶ Para perceber a relevância desta tríade é fundamental ater-se aos discursos destes atores. Para além da higiene, há que se pensar na função social dos jardins como uma natureza civilizatória porque domesticada. Surge em Lisboa fruto desta visão e acompanhada de infra-estrutura e comunicação, com as primeiras ligações com a Europa, e responde a visão organizativa de Claude-Henri de Rouvroy – Conde de Saint-Simon (1760-1825). À diferença de Karl Marx(1818-1883)), a quem influenciou decisivamente e Frederick Engels(1820-1895), defendia ser possível haver harmonia entre as classes sociais se os novos dirigentes, os cidadãos úteis comandados pela ciência, – engenheiros, médicos, banqueiros, industriais, trabalhadores braçais –assumissem o comando da construção de uma nova sociedade, em substituição à autoridade da Igreja. Construiu um conceito moderno de “*réseau à partir de sa pratique multiforme et de la synthèse épistémologique*”. Sobre as ideias de Saint-simon consultar Musso(1998).

³⁷Outeirinho (2003). Para uma visão sobre a dinâmica presente na narrativa do viajante do século XIX para além da viagem em si, como diluição de fronteiras.

formação – Engenharia, Arquitetura e Medicina (Pedro José Pézerat e Júlio Pereira de Carvalho, engenheiros; Joaquim Possidónio da Silva, arquitecto e Guilherme da Silva Abranches, médico), (Barata, 2010: 50; Leal, 2008: 122 e ss.). A cidade moderna deve brotar com a força da técnica e da tecnologia que são pressupostos da Revolução Industrial. As novas e largas avenidas obrigam-se a coexistir com as estradas de ferro e alteram a percepção de tempo e espaço.

O lazer deste tempo assume também as suas formas. O conceito de viagem é alargado e as fronteiras dilatadas com a supremacia das cidades. Os engenheiros do século XIX acreditam que na “incontestável natureza pública do seu trabalho na construção, na gestão e na fiscalização de obras” (Macedo, 2012: 145; Leal, 2008: 123 e ss.) se quer promover Lisboa às congêneres europeias, com claro privilégio da “civildade burguesa” dos espaços. A ordem começa a ser posta em relevo: a cidade é para todos que estejam de acordo com as regras estabelecidas por decretos, congressos e intervenções urbanas. Em 10 de Dezembro de 1857 foi realizado, em Lisboa, um Congresso Sanitário para discutir o surto de febre-amarela, promovido pela Academia Real das Ciências. A comissão encarregada de produzir um relatório base da discussão e apoio posterior às decisões do Congresso. Os engenheiros e médicos são parte preponderante da iniciativa, corroborando com a visão da época. Para Joana Leal Leite (2008: 124), este documento marca o ponto de viragem na abordagem do planeamento urbano da capital³⁸.

O século XIX apresenta as cidades, como espaços geográficos eleitos, para vivenciarem as revoluções da indústria e da técnica necessárias ao novo momento da Humanidade. As invenções são postas ao serviço de construção de identidades e de nações. As sociedades definem-se e conformam-se, estabelecendo seus paradigmas. Já não são somente Londres e Paris que excitam a modernidade. Lisboa, “ainda que não se podendo comparar às demais cidades europeias” (Saraiva & Macedo, 2019: 74), começa a vivenciar, mesmo que no primeiro momento, timidamente, os novos ventos, que coincide com o período referenciado como Regeneração (1851/1892)³⁹.

Para Macedo (2012), este período da vida portuguesa coincide com assunção do país

³⁸Leal (2008: 119-135); Saraiva & Macedo (coord.). (2019); Um dos primeiros atos desta ordenança urbana da capital portuguesa estabelece o desaparecimento do primeiro espaço popular com a transferência da Feira da Ladra, do Campo de Santana, espaço de expressão burguesa, para o Campo de Santa Clara. Em uma espécie de visão francesa aportuguesada a cidade encontra a sua expressão moderna. Leal, exemplifica que os bairros mais visados pelo Relatório são precisamente Alfama e Mouraria, centros operários e de “desocupados”.

³⁹Ver Barata (2010: 25). Para a autora o que mais contribuiu para a ideia de progresso “regenerador” foi a inauguração da ligação ferroviária Lisboa-Espanha, com o centro da Europa, em 1866. Assim Paris, a cidade luz mediadora da cultura europeia, ficava só a dois ou três dias de viagem”.

turístico com a sua adequação em todas as esferas. Esta nova fase refletirá nas relações entre a indústria interna, que é pouco significativa em relação às nações mais industrializadas, e externa, fundamental para alçar definitivamente Portugal no capitalismo. Para Amado Mendes (1980), porém, será um capitalismo de feição agrícola, primária. A economia portuguesa, no período, especializou-se na exportação de produtos primários, que de certo modo justifica a “estagnação da indústria nacional sujeita à concorrência externa”⁴⁰. Somente ao final do período compreendido por nossa investigação (1850-1890), o turismo foi apontado por Mariano Carvalho (1836-1905) como fator de prosperidade. Em 1893, Mariano de Carvalho, em seu Plano Financeiro concedia que o turismo poderia contribuir para atenuar a grave crise financeiro que o país atravessava, “por este atrair divisas”⁴¹.

O movimento europeu de construção de cidades, é diretamente proporcional ao crescimento ávido, acelerado e pragmático, característico do século XIX. As cidades devem adequar-se ao crescimento industrial. Os produtos circulam exigindo estradas de ferro e bancos. Como expressa Morazé (1959: 208/209), “*a élite d’ingénieurs aussi, de polytechniciens qui vont assurer, pour des générations, un bel avenir aux élèves de leur ficole. Élite de fonctionnaires bien placés au ministère*”. O trabalho executado por engenheiros e técnicos, promoveu a cidade necessária ao momento da burguesia liberal estabelecida enquanto classe social, efetivamente, dominante. A superestrutura originada é resultado das relações de forças neste processo de conquista de uma nova ordem maturada, *non encore perceptible*. O progresso científico e produção de conhecimento, então, criam necessidades de novas formas de pensar e de ver o outro, correspondentes.

A capital portuguesa viveu suas dores da modernidade para fazer parte do novo tempo. As capitais se transformaram em *laboratorio de experimentación donde máquinas y expertos objetivaron problemas, acumularon datos y diseñaron programas de acción*. Para Saraiva (2003), no século XIX os temas derivantes da cidade pensada por cientistas e engenheiros, estão presentes também em Londres. As capitais europeias, inclusive Lisboa, seguem a lógica do “desenhar cidades” e melhorar transportes e comunicação para dignificar a modernidade que surge. E também para atender às necessidades turísticas de escala alargada. O momento exigia arquitetar um novo modelo de urbe símbolo da modernidade ao “*dotarla con zonas verdes y levantar edificios que publiciten su monumentalidade*”⁴².

⁴⁰Sobre o assunto sugerimos consultar: Ribeiro (2012); Macedo (2012: 159 e ss); Mendes (1980: 31-52; 2017: 9-28). Ver ainda Lains, Costa & Miranda (2014: 234).

⁴¹Sousa & Pereira (2015: 32).

⁴²Macedo (2010; e Saraiva (2003). Para uma leitura mais aprofundada sobre a construção da cidade na perspectiva científica, própria do período no qual cingimos a nossa tese.

O século XIX foi, para Europa, um divisor de tempo de ações internas importantes para se adequarem, principalmente, às demandas do império industrial inglês. Criar a cultura turística e gerar novas necessidades foi um tipo de revolução propiciada pelas exposições universais, incentivadas por Inglaterra. Em Maio de 1851, inaugurava-se a era dos movimentos de massas da modernidade com a Grande Exposição do Trabalho das Indústrias de todas as Nações, no Palácio de Cristal, Grã-Bretanha.

Portugal, presente à Exposição de 1851, expôs essencialmente produtos agrícolas e fabris. Nota-se que a organização participativa portuguesa ao evento mais importante da indústria, foi organizada antes da troca de poderes dirigentes, ocorrido com a Regeneração. No catálogo oficial da exposição, percebe-se que a coleção de produtos portugueses “enviada pelos expositores é extremamente rica em matérias primas e produtos” para mostrar as riquezas naturais do país, mesmo que “suas capacidades produtivas não tenham sido ainda desenvolvidas”. A anotação no diário do príncipe D. Pedro, que presente ao Palácio de Cristal sentou-se à direita da Rainha Victória, é bastante elucidativo sobre a presença de Portugal, neste conclave mundial. Escreve o Príncipe D. Pedro V: “Eu amo a minha pátria, como aqueles que a amam, mas não posso deixar de concluir que ela apenas merece um lugar na cauda da procissão da civilização ao lado da Espanha, do Reino de Nápoles e Grécia”, (Vicente Lowndes, 2003: 193). O encantamento do príncipe português por Londres, por seu aspecto grandioso e porque nela se “nota um movimento que os habitantes de Lisboa não podem fazer ideia”, e ao comparar as duas cidades, ainda que mencione a “fragilidade da opulência” expressa que Lisboa “é desprovida de tudo o que a civilização de Londres tinha para oferecer”. Uma conclusão, de certo modo semelhante, à visão imperial inglesa expressa nos guias de viagem. O fascínio de D. Pedro direciona-se para as ruas “cheias de carruagens com esplêndidas equipagens, carros cheios de mercadorias. Em tudo se nota a riqueza comercial, a principal riqueza das ilhas britânicas” (Mónica 2005: 61)⁴³.

Para Tiago Saraiva (2003: 184-185), a proposta das Exposições Universais parece haver descoberto um tom politicamente correto para descrever países periféricos como Espanha e Portugal: premiar os produtos primários e ressaltar as suas condições naturais, condições estas bastante atraentes para o turismo. A força comunicadora imperial/nacional e o movimento econômico e turístico gerados por estas feiras internacionais encontravam ressonância no

ambiente local e criavam condições para que surgissem outros certames⁴⁴. Estes certames internacionais movimentaram a difusão da ciência e da tecnologia, ao exporem imagens, até então desconhecidas, de outros povos. Constituíram-se, portanto, na principal mostra de apresentação das novas invenções técnicas e tecnológicas e, de certa forma, um espaço de “cooperação internacional institucionalizada”⁴⁵.

Em 1851 Portugal participou da Exposição Universal, em Inglaterra, com 157 expositores e em 1867, em Paris, com 1017 representantes. Um incremento significativo em quantidade de participação. Vilhena Barbosa (1867: 49-50-89), em artigo no *Archivo Pittoresco*, expõe o orgulho nacional português pela participação na Exposição de Paris, ao “por relevo no desenvolvimento das melhores práticas morais e físicas apresentadas”. Porém, pouco tem a mostrar além do pitoresco, histórico e belo⁴⁶. “O mito da nação”, conforme Saraiva (2003), estava a ser renovado com base nas imagens dos monumentos como a fachada da Basílica da Estrela, as ruínas do Convento do Carmo e o “desmesurado Palácio da Ajuda” e também das paisagens da ciência e da tecnologia. Uma identidade feita sob medida para incentivar à visita de um número maior de turistas conduzidos por guias de papel.

O universalismo, ao mesmo tempo que prevê a condenação da identidade do outro, insiste na diferença como algo a ser apreendido. Os guias de viagem criam campos interessantes onde se realizam movimentos das forças internas e externas. A relação dialética entre identidade e alteridade confirma que cada qual é constituída na relação com aquilo que é outra (Hall, 2009: 89).

Desta feita, os guias de viagem adquiriram um sentido mais amplo e incisivo, do que o relatar de experiências individuais e românticas de conhecer outros povos, outras culturas. Simbolizam o início da indústria do grande turismo, ao delimitar áreas geográficas eleitas. Os espaços das cidades turísticas, em uma era dos impérios em expansão, são organizados por uma editora. Para Eighren, Witheres & Bell (2005), o guia de viagem promove um estudo da geografia histórica e da história do livro, que examina a natureza da exploração, a produção de autoridade em narrativas de viagem publicadas e a criação de autoria geográfica por meio da força unificadora de uma editora líder mundial⁴⁷.

⁴⁵Consultar Mendes (1998: 251-262); “Occidente”(1893: vol.XVI, 209); Leitão (1994: 62); Aimone & Olmo (1990).

⁴⁶No artigo, Vilhena Barbosa, informa que a exposição por ser um espaço para divulgação do progresso da indústria transformadora, e que Portugal, juntamente com a Espanha, por ser rural e atlântico pouco tinha a apresentar ao mundo, além de matérias-primas coloniais”.

⁴⁷Sobre o assunto consultar Keighren, Withers & Bell, B. (2015: 7 e ss.).

O surgimento dos roteiros a serem seguidos nas cidades, como apreensão de cultura, encontra-se intimamente relacionado à alteração da compreensão e da interpretação racional do espaço urbano. Os guias de viagem passam a ser veículos de comunicação que partilham descrições sobre a cidade escolhida, em retalhos. Não é o todo a ser visitado mesmo que a imagem ideológica recaia sobre toda a cidade.

2.3 *Handbook for Travellers*: estandartes desbravadores de cidades

Os guias de viagem impressos pela Editora John Murray, enquanto manuais organizadores de viagens, firmam-se como uma espécie de catalisadores e difusores de imagens pré-concebidas e justificadoras de discursos. Estão ligados diretamente à conceituação sociológica do lazer, das viagens e do turismo. Uma espécie de condutor “*as regimes of taste and texts which were formative of local, national and imperial, identities and awareness*” (Goodwin & Johnston, 2013: 41). Uma autoridade que se propunha ensinar história e geografia sobre países que seriam visitados, por quem pouco conhecia sobre o que expressava. Por tal razão, os guias constituíam-se em documento útil para a história das cidades, evidenciando-se a interferência simbólica na fabricação das cidades e do urbano (Keighren, Withers & Bell, 2015: 5). São também espaços de projeção da identidade de quem escreve, ou seja, de quem escolhe o que mostrar.

Neste seguimento, a diferenciação ou a afirmação da identidade e da alteridade apresenta-se em um jogo complexo, de múltiplas dimensões. O processo propõe imagens de representações do “Outro”. O sujeito que sofre a ação, no caso os habitantes da cidade, pode considerar a sua cultura superior e ou inferior, desencadeando o que Daniel-Henri Pageaux convencionou de “manias e fobias”.

A relação do turista com a cidade, por princípio, é efêmera. Uma visita organizada, pré-concebida de visitar somente o que lhe é mostrado. Contudo, o sujeito que viaja, o leitor, não é passivo. Ele “aceita” ser conduzido e empreender com este processo de atualização de premissas que esteiam a sua própria identidade ante o conhecimento do outro que lhe é facultado pela leitura (Marques, 2010). E não somente por meio dos guias turísticos. No caso da Casa Editora Murray havia uma plêiade de escritores de referência que, provavelmente, conferia ao negócio uma reputação consistente, sobre o que informava.

Pratt (1992: 31/32)), tendo como objeto de investigação os livros de viagem europeus em regiões outras, sugere uma crítica ideológica entre o conhecimento unilateral europeu e as

suas colônias, em África, Ásia ou América, a partir de registros de viagens quando acontecem os encontros entre “viajantes e nativos”. Como funcionam os olhos do império de dominação colonialista quando acontece este confronto com o “outro”? Para a autora, ocorre o que ela cunha de “Zona de Contato”, fronteira colonial, enquanto fenómeno de apropriação de aspectos culturais e de saber autóctones por aqueles “imperialistas”, como representações absorvidas com discursos e imagens, com os quais o colonizado passa ser observado.

A Zona de Contato, é um conceito de que nos apropriamos por caracterizar o *locus* onde acontece o contato do nativo – em nosso caso, os moradores da cidade de Lisboa e o turista inglês. Este último devidamente organizado sobre o que absorver imaginariamente da cidade. Para a autora nesta zona encontram-se pessoas que geográfica e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas às circunstâncias de coerção e desigualdade radical e obstinada. Talvez fosse melhor designar como um Espaço de Confronto – com o significado de ação e reação. Neste sentido, o encontro em confronto de um poder relacional e previamente definido, do “Um” que chega e exerce sobre “Outro” que pode ter um poder de reação. A submissão é, portanto, dinâmica e dialética como movimento. No caso da cidade de Lisboa, escolhida para responder ao processo de expansão por meio do turismo inglês, há conformações que interferem nos espaços urbanos e sociais. O livro de Pratt, de certo modo, é um farol para perceber as fronteiras coloniais em níveis físicos e ideológicos tão facilmente ignoradas ou suprimidas pelos relatos difundidos de conquista e dominação, enquanto relações assimétricas e de práticas interligadas.

Hall (2009: 101/114) questiona a forma de como o termo “pós-colonial” é absorvido, por sua ambiguidade política e teórica, universalizante. Nem todas as sociedades modernas são pós-coloniais, corrobora Hall, para quem “a colonização nunca foi algo externo às sociedades das metrópoles imperiais”. Nas “temporalidades multidimensionais”, o colonial e o metropolitano coexistem e se entrecruzam nas zonas de contato das cidades diferentes, exóticas, pitorescas. Há a construção do “Eu” em poder relacional com o “Outro”, ou através dele. Existem similaridades e diferenças. O que Hall chama de “exterioridade constitutiva” dentro do sistema de discurso, que terá significado ideológico – com todas as cadeias de transmissão – no universalismo igualitário do Iluminismo que, em novo momento da história, busca reconfigurar seus paradigmas de alteridade. A imparcialidade de análise e de representação da imagem do “outro”/estrangeiro, tende, para Maldonado-Torres (2008: 71-114), a reproduzir uma cegueira não a respeito do espaço como tal, mas a respeito aos modos não-europeus de pensar e da produção e reprodução da relação colonial/imperial. Uma construção ideológica, que reproduz a experiência base do colonialismo.

O colonialismo, e nestes termos, o referenciamos na investigação, diz respeito a um dado momento histórico específico, do ponto de vista estrutural, de dominação de mercados. Por outro lado, retém toda a cadeia subjacente de narrativas, justificadoras ou questionadoras. São forças reflexivas e intrínsecas entre poder e saber, com suas ramificações diferenciadoras. Há que se ter parcimônia ao utilizar o “pós” para que o mesmo não denote encerrar um ciclo, seja de poder ou teórico. A narrativa de viagem como um emblema imperial inglês, para a “nascente burguesia” liberal, eurocêntrica, “*among other institutions, is heavily organized in the service of that imperative*”, (Pratt, 1992: 30), assume uma outra face diversa do período do *Grand Tour*. Para Buzard (2002: 110) ao manter uma relação essencialmente visual com a realidade o turista desestabiliza a relação direta com o objeto visto. Desta forma, estabelece-se a passagem entre o que caracterizou a viagem contemplativa com o intuito de conhecer e absorver a cultura do local e o turismo iniciado com a edição dos guias de viagem. Neste esteio, surgem o desejo e a necessidade intelectual de conhecer culturas exóticas, diferentes e originais que influenciam a ideia do turismo (Chaney, 2000; Chambers, 2009)⁴⁸.

Será possível afirmar que quando o turista inglês, investido de um poder imperial, por meio dos Guias Murray, ao visitar a cidade de Lisboa, por exemplo, são estabelecidos relacionamentos entre visitantes e visitados, de novo tipo e de gênese aproximada às relações ideológicas entre metrópole e colônia? E neste caso, haverá um componente exploratório que os relatos de viagem procuram apresentar à imaginação do leitor, através de imagens produzidas, de maneira fantasiosa ou idealizadas que diferem em pragmatismo do guia de viagem moderno?

Os diálogos intraeuropeus se expõem, entre império inglês e as cidades periféricas e turísticas, expressos como parte de um processo de concretude de um império condizente com o seu tempo, uma espécie de olhos imperiais que viajam. Os guias foram publicados, para a edificação das mesmas mentes vitorianas inquiridoras, inteligentes, perspicazes e exigentes e permaneceram com este ideal até o momento da venda da série, em 1901, conforme expressaram Halam e John Murray IV⁴⁹, com as informações detalhadas e precisas contidas nos próprios manuais (Lister 1993b: 52). Nesta direção, os *Handbook for Travellers* podem ser percebidos como símbolos de um período, a partir do primeiro quartel dos Oitocentos, no qual

⁴⁸O antropólogo E. Chambers apresenta o turismo como um campo emergente de serviços que mais se desenvolveu. Identifica várias tendências para o futuro das viagens além de categorizar os preconceitos presentes e que *continuam* a distorcer as visões do turismo.

⁴⁹Aquando da venda da editora em 1901, os filhos de John Murray III, justificaram a venda por uma necessidade da série (*Handbook for Travellers*) manter o lugar que “ela sempre teve como indispensável para os viajantes educadas e inteligentes”. A série agora “exige um departamento especial, e que a justiça completa lhe está a ser feita”. NLS/JMA, *Murray's Handbook*, 1901, MS 42615

havia “necessidade” intrínseca de um condutor de ideias, ressonante e dirigido pelo próprio inglês viajante. Um emblema, de saber, de cultura inglesa, inclusive de interlocução, ou de locução, com seus vizinhos europeus. Talvez, se aplique o que Pratt, ao tratar da narrativa do ponto de vista europeu, chama de “versão difusionista de progresso”. A este atribui-se uma legitimação como algo “hegemônico e coletivo” (Pratt, 1992: 189). Mantém, contudo, para a autora, contradições importantes quando procura estabelecer ideologias igualitárias nas conquistas. Os manuais para os viajantes são um “*supreme monument*”, que extrapola simplesmente o sentido do turismo: “*Murray provided a guide to the railroad and steamship routes of the Victorian age and did so in the most practical and scholarly way that he could devise*” (Lister, 1993a: viii).

Há manuscritos, imagens e correspondência da empresa, no Arquivo John Murray (JMA), com seus muitos autores - uma lista que incluía exploradores e cientistas ilustres, como já mencionados, comprovam a relevância da produção editorial da Editora John Murray (Keighren, Withers & Bell, 2015: 15), e que investem o produto guia de viagem de autoridade científica e de representação inglesas. Com este fito pode-se afirmar que os *Murray's Handobook for Travellers*, significaram um emblema inglês para o império britânico, fora de suas fronteiras. Para Lister, os manuais editados por Murray, eram muito mais do que uma instituição britânica. Eram parte do orgulho de ser inglês. Poucos britânicos viajaram para o exterior sem os seus volumes apropriados. Estes expressavam confiabilidade “como o fio da navalha” com descrições precisas e contemporâneas de tempos passados e locais (Lister, 1993a: xxiv). A produção editorial da casa Murray favoreceu o desenvolvimento do turismo para britânicos, no continente europeu, no século XIX.

2.4 Império e subalternidades: Ultimato a Portugal

Em meados do século XIX, inicia-se um movimento em Europa de apropriação ou de função, velada como forma, com base nos escritos diretivos para turistas, exemplificados nos Guias de Viagem Murray. Há que se reconhecer a importância destes manuais na criação e fundamentação da expansão ideológica do Império Britânico⁵⁰. A visão projetada de Londres

⁵⁰Um tipo de poder cuja função estaria alinhada à construção de “projetos globais, concebidos e implementados primeiro a partir da história local europeia” e mais especificamente de Inglaterra. O mito da modernidade, formado e preparado por grande “efervescência cultural”. Estes conceitos têm gerado “confusões profundas que enfermam de enorme ignorância histórica”. Há uma face da modernidade que diz sobre a colonialidade de poder. Esta é subjacente tanto à construção das nações que a conceberam quanto àquelas que tiveram que se acomodar aos projetos globais que lhes dizem respeito. Sobre o assunto sugerimos: Harvey, (2001);

como a capital moderna por excelência e do futuro por destino estabelecia a diferença dentre as demais cidades, de outros impérios ou não. Foi esta narrativa perpassada por entre as páginas dos guias que estimulava, nos turistas ingleses, os mitos da dominação imperial e que os tornavam diversos dos leitores das histórias dos viajantes.

O usuário do guia, neste sentido, assume um papel passivo na interpretação de textos e imagens maior do que o leitor da Literatura de Viagem ou de um romance que descreve cidades. O texto do guia surge como algo utilizável, experiente e com autoridade para definir cidades e rotas. Não instiga à imaginação ou à “*epistemological meditation; the texts disavow and dissimulate power at the moment of its exercise*” (Looker, 2002: 5). Uma autoridade adquirida pelo texto quando, em situações de enfrentamento ao desconhecido, o poder do manual é aumentado.

O leitor, sujeito da concretude da ação destes livros, parece encarnar a relação estabelecida em Ricoeur (1997), entre a exaltação da identidade e alteridade em humilhação. A narrativa expressa nos Guias Murray, não é somente uma descrição nem uma espécie de enunciado dependente da semântica, ao contrário: existe uma ação, uma práxis, uma interferência no espaço do outro. Estanqueiro Rocha (2006: 35) sugere um caminho enquanto *mimesis* da ação. A narrativa do objeto mergulha no terreno da práxis, permitindo à pessoa situar-se como “eu” responsável. A narrativa, portanto, é uma via mediadora.

A imagem sobre o outro – estrangeiro em sua própria casa, no caso, os habitantes das cidades destinos do turismo inglês – é componente indissociável do imaginário social, naquele preciso tempo. Ao lidar com estas categorias, é importante ater-se ao tempo e ao espaço específicos, no qual se debruça o entendimento investigativo. Há alternâncias que devem aparecer para escapar das armadilhas deterministas e alargadas, como vimos anteriormente. O uso da representação sobre o “outro” faz parte da dominação, da submissão, como uma declaração impositiva e justificadora, de distanciamento entre duas realidades.

Ainda que Dyserinck (1997) procure retirar a questão ideológica da produção das imagens, no sentido do estudo da Imagologia do jogo da identidade e alteridade no interior de uma dada sociedade, servem como parâmetros visíveis de um contraste entre culturas, entre nações. Para este autor, a imagologia não faz parte do pensamento ideológico e funciona no sentido de buscar uma “desideologização”, usando a imagem para entender o funcionamento

Almeida (2016: 49-69); Mignolo (2003: 72).

das estruturas. Para ele existem as imagens e as miragens, dentro da literatura comparativista⁵¹.

A construção da auto-imagem, que desencadeará a percepção do outro nas diferenças, tem uma base geradora que é o poder⁵². Nesta linha, até que ponto é real a escrita de quem escreve os guias de viagem com base em imagens justificadas por olhares nascidos de um referente imperial, que realçam diferenças?

O “repertório de imagens”, para utilizar uma expressão cunhada por Roland Barthes, que surge no primeiro contato entre estranhos – quando o habitante da cidade encontra o “Outro que visita – cria cenários complexos. Quem chega armado com o arsenal informativo e impositivo – o Guia de Viagem – que o distingue como turista do império tende a desenvolver imagens estereotipadas a partir de pré concepções instantâneas. São julgamentos classificatórios de diferenças que excluem. A linguagem, em forma de texto, não reflete a relação natural ou banal com o espaço delimitado. A percepção, ou o relacionamento original, acontece por meio de uma longa familiaridade, mesmo que não seja de autóctone. O espaço urbano é absorvido pelo visitante, de forma acelerada, o que sugere uma espécie de consumo estético, como sugere Linda Austin (2007). São estranhezas mediadas por objetivos diversos que estabelecem comparativos e subalternidades⁵³.

O tempo, escasso, exerce um poder ao diminuir possibilidade de envolvimento ou de contestação do que está escrito no guião. Obriga o visitante a consumir com os olhos os pontos assinalados e o excita a transformar o superficial em experiência corroborativa da estética indicada. Há descompasso entre a apreensão do olhar dos escritos em imagens panorâmicas e detalhistas com que os escritores viajantes descreviam as cidades.

As imagens constitutivas de quem viaja por intermédio de um guia de papel são escritas como verdades, *a priori*. Quem recebe o texto é um testemunho chamado a corroborar com a imagem estabelecida sobre cidade que o recebe. O próprio ato de comprar o guia já pressupõe ação, vontade, escolha. O leitor, por esta ação, torna-se partícipe direto do processo de aceitação

⁵¹Ver Dyserinck (1997); Pageaux (1992) No que se refere as atitudes ou categorias simbólicas, como Mania (o estrangeiro é superior); a Fobia (o estrangeiro é inferior) ou a Filia (ambas as culturas são complementares). Os personagens ideológicos servem de contraste positivo ou negativo para determinado grupo étnico ou nação, e devem ser contextualizados. Sobre o um alargamento investigativo para os estudos europeus sobre o tema, sugere-se Swiderska (2013).

⁵²Ver Ricouer (1991). Neste livro, resultado de 18 palestras proferidas na Universidade de Chicago, em 1975, o autor apresenta a ideologia como espaço de imaginação, pensamentos e ideias, que mimetizam realidades e são justificadas por estas. Para Ricouer permanece a questão do poder. Diz na página 503 “Podemos analisar com mais facilidade a natureza do trabalho e do discurso, mas o poder continua a ser uma espécie de ponto obscuro na nossa existência”.

⁵³Ver em Austin (2007: 629-653). Os guias transformam detalhes em elementos formais e pictóricos que não apenas minimizam ambientes culturais e, de certo modo, sublimam os prazeres que os turistas poderiam ter sem uma relação pré detalhada. Por exemplo, a relação entre o que era pitoresco nas pinturas no final do século XVIII não é a mesma em meados do Século XIX. E isto não é claro para o turista inglês do período dos guias.

da escrita como “verdade”.

A busca identitária é confirmada no confronto comparativo com o outro em diálogo cultural, em uma perspectiva imagologista. A miragem é a base que forma o reconhecimento do outro estrangeiro e que funciona como “indício de uma ideologia, de uma utopia próprias de uma consciência que imagina a alteridade”, nas palavras de Jean Marc-Moura (1999: 41). As relações estabelecidas entre culturas diferentes – a que chega e a que recebe – são dialéticas com discursos escritos estruturantes e apresentam consequências a serem reveladas em investimentos simbólicos. Em Burke (1990: 163) observa-se o poder das palavras para estimular e criar imagens relativas à beleza e ao sublime. As palavras podem ser decisivas e afetar “de maneira muito diferente daquelas que somos afetados pelos objetos naturais, ou pela arquitetura (...)” talvez porque elas excitam emoções que formam tipos de discursos carregados de simbologias diferenciadoras.

A vontade de verdade (Foucault, 1999a: 16), como sistema, possui um suporte institucional, que direciona às práticas pedagógicas, como incentivo à produção deste saber. A produção é exclusiva no modo da distribuição deste saber produzido, criando as dicotomias de acesso. Para Foucault (1999a), esta vontade de saber institucionalizada exerce uma pressão com poderes coercitivos⁵⁴. Os estereótipos, enquanto crenças ou normas, compartilhadas dentro da sociedade, são características que se ampliam, a partir de uma necessidade do olhar que assim vê. A ideologia, exposta por meio dos discursos presentes nos guias de viagem, é um arquétipo de poder excludente, de que fala Foucault. Inteligível como tal, torna-se hierarquizador e, portanto, redutor do “outro”, expondo o que Ricouer (1988: 216) conceitua como clichés. Talvez as relações, estabelecidas por quem chega, possam ser categorizados como movimentos dialéticos e ideológicos, em busca de verdade forjada pelo império, no processo turístico dos Guias de Viagem Murray.

Os *Handbooks for Travellers*, como qualquer outro produto de consumo, assumem uma forma de comunicar marcas, estigmas e uma mundivisão imperial. Concentram significados culturais e possibilitam aos viajantes se projetarem em um eu idealizado. Neste processo desenvolvem, no confronto imagético e cultural, a percepção do outro. Os estereótipos servem para ajudar àquele que os estabelece, a entender a situação na qual se encontram, diminuindo a estranheza do novo. Com este mecanismo de preconceito formado conforme sua visão, quem chega cria grupos que acreditam e compartilham a mesma ideia sobre o observado. Deste modo, os estereótipos, “*are energy-saving devices, implies that stereotypes should form to reduce*

⁵⁴Foucault (1999). A “vontade de verdade” faz parte da trilogia foucaultiana, dentro dos sistemas de exclusão que atingem o discurso, quais sejam, além daquela, a “palavra proibida” e a “segregação da loucura”.

effort on the part of the perceiver” (McGarty, Yzerbyt & Spears, 2002: 2-5). A função primeira do desenvolvimento de preconceitos rotulares do viajante no confronto com o autóctone, é a diferenciação e auto preservação. O “Eu” é distinto, é oposto do “Outro” que, em seu reflexo imagético, recebe e conforma esta impressão, algumas vezes como realidade identitária.

Tornar os estereótipos como traços culturais necessários ao serviço de difusão de uma cultura, de um determinado povo ou de uma nação, é uma forma sutil e eficaz de dominação por meio da distinção entre o “Eu” e o “Outro”. Esta diferença perdura e se faz presente em toda a relação de poder, ao passar de uma imagem pré-concebida para uma característica ou em um traço cultural. Quando a primeira edição do Guia de Viagem Murray para Portugal, 1855, se pronuncia sobre a receptividade das famílias portuguesas, afirmando que o turista pode levar *“letters of recommendation to any Portuguese family”* nunca deve, por um momento, *“expect to be asked to dinner, such an invitation being exceedingly rare”*⁵⁵. A concepção do autor demonstra assertividade, contrariando outras percepções de viajantes, como já vimos. Contudo, os Manuais são revestidos e institucionalizados por um poder guia.

As crenças desenvolvidas e consolidadas sobre determinado grupo social ou nação, e que são compartilhadas por outros grupos ou classes sociais, como verdades, têm por função significar como são formados. Necessitam da negação no outro para autorreconhecer-se. A presente condição epistemológica não diminui o peso que este processo exerce sobre a identidade cultural de um povo. Oferecer para a classe abastada viagens turísticas para o exterior ocasionou um compromisso entre Baedeker e Murray: criar uma *“educated middle-classe readership”* (Kosnar, 2002: 107). Porém, o que vamos perceber é que esta intenção, de um público leitor de classe média, burguesa e educada, esteve bem presente na trajetória de John Murray III. A empresa de Baedeker, após a morte do pioneiro Karl Baedeker, em 1859, iniciou o processo de popularização dos guias, com preços mais acessíveis.

Ao falar de Portugal, Estado do povo português, os guias não são menos rigorosos em suas avaliações e estabelecem confrontos. Há uma clara evidência ao afirmar a Inglaterra em superioridade comparativa, em questões subliminares. Como a exemplo quando se espanta com a singularidade portuguesa que *“profess in their writings such a deep admiration for the beauties of nature”*, e que, no entanto, prestem tão pouca atenção à jardinagem ornamental. *“The quintessential gardens of the capital's neighbor are – with few exceptions, where foreign employers are employed – wild in that compared to an English garden”*⁵⁶. A base civilizacional

⁵⁵*A Hand-book Portugal: a complete guide for Lisbon, Cintra, Mafra, the British battle-fields, Alcobaça, Batalha, Porto, & etc.*, London: John Murray, p.13.

⁵⁶*Idem*, p. 45.

do império é racional: natureza civilizada é a domesticada de acordo com os parâmetros anglófonos ou eurocêntricos.

No registro expressivo de tempo recente e ainda pouco estudado, os Guias Murray para Portugal, deixam antever um discurso claro como propósito. Constituem-se um produto de representação inglesa, em seu processo de ampliar o olhar do império, enquanto dominação condizente com as regras da nova classe burguesa. Expõe critérios que os tornam necessários ao turista inglês:

- 1) Nacionalismo como sentido de pertença: o turista é parte de um grupo dominante, reconhecido e distinguido por meio de guia-emblema. Murray conseguiu identificar seus compatriotas em todo o mundo. Em lugar que um inglês pode entrar ele carrega o seu *Red Handbook*. Ele confia em Murray. Há nesta afirmação um revestimento representacional do guia enquanto veículo condutor da cultura burguesa e inglesa⁵⁷.
- 2) Fiabilidade inglesa: Se está escrito no Murray's Guide há o pressuposto da verdade e, portanto, é fiável. O jornal *London Times*, edição de Janeiro de 1876, escrevia, a propósito, que o inglês "*trusts to his Murray as he would trust to his razor, because it is thoroughly English a reliable*".
- 3) Mentor de papel: as informações estão organizadas para o bem-estar, segurança e comodidade. O turista inglês tem no guia a mão soberana de um cuidador fora das suas fronteiras geográficas. As informações sobre "*history, hotels, exchanges, scenery for the clue to his route and his comfort by the way the Red Handbook is his guide philosopher, and friend*"⁵⁸.

Assim, o guia revestido deste poder representacional elege e organiza espaços urbanos em lazer e prazer para o turista inglês. Por outro lado, cria uma rede de identificação entre os súditos da Rainha Vitória como uma forma de realce da identidade britânica. O papel desempenhado pelos guias de viagem foi coerente aos olhos imperiais. Os ingleses eram reconhecidos em qualquer cidade pelo uso do seu *Red Handbook*. Deste modo, enquanto produto ideológico os guias de viagem são padronizados para estabelecer modelos que definem e distinguem por meio de atribuição de valores comparativos entre o país emissor de turistas e o país receptor destes. São utilizados crivos de aprovação criados e expostos, por meio de

⁵⁷Consultar Arquivos John Murray/Biblioteca Nacional da Escócia, na área "Relação com a Imprensa": (Westminster Gazette): "*Mr Murray has succeeded in identifying his countrymen all the world over. Into every nook which an Englishman can penetrate he carries his Red Handbook. He trusts to his Murray because it is thoroughly English and reliable.*" *ECHO*; "(...) they contain valuable sketches on the architecture, archaeology, geology and language of the districts dealt with, generally written by specialists in those sciences; and it is a sure testimony to their reliability and general value....".

⁵⁸Lister (1993a); Keighren, Witheres, & Bell (2015: 27).

imagens culturais, políticas e comportamentais, os clichês e estereótipos de povos. Há direcionamento para a distinção ideológica do eu inglês que transporta o seu *Handkbook* como um estandarte de identificação do país de origem editorial.

O Guia de Viagem de modo estratégico pretende ser um produto que fornece pareceres em permanente atualização. O leitor é estimulado a manter uma interação importante com a editora. Contudo, muitos não tiveram suas cartas contempladas. Em visita aos Arquivos John Murray (JMA), na Biblioteca Nacional da Escócia (NLS), constatei que há ainda muitas correspondências a serem consideradas. Infelizmente, para a investigação, não há referência sobre os turistas ingleses em Portugal.

Por meio dos guias acontece de forma abrupta e generalizada uma definição de parâmetros do que é moderno e do que é antigo. Este surge como atrasado e em contraposição ao progresso. Cria-se idealmente o mundo de viver e o mundo de visitar. A Inglaterra é apresentada, em imagem de futuro, como algo inexorável. O outro pode ser apreendido como lazer, culturas diferentes, inferiores, atrasadas, pitorescas e exóticas.

O discurso presente nos guias de viagem sugere algo a ser apreendido fora do seu *habitat* e digno de ser visitado. A diferença ideológica e subalternizada é a base que existe no nascedouro dos guias de viagem, no século XIX. Para tal, estes lançam um apelo de credibilidade indiscutível com a inclusão de textos de autores e de historiadores locais, informações precisas, crivo de fidelidade com a participação do leitor. Estes *itens* estão presentes nas narrativas dos guias de viagem dos três países que iniciaram, no século XIX, o movimento do turismo como propósito de lazer em larga escala. Uma narrativa em autoimagem, que se pretendia universal, de parte da Europa moderna, em estratégia mercadológica e ideológica para um tipo de relação assimétrica necessária aos olhos do Império.

No que diz respeito ao exotismo e ao pitoresco Portugal figura como destino a se fazer conhecer, especialmente para os britânicos, para quem, “passados os períodos conturbados [...] não desapareceu nos ingleses do reinado da Rainha Victoria o entusiasmo pelo nosso país” (Castanheira, 1994: 31-73). Na segunda metade do século XIX, Portugal preenchia as condições para entrar no rol dos países turísticos dos Guias de Viagem Murray e poderia vir a ser um fator de mais-valia aos cofres públicos portugueses nos anos seguintes.

Ultimato a Portugal

O interesse inglês está acima de qualquer ética que não seja a britânica. Este traço que se mostra saliente entrou para história das Relações Internacionais como um estereótipo imagético que recebe o nome de *Perfidious Albion*. Portugal que forjou a sua história no rastro

do expansionismo das “Descobertas”, conviveu, em importantes momentos de sua história, com a estratégia política do Reino Unido.

Em 1890, no episódio conhecido como *The British Ultimatum*, talvez seja o que melhor expresse o mais emblemático ato de Poder, da era Moderna, nas Relações Diplomáticas inglesas e portuguesas. Não é pretensão desta investigação qualquer aprofundamento teórico sobre o tema. O uso neste contexto específico é ilustrativo de confrontação, em imagem, do “Eu”, Inglaterra que chega, forte, civilizador, moderno e do “Outro”, Portugal, que recebe, atrasado, antigo, pequeno. Os discursos arrogam as correspondências com as ações de apropriação e submissão em relação ao outro são inexoráveis às relações de Poder.

O documento que entrou para a História de Portugal, no século XIX, como “Ultimato” por parte de uma Nação para outra Nação, ambas soberanas, copiado abaixo, apresenta a concretização eloquente da força de mando do Império britânico diante de Portugal. As reivindicações coloniais de Portugal, após a apresentação do chamado “Mapa Rosa”, produzido pela Sociedade Geográfica de Lisboa, fundada em 1875. O mapeamento, que deu origem ao conhecido “Mapa Rosa”, foi baseado no resultado das viagens de Alexandre Serra Pinto (1846-1900), Hermegildo Capelo (1841-1917) e Roberto Ivens (1850-1898), à África. Ou seja, em 1875, dez anos antes da Conferência de Berlim (1884-1885), foi criada a Comissão Nacional Portuguesa de Exploração e Civilização da África, com o objetivo de mapear o território português no continente africano. As definições de formatar um território português entre Angola e Moçambique foi de encontro aos interesses britânicos, mais precisamente com os interesses da “*British South Africa Company*”, de Cecil John Rhodes (1853-1902) por conta da construção da ferrovia que ligaria a cidade do Cabo com o Cairo (Coelho, 2006). Portugal, pressionado por questões financeiras para fazer frente à administração colonial, já havia cedido territórios em favor do Império inglês.

“Memorandum given to Senhor Barros Gomes, at his request, January 11, 9 p.m.

What Her Majesty's Government require and insist upon is the following: that telegraphic instructions shall be sent to the governor of Mozambique at once to the effect that all and any Portuguese military forces which are actually on the Shire or in the Makololo or in the Mashona territory are to be withdrawn. Her Majesty's Government considers that without this the assurances given by the Portuguese Government are illusory.

Mr. Petre [the English Minister in Lisbon] is compelled by his instruction to leave Lisbon at once with all the members of his legation unless a satisfactory answer to this foregoing intimation is received by him in, the course of this evening, and Her Majesty's ship Enchantress is now at Vigo waiting for his orders”⁵⁹.

⁵⁹Memorando enviado por Lord Salisbury, em 11 de Janeiro, no qual o Reino Unido exige a retirada das forças militares portuguesas de Mashona e Metabelenda (Rodésia) e da Região de Shire-Nyasa (Malawi). Sobre o assunto e na perspectiva apresentada na Tese, consultar Howes (2007: 153-166); Coelho (2006: 62).

O que sobressai neste documento é o caráter “intransigente” das exigências inglesas e o “vexame infligido a Portugal”, um país “sem frotas de guerra, sem marinha mercante e sem solvência financeira” que vive assentado “nos grandes feitos das descobertas, das quais a Inglaterra foi a beneficiada” (Carvalho Homem, 1992: 281/296). Uma sociedade estratégica, para ambos e que ao final do século XIX, já não havia a contrapartida portuguesa. Portugal é agora “um pequeno poder extremamente enfadonho”, nas palavras de Lord Salisbury artífice da letra do *Memorandum* (Howes, 2007: 158). Uma representação simbólica do estado latente de confrontação entre Identidades Nacionais e Alteridade como expansão de poder. No percurso temporal da Tese, este tipo de embate foi expressivo quanto às relações entre os dois impérios em disputa geopolítica no Continente Africano. Os *Murray’s Handbooks*, de maneira subliminar, expressam a comunicação expansionista do poder imperial britânico. Aos portugueses restou “cristalizarem as convulsões do Ultimato” e lamentarem-se aos pés da figura, em bronze, de Camões, no Chiado, por este representar “um agente catalisador do que se quer ou não quer dizer, em queixas da vida obrigatoriamente vivida ou fugida”, (França, 1980: 9/27)⁶⁰. O “*Ultimatum*” significou um “*imperceptible event*” para a história inglesa e um trauma para a história portuguesa. A relação desigual de poder entre a Inglaterra e Portugal pode ser expressa por uma imagem de “*guardian-ward*”. Uma espécie de tutela que nos leva a pensar em protetorado como “entorpecimento parasítico de todo o ser protegido e tutelado por qualquer outra força”. Ou estereótipos nos quais os portugueses “por serem privados de iniciativas” devem ser “tutelados” (Freeland, 1996: 78/88).

A Inglaterra personifica um sentido de liderança intelectual, moral e civilizatória. O termo “*guardian-ward*” prevê esta responsabilidade educacional que se expressa como interface com o império editorial de John Murray III, conforme vimos no Capítulo anterior. O ideal do Império associa domínio às ideias educativas de salvação sob sua guarda e comando. Eça de Queiroz (1998: 98-111) expressa o que seria a missão imperial inglesa à época do principal Primeiro Ministro da Rainha Victoria, entre 1874 e 1880, Benjamin Disraeli (1804-1881):

“a Inglaterra deveria ser a potência dominante do mundo, uma espécie de Império Romano, alargando constantemente suas colônias, apossando-se dos continentes bárbaros e *britannizado-os*, reinando em todos os mercados, decidindo com o peso de sua espada a paz ou a guerra do mundo impondo as suas instituições, a sua língua, as suas maneiras, a sua arte, tendo por sonho um orbe terráqueo que fosse todo ele um Império Britânico rolando em ritmo através

⁶⁰França (1980: 9-27).

dos espaços. Este ideal que tomou o nome de imperialismo, nos dias de glória de Lord Beaconsfield, é uma ideia querida a todo o inglês”⁶¹.

O estereótipo britânico personificado em John Bull, em meados do século XIX, não permite mais ambivalências. Uma caricatura que expressa, à sua maneira, o ideário conservador imperialista, como um tipo não confiável, com a sua natureza alegre e genuína, e agressivo como projeto. E na assertividade condensa os extremos da sociedade britânica imperial-industrial. A percepção portuguesa “*of Britain in this period – a sense of Britain as Jekyll and Hyde. Both Eça and Ramalho are fascinated and perhaps shocked by the extreme contrast in British society*” (Freeland, 1996: 78/88). A figura de “John Bull” ou simplesmente “John” ou o “Inglez, Inglez” como se nos apresenta Ortigão (1887) caricaturado de bonachão, gentil, arrogante e inescrupuloso, quando chega em Portugal de tudo se apossa.

A personificação de John Bull seduz e inquieta enquanto expressão de ação diante de um Portugal que vive seu dilema da modernidade. Romper com grilhões de um passado de glória diante da riqueza apropriada nas “Descobertas” e que teve relativo significado no desenvolvimento econômico. O paradigma da velha Inglaterra, berço da moderna civilização industrial, encontra-se na personagem de John Bull, como continuação de uma atávica cultura impositiva.

Tratando-se de ti, (...) e não podendo esquecer-se de que o facto mais acerbo da sua história és tu mesmo, ó John Bull! Porque foi da nossa aliança com a Inglaterra – aliança mais funesta quanto mais poderosa – que nos veio a enfermidade mais perigosa que pôde invadir uma nacionalidade. (...) Encarregando-te de te sacrificares por nós, segundo os sucessivos tratados de 1642, 1661 e 1703, reduziste-nos para todas as grandes e fortes iniciativas de carácter verdadeiramente nacional à passividade e à inércia⁶².

O aspecto ressaltado por Freeland do “*guardian-ward*” sobre Portugal é uma imagem protetiva que resulta em atrofia da vitalidade e qualidades culturais nacionais portuguesas. De certo modo, tutelado por “John Bull” instiga os sentimentos que Ramalho Ortigão (1836-1915) ao assinar o prefácio de sua obra em Fevereiro de 1887 (antes, portanto, do *Ultimatum* britânico), resume, como catarse do ânimo de boa parte da gente de Portugal⁶³.

⁶¹Eça de Queirós na carta VIII sob o título Lord Beaconsfield, escreve sobre a morte de Benjamin Disraeli, ocorrida no dia 19 de maio de 1881. Em um parágrafo, e de modo sarcástico, comenta sobre o dia seguinte ao desaparecimento de Lord Beaconsfield, no qual a imprensa de todo o mundo “civilizado (excepto a de Portugal, infelizmente)” noticiou o modo apoteótico do seu desaparecimento.

⁶²Ortigão (1887).

⁶³*Idem* p.40. Assina no Prefácio: “Teu amigo, aliado e freqüez constantemente explorado e sempre agradecido R.O.”.

2.5 O moderno e o antigo em representações urbanas

O lazer fora do *habitat*, apresentado como imperativo da modernidade, constitui-se contraponto à existência dos países estabelecadores dos primeiros guias turísticos, notadamente de Inglaterra. A alternativa à vida cotidiana⁶⁴, uma espécie de transgressão ao *modus vivendi*, só pode acontecer em ambientes de cidades diferentes, e esteticamente contraditórias, às realidades de origem. A viagem às cidades turísticas funciona como uma espécie de *escape*, para usar a expressão de Urbain Didier (2002) que traz a figura de Robinson Crusoé para ilustrar a necessidade de criar espaços, também mentais, de “paraíso perdido” no qual está presente o primitivo desejo de vida natural. Uma construção imagética necessária ao moderno como criação humana e de confronto com a natureza genuína.

Os “*Murray’s Guide-Books*” levarão aos países a proposta ideada pela contrastante sociedade inglesa, por meio do negócio de lazer. Entre 1840 e 1870, período auge da série guionista inglesa, as edições eram atualizadas a cada três ou quatro anos. Algumas destas eram editadas em períodos de tempo mais curtos, veja-se o exemplo das edições para Portugal de 1855 e 1856. Já Baedeker adota períodos mais curtos entre as edições. Murray lança o destino turístico para ingleses para países menos frequentados e mais distantes como, por exemplo, Rússia, Noruega, Mediterrâneo e Oriente, sendo o primeiro a oferecer um guia para Austrália e Japão (Guilcher, 2011).

Esta linha de pensamento turístico, em seu início, cria para o novo viajador um espaço de inclusão e de encontro com o ser em busca por sua própria autenticidade. O elo perdido em nome da modernidade e do progresso carece de ser reestabelecido por meio de respostas do epicentro gerador deste corte. Maccannel (2003) considera a prática turística como uma possibilidade de superação desta ruptura causada pela modernidade. A autenticidade, como categoria que serve de esteio ao contraponto de modernidade, é um constructo que existe em antítese da destruição do natural; é nostálgica enquanto imaginário histórico e de ligação com o passado e parte inexorável do presente a ser conhecido em outras culturas.

À medida em que os relatos pessoais de viagem, como forma de conhecimento emocional e imaginativo das cidades, são substituídos pelos guias de viagem, oniscientes, a subjetividade aparentemente desaparece e surge uma convenção normativa e específica de um novo tipo. Uma textualidade que exprime a não pessoalidade aparente, característica base dos

⁶⁴Korte, Harvie, Schneider & Berghoff, H. (Eds.) (2002). As construções de imagens vivenciadas hoje no turismo mundial foram “inventadas e sustentadas” em um longo processo histórico. Sem a bagagem histórica e cultural, com seu início na era moderna, a prática social de tirar férias não teria evoluído

relatos de viagem. Os signos e símbolos heterogêneos da cidade são adequados como artefactos recortados, prescritos e textualizados.

Os textos são recobertos de autoridade que acalma o desconhecido e alimenta a busca do turista. Ao encapsular partes da cidade, o Manual do turista cria associações e significados dos espaços que são enquadrados como autênticos e, de certa maneira, se assumem como superiores ou privilegiados, em relação aos outros. As cidades, e os seus espaços urbanos escolhidos pelo guia, expressam uma ideia protetiva a ser absorvida pelo turista. Este é um poder comunicante usado com eficácia pelo editor John Murray III.

Nesta perspectiva, os guias de viagem resumem de maneira superficial histórias e significados dos espaços. Reduzem as múltiplas práticas e legados culturais dos povos destas cidades em alguns aspectos palatáveis. Não fogem, portanto, do seu objeto mercadológico principal: despertar o desejo de viajar e consumir o que é convencionado como produto turístico. O retalho da cidade, dos monumentos, os recortes culturais das gentes, da história, da arte são inexoráveis ao objeto dos guias de viagem. São os modos dominantes de representação. Os textos guionistas remetem ao poder e à autoridade em estratégias representacionais por concentrarem a ideia de cidade de modo particular. O turista, diferentemente do viajante, é conduzido em ausência de imaginação à conquista dos espaços.

Quando as pessoas são organizadas em censos, os espaços são expressos em mapas, museus e os monumentos constituem artefactos construtores de um tipo de “gramática totalitária”, estabelecem-se as interconexões imperiais no campo do desenvolvimento das identidades nacionais e, em consequência, a entrada no rol das sociedades modernas (Anderson, 1991). Neste avanço, os guias de viagem surgem como um pressuposto de circulação desta modernidade relativamente à urbe. J. Mackenzie (1995) inclui os guias de turismo na construção da identidade colonial-imperial de matiz inglesa, por estes estabelecerem uma certa padronização e unificação diferenciadora, inclusive internamente, com sua edição para conhecer as regiões inglesas. A mesma característica é presente nos demais guias editados em França e na Alemanha. Os guias de viagem, em seu início, são partes de um estádio de representação funcional, simbólica e responsiva da vida moderna para as cidades turísticas. São categorizados como lazer prático, seguro e menos contemplativo. O olhar presente é de um “amigo” de papel experiente que sistematiza e organiza espaços-espetáculos a serem consumidos por turistas, como sugere John Urry (2011).

A cidade de Londres, capital de referência e de paradigma do Império Britânico, e da relação entre modernidade e império, tem na Coroa o ponto de apoio para ação da narrativa comunicante de identidade, com importante contraponto, em relação à capital inglesa,

impulsionado pela Rainha Victória. Conforme Owen (1982): “*Outside the city there was, prior to 1855 no administrative authority concerned with the whole area, and it is therefore not surprising that such great metropolitan improvements as the formation of Regent Street and Trafalgar Square were executed not by any municipal authority but by the Crown, under the auspices of the Commissioners of Woods and Forests*”⁶⁵.

A Editora Murray publicou 19 edições de *Handbook for London* (1848-1891)⁶⁶, das 68 edições dirigidas para a Inglaterra, oferecendo uma imagem singular e sugestiva de Londres no início dos anos Vitorianos, enfatizando as alterações resultantes para ser a capital imperial mais importante da Europa no final do século XIX, segundo Lister (1993a). Um compromisso com a identidade imperial que estava a ser mundializada por meio dos guias. Além dos guias específicos sobre a capital britânica, ressalta-se o trabalho desenvolvido para o público inglês sobre a cidade de Londres com a série “*London Past and Present*” um guia publicado em dois volumes, em 1849/1850, por Peter Cunningham, onde de acordo com Lister, “*wonderful encyclopedic compilation of London history and topography*”, direcionado para aqueles que não viajam. Imagens sugestivas de uma cidade que estava a sofrer as consequências de sua transformação industrial.

Há uma reivindicação do Guia de Viagem Murray para a centralidade mundial de Londres, que externa o relacionamento da cidade com o Império e de sua superioridade sobre as demais capitais imperiais europeias concorrentes. Murray, em 1889, resume de maneira inequívoca a imagem projetada da capital britânica, descrita nos guias de viagem, ao referir-se à imponência da *St. Paul's Cathedral*. Detalha a cúpula da igreja que, encimada por uma gigantesca cruz dourada, apontada para o alto, e avistada de longe, “parece dizer que Londres é mais do que o centro da riqueza e da inteligência do mundo, é também o centro do seu cristianismo” (Looker, 2002: 47).

Ao direcionar o leitor para uma vivência rápida e apreensiva sobre as cidades a serem visitadas, os guias escritos, assumem-se como uma instituição que sistematiza e realça a supremacia do olhar, conforme veremos no quinto capítulo. Há pouca ou nenhuma interação experiencial única. A intenção é abstrair o modo de vida moderna, caótica, barulhenta, de Londres. Retorna-se ao que Foucault (2002; 1999; 1979) chama de olhar mediado por controle organizado e impositivo e que é base central do discurso do anti turismo de James Buzard

⁶⁵Owen (1982: 25-27).

⁶⁶Com variadas titulações – *A Handbook for London, past and present*, a primeira edição, 1849, de autoria de Peter Cunningham, seguem-se *Murray's Handbook for modern London*, 1851; *London*, 1853; *Handbook to London as it is*, 1866, - a editora de John Murray procurava ocupar todos os espaços de visitação de sua própria cidade.

(1993). Um instrumento de classe burguesa utilizado para a criação de códigos distinguíveis e de supremacia, inclusive estético.

Há uma construção social na qual os lugares são revestidos de significados em função das experiências individuais de quem olha. Dito de outra forma: não existe um olhar único sobre determinado espaço organizado. São olhares múltiplos e interculturais. Por conseguinte, os guias organizados a partir de uma assimilação de quem escreve e edita – no caso português, J. Neale e John Murray III - têm uma função bem precisa que é informar e estimular a visitação. Neste gesto encontra-se o esteio de criação de uma conformação urbana lisboeta, estipulada a partir da segunda metade do século XIX, tornada pública como interferência direta e objetiva da formulação imagética e simbólica da cidade.

Os guias de viagem criam “verdades” – particulares – conceituais por meio do discurso. A escrita sobressalente é plena de representações interculturais conduzida pelas vozes-olhares comunicantes que enquadram os valores e propósitos de suas matrizes. Os autores, revisores e editores formam a cadeia reprodutiva de um sistema social estruturado e estruturante. A imagem e as intenções formam realidades de confrontos: uns/turistas em detrimento de outros/autóctones. Este sistema reflete, portanto, as ideias dominantes, a seu tempo, e oferece os meios justificadores das relações económicas e sociais bem como o lugar de fala de cada ator social.

O espaço urbano organizado a ser conhecido é pré-conceituado como produto, com suas características explicadas de modo concreto e quase sempre pormenorizadas e sem deixar muitas margens aos devaneios da mente. O espaço é artigo de consumo que não ignora os simbolismos nele projetado.

A iconografia dos valores burgueses é parte do processo dominante de apropriação característico do ambiente ideológico e físico em construção. Na virada do século XVIII, os principais arquitetos britânicos acreditavam que “*London was the capital city of the world’s greatest empire*”, porém, a sua arquitetura não refletia tal fato. O objetivo dos “*planners became the transformation of the city into a monument to empire*”. Há um planeamento para a centralidade mundial ser em Londres. Uma cidade que representa o império “*and its superiority over competing European imperial capitals*”. Em 1887, Londres era “*one of the best drained, best paved, best lighted, and best ventilated cities in Europe*” (Looker, 2002: 5). Para os Arquitetos e Engenheiros britânicos a arquitetura e a identidade nacional estão interligadas e uma reflete na outra. Para tanto, deveria ser Londres a cidade monumento do Império Inglês⁶⁷.

⁶⁷Sobre o assunto ver Looker (2002) especialmente as páginas 5-8. O autor apresenta uma boa bibliografia sobre o tema.

E sobre este pavimento foi estabelecida a importância estratégica dos Guias de Viagem de John Murray III.

O autoritarismo e a automação do que ver e sentir são tuteladores da experiência turística e inexistentes no movimento anti turismo. Em um tom peremptório, Koshar (2002: 1/15) estabelece uma imagem, em certo sentido, pacífica e autômata do turista de meados do século XIX, ao afirmar que, “*with Murray’s Handbook open in their hands, they sat and read about the very towns and towers they were passing, scarcely lifting their eyes to the real scenes*”. A afirmação sugere um questionamento: havia de fato este poder individual do condutor impresso? Há esta passividade por parte do leitor do guia que ler sem perceber a cidade? O que talvez seja importante ressaltar é que o “ver para aprender” sugere um postulado de confiança privilegiada das relações entre espaço e visitante, no qual o tempo é fator decisivo.

De certo modo, ao criar a interface alternativa de lazer ao resultado urbano da industrialização os Manuais vão estabelecendo uma forma nova de apreciação e apropriação, em larga escala, do espaço físico e intelectual de cidades.

O turismo inglês originário dos Guias de Viagem Murray, no período temporal da nossa investigação, responde ao que Ricoeur chama de busca de utopias (novas ou outras realidades) como sobrevivência. O desejo de conhecer o estranho e o estrangeiro cria parâmetros emotivos de apropriação. Um tipo de “escapismo”, como sinônimo de voltar às origens, em contraditório com a vida urbana inglesa. Para tanto, há o fomento a sedimentação de um arcabouço material, intelectual e emocional, do nativo exposto e apreendido como o diferente, o acomodado, o ocioso e como negação do visitante. Neste caminho, o Guia de Viagem assume, também, a função moderna de estabelecer novos paradigmas epistemológicos e racionalmente optativos, de alternativa à Literatura de Viagem.

A associação do turismo como prática recreativa, característica assumida a partir dos guias de viagem, estabelece formas “novas” de absorção de culturas. É o diferente que atrai. A centralidade das mudanças decorrentes e exigidas desta alteração do ver e viver a cidade pressupõe uma urbanidade para atender ao novo momento.

O modelo de cidade, originado da Revolução Industrial, surge em concomitância e resposta aos guias de viagem por embutir nesta um novo tipo de estatuto urbano. No processo de formatação de Londres como a capital imperial forjada e convivente com a Revolução Industrial, ressaem paradoxos importantes que sugerem estudos posteriores. A Depressão inglesa de 1879, seguida da crise recessiva nos setores fundamentais da economia, como a indústria de confecção de roupas, a construção naval e a metalurgia, entre 1884 e 1887, tiveram efeitos devastadores sobre Londres. A falta de moradia, o desemprego e a crescente pobreza

urbana propiciaram um forte golpe à imagem da capital do império. Imagem, que para o historiador Andrew Less, citado por Looker (2002), era comparativa em degradação social e espiritual à “*dwarfish African jungle*”. Em 1880 a Zona Leste londrina tornou-se o símbolo da pobreza urbana, semelhando ao que havia acontecido com Manchester, em 1840, (Looker, 2002: 8/12).

As cidades devem ter espaços acessíveis condizentes aos diversos tipos de olhares estrangeiros e adequados às necessidades exigentes, em suas estruturas receptoras. Os habitantes depararam-se a dividir espaços citadinos com grupos de pessoas que os visitam pela primeira vez. O espanto é recíproco. Foucault chama a atenção para a quebra de linearidade e coerência da ordem natural da idade clássica: “a teoria da representação desaparece como fundamento geral de todas as ordens possíveis; a linguagem como intermediário indispensável entre a representação e os seres, desvanece-se por seu turno; uma historicidade profunda penetra no cerne das coisas, isola-as e define-as na sua coerência própria, impõe-lhes formas de ordem que são implicadas pela continuidade do tempo”⁶⁸. Há, a partir do século XIX, uma perceptível mudança sobre os discursos.

A cidade, como conceito indissociável de comunidade local, vivencia a transformação. Já não existe o recato urbano. A cidade não é um espaço discreto na medida que há visitantes multiplicados. Adquire novos paradigmas e novos olhares sobre si mesma, transformando-se em síntese da multiplicidade de significados que conformam as imagens pré-concebidas, estereotipadas e interiorizadas como verdades formadoras de identidades. Esta presença encontra-se de maneira explícita ou implícita nos Guias de Viagem Murray, conforme veremos nos próximos tópicos e capítulos.

Em Julho de 1846, John Murray III recebe uma carta assinada por “John Bull”, que se intitula “*I am your friend & patron*”, na qual este pede que seja editado um “*Handbook to England and Wales*” para que seus filhos, que viajam muito acompanhados de “*Murray’s Handbook*”, possam continuar a viajar nas cidades do próprio país⁶⁹. John Murray III o atendeu em 1878, com uma primeira edição escrita por George Thomas Clark. Em 1890, foi editada

⁶⁸Foucault (1999: 63). Ver também sobre o fenômeno da estranheza na Imagiologia, em obras literárias, por meio de uma radicalidade sob o manto ideológico do utópico, diferenciando-se dentro do contexto de alteridade. Swiderska (2013) sugere uma concepção interpretativa da estranheza nacional, ética, a partir do conceito da Imagiologia comparativista de Paul Ricouer e Jean-Marc Moura.

⁶⁹A carta encontra-se catalogada no Arquivo John Murray Arquivo (JMA) da Biblioteca Nacional das Escócia (SNL) sob o nome “*John Bull, Ms. 40167*”. A carta recebida por John Murray III, assinada pelo personagem traz um P.S.: que explica o pedido para editar um guia para Inglaterra: “*My children go abroad too much – all your fault – if you would give them as good a Handbook to this country as they tell me you do to all outlandish places they would stay at home more. I repeat “If you don’t bring one out soon somebody else will”*”. *John Bull* toca no maior receio de John Murray III: ser superado dentro do próprio país.

uma segunda edição revista por Hebert Minton Cundall. O surgir deste personagem relacionado aos guias trouxe uma perspectiva comparativista com a qual estamos a trabalhar. “John Bull”, estereótipo da opulência inglesa surgida no século XVII, encontra a sua contraparte portuguesa no “Zé Povinho”, mais jovem e não menos simbólico, nascido em 1875, de Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905). Menos literário e mais figurativo, o “Zé”, é a vítima do poder e “cidadão menorizado”. Assume-se como um modelo social histórico, estereótipo étnico “um totem icónico popular símbolo e emblema étnico dum povo”⁷⁰.

Autoimagem que foge do épico camoniano de 1880, criado por Teófilo Braga (Medina, 2012: 65-78). Para França, *Zé Povinho* foi, desde 1875, um protagonista histórico, mais real no seu perfil desenhado que as figuras de que a história reza por ser um esclarecer, por síntese, o juízo do seu próprio tempo (França, 1980: 9/27).

Os estereótipos pertencem à história das mentalidades por mimetizarem sonhos, desejos, medos, aspirações. Imagem genérica de um povo, um todo que em combinação tem as características psíquicas e de autoestima nacional. As confrontações comparativas de polos quase sempre opostos como rico e pobre, urbano e rural, arrogante e submisso, moderno e antigo. Assim, o povo português é pacífico, preguiçoso, iletrado, indolente, pouco imaginativo. O outro lado distanciado do “*John Bull*”, britânico.

A viagem não intermediada pelo guia de papel, aparece como uma prerrogativa do viajante até início do século XIX. Esta é alterada com surgimento das viagens organizadas, que direcionam a superficialidade do olhar de quem vê a cidade: o muito a ver e o pouco a reter. O tempo é o limitador objetivo. Deste modo, ressaí uma “autenticidade encenada” como afirma Dean Maccannell (2003).

2.5.1 A busca por autenticidade na viagem moderna

Os guias são prescritivos quanto à livre escolha e sobre a capacidade de descobertas como apreciação genuínas. A preparação da viagem é meticulosamente estabelecida como roteiro: como onde ir, onde ficar e o que olhar. O viajar para lazer torna-se uma produção serial. Uma espécie de derrota da possibilidade da relação de autenticidade/genuinidade e da capacidade de criar imagens individuais por meio das descobertas sensoriais.

A busca por autenticidade, por meio de viagens, é também ir ao encontro do contraste originado pela saída do local de origem. Parece ser esta a intenção primária que se desenvolve nas sucessivas edições dos guias, que se esmeram por apresentar a possibilidade de escapismo

⁷⁰Medina (2012: 65-78).

do “*status quo*” existente, imposto pelo processo da Revolução Industrial, em seu ápice, no século XIX. Para tal, desenvolve estratégias responsivas às necessidades não somente do destaque do trabalho físico. Age também na esfera do pensamento, no nível dos desejos e sonhos. Para o turista, a mudança de espaço físico em si é prazerosa e justificadora da viagem proposta pelos guias (Urry & Rojek, 1997: 55/57).

O culto ao novo, como novidade a ser apreendida, à distração, à mobilidade como experiência e alternativa sensorial são os fenômenos que podem tornar significativa a viagem. Um espaço emocional de utopia que talvez impulsione a procura do lugar individual e autêntico no turismo. Neste entendimento, o viajador, mesmo guiado, provavelmente encontrará seus hiatos imaginativos que podem transformar cada viagem para além das intenções dos guias. A emoção do visitar consegue ser direcionada para uma experiência de incerteza, do não revelado que reveste de mágico o ato da viagem e que extrapola os cânones do arbitrário presente nos guias. A procura por autenticidade é desenvolvida para além do traçado do Manual⁷¹.

Há uma dialética própria e intrínseca na categoria de autenticidade na viagem, que, de certo modo, se rompe com o surgimento do produto Guia de Viagem. A prática vivencial por aquele que usa o manual para viajar e permite que este organize a sua experiência. O pré-determinado, como condição do conhecer, age sobre a mediação representacional de um sobre o outro, como um observador de ponto de vista único sobre a cidade e seus componentes. Uma representação fragmentada que oferece pouco espaço à criatividade das inter-relações espontâneas. Há uma racionalização de aprendizagem sobre a urbe como apreensão de fragmentos que constroem a imagem em movimento. Contudo, não será precisamente isto que busca o turista dos guias de viagem? Talvez um simulacro de originalidade como uma ideia de “paraíso perdido” e contrastado com a cidade vitoriana?

A crítica cultural anti-turística do século XIX, feita por Buzard (1993), parte das características intrínsecas e desejadas dos *Handbooks* de Karl Baedeker e John Murray III, para criar o contraditório. Ao serem apresentados como “*indispensable*”, estes manuais retiram o aspecto da ação do sujeito que viaja. Assumem-se como limitantes da experiência turística individual. Inibem o desenvolvimento da relação direta entre a cadeia provocadora do conhecer

⁷¹Em 1857 a *Librairie* de L. Hachette publica o *Guide du voyageur à Lisbonne: histoire, monuments mærs*, do jornalista francês Olivier Merson. No guia o autor lamenta que os franceses conheçam tão pouco de Portugal. Viajadores, como os ingleses, os franceses preferem a Suíça, a Alemanha, a Itália, Londres. A Espanha, conhecem a fronteira. E de Portugal “*nous ne connaissons rien*”. Com o guia tem o desejo de transportar um pouco de Lisboa para a França para que “*qu’on l’apprécie, qu’on l’aime, qu’on l’admire au besoin*”. E neste ponto diferencia-se dos relatos de viagem e aproxima-se dos guias turísticos: seu objetivo é que com o livro cada francês possa viajar sozinho para a capital portuguesa. Diferentemente do guia inglês Merson indica uma viagem fácil (quatro dias) e divertida. Em Lisboa, encontra-se “*des distractions réjouissantes au possible, et sans passer par les crétins du Valais*”. O texto deste guia é leve e com um considerável número de informações sobre Lisboa.

como iniciativa, ao limitar a possibilidade da descoberta por si mesmo. As regras estabelecidas são unilaterais e sem margem para outros gostos ou aversão. Reprimem pela crítica ou pela exaltação. Uma espécie de déspota imperial que conforma e condicionada a aventura do conhecer turístico (Buzard, 1993: 76 e ss.).

A busca pelo autêntico, ou o seu simulacro, é a subjetividade que permeia toda a construção dos guias de viagem em seu início, seja em Inglaterra, Alemanha ou França, como contrapartida ao moderno e ao novo, que inexoravelmente virá. Uma afirmação da superioridade contrastada com o que é convencionado como selvagem, pitoresco, antigo, porém necessário como existência e experiência. O autêntico, a que nos referimos no *corpus* de análise, não é puro como originário e sim como resultado dos processos históricos de Portugal. A cidade de Lisboa, por exemplo, é povoada por vários povos resultantes do expansionismo português. A cultura expressa a miscigenação de costumes, línguas e modos, dos povos colonizados.

A proposta civilizatória foi bem utilizada como justificativa de dominação. MacKenzie (1995) afirma que “*for the British, being imperial was being modern and that was the fundamental value to which all other values referred*”. A mercantilização de espaços e de culturas tornam o autêntico, originário do povo visitado, em algo a ser apreendido. Este processo de interferência impositiva busca uma espécie de padronização em aspectos quando cria a imagem comparativa do melhor e do moderno. Neste sentido, os Guias de Viagem Murray estabeleceram os caminhos para que Inglaterra, em época de Império Vitoriano, chegasse aos mais distantes países de interesses britânicos. O período vitoriano vivenciou um “aumento significativo de viagem ao estrangeiro”. Os viajantes eram motivados por curiosidade cultural ou por “desejo de visitar locais exóticos, pitorescos ou sublimes”⁷².

2.5.2 O poder em movimento sobre as cidades

A supremacia do olhar como prática turística – a produção objetiva de imagem em contraposição à produção subjetiva da Literatura de Viagem, antecessora – move a produção textual como narrativa nos guias de viagem. A fugacidade e instantaneidade do contato com os objetos, monumentos, cidades e pessoas nascem com a experiência turística proporcionada pelo guionismo escrito. Há uma narrativa de afirmação superior, apresentada como autêntica porque é o futuro a ser perseguido e conquistado. Um olhar do Império Inglês conformado no século XIX. Na contramão, há o olhar relacional e contemplativo como experiência única, pessoal e

⁷²Castanheira, (2015: 187-224).

exclusiva, que vai além do contato rápido e mediado em narrativa de autenticidade como genuíno, original e pelo qual o “verdadeiro viajante”, livre, encontra sua forma de “*escape*” do “*the beaten track*”. São dialéticas que movimentam as realidades entre aquele que visita e aquele que é visitado, sem que haja, por parte do autóctone, nenhuma permissividade *a priori*.

A viagem anterior à Revolução Industrial acontecia em número menor, notadamente como *Grand Tour*. O viajante chegava ao destino e estabelecia um relacionamento quase natural, de certo modo integrado entre este e o meio, observando e absorvendo a cultura, a arte, as formas de vidas. A contemplação favorecia a relação amena, mais à vontade e menos agressiva. A cidade podia ser percebida em seu completo arcabouço. A locomoção era lenta e o olhar também mais aguçado. O viajante era “um elemento da paisagem”, Maria João Cordeiro (2007).

A possibilidade do turista fugir da sua realidade urbana objetiva para outras realidades-cidades de fantasias desencadeia o escapismo emotivo aquando do retorno da viagem. A volta à monotonia do cotidiano força à fantasia e às imagens retidas pela experiência. Talvez criem realidades individuais utópicas em meio à realidade própria, esta desencadeada pelo progresso econômico e tecnológico.

A narrativa imperial que emerge dos Guias de Viagem Murray é coadunada com a mundividência da época. Estes manuais cumprem a transição comunicativa entre a literatura de viajantes, quando se pode viajar com a imaginação conduzida pelo autor, e o turismo com viagem de lazer. O sutil torna-se assertivo e impositivo porque conduz fisicamente quem pode viajar para “fugir” da inexorável modernidade nascida da Indústria inglesa que modifica suas cidades. As materialidades oriundas deste novo modelo reconfigurado do urbano criam representações a serem contrastadas para existirem como paradigmas da modernidade.

O produto “guia de viagem” surge, em linha, de uma necessidade para amoldar o tempo à insatisfação como fuga de si mesmo como “prática da nostalgia do passado” em expressão de Maria Estela Gonçalves (2015). A narrativa sociológica é utópica na medida em que busca trabalhar os estereótipos. Neste entendimento, o guia de viagem contextualiza e expressa o macro universo econômico, cultural e existencial de uma época. Nele conformam-se as diferenças, os estereótipos, os comparativos. Por meio deste produto cultural, o turista e o visitado vivenciam experiências de trocas de saberes e de atitude que forjam ou sedimentam imagens identitárias e de alteridade. Veículo comunicante de estratégias ideológicas que expressam a visão originária de auto-observação a si mesmo – como reflexo da cultura de quem produz – e de percepção do outro. No turismo nascente, sobressai a fantasia organizada sob o

olhar guionista. Prevê a acumulação simbólica do “outro” para acalmar o “eu” desafiado para entrar, aceitar e disseminar a ideia do moderno advindo com a Industrialização.

As narrativas, em discursos e/ou imagens, como ponto de intersecção histórico, econômico e político, encontrarão nos guias de viagem a cadeia de circulação privilegiada. Um texto que se propõe transmitir conhecimento fidedigno sobre a história, geografia, urbanismo, monumentos, caracterização da população, etc., ao qual o adquirente e viajante é estimulado a confiar. Um tipo de poder que circula por meio dos cidadãos ingleses que, em orgulho distintivo, desfilam portando seu *Redbook*. Estes são impositivamente “convidados” a partilhar os espaços social e urbano do “outro”. O lugar comum, que é de “um”, sofre com os clichês que lhe são atribuídos como fundo de verdade do “outro”. Um repertório de textos e imagens em um conjunto de códigos pré-concebidos e contextualizados no tempo.

O protótipo do Guia de Viagem moderno criado por John Murray III seguido por Karl Baedeker⁷³ são formatados como uma literatura prática de viagem em informações precisas do que ver, visitar e o que apreender das cidades, garantidas, em linhas gerais, pelas reedições. A relação entre o turista e a cidade é pré-definida em cruzamentos geográfico e histórico. O turista assume-se como partícipe intelectual do produto por lhe ser facultado o poder de interferir, informar, contestar informações. Contudo, o que apuramos diante de inúmeras cartas de viajantes, não abertas, existentes no Arquivo John Murray (JMA), junto à Biblioteca Nacional de Escócia (NLS), é que esta intenção talvez não corresponda à verdade da informação presente nos Guias Murray. A não abertura da correspondência indica pouco caso quanto à relevância das informações dos leitores.

A respeito do Guia de Viagem de Karl Baedeker, o escritor americano Mark Twain (1880) contesta esta participação sugerida pelos *Handbooks*. Por diversas vezes informou à editora Baedeker os erros encontrados nos guias, sobre as distâncias ou “*same error in the imperial maps*” e não recebeu respostas e “*what is still more discourteous, these corrections have not been*” seja nos mapas ou nas informações nos guias. Contudo, mesmo tecendo críticas, Twain reconhece a importância e a necessidade do Guia, especialmente dos mapas, diante de uma situação banal e desesperadora, em sua viagem na Suíça, ao imaginar-se perdido em uma montanha. Salvos pelo mapa de Baedeker, ele escreve:

Next morning, I was considering in my mind our desperate situation and trying to think of a remedy, when Harris came to me with a Baedeker map which showed conclusively that the mountain, we were on was still in Switzerland— yes, every part of it was in Switzerland. So, we

⁷³As edições de Karl Baedeker para Portugal estão temporalmente fora do período considerado da Tese. Sob o título “*Spain and Portugal*” foram editados em 1898, 1901, 1908 e 1903.

*were not lost, after all. This was an immense relief; it lifted the weight of two such mountains from my breast. The effect was wonderful. As soon as the men saw with their own eyes that they knew where they were, and that it was only the summit that was lost and not themselves, they cheered up instantly and said with one accord, let the summit take care of itself*⁷⁴.

Em suas andanças por Suíça, Mark Twain estabelece uma relação de dependência e ao mesmo tempo crítica, com o Guia Baedeker: quem o lê é capaz de ver o que um homem é capaz de experimentar quando empreende a grande subida de Zermatt ao Riffelberg. Necessário porque ninguém, a não ser um nativo, seria capaz de entender as informações escritas em painéis quanto à distância, à elevação e como chegar. Estas informações estão presentes de forma “*pretty correct*” em Baedeker. E imprescindível porque é “*trustworthy friend of the traveller*”, visto que o Baedeker sabe tudo “*about hotels, railway and diligence companies*”. Para corroborar com o fascínio que o guia de viagem causa em si mesmo, cita uma passagem quando esteve em Genebra e que poderia ter pago menos por uma viagem de diligência se tivesse seguido as orientações de Baedeker. Acabou por pagar o preço regulamentar de cinco dólares e quem confiou nas informações contidas no guia pagou “*one or two dollars*” (Twain: 1880: 250).

2.6 O turismo em larga escala: o desejo de distinção de um império

Quando em 1851 foi organizada a Exposição Universal, em Londres, para além da demonstração de importância da ciência e da tecnologia para o progresso e modernidade, o é também um direcionar para a “cultura de massa”, com a prevalência de condução inglesa, como vimos anteriormente. Há que se reconhecer as necessidades do momento na produção das cidades e das identidades nacionais e, portanto, ocasião de estabelecer o compromisso da ciência com o Estado. Logo após a exposição e no mesmo ano, 1851, foi publicado por John Murray III, o livro do matemático e professor da Universidade de Cambridge, Charles Babbage⁷⁵, no qual o autor tece severas críticas à baixa produção científica em Inglaterra, em confronto com a produção em França e Alemanha. Para o autor os cientistas ingleses são “*amateurs*” e a ciência vive, ao momento, uma situação dramática. Há um descompasso, portanto, entre a produção científica e a proposta de Inglaterra para a exposição.

Após a efervescência da primeira Exposição Universal os cientistas ingleses começaram

⁷⁴Twain (1880: 203).

⁷⁵Babbage (1851).

o seu percurso de reconhecimento como “importantes na produção da indústria”, com a criação, em 1853, do *Department of Art and Science* para o qual foram destacados dois membros ativos da organização da Exposição de 1851, Henry Cole e Lyon Playfair. O legado para a Ciência inglesa se confirma com a criação do *Imperial College*, do Museu de História Natural, do *Royal College of Art e South Kensington Museum*. Este último reúne objetos exibidos durante a exposição de 1851. Em 1876 *South Kensington Museum* sediou a Exposição de Instrumentos Científicos, confirmando a aproximação da ciência inglesa com a produção para o mercado, ao expor ao público “*grandes máquinas de vapor, equipamento de laboratório, lentes y espejos de telescopios*”. A exposição contribuiu para que os conhecimentos técnicos chegassem “*para las massas*” como uma afirmação do científico profissional iniciada com a exposição de 1851 (Saraiva, 2003: 212/214). Um importante instrumento ideológico de comunicação, no período, são os Manuais de Viagem.

Para Cohen (1984) os guias de viagem assumem funções complexas e fundamentais para a compreensão do mundo moderno. Produzem reflexões diretivas entre espaço e tempo de quem visita e, conseqüentemente, do que apreender ao prever acessos aos locais escolhidos. Ou seja, não é uma visão generalista da cidade como um todo e, sim, particularizada. Distingue e unifica quem possui o guia ao assegurar caminhos a seguir, locais a visitar, onde ficar e como andar. Há uma intenção em integrar quem segue as indicações por organizar as necessidades e a satisfação dos turistas.

John Murray III e Karl Baedeker, como precursores visionários do movimento turístico, desenvolveram a partir do Guia de Viagem um modelo condutor para orientar, informar e selecionar imagens com objetivo de criar ilusões de autenticidade como produto. Uma espécie de geopolítica do conhecimento?

Faço uso do conceito desenvolvido por Walter Mignolo (2003a; 2003b; 2005) sobre colonialidade como parte constitutiva da modernidade, na qual existe uma geopolítica do saber que impositivamente age sobre a produção literária. Os cânones dos guias de viagem, em linha com a modernidade, estão presentes desde século XVI quando os “missionários espanhóis dividiram o conhecimento entre quem domina a escrita ou não”. Sugerir o conhecimento prévio do espaço é uma forma de poder⁷⁶.

Todavia, o Guia de Viagem é um texto aberto, dinâmico e em constante processo de construção no seu tempo presente. Há a atualização informativa - base da sua consistência enquanto produto de informação - que o coloca em contato com o turista e que por tal cria uma

⁷⁶Sugere-se sobre o assunto Mignolo (2005).

relação simbiótica com a realidade apresentada. Esta característica condiciona, de modo inequívoco, a formatação imagética de quem o lê e sobre quem lê. Neste sentido, assume a função de mediador intercultural, na perspectiva de Cohen (1984). Cria-se uma inesgotável fonte interpretativa interna (autóctone) e externa (turista) de hierarquização comparativa que exige objetividade e originalidade, mesmo que não seja original como estrutura.

Há o modelo padrão que unifica todos os guias de viagem em suas edições, como vimos no capítulo anterior. O chamativo é sobre o “belo”, o “exótico” e o “pitoresco” diferenciadores do lugar de morada do viajante. Ao mesmo tempo há um direcionamento para a originalidade como autêntico, ao trazer para dentro dos guias, textos históricos e traduções de autores reconhecidos e referenciados.

O discurso prevalente estabelece os conceitos formativas do negócio turístico. Os guias constroem lugares e estereotipam povos. Catalogam as cidades, não somente por suas atividades industriais, e sim pelo que tem de atrativo, de diferente, de contemplativo guiado. Agem de acordo com o desenvolvimento das comunicações e dos transportes.

Nada é comparável à competitividade e ao desenvolvimento industrial inglês. Para Portugal, como destino turístico, resta o que lhes falta em Inglaterra. Em Freeland (1994) Eça de Queiroz cria uma imagem sobre o tema: “Nestes fortes centros, puramente industriais, em que o conflito da concorrência é tão áspero e tão vivo, as boas e nobres qualidades da raça portuguesa seriam talvez inúteis por lhes faltar o seu meio e emprego natural(...) eles não poderiam competir com o inglês, que a natureza, o clima, a educação especialmente formam para esta violenta luta pela vida”⁷⁷.

Eça de Queiróz, nas Cartas de Inglaterra (1905: 12/14) apresenta a imagem da capital inglesa entre os meses de Dezembro e Maio. Descreve a manhã como “opaca, espessa, parda, arrepiadora e sinistra”. Informa que ao meio dia “esta decoração do inferno muda; a sombra perde o tom pardo e, por gradações odiosas, ganha um amarelo de oca e começa a exalar um vapor fétido”. A noite Londres adquire outras tonalidades com a iluminação à gás que cria uma névoa “gelante e mortal”. O som que é produzido nas ruas é “intolerável”. Para Queiroz (1905: 15) Londres “numa noite de Inverno, exala violência e crime”. Para contrapor esta realidade os guias de viagem criam espaços coletivos em outras cidades que não vivem o processo acelerado da Revolução Industrial.

⁷⁷Freeland, A. (1994: 101). Eça de Queiroz transfere-se de Cuba para Inglaterra para assumir o Consulado Newcastle, em abril de 1874. Alan Freeland, pesquisador da obra de Eça de Queiroz, atribui este período como o mais produtivo da carreira do escritor e diplomata português.

Estabelecer realidades conceituais para viagem de lazer é produzir uma autoridade em narrativas para viajantes e a fixação de bandeiras urbanas para o turismo. Estas realidades pressupõem um legado efetivo para o nascente negócio, que foi delineado a partir das edições e das novas edições. De certo modo, o guia estabelece uma memória narrativa urbana utópica para quem visita a cidade turística. A imaginação produtiva cria o contraponto alternativo e dialético entre visitante e visitado.

O editor John Murray III reveste os seus manuais de autoridade do saber como verdade, ao oferecer conhecimento sobre as cidades para além das indicações turísticas. Instiga ao leitor para os seus guias como se estes fossem companheiros de viagem inteligentes e capazes de suprir e distinguir viajantes de educação e de intelectualidade. Os guias tornam “visíveis” lugares, monumentos e espaços. Há uma interação representacional e de confiança entre o editor e o leitor. Outra concepção, mencionada por Lister (1993a) sobre o poder representacional da realidade criada por Murray III, reside no fato de que romances, da era Vitoriana, apresentam semelhanças “desconcertantes porque os autores dos romances estavam acostumados” a tomar uma cena externa em sua narrativa diretamente da descrição expressa nos Manuais Vermelhos.

A verdade impressa é a de quem escreve e, também, de quem a publica. Contudo, não é dissociada da realidade autóctone. A premissa dual percebe-se no caminho escrito e/ou percorrido pelo viajante do século XVII, e do seguinte, quando a montanha e o mar causavam uma estranheza instigadora do desbravar. O homem solitário volta-se aos descobrimentos não sem medo ou horror e com a urgência do futuro. A literatura de viagem, com proeminência no século XVIII, expressará uma visão romântica de mundo e de exaltação à natureza; há, entretanto, a valoração dos patrimônios, presentes nas cidades.

O novo e o antigo instigam a imaginação de quem escreve e de quem lê. Este olhar dos escritores viajantes será a base de validação dos guias de viagem que surgem no primeiro quartel do século XIX. Os cadernos de anotações feitas pelos guias intérpretes, os quais precedem os guias de papel, são fontes inestimáveis de informações sobre os serviços turísticos, para uma “clientela que deseja satisfazer seus desejos de conquista e de lazer”. A Companhia dos Guias de Chamonix, França, nasce em 1821 com o propósito de regulamentar a profissão dos guias intérpretes de montanhas, estabelecendo um novo olhar sobre o turismo montanhista. É a primeira empresa que apresenta este propósito e comprova que há o movimento geral de resposta às necessidades de viagem segura, informada previamente (Morgan-Proux, 2006: 111 e ss.). Como afirma Boyer (2005) “*la majorité des touristes romantiques apprécient la sécurité des voyages. Avant de partir, ils prévoient, s’informent. Ils emportent les meilleurs guides: les*

*Anglais (...)*⁷⁸ porque Murray surpreende por sua maneira meticulosa de informar, evita repetições e tem por referências trabalhos já publicados. Nenhum país havia se preparado ou estabelecido estrutura administrativa para lidar com o fenômeno desencadeado pelo turismo, de fundamental importância econômica e de desenvolvimento urbano do século XIX.

Os guias de viagem são resultantes de uma produção editorial que revela dependência de coautores locais, que participam da escrita ao fornecer elementos formadores de uma imagem urbana e social que servirão de atração para visitantes. O produto escrito, oriundo da visão de um autor para o seu público, pressupõe seleção e interpretação seja de fala ou de imagem. O espaço público e urbano, em seus conjuntos e detalhes, apresentados nestes manuais são reinvenções destas realidades cuja origem parte de um modelo de mundo a ser construído sem perder a hegemonia de poder político dos Impérios centrais de Europa⁷⁹.

O contato gerado pelos guias de viagem apresenta valores etnocêntricos ao quebrar padrões doméstico de autorreconhecimento e introduzir estranheza aléfrica como uma singular anomalia. A noção de diferença torna-se explícita porque generaliza narrativas. Cria imagens e registros particularizados no “eu/nós/brancos/ingleses/melhores” e no “outro”, em contradição. O movimento do turismo propiciado e incentivado pelos guias de viagem, século XIX, coloca as nações visitadas em uma vitrine para serem avaliadas pelo olhar etnocêntrico e imperial, formando um ambiente favorável à crítica comparativista (Beller & Leersen, 2007).

O etnocentrismo presente no produto se resume a uma espécie de tríade com poder distintivo e que estabelece a diferenciação a partir da Inglaterra, para a Europa e para fora do continente europeu. Pode-se dizer que parte 1) da exageração e exaltação dos valores conformados em positivos e negativos ou confrontativos (o “Eu” *versus* o “Outro”); 2) do estabelecimento de uma relação assimétrica e formadora entre Identidade (o “Eu” visitante) e de Alteridade (o “Outro” visitado) e 3) de uma organização de espaço e tempo com função de centralidade única para absorver as necessidades do outro. Surge, em linha, o conceito da

⁷⁸Boyer, M. (2005: 135 e ss). Com a afirmação do melhor guia, o autor afirma ser Murray que detém o monopólio da clientela de viajantes no Continente Europeu. Mantém capítulos específicos por país e informações precisas e concisas, para o viajante.

⁷⁹Jean Monet (1888-1979) no prefácio do livro de Duroselle, J-B (1965). *L'idée d'Europe dans l'Histoire*. Collection Europa una, dirigée par Gianfranco Ferro. Paris: Denoël., escreveu que a Europa é “uma construção da mente humana a partir de uma realidade geográfica” e que desde que os homens “começaram a pensar sobre esta ideia” muitas Europas têm surgido. Da formação de um conglomerado geográfico surgiu a unidade como uma comunidade superior europeia. Jean-Batiste Duroselle (1917-1994) apresenta esta construção da unidade europeia em quatro estágios: 1) Essência Religiosa (comunidade ideológica absoluta); 2) Unidade pela força (um povo domina o outro e impõe a unidade); 3) Unidade na diversidade (equilíbrio europeu) e 4) Unidade por consentimento mútuo (um Estado federalista). No período relativo ao século XIX o autor é minucioso na análise de uma construção da unidade de uma Europa capaz de dialogar e impor-se como potência “superior” calcada em valores apreendidos pela sua história desde o século VII a. C até o pós-guerra, 1945.

fronteira ideológica como resposta, quando “resguarda” a questão da identidade por meio de construção de “muros” defensivos que se tornam agressivos. O conceito de identidade já não seria a outra face do espelho da alteridade e sim uma prática da diferença (Said, 1978; Hall, 1992; Bhabha, 1994; Foucault, 2000; Godinho, 2015).

Deste modo, a editora inglesa cumpre a função de dotar de significados coadunados com os espaços escolhidos para ver e apreender sobre povos e culturas por meio das representações sociais relativas à nação portuguesa, no caso específico. Uma espécie de auto e hétero imagens constituídas por discursos imagéticos mentais e linguísticos, que tenta explicar a essência do povo visitado (Godinho, 2015).

A etnografia de Murray é própria de seu tempo. O fito é o objeto a ser observado. O observador, o turista dos guias que representa e é representado pelo arcabouço dos ideais do império em expansão, torna-se superior por ser destacado do observado, subalterno. Ao criar o movimento diretivo do turismo assume a Inglaterra como observador e condutor civilizacional da modernidade, do progresso. Esta premissa permeará a construção da sociologia do lazer ou do turismo iniciado no primeiro quartel do século XIX, conduzido por guias impressos.

PARTE II: *HANDBOOK FOR TRAVELLERS IN PORTUGAL*

Capítulo III

O Guia de Viagem e a Construção do Turismo Moderno Inglês

O guia de viagem, na segunda metade do século XIX, torna-se o elo sustentador das discussões sobre a mudança do caráter das viagens recreativas ou feriais. Por outro lado, exerce uma significativa presença para as formações das identidades nacionais por estabelecer os critérios referencias sobre como o público inglês deve se relacionar com as cidades visitadas. Ou ainda, na formação ampliada de como os ingleses consideram as nações cobertas pelas edições de John Murray III. De certo modo, o manual estabeleceu uma visão perceptiva sobre a cidade, desenvolvimento urbano, monumentos e culturas de outros povos. O aspecto desbravador do conhecer cidades para o turismo é possível partir do envolvimento com o sistema de referência e de assistência local. Para tal conhecer à miúdo o que é estabelecido como “pontos turísticos”, conceito desenvolvido por John Murray III, facilita atingir os objetivos definidos para o produto.

3.1 Estratégia editorial e ideológica para o produto *Handbook for Travellers*

Em linhas gerais, a literatura sobre os *Murray's Handbooks for Travellers* tem se dedicado em analisar os seus aspectos editoriais e conteudistas direcionando, este último, às discussões mais amplas sobre a sociologia do lazer como resultante do momento histórico em seu presente e às viagens e o início do que é convencionado como turismo do século XIX⁸⁰. Porém, às várias interfaces – culturais e comportamentais, os caminhos escolhidos para os novos visitantes da metade dos Oitocentos, as expressões econômicas definidoras deste produto inglês – juntam-se outras em consequência. Os guias de viagem agem também em regime de conscientização que expressa sua própria mundivisão, presente no arcabouço ideológico e material com qual é definido como produto de “massa”. Formado no presente tem ação sobre o mesmo.

⁸⁰Para o seu aspecto mais estrutural como formato, edições, editores e autores sugere-se para além do material catalogado junto à Biblioteca Nacional da Escócia, (NLS), Arquivo John Murray (JMA), a bibliografia completa dos *Murray's Handbooks*: Lister, W.B. C. (1993a). Para os aspectos epistmológicos e de conteúdo histórico e sociológico Koshar (1998); Brown, L. (2001); Boyer (2005). Buzard (1993).

Para uma melhor compreensão do fenômeno do imperialismo, de acordo com M. Jacobs (1997), este deve ser dissociado do espaço e do tempo. A base para o reconhecimento é a política espacial indisciplinada das relações de raça, nação, natureza entre o passado e o presente. O Imperialismo, como um processo global, ocorre em todas as nações e regiões, mas mesmo em suas formas mais invasivas ele age localmente. A imersão nas práticas imperialistas não é simplesmente uma questão de sociedade ou de cultura, mas age fundamentalmente uma questão de espaço urbano⁸¹. Este princípio organiza-se e materializa-se no processo de expansão imperialista por meio dos guias de viagem, em seu início. Uma lógica que se impõe e na qual estão envolvidos e se expressam como percepção, interpretação, validação ou difamação do espaço do “Outro”. B. Anderson, chama a atenção para uma análise de sentidos e sentimentos da prática cultural e sociais do turismo, onde sobressai o privilégio do visual.

A história e as representações dos lugares definidos para o turismo são, inicialmente, construções textuais e imagéticas que expressão uma visão de mundo. Nesta perspectiva pode-se confirmar que o *Murray's Handbook for Travellers* é uma cadeia de receção e transmissão da cultura imperial. Confirmando o poder exercido pelo Guia de Viagem inclusive sobre a indústria hoteleira, em 1853, o escritor George Stillman Hillard (1808-1879) constata e escreve de modo peremptório sobre o vasto poderio do John Murray. Revalida a ampla cobertura espacial e ideológica dos seus guias de viagem sugerindo que estes são uma das grandes potências da Europa. Compara-os ao expansionismo de Napoleão Bonaparte e a constrição como dominação ao afirmar que “*since Napoleon no man's empire has been so wide. From St. Petersburg to Seville, from Ostend to Constantinople, there is not an inn-keeper who does not turn pale at the name of Murray*”⁸².

O concorrente direto, Karl Baedeker, cobriu toda a Europa, porém, não chegou até a Índia. O seu primeiro guia alemão foi “reconhecidamente copiado de Murray” (Lister, 1993a, p. ii). Este fato pode ter condicionado John Murray III a agir como um dos pioneiros na formulação dos Direitos Autorais, em Inglaterra. Um impacto importante sobre as relações editoriais modernas iniciadas a partir das edições dos guias de viagem. John Murray III fez parte do comitê de fundação, em 1872, da *The Copyright Association*. Já em 1842, impetrou junto à Corte Inglesa o *Copyright Act* para proteger-se de “plágios” contra os seus *Handbooks for Travellers*⁸³. A ação contenciosa, de certo modo, foi herdada do pai, John Murray II.

⁸¹Jacobs (1996).

⁸²Hillard, G. S. (1853: 359).

⁸³Sobre o início do Direito Autoral em Inglaterra ver Seville (1999).

Correspondências confirmam uma série de casos judiciais que, segundo Zacks (1998) faziam jus à natureza litigiosa e radical de JMII, e se tornou motivo de descrédito⁸⁴.

Os lugares turísticos são espaços com certas qualidades e dotados de significados, como afirma Lousada (2010). As culturas miscigenam-se como resultados das mobilidades e movimentos fragmentados, híbridos e articulados. Força-se em contínua reinvenção. A busca do autêntico como prerrogativa é o desafio no processo de compreensão das viagens, como expresso anteriormente. Ela permanece como utopia. A não autenticidade como princípio de resultado, uma vez que todas as culturas são inautênticas, unifica turistas e autóctones (Urry & Rojek, 1997: 52/57). O movimento turístico, em processo dialético, cria o fluxo de pessoas, objetos e imagens que perpassam as fronteiras nacionais. A compreensão destas culturas como situadas e ordenadas por espaços. Quem chega para visitar os espaços previamente definidos pelo guia de viagem, é estimulado a interagir minimamente com as pessoas locais por meio de um guião unificador que traz em si as formas de linguagem local. Por outro lado, é incentivado a levar alguma lembrança, um *souvenir*, que simbolize a emoção destes lugares. Ao fim o guia busca gerar no turista um espaço de abstração da origem por meio da absorção simbólica do outro.

Os discursos autorizam e justificam os olhares. No espaço temporal e ideológico do *Grand Tour* em Europa, por exemplo, havia o discurso da educação que condicionava as viagens. Há uma distinção entre os olhares românticos que precedem os guias de viagem e os olhares coletivos que preveem convívios. A interação é um elemento diferenciador e para promover a experiência da viagem justificada nos guias. Neste sentido, há confluência com John Murray III que une a produção do produto ao enriquecimento espiritual por meio do contato ampliado com a cadeia produtiva do turismo e acredita no progresso “indefinido das sociedades”, feito por ingleses. Este traço promove a consistência ideológica do produto como uma bandeira imperial, por todo o século XIX. John Murray III figura na linha de frente de editores considerados visionários e autênticos. Como um dos mais importantes editores do Reino Unido, do seu tempo, e uma das mais brilhantes mentes da era Vitoriana, era convencido de que os seus livros tinham como propósito contribuir para com o desenvolvimento do conhecimento (Mollier, 2005; Lister 1993a/b).

As práticas encenadas por meio dos guias de viagem talvez exteriorizem um processo de vigilância. O olhar direcionado tudo vê como um grande caleidoscópio que apreende por meio da diferença. O autêntico, como pitoresco, ressaí em forma dos costumes locais. O início

⁸⁴Ver em Zacks (1998). Esta publicação contém material de pesquisa sobre as relações editoriais da família Murray e os negócios, especialmente do início da editora.

do negócio do turismo, no primeiro quartel dos Oitocentos, comporta uma certa “inocência” do olhar. Maccannell (2003) ao analisar a questão da autenticidade do turismo contemporâneo traz a perspectiva da possibilidade de interferência dos turistas na vida cotidiana da população local. No início do movimento do *tourisme élitiste*, na conceituação de Boyer (2005), este aspecto é mais agressivo pela estranheza mútua dos primeiros viajantes turistas e da população local. No século XIX, na perspectiva do turismo guionista, ocorre a separação dos sentidos em privilégio do olhar. Acostumar a visão a apreender em quantidade aumentada e em velocidade o que ver retira do sujeito a ideia da contemplação como parte inexorável da “arte de viajar”. A vigilância sobre o outro a partir do olhar guiado para fora de Inglaterra, por meio dos guias de viagem, e de modo subjacente, adequa-se ao momento do Império Inglês e da construção do mito de Londres como cidade modelo da modernidade etnocêntrica.

Há simbiose e conformação do conceito do Manual de Viajantes editado por John Murray III com as ideias temporais do Império Inglês. Estes guias foram escritos por e para “*the most educated section of the British middle and upper classes in the nineteenth century and thus reflect their interests and attitudes*”⁸⁵. Uma classe média que já havia o suficiente para “escapar” das suas cidades industriais da qual as suas riquezas derivavam. Em 1830, Pumble (1987) estima que mais de “50,000 passageiros britânicos tenham deixado o país em viagem ferias”, graças aos mecanismos incentivadores de viagem como os grupos organizados por *Tonybee Workmen’s Travel Club* (Pumble, 1987: i/viii). O preço do Guia Murray, entre 12 Xelins a 1 Libra, correspondia, entre dois e cinco dias do salário de um vendedor qualificado em Inglaterra, em 1850. Este critério indica a definição do público consumidor do Manual. Mesmo que muitas vezes os *Handbooks for Travellers* tenham sido vendidos por preços bem abaixo, de até um ¼ do valor original, a comunicação feita diferenciava os que tinham poses suficientes para adquirir um Manual de John Murray. Os demais deveriam contentar-se com os “*Stanford’s Tourists Guides*”, que custavam 2 Xelins⁸⁶. O valor de venda do guia define a comunidade britânica e de posses econômicas que viaja com o olhar de John Murray III⁸⁷. Talvez, a definição do público tenha influenciado o tom da escrita sobre os lugares a serem conhecidos por meio dos guias editados por John Murray III.

⁸⁵ Lister (1993a). John Gretton, na Introdução do livro de Lister, expõe a visão de que o produto “guia” foi projetado para atender às exigências de uma clientela, a mais culta da classe média britânica, e às classes altas da burguesia. Ver pp. xviii/xix

⁸⁶Ver sobre o assunto em Goodwin & Johnston (2013: 43 e ss.).

⁸⁷Em 1850 o valor de 12 Xelins (£ 48,10 em 2017) equivalia a dois dias de salários de um artesão ou de um vendedor qualificado. No mesmo ano, este mesmo profissional recebia £1 (£ 80,19 em 2017) por cinco dias de trabalho. Para fazer a conversão de valores e saber sobre o poder de compra da moeda inglesa: Disponível em <https://www.nationalarchives.gov.uk/currency-converter/#currency-result>

Há uma intelectualidade agressiva que se aproxima de xenofobia ao descrever o autóctone a ser visitado, como vimos anteriormente. Mesmo o guia direcionado à Grã-Bretanha concentra as informações mais para as indústrias locais como as Minas de Estanho da Cornualha, as de Carvão de Northumberland e Durham e as Têxteis de Lancashire. Na Capital, as Igrejas e as Catedrais são as áreas mais exaltadas. Sugere para outros países, ou no interno de Inglaterra, que o guia cumpre o papel de relevar o ideário do Império moderno inglês.

A pretensão em ser além do objeto da existência – guiar o turista em sua viagem de lazer – para se tornar referência para historiadores e pesquisadores sobre as características nacionais escritas pelos escritores da prestigiada série de guias britânicos do século XIX, deixa antever o sentido representacional do Império Inglês. Assim bem como o uso das informações sobre os países e os mapas produzidos em Inglaterra. A cartografia guionista era baseada em mapas oficiais ingleses para os países destinos dos guias. John Murray III fez, portanto, um relevante trabalho de tê-los gravados com precisão por experientes cartógrafos (Lister, 1993: 40).

A viagem em larga escala surge como um fenómeno da Era Vitoriana, em resposta às necessidades da Revolução Industrial e da manutenção do Império. Dentre os desafios a serem afrontados, talvez o mais emblemático aponte para o aumento populacional de Londres. A concentração urbana exige resposta para coadunar os desejos e objetividades para os habitantes trabalhadores e suas famílias. Uma classe média oriunda da indústria e que busca refúgios para o lazer, em feriados e férias. Abstrair a mente e alternar o sentido da visão como prerrogativa de poder é também uma forma de consolidação da imagem imperial, para além das fronteiras inglesas. Uma cidade reinventada para ser o “*Heart of Empire*” (Looker, 2002). Nos *Murry’s Guide* é possível observar as tentativas de gerar o centro gravitacional mesmo que imaginativo sobre Londres. O microcosmo da grandeza imperial deve refletir a monumentalidade jamais igualável. Para tal deveria ser comunicado dentro e fora das fronteiras, relevando espaços urbanos e monumentos que expressassem, de modo inexorável, o ideário imperial. Este é o papel assumido pelos guias de viagem para os seus turistas.

Para Jan Palmowski, em *Travel with Baedeker*, a afluência ao turismo interno “sugere fortemente que a maior parte do crescimento em viagens na Grã-Bretanha no período Vitoriano e Edwardiano foi resultado da locomoção para lazer”⁸⁸. O incremento dos transportes ferroviários resulta no aumento do número de passageiros.

Outro aspecto importante que sobressai neste processo é o da necessidade de mapeamento ideológico dos espaços, no qual os guias de viagem se inserem. Tornar a cidade

⁸⁸Palmowski (2002: 105-130).

heterogênea, conhecível e próxima do visitante como desejo para conhecer é parte do olhar do império para fora de suas fronteiras. Estes são semelhantes em mapas e em textos construídos como imagens de apropriação. São eficazes por serem um tipo específico de texto padronizado em formato “de ver” a cidade e seus habitantes, pleno de uma autoridade imperial e representacional da matriz do olhar. Esta é a natureza do mercado base dos guias turísticos em seu nascimento.

Os guias de viagem, em seu início, circulam textos que sugerem conhecimento histórico, cultural e geográfico investidos de um tipo de poder técnico e cúmplices do sistema ou regimes nos quais encontram-se imerso. Os manuais de John Murray III produziram, defenderam e levaram para outras cidades as versões imagéticas, específicas de supremacia de Londres como paradigma do moderno e do progresso. Como guiões de um modo de olhar imperial ostensivo sobre as cidades, estes guias foram facultados aos seus leitores para que estes os disseminassem no extenso mapa do turismo mundial a partir do primeiro quartel do século XIX (Looker, 2002: 3-5). Para tal foi necessário que este produto tivesse uma padronização em conteúdo, em formato e imagem que perdurassem no tempo de vida útil.

John Murray III e Karl Baedeker criaram uma padronização específica para o produto guia: das capas ao formato e da organização interna da leitura, estabelecem relações diretas com o leitor, como forma de atualização e a aproximação da autoridade representacional (Guilcher, 2011)⁸⁹. Ou seja: fomentaram um *modus operandi* da viagem. Os guias de viagem constituíram-se em um complexo empreendimento informativo e formativo com credibilidade para estabelecer parâmetros imagéticos, culturais e comerciais. Comentários depreciativos, como ruas escuras, podiam romper o comércio turístico de cidades e de toda a cadeia de serviços. A imagem unificadora que talvez possamos associar como etnocêntrica, por ser tanto expressa em Murray como também em Baedeker, cria o campo de antagonismo entre Norte e Sul.

John Murray III entra para a história como fundador de uma extensa e inteligente escrita da série de guias uniformes para turistas. A própria palavra *Handbook* parece ter sido cunhada, provavelmente, por John Murray II, porém, a percepção intelectual para a série é asseverada para John Murray III, escrevendo este os primeiros volumes (Lister, 1993a: 152/153)⁹⁰. Murray III e Baedeker, são referenciados como os criadores deste tipo de encenação sobre cidades a

⁸⁹A primeira característica dos três principais guias de viagem europeus (inglês, alemão e francês) é a aparência externa. Todos são sóbrios e tamanhos semelhantes. Talvez uma forma de diferenciação com os guias feitos por viajantes anteriores ao surgimento dos guias turísticos.

⁹⁰John Murray III escreveu alguns livros da série. São eles: *Handbooks for Travellers on the Continent* em 1836, 1838, 1839, 1840, 1843, 1845; *Southern Germany* em 1837, 1838, 1840, 1843/4; *Switzerland* em 1838, 1842/3, 1846, 1852, 1854; *France* 1843, 1844, 1847/8, 1852, 1856/7/8, 1861, 1864 e *Scotland* 1873, 1875.

serem desbravadas por turistas, a partir do século XIX. John Murray III iniciou as edições em 1836, com o título *Handbook for Travellers in Holland, Belgium, and along the Rhine, and throughout Northern Germany* (subtitled “*The Continent*”), seguido por *Handbook from Southern Germany, Austria and Hungary*, 1837, e outro, 1838, para a Suíça.

Em 1832 Karl Baedeker adquire uma editora de propriedade de Franz Friedrich Rohling, que em 1828 havia publicado um livro para viajantes *A Rhine Journey from Mainz to Cologne: A Handbook for Travellers on the Move*, de autoria de Johannes August Klein, que vem a óbito em 1839. Sob a base deste manual Baedeker, mantendo o nome do autor original, faz uma nova edição com recomendações, inspiradas no Guia de Viagem publicado por Murray III. De acordo Mandelson, Baedeker copiou do modelo de Murray “*the arrangement of descriptive and practical information along numbered “routes” that extended from one large town to another*” Mandelson (1985: 386/403).

Inicia assim um percurso de liderança dividida pelos dois mais expressivos editores de turismo do século XIX. Ser o elo de passagem entre a era da viagem mais contemplativa, mais extensa e introspectiva para a uma outra no qual um guia de papel substitui o guia humano, pressupõe maior autonomia, para o viajante, com informações. Baedeker seguiu o modelo “*of the English series instituted by John Murray*” e desenvolvida “*in the of years so as to cover the greater part of the civilized world.*” Karl Bedecker reconheceu em seus prefácios “*the debt he owed Murray (in 1839 he called Murray’s Handbook “the most distinguished guide ever published”* (Mandelson, 1985: 386/403). John Murray III, em 1836, em Londres, escreveu o primeiro Guia de Viagem, com as características que são mantidas na era moderna. Esteve à frente na liderança de estilo com a padronização esquemática que, em evolução no tempo e de acordo com o desenvolvimento principalmente das estradas, meios de transportes e comunicação, criaram o protótipo de Guia contemporâneo de turismo, no século XX.

A definição da narrativa textual e ideológica dos *Handbooks for Travellers* é assumida em primeira pessoa pelo editor John Murray III e todas as edições seguiram o mesmo padrão até a sua morte, em 1892. Há algumas alterações e adequações próprias das mudanças ocorridas nas cidades nos períodos das novas edições, quando os revisores procuram acrescentar alguma marca textual, sem, contudo, fugir da forma e da estrutura estabelecida por John Murray III.

De um modo geral pode-se atribuir algumas características das narrativas sistematizadas e comuns ao produto Guia de Viagem Murray, no século XIX, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Características do *Murray's Handbooks for Travellers*

<i>Produto</i>	<i>Característica</i>
<i>Serial</i>	Os textos são seletivos e padronizados sobre as cidades.
<i>Ideológico</i>	Estabelece modelos que definem e distinguem por meio comparativo. O “Eu” turista é superior ao “Outro” visitado.
<i>Impositivo</i>	Cria e determina modelos de lazer por meio da viagem. Esta pressupõe que seja completa, rápida e que não haja desperdício contemplativo.
<i>Comparativo</i>	Moderno, novo, progresso [Inglaterra: emissor] <i>versus</i> o atrasado, antigo, pitoresco [países outros: receptores].

Fonte: Elaborado pela Autora (2019).

Portanto, a partir das características assinaladas pode-se conceituar os guias de viagem, do século XIX, como uma produção em série que se manteve fiel ao conceito dos editores, no caso, John Murray III. O formato dos guias com o mesmo tamanho, encadernado com tecido vermelho e o título na horizontal foram mantidos ao longo do tempo de existência da série. Houve uniformidade de cor e o estilo exceto na primeira edição Suíça que foi impressa em azul. As letras em dourado impressas tanto na capa e na lombar distinguiram os Manuais Murray (Lister, 1993a: xxi).

Outro desafio refere-se às novas edições e diz respeito às numerações editoriais, que muitas vezes, foram feitas ao acaso. Nota-se que não atenderam a realidade dos fatos, e sim aos motivos persuasivos para atrair pretensos compradores-leitores. Na Biblioteca da Grã-Bretanha, algumas edições são as mesmas que circulam em coleções particulares, ou mesmo no Arquivo Murray, alteradas apenas as páginas de rosto com datas com diferença de um ou dois anos. A primeira impressão é sempre a que chegou à Biblioteca. Lister (1993b) assevera que poderia ser a mesma edição sem qualquer alteração significativa, porém, com a informação de ser uma nova edição ampliada. Desta forma algumas datas de publicação são imprecisas. Com a entrada do manual do anunciante, em 1843, minimizou a imprecisão das datas de edição dos *Murray's Handbook*⁹¹.

O reconhecimento da autoria credível por meio das estratégias de confiança colaborativa não é uma realidade comprovável, visto que encontra a outra face do produto: a capacidade de venda, os interesses ideológicos, os interesses das empresas anunciadoras como publicidade, etc. Neste particular, se percebe a estratégia do produto guia de viagem: os anúncios publicados

⁹¹Provavelmente o compromisso com os anunciantes, especialmente com os hotéis, exigia que houvesse o cumprimento de prazos das edições o que inverteu a tendência ao atraso das edições dos guias. Ver Lister, (1993a: p.xxvii).

em uma determinada edição são apresentados com uma espécie de “validade” de cinco anos, em média, conforme detalhe nas Imagens 1 e 2. As cartas de viajantes “co-autores”⁹², conforme já mencionado anteriormente, que se utilizaram dos *Murray’s Guide*, comprovam o discurso estratégico dissociado da prática.



Imagem 1 – Publicidade: edição portuguesa, 1864, data validade de anúncio, 1871.
Fonte: *A Handbook for Travellers in Portugal*, edição 1864.

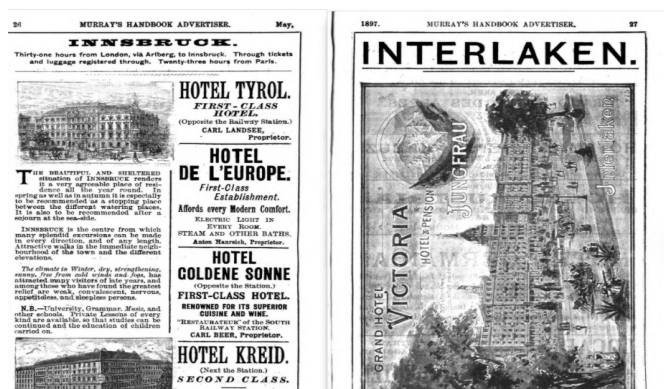


Imagem 2 – Publicidade: edição portuguesa, 1887, data validade de anúncio, 1897.
Fonte: *A Handbook for Travellers in Portugal*, edição 1887.

Relativamente às edições portuguesas iniciadas em 1855, não encontrei as situações mencionadas por Lister (1993a), o que coincide com a data posterior ao início dos anúncios publicitários. Talvez o rigor exigido pela presença do anunciante, principalmente de hotéis, tenha estabelecido nova padronização de comportamento para o produto.

No geral, pode-se afirmar que os guias editados por John Murray III e por Karl Baedeker realizaram uma espécie de codificação metódica e ordenada de cidades com horários de navios, itinerários, preços orientadores, endereços de hospitais, a quem o turista deveria recorrer em dificuldades, dicionários com os termos e as expressões mais utilizadas, resumos

⁹²Nos Arquivos John Murray estão catalogadas em torno de 200 cartas de autores, editores, revisores e de leitores relativas aos *Handbooks for Travellers*. Mesmo considerando as não preservadas, é difícil supor que estas contribuíram de uma forma decisiva para alterar estratégias do produto. Pode ser consultado diretamente no Arquivo John Murray junto à Biblioteca Nacional da Escócia.

enciclopédicos da história e dos locais a serem visitados. Ao assumir a cidade como digna de ser um *locus* turístico, os guias reivindicam para si mesmos um poder representacional implícito e definitivo de conhecimento sobre a cidade, suas histórias e seus habitantes.

A partir de 1850, os *Handbooks for Travellers* exercem uma influência considerável na maneira como os ingleses são recebidos em outros países, e *also in determining the point of view in which Englishmen regard nations of the Continent*⁹³. É perceptível o poder brando, cultural e ideológico, que circulou por meio destes manuais, em todos os lugares destinos.

A mundivisão inglesa presente nos *Murray's Handbooks* é um princípio organizador de imagens escolhidas das narrativas urbanas e que expressam as singularidades históricas e culturais dos povos visitados. Serve ao propósito da mercantilização dos espaços, que resulta em experiências para aqueles que a vivenciam sejam visitantes ou visitados. O “Eu”/ que chega e o “Outro”/ que recebe impositivamente. Este não foi consultado, porém, aceita a ação decorrente, e a entende como oportunidade, na cadeia de negócios originados pelo turismo organizado. Deste ponto, pode-se sugerir que os *Murray's Handbooks for Travellers in Portugal* estabeleceram a construção de uma imagem, como realidade, do império inglês, em sua expansão de novo tipo.

Há um padrão editorial seguido à risca, que surge como algo a ser absorvido e observado, de maneira linear e unilateral, em fragmentos. A cidade é um todo partido e uniformizado. O olhar imperial está presente construindo imagens de outros povos como forma de conhecimento de si mesmo. Assim o é também em Lisboa.

No prefácio das edições dos *Handbooks for Travellers*, John Murray III dirige-se ao seu leitor como o viajante inteligente e confirma o objetivo de fornecer as descrições práticas do que deve ser visto em cada local, *avoiding florid descriptions and exaggerated superlatives*. Contudo, já em seu primeiro guia como autor, destinado ao Sul da Alemanha, estabelece um caminho tênue que o contradiz e que permanecerá como traço característico, em menor ou maior eloquência, com avaliações e comentários fortes sobre os países a serem visitados por ingleses. No seu primeiro guia, justifica este caminho para que turista inglês tenha as informações fidedignas e não ser surpreendido pela miséria que o espera nas hospedarias alemãs: “*a German bed is made only for one; it may be compared to an open wooden box (...) and rarely long enough for an Englishman of moderate stature to lie down in*”, (Lister, 1993b:

⁹³Review of *Handbooks for Travellers*, *New Quarterly Review*, January 1854, 45–9 (citado por Goodwin & Johnston (2013: 61).

15). As críticas sobre as hospedagens alemãs são persuasivas quanto ao ideário imperial inglês: de salvar o mundo da barbárie por meio de *intercourse with the English*. Quem sabe se o contato mais direto “*will introduce a taste for cleanliness and a greater appreciation of it*”? Lister, 1993b: 14/16)⁹⁴.

Há uma semelhança do discurso quando John Mason Neale descreve as hospedarias portuguesas, exceto sobre as de Lisboa. Para os dois destinos, o viajante não deve esperar encontrar além de pousadas que à entrada servem tanto aos homens quanto aos animais. Odores fortes, o extremo desrespeito à limpeza é “*which is most annoying and disgusting to Englishmen*” e que tal fato merece uma reprovação (Lister, 1993b: 15). A fórmula iniciada com John Murray III foi continuada com os autores posteriores.

O *Handbook for Travellers*, contudo, é um produto complexo na formatação, com unicidade na apresentação e estrutura de conteúdo. A experiência editorial centra-se, provavelmente, na necessidade e pertinência temporal do produto. Percebe-se o cuidado na definição do Guia no que se propõe a ser: o fiel condutor do turista inglês. Uma ampla gama de autores e colaboradores esteve envolvida na produção destes, incluindo Richard Ford, cujo “Manual para a Espanha” (1845) é considerado um dos clássicos do gênero. John Murray III fez publicar o primeiro *A Handbook for Travellers in Portugal*, e de acordo com o Catálogo da Exposição Viajar, Viajantes e Turistas à descoberta de Portugal no Tempo da I República (2010), com data de edição em 1855, marca a entrada oficial do país no turismo internacional moderno⁹⁵.

A série de John Murray III estendeu o olhar Vitoriano na Europa, Índia, Japão, alguns países africanos e Nova Zelândia estabelecendo caminhos do turismo para o Inglês. Causa uma certa estranheza a ausência das Américas, do Norte e do Sul, no elenco de continentes atingidos pelos *Murray’s Handbook for Travellers*.

No decorrer do século XIX o sistema de transportes sofreu as mudanças para adequar-se ao momento revolucionário da Indústria e às exigências da modernidade, de onde surge o pressuposto base do liberalismo econômico, qual seja, o de criar condições de igualdade e oportunidades ao mercado. Em outras palavras: adequar o acesso da produção de mercadoria

⁹⁴No livro *A bibliography of Murray’s handbooks for travellers and biographies of authors, editors, revisers and principal contributors*, de autoria William Lister, a introdução escrita por John Gretton, apresenta uma análise crítica dos primeiros guias escritos por John Murray III e que estabeleceram as linhas editoriais da série guionista. O primeiro *Handbook for Travellers*, e os seguintes escritos em primeira pessoa pelo editor John Murray III, firmaram a linha que deveria ser seguida pelos próximos autores. A definição do público – classe média e alta da sociedade britânica – cria um padrão para o produto. Diferentemente dos demais pioneiros alemão e francês, o guia inglês permaneceu fiel ao público e à estratégia comercial.

⁹⁵Catálogo da Exposição Viajar, Viajantes e Turistas à descoberta de Portugal no Tempo da I República, Casa da Moeda, Imprensa Nacional, 2010.

aos consumidores em larga escala. Na proporção que os meios de transportes se desenvolviam os guias de viagem seguiam no mesmo ritmo de crescimento e vice-versa. Em Portugal, coincidem em diferença de dois anos entre o início das construções dos caminhos de ferro (1853) e o lançamento do primeiro *Handbook for Travellers in Portugal* (1855). O primeiro troço de caminhos de ferro, em Portugal, com a extensão de 36 km, foi inaugurado em 1856. Em 1900, 2356km de caminhos de ferro. A rede de estradas acompanha a expansão e a circulação de pessoas e bens. Em 1852/3, época da primeira visita de John Neale em Portugal, havia 218 km de estradas “modernas”. As avaliações feitas por Neale são correspondentes às condições da viagem, à época. Em 1900 Portugal havia 14.230 km de estradas.

A iniciativa de publicar uma série guionista com as características já mencionadas nos capítulos anteriores e com o propósito de ser uma condutora de interesses do expansionismo cultural ingleses por meio do turismo, em outros países, previa uma logística informativa importante, também, para manter-se à frente do principal concorrente, de produto semelhante, Karl Baedeker, da Alemanha. Um poder que foi se estabelecendo no decorrer do tempo e que poderia inclusive afetar a economia de pequenas cidades. Cartas, guardadas no Arquivo Murray (JMA), contém reclamações de proprietários de hotéis e estalagens que se consideram prejudicados por este haver declarado que seus alojamentos “não eram aceitáveis para ingleses”. Outras cartas, em maior quantidade, contudo, demonstram a satisfação de viajantes anónimos e de personagens importantes, como G.S. Hillard, autor do livro *Six Month in Italy*, reconhecendo a importância do guia, conforme já mencionado anteriormente.

As correspondências são também referência para o início da publicidade de alcance internacional, visto que os guias de viagem da editora Murray veiculava-os de forma centralizada. Ou seja: os anúncios estavam presentes nas edições por temporada.

O pesquisador moderno, por outro lado, recebe dos Guias de Viagem Murray informações, referências e conhecimento avaliativo ou “estado d’arte” em diferentes momentos do século XIX, escritos por personagens da época na qual se insere o dito manual. Por exemplo, o Reino Unido conta com 38 títulos e 117 edições e reedições, dos quais Londres possui 18 edições, com títulos variados. Futuras investigações podem ser conduzidas a partir destes guias de viagem.

A Editora Murray, fundada em 1768, continuou como negócio familiar até 2002 quando foi vendida para Hodder & Stoughton e já na sétima geração do negócio. A editora representou de maneira eloquente a mundivisão vitoriana do século XIX, com suas contradições, certezas, mudanças e as conformações impostas pelo novo *modus* de produção e de vida capitalistas. As correspondências preservadas podem traçar perfis de comportamentos sociais e as culturas de

classes, em Inglaterra, no período⁹⁶. As correspondências hoje catalogadas que compõem um rico material para a historiografia e bom manancial para investigadores acadêmicos de variadas áreas à disposição de investigadores.



Imagem 3 - Cartas de proprietários de hotéis que se sentiam injustiçados.
Fonte: McClay, 2018.

A ideia de bons guias para viajantes nasceu de uma necessidade de John Murray III, ainda em seu tempo de estudante. No artigo publicado no *Murray's Magazine* é descrito a origem da série como resultado da paixão do jovem Murray III por viajar. Em 1829, quando começam as suas aventuras de viajante pelo continente europeu, não havia “algo como um guia para Alemanha, França ou Espanha” (Murray IV, 1919: 41). Afirma que viajou para o Norte da Europa sem qualquer indicação exceto de algumas pousadas e confiando em alguns amigos. Ao ver-se muito rapidamente “destituído destes amigos”, motivou-se a coletar dados e informações práticas sobre o que um turista inglês provavelmente acharia útil. De caderno na mão fez todas as anotações que deixassem confortáveis quem seguisse aquele roteiro. Na volta desta viagem organizou as informações em História, Arquitetura, Geologia “e outros assuntos adequados às necessidades do viajante”. Após organizar os dados e factos recolhidos mostrou ao pai, Murray II, que achou interessante e chamou-o de “*Handbook*”⁹⁷. Este processo, foi testado

⁹⁶Ao longo de sete gerações a família Murray emergiu como uma dinastia. Os descendentes tiveram o cuidado de preservar as cartas e anotações. Em 2006 consistia em mais 500.000 cartas manuscritas além das obras originais de seus autores. Considerado o maior arquivo editorial privado do mundo, este arquivo encontra-se à disposição no John Murray Archive (JMA), junto à Biblioteca Nacional da Escócia. Consultar ainda McClay (2018: p.7).

⁹⁷No artigo *The Origin and History of Murray's Handbooks for Travellers*, publicado no *Murray's Magazine*, em Setembro de 1887, e incluído, posteriormente na íntegra por Murray IV, J. (1919). *John Murray III 1808-1892 a brief memoir*, London, John Murray, John Murray III afirma que a criação da série guionista foi um processo maturado no tempo. Identificar peculiaridades locais passou a ser o seu objetivo ao viajar para alcançar locais ainda não alcançados por seus compatriotas, e cita alguns exemplos de locais. As cartas que estão anexadas ao livro de memórias contam sobre as aventuras do desbravar caminhos que se transformariam em roteiros turísticos. Um artigo importante para investigadores sobre turismo ou arte de viajar.

continuamente, conforme deixa explícito no artigo. Percebe-se a preocupação em fugir do que já existia, evitando a prática comum “dos livros que, em linguagem exagerada, enfiam tudo que pode ser dito e terminam por confundir os leitores”. Para tal, procurou condensar as informações coletadas, no que ele usou como lógica: “o que pode ser visto aqui e que é diferente de qualquer outro lugar”. Após traçou rotas que passou a testar emprestando aos amigos prestes a viajar, para verificação ou contestação (Murray IV, 1919: 46). Estes foram os primeiros passos da série *Guide-books for travellers*, que criou um campo de viagem, a partir de Grã-Bretanha, e que formou um mercado para o surgimento de produtos semelhantes e concorrentes em outros países. O poder dos *Murray's Red Books* para influenciar as melhorias urbanas e hoteleiras: “*The points invariably insisted on by my Father was the sanitary conditions and arrangements in hotels and cities*”, foram, constantemente, mencionados em diversas cartas⁹⁸.

A preocupação de autoria das informações coletadas para os guias de viagem, é uma recorrente do editor. Em uma das cartas dirigidas ao pai, John Murray III afirma textualmente “*I have not borrowed one sentence from any English author*” (JMIV, 1919: 10) em seus escritos. A precisão da palavra “autor inglês” o iliba da afirmação geral. Conforme, já mencionado por nós, a formatação e informações dos guias escritos por Murray III têm muito de guias de viagem escritos por outros autores.

As cartas reunidas no livro de McClay (2018) confirmam a importância da editora de John Murray III, no século XIX. Em uma destas missivas, o jornalista escocês William Jerdan, em sua Autobiografia (1853) escreve que Murray (John Murray III) mesmo com “caracter e comportamentos” fortes, foi um “*prince and a gentleman among publishers and least of a huckstering I almost ever knew in that or any other trade*” (McClay, 2018: 15).

Os guias de viagem são produtos com uma definição estrutural e editorial estabelecida pela casa editora. A contratação de quem escreverá sobre o país depende de fatores internos, e no caso de John Murray III, exclusivamente dele. Os direitos autorais surgem neste momento não para resguardar os autores e sim para preservar o direito de editor do produto, visto que há, como mencionado em capítulos anteriores, a cultura da cópia entre os editores mais significativos no período da pesquisa, como Karl Baedeker e John Murray III.

Nos parece, portanto, importante interrogar as práticas e os modos da escrita exploratória de viagem como turismo. O guia é iniciador e elo fundamental deste negócio submisso à estratégia comercial de consumo. São os contextos de uma realidade histórica a

⁹⁸Murray IV (1919: 8-9).

encaminhar os objetivos da publicação que teve origem como produto em escala comercial na Editora Murray. Esta esteve no centro da produção mundial das narrativas de viagem com o fito organizador do turismo moderno.

A nossa interrogação, nas várias fontes, especialmente junto ao Arquivo John Murray, revela o processo por meio do qual John Murray III como autor e, posteriormente, como editor esforçou-se em formar seus autores, ou seja: transformar o texto original de um viajante adequando-o às expectativas próprias do turismo. Os relatos das experiências de viajantes foram articulados como resposta àquilo que John Murray considerava como as necessidades turísticas. A veracidade das informações de destinos distantes, antes inalcançáveis, é um movente que acentua o desejo de conhecer, desbravar, apropriar-se de outros mundos.

Os guias do século XIX herdaram as descrições de países e as adaptaram às necessidades próprias. Suavizam, ou desaparecem, percepções emotivas políticas ou filosófica do escritor para dar lugar à praticidade das informações. John Murray III estava a desbravar um tipo de mercado com as suas necessidades de respostas assertivas ao seu público consumidor.

Nesta perspectiva, será que o *Murray's Handbook for Travellers* refletiu o interesse e a sensibilidade do seu público? Foi fiel às informações dos países descritos em suas impressões? Para estas interrogações talvez possamos responder que sim. Como questões inexoráveis do produto de consumo, diferentemente dos relatos de viagens, predecessores, John Murray III teve claro desde o início, ainda como escritor, que a o sucesso comercial dos *Handbook for Travellers* aconteceria se conseguisse sintetizar e responder aos principais desafios organizacionais da viagem, como turismo, e que para tal deveria atender aos interesses dos seus leitores ingleses ao apresentar, de modo aproximativo, uma realidade do local a ser visitado. Acreditamos ser esta a base diferenciadora do fenômeno cultural e comercial que os editores assumiram para transformar os guias de viagem em desbravadores do turismo moderno.

3.2 Extensão mercadológica do negócio do turismo inglês

A popularidade dos *Handbook for Travellers* veio acompanhada de um razoável sucesso financeiro. Até 1851 “*Murray had made a net profit of £10,000*” com os manuais anteriores, que permitiu a compra de uma casa de campo em Wimbledon (Murray IV, 1919: 25). John Murray IV no livro “*A Brief Memoir*” conta o processo de compra, construção e crescimento da propriedade. A carta que o seu pai, John Murray III, escreve a Allen Thomson, por ele reproduzida, deixa antever o sonho do escocês Murray. Pergunta Murray na carta: “você acha

absurdo se a chamássemos de “*Murrayfield* (um subúrbio de Edimburgo)?” Sem saber oficialmente a resposta do amigo, oficialmente o nome da propriedade ficou como *Newstead* (Murray, IV: 1919: 25/27)⁹⁹.

A quantidade expressiva de publicações abrangentes do mundo conhecido de então, pressupõe uma ampliação do que Allen (1999) chama de linguagem e experiência. Os guias de viagem, como base de conhecimento coletivo, persistem com um conhecimento não individual, pessoal ou único. A coletividade do saber presente no manual de viagem é, por sua vez, um tipo de produto que se destina a desbravar fronteiras como uma imensa e ininterrupta estrada de ferro imaginária¹⁰⁰.

Nos parece ser este o período mais promissor do negócio, como apresentado na Quadro 2. A série *Handbooks for Travellers* foi composta por 383 edições, conforme apuramos. Lister (1993a: xxi), entretanto, informa que a quantidade de edições atingiu o número de 404. Nossa pesquisa optou em organizar exclusivamente os títulos editados pela própria editora e que levassem o nome *Handbook for Travellers*, desconsiderando os livros como *Pirated Editions* e *Knapsack Guides*. No Apêndice C, desta investigação, estão detalhadas as informações pertinentes ao Quadro 2, inclusive a abrangência por título.

Muitos dos títulos foram editados mais por prestígio para a Casa Editora do que exatamente por que estes dessem lucros (Lister, 1993a: ii/ix; Goodwin & Johnston, 2013). Em 1860 Murray procurou criar um caminho alternativo com a edição de guias mais populares com destinos para a Itália, Noruega e Tyrol (Áustria). Contudo, não teve o sucesso pretendido e o *Knapsack Guides* foi descontinuado.

O negócio editorial com publicações sucessivas tem a sua variação econômica que de certa forma equilibra o balanço financeiro. De acordo com Jan Palmowsky (2002: 124), os guias de viagem de John Murray para a Suíça venderam 44.250 cópias entre os anos 1838 e 1874.

⁹⁹O primeiro John Murray nasce em Edinburgh, como McMurray. Aconselhado, por um amigo, a abandonar o “wild Highland Mac” e estabelecer em Londres o seu negócio editorial. O sucesso das publicações deveu-se, inicialmente, ao seu relacionamento com Edimburgo. John Murray III, faz seus estudos universitários, 1827, também em Edimburgo. Provavelmente, o desejo de nomear a propriedade adquirida com um nome que remete à origem de onde veio o primeiro John Murray.

¹⁰⁰Sobre o assunto consultar Allen (1999: 213-226).

Quadro 2 – *Handbooks for Travellers* por abrangência/autor/ período e edições.

01. On the Continent	John Murray III	1836-1889	30
02. Southern Germany	John Murray III	1837-1890	16
03. Switzerland	John Murray III	1839-1904	20
04. North Europe	T.D Whatley	1839-1897	20
05. Greece, Turkey	Godfrey Lavinge	1840-1900	13
06. Northern Italy	Francis Palgrave	1842-1891	16
07. Central Italy	Octavian Blewitt	1843-1908	33
08. Southern Italy	Octavian Blewit	1853-1890	10
09. France	John Murray III	1843-1892	36
10. Portugal	John Mason Neale	1855-1887	05
11. Spain	Richard Ford	1844-1898	09
12. London	Peter Cunningham	1848-1891	19
13. Devon and Cornwall	T. C. Paris	1850-1895	14
14. Wiltshire, Dorset and Somerset	T.C. Paris	1856-1899	06
15. Kent and Sussex	R. J. King	1858-1893	07
16. Surrey, Hampshire Isle of Wight	R. J. King	1858-1989	07
17. Berkshire, Buckingham, Oxford	Augustus J. C. Hare	1860-1903	06
18. Gloucestershire, Worcestershir	H. W. Cooke	1867-1895	05
19. Yorkshire	R. W. Maude	1867-1904	04
20. Northamptonshire and Rutland	R. J. King	1878-1901	02
21. Derbyshire, Nottinghamshire	G. P. Bevan	1868-1892	03
22. Essex, Suffolk, Norfolk	R. J. King	1870-1892	03
23. Lincolnshire	Rev G. E. Jeans	1890-1903	02
24. Hertfordshire, Bedfordshire	R. J. King	1895	01
25. Warwickshire	Simon de Montford	1899	01
26. Shropshire, Cheshire, Lancashire	G. P. Bevan	1870-1897	04
27. South Wales	G. P. Bevan	1860-1890	04
28. North Wales	G. P. Bevan	1861-1885	05
29. England and Wales	G. T. Clark	1878-1890	02
30. Ireland	G. P. Bevan	1864-1912	08
31. Durham and Northumberland	A. J. C. Hare	1864-1890	03
32. Westmoreland and Cumberland	J. H. Tremenheere	1866-1889	04
33. Scotland	G. B. Bevan	1867-1913	09
34. New Zeland	B. Hemsley	1893	01
35. Algeria and Tunis	S. Courtauld	1873-1895	06
36. India	E. B. Eastwick	1859-1982	26
37. Syria & Palestine	Re J. L. Porter	1856-1903	05
38. Egypt and the Sudan	Sir Gardner Wilkinson	1847-1907	11
39. Asia Minor	Sir Charles Wilson	1895	01
40. Constantinople	R. P. Pullan	1871-1900	03
41. Turkey	H. Clarke	1854-1878	03

Fonte: Elaborado pela Autora, (2020).

A quantidade de edições e o número de exemplares dos *Murray's Guide to Switzerland*, não expõem as dificuldades financeiras¹⁰¹. Em média cada viajante partilhava seu guia com quatro pessoas. O Guia Murray, somente para a Suíça, foi utilizado por quase 200.000 viajantes britânicos de classe média. Este dado permite supor o tamanho do poder económico e ideológico do negócio.

Há que se considerar que os guias, a partir da metade dos Oitocentos, começam a ter a sua área publicitária com veiculação de anúncios, notadamente de hotéis (Keighren, Withers & Bell, 2015: 120). É possível identificar três fases comercial - Lançamento (1836/1858), Crescimento (1859/1880) e Declínio (1881/1901) - do negócio nas quais é patente as perdas financeiras, com as vendas.

Quadro 3 – **Balanço Financeiro *Handbook for Travellers* - Geral**

Período	Lucro	Prejuízo	Balanço
1836/1858		9%	Negativo
1858/1880		46%	Negativo
1881/1901		69%	Negativo

Fonte: Elaborado pela Autora, (2020). Dados colhidos nos JMA/NLS.

Todavia, deve-se olhar com cautela para estes números, visto que à época, a organização contábil era incipiente. As anotações, à disposição no JMA/NLS, não apresentam um rigor de registro contabilístico. Outro ponto a ser levado em conta é ausência de rigor na logística de distribuição junto aos livreiros e com a venda direta. Não é claro, também, os valores sobre a publicidade (Goodwin & Johnston, 2013). Não foi encontrada nenhuma informação contrária quanto a um balanço comercial, favorável ou positivo, de venda das edições do *Handbook for Travellers*.

¹⁰¹ Ver Palmowski (2002: 105-130). Para conhecer sobre a geração de riqueza, a forma do trabalho em uma empresa familiar e as relações comerciais estabelecidas com os envolvidos na produção dos *Handbook for Travellers* indicamos o artigo de Goodwin & Johnston (2013: 41-63).

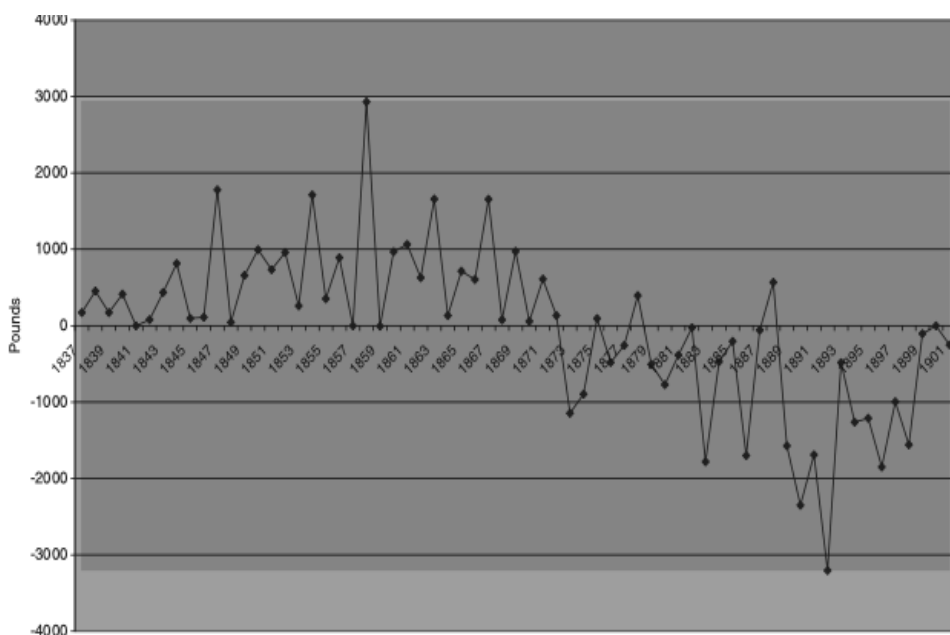


Imagem 4: Lucros e perdas *Murray's Handbook for Travellers*, entre 1837 e 1901.

Fonte: Goodwin, G. & Johnston, G. (2013: 41–63).

O *Handbook for Travellers* dirigido a Portugal, encontra-se na primeira fase, entre 1836–1858 juntamente com os guias para França, Itália, Alemanha, Suíça, Grécia, Portugal Espanha. De acordo com Goodwin & Johnston (2013: 41–63), somente os guias para Espanha e Itália incorreram em perdas menores e as duas edições para Portugal as perdas foram significativas. Contudo, de modo geral, houve perdas financeiras significativas conforme o Imagem 4.

A intenção de cobrir o maior número possível de cidades ou países¹⁰², pode-se confirmar, foi alcançada. Os *Murray's Handbook* tiveram edições para toda a Europa, Índia, Japão e Nova Zelândia, conseguindo ser mais completo do que os *Baedeker's Handbooks*. Este cobriu toda Europa, com um único volume para a Inglaterra e não chegou à Índia. Deve-se precisar, contudo, que a Alemanha mereceu de Baedeker uma cobertura completa. John Murray III fez publicar 22 títulos sobre o Reino Unido.

O ápice dos guias para Inglaterra foi a publicação em 1861, do *Handbook to the cathedral of England*¹⁰³, de Richard John King (1818-1879), uma obra que fornece aos turistas detalhes descritivos sobre a arquitetura de todas as catedrais inglesas com ilustrações em xilogravuras. Contudo, não foi suficiente para garantir o sucesso financeiro do negócio. Robert Cooke, primo de John Murray III, foi um dos primeiros colaboradores da editora, no período

¹⁰²A estratégia da editora de cobrir o maior número de país para evitar a concorrência possivelmente foi um dos fatores importantes para que houvesse um balanço deficitário. Em 1852 Robert Cooke, escreve a Murray: “Acredito que chegou o momento de ser repensado o futuro dos “Handbooks”.

¹⁰³King (1861).

relativo ao início da série. Entrou na empresa em 1837 e torna-se sócio em 1871. As informações sobre o processo são deficitárias, comprovando a informalidade das transações comerciais.

Quadro 4 – **Balanço Financeiro *Handbook for Travellers* – Portugal**¹⁰⁴

Edição	Ano	Lucro	Prejuízo
I Edição	1855/1856		£ 166 7s 3d [1]
II Edição	1864		£ 131 18s 2d [2]
III Edição	1875		£ 27 15s 11d [3]
IV Edição	1887		£ 241 3s [4]

Fonte: Elaborado pela Autora, (2020). Dados colhidos nos JMA/NLS.

Cooke, ao mesmo tempo que incentiva JMIII a cobrir o maior número de cidades como estratégia de coibir a concorrência, também se ressentia sobre a não competitividade do produto, argumentando sobre o público - que os volumes não deveriam ser apenas para os ricos – e o tempo do lazer - as pessoas viajam não quando elas querem e sim quando os seus tempos permitem, férias e feriados. E o mais enfático: se os exemplares do *Murray's Handbooks* não estavam à venda quando havia a necessidade da viagem, os turistas adquiririam exemplares semelhantes dos concorrentes. Para mitigar estes fatores sugere três alternativas:

- 1) Reduzir o preço de venda, especialmente “quando há concorrência”.
- 2) Produzir novas edições quando houvesse necessidade “utilizando as embalagens existentes.
- 3) Estabelecer a data de “*I May*” para todos os manuais estarem prontos para a venda anual.

Embora lógica, a argumentação, feita em 1852, não foi suficientemente enfática para resolver a “ausência de lucro”. Ao longo do tempo, continuaram a ser deficitários¹⁰⁵. O modelo de gestão da empresa familiar, notadamente autocrática na pessoa de John Murray III, pode ser indicada como um indício. De acordo com Goodwin & Johnston (2013), o líder do negócio ainda estava assinando cheques e influenciando as decisões da empresa em seu “leito de morte”, negando

¹⁰⁴As informações do Quadro 4 podem ser conferidas junto ao JMA/NLS com as seguintes indicações: [1] Ms.42730, p.348; [2] Ms.42731, p.62; [3] Ms.42732, p.131; [4] Ms.42734, pp.315-6.

¹⁰⁵Ver a correspondência e anotações no JMA/NLS em MS40269 - Robert Cooke to JMIII, July 22, 1852.

efetivamente aos filhos, e sucessores, a oportunidade e autoridade para mudar a trajetória da empresa. Diferentemente de Baedeker, como observa Buzard, que fez uma transição minimizando a sua 'autoridade individual', preparando os sucessores para o negócio e preferindo uma administração mais “racional” dividindo inclusive a 'burocracia com outros editores e agentes". Provavelmente foi essa estratégia que garantiu a longevidade dos guias alemães em contraste com os da editora Murray.



Imagem 5 – Registro contábil da Editora Murray e um cheque para Jane Austen.
Fonte: JMA/NLS.

A estratégia baseada em confiança, como vimos, pressupunha haver escritores/autores com credibilidade e autoridade para falar por meio da escrita. Encontrar estes escritores do seu meio social, religioso, de credo político e, preferencialmente, geográfico, parece ser a opção que justifica a estratégia comercial e a busca de legitimação. Muitos dos autores eram membros do círculo pessoal de amigos, em Londres, que frequentavam o *Athenaeum Club*, na *Royal Geographic Society* ou o *British Alpine Club*. Ou ainda faziam parte do círculo tradicional da família Murray em sua sede, na Albemarle Street. Em muitos aspectos “o meio social e político dos autores de Murray e a própria empresa são os mesmos” (Keighren, Withers and Bell, 2015: 227; Lister, 1993a: iv).

Como editora a empresa de John Murray teve o desafio de ganhar leitores. A primeira edição do *Handbook for Travellers in Continent: being a guide through Holland, Belgium, Prussia and Northern Germany and along the Rhine from Holland to Switzerland*, escrito por John Murray III, aos 28 anos de idade, foi inspirado em Mariana Starke (1761-1838) *Travels on the Continent: written for the use and particular information of travelers* (1820). Este guia acompanhou o jovem John Murray em suas experiências de viajante. Informações práticas e confiáveis sobre o que realmente é necessário para a viagem com menos dependência possível de ajuda local. Condensar todas as situações presumíveis, entrelaçando-as e antecipando o que poderá acontecer. Os detalhes para que o viajante e usuário do guia sinta-se em companhia de

um amigo confiável e seguro. Os pontos percebidos por Murray serão basilares aquando da fundamentação conceitual do que viria a ser a forma de viagem moderna. Este processo suavizou as narrativas de viajantes das privações ao colocar à disposição, do leitor turista, informações fidedignas de solução das necessidades da viagem (Keighren, Withers & Bell, 2015).

O seu primeiro guia mereceu uma crítica favorável, publicada no *The Athenaeum*, em 6 de Agosto de 1836, a qual elogia o cuidado com os detalhes de uma experiência pessoal que pode ajudar aos viajantes, por serem as informações completas e satisfatórias. E o compara com o “*Mrs. Starke’s Italy*”, que de acordo com o periódico (citado em Lister, 1993a: iv). é “*one of the best of its class ever published*”.

O Sucesso do Sul da Europa: *Handbook for Travellers in Spain*

O *Handbook for Travellers in Spain*, Richard Ford (1796-1858), publicado para o verão de 1845, vendeu 1.389 exemplares, no lançamento. Este manual deu um elevado prestígio à editora por ser considerado uma obra prima no gênero. Sir William Stirling-Maxwell, citado por Grande (2014: 179-191), escreve no *The London Times*, no obituário de Ford, edição de 04 de Setembro de 1858 e no *The Press*, em 11 de Setembro de 1858, sobre o *Handbook for Spain* como “*among the best books of travel, humour and history, social, literary, political and artistic, in the English language*” e ainda que obra escrita era maior do que a série: “*so great a literary achievement had never before been performed under so humble a title*”¹⁰⁶.

Na década de 1840, Murray era um dos principais editores britânicos de obras espanholas, por exemplo: John Gibson Lockhart’s, “*Ancient Spanish Ballads* (1841); Lady Calcott’s, *History of Spain* (1845); Richard Ford, “*An Historical Enquiry into the Unchangeable Character of a War in Spain*” (1837). Havia com Ford uma relação frequente e de negócios (McClay, 2016:141). Richard Ford viveu em Espanha entre 1830 e 1833, tempo no qual dedicou-se a conhecer o território interessando-se por variados aspectos da sua cultura. Suas opiniões relativamente à política e à igreja, expressas na primeira edição em 1844, suscita o medo de que o manual fosse confiscado pelas autoridades espanholas. A edição não circulou publicamente e Ford “*had to pay Murray £500*” (Lister, 1993a: x, 38), conservando alguns exemplares¹⁰⁷.

¹⁰⁶Para um acompanhamento mais detalhado da vivência de Richard Ford em Espanha, aquando da produção das anotações para a escrita do guia espanhol, consultar Grande (2015: 179-191).

¹⁰⁷Ver sobre o assunto em Prothero (1905). Não se sabe ao certo o número exato de exemplares desta edição cancelada. A Biblioteca Britânica sugere 20 exemplares. Contudo, alguns autores sugerem outra quantidade.

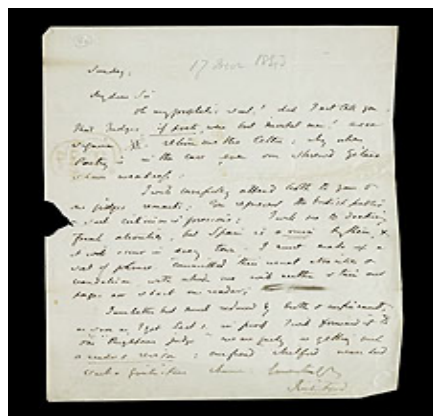


Imagem 6 – Carta de Richard Ford para John Murray III, 1843.

Fonte: JMA/NLS.

O Arquivo John Murray, possui um exemplar desta edição quase totalmente desaparecida. No verão de 1845 é publicada a nova edição, com 1064 páginas e 2000 exemplares, que teve um sucesso instantâneo: vende 1.389 cópias em três meses. As três edições antes de sua morte (1845, 1847 e 1855) foram revisadas pelo próprio Richard Ford. Após sua morte, a editora manteve o título e o seu nome nas capas das próximas seis novas edições. A edição de 1869 foi revisada por Henry Ecroy, 1878 e 1882 por Juan Facundo Riãno. A de 1888, 1892 por H.F. Wilkinson e a 1898 por Henry William Pullen (1836-1903)¹⁰⁸. Provavelmente, o conhecer aprofundado do território, costumes, língua, fez deste *handbook* um clássico do gênero

Porém, o resultado positivo do negócio advém do acerto da escolha do país ao qual se destina o produto, o momento justo para o lançamento. É um produto sazonal que depende de fatores externos.

3.3 O Editor Karl Baedeker

Os pioneiros John Murray e Karl Baedeker são referências fundamentais para perceber as visões sobre o turismo do século XIX. Expressam as dicotomias necessárias para estabelecer paradigmas. São superiores observadores de algo que não lhes é parte. Preconizam a supremacia

¹⁰⁸William Pullen foi contratado, em 1885, pela editora para melhorar o desempenho dos *Handbooks for Travellers*. E ele interferiu em todas as edições. Ver em “*Miscellaneous papers of Henry Pullen concerning the preparation of titles for the “Murray’s Handbooks for Travellers” series. Manuscript notes concerning the “The handbook for Travellers to Spain”*”. Arquivo John Murray, Folios 36-37.

do olhar sem envolvimento. O conhecimento indutivo é prático e experimental em observação passiva do fenômeno a ser conhecido separado dos fenômenos da Natureza. São homens do seu tempo que encontram as justificativas para o desenvolvimento de suas estratégias imperiais modernas, como negócio. De um modo simplificado, sobressai adequação de uma metodologia utilizada nos guias, que pode ser dividida em:

1) presença ou afirmação dos iguais e distintos a partir de um emblema e, portanto, *superior*;

2) afirmação da diferença do “outro” pela ausência deste emblema, e deste modo, *subalterno*, e

3) pressuposto comparativista, em graus de variação entre as duas instâncias anteriores, com o objetivo analítico de estabelecer correlações diferenciadoras.

O método presente nos guias, pressupõe a experiência escriturada, ou seja, contraposição aos devaneios da mente, próprio do período anterior das viagens quando os escritores, de forma idílica, descreviam suas experiências emocionais. Os guias entram no cânone da viagem metódica, experienciada com o fito de assim ser. Desvelar a realidade em processo objetivo decorrente de observações pretensamente “neutras” criam axiomas que estabelecem os paradigmas diferenciadores e justificados.

A Europa do Norte é a forma superior da humanidade a qual é auto conferida a missão de levar desenvolvimento, conhecimento, civilização aos “Outros”. As diferenças são mais assertivas no confronto fora das linhas territoriais dos seus próprios países. Quando o comparativo de superioridade pressupõe sair da geografia europeia, adquire uma expressão mais forte. São os “Orientais” e seus costumes culturais – escrever da esquerda para a direita é incompreensível, assim como o é tirar os sapatos quando entra em casa e deixar a cabeça coberta, por exemplo – causam espanto e desconforto. Viajar é novidade enquanto estratégia de lazer multiplicada. As diferenças comparativas continuam a existir, porém, são relativizadas no interno das fronteiras.

O olhar de superioridade unificador, e às vezes sutil, que circula nos guias de viagem, como emblema, e que representa um “guiar em confiança” da Europa do Norte, é evidenciado em avaliações sobre costumes, cultura, monumentos. Percebemos em Baedeker, de maneira mais assertiva, quando em 1866, no *Handbook to London*, no idioma francês, o leitor que tivesse alguma hesitação em visitar “*The Perfide Albion*”, conceito forte em França à época da publicação, em notas de rodapés, explica que o referido guia pretende apresentar os monumentos ingleses e incentiva o desfocar do olhar para a relevância de eventos gloriosos inglese, Mandelson (1985: 314/330). De certo modo, e não necessariamente como estratégia

mercadológica, os dois principais homens referências do guia de viagem e, portanto, do turismo moderno, espelham o olhar de seus impérios e que juntos escrevem a forma de como este lado da Europa se relacionara com a outra Europa. São rivais comerciais e conviventes ideológicos.

Karl Baedeker torna-se proprietário de uma editora em 1832, portanto, antes da primeira edição do *Handbooks to the Continent* de John Murray III. De acordo com Mandelson (1985), ao comprar a editora de Franz Friedrich Rohling, Baedeker não havia qualquer intenção de editar guias de viagem. Tanto é que o primeiro dos seus guias advém da aquisição, por ser parte da editora que ele comprou, do livro para viajantes *A Rhine Journey from Mainz to Cologne: A Handbook for Travellers on the Move*, de autoria de Johannes August Klein, escrito em 1828. Após a morte de Klein, em 1839, Baedeker decide rever e publicar uma nova edição, mantendo o nome do autor original na capa (até por que se tratava de uma edição tida como “esgotada”). Neste livro acrescenta informações práticas de onde ressaí a influência do modelo assumido por John Murray em *Murray's Handbook for Travellers on the Continent*, de 1836, originado das suas viagens e experiências iniciadas em 1829. Para Mandelson (1985) dentre os leitores mais agradecidos deste Manual estava justamente Karl Baedeker. Já nos próximos livros da editora alemã aparecem as “rotas”, definidas por Murray, que se estendiam a partir de uma cidade grande para outra criando uma linha de turismo estruturada. Talvez seja esta uma das mais importantes contribuições de John Murray III e definidora estrutural do turismo moderno. Karl Baedeker também se apropriou do nome *Handbook for Travellers*, provavelmente criado por John Murray II, como já ilustramos, traduzindo-o para o idioma alemão *Handbüchlein für Reisende*.

Em 1849, Baedeker resolve apresentar-se como autor e editor, na página de rosto de seus guias. Mandelson (1985) afirma que esta data é um divisor de maturidade para a editora quando seus guias se tornam mais visuais com mapas, ilustrações e um certo “pragmatismo” alemão, com informações mais práticas e concisas. E, também, observa o autor, começou a usar uma forma de distinção estelar para pontos “que o viajante não deveria deixar de ver”. Depois alargou para hotéis e restaurantes. Uma praticidade que retirou longas descrições substituídas por “asteriscos”. Outra relevância atribuída ao editor alemão diz respeito à cor das capas. A cor vermelha-marrom dos *Handbook for Travellers*, de John Murray, foram alteradas pela cor vermelha (mais definida) com a qual Baedeker começou a revestir sua série a partir de 1846. A cor das capas foi um processo acompanhado na experimentação de ambos os editores. Em uma carta datada de 25 de Agosto de 1838, Newcastle, Murray comenta sobre a experimentação de cores para as capas dos manuais. Afirma que gostaria que fosse experimentado além do vermelho, também, o azul e o preto, porque “*I do not think that the colour of the book will have*

the least effect upon its success”. O que importa é o conteúdo do mesmo (Murray IV, 1919: 68/69). Mas, no entanto, as capas na cor vermelho com as letras em dourado passou a ser a marca oficial dos guias Murray.

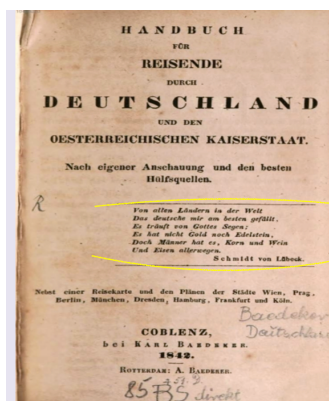


Imagem 7 – Folha de rosto do guia de viagem alemão onde se lê a poesia de Schmidt von Lübe
Fonte: *Handbuch für Reisend durch Deutschland*, 1842.

Karl Baedeker, numa época na qual a Alemanha ainda era uma Confederação Germânica (1815-1866), na página do verso dos seus Guias para Alemanha publica um poema, de autoria de Max von Schenkendorf (1783-1817), poeta e ativista da Guerra de Libertação (1813-1814) como para lembrar aos leitores alemães da vitória prussiana contra Napoleão. Outro poema, de capa de rosto da edição de 1842, para a Alemanha, ressalta, mesmo que em suas terras, não haja ouro ou pedras preciosas, o alemão tem fibra e tudo que necessita porque vive das bênçãos de Deus. Por isto, é o melhor lugar para se viver. Para uma Alemanha confederada de reinos e ducados, o patriotismo “*tended to be more poetical than practical*” e Baedeker assume, por meio dos seus guias de viagem, formas de propagar a fortaleza do império que estava a se formar, ao enfatizar: “*The entire contents of book are based exclusively on personal experience*” conforme Mandelson (1985: 314/330).

Um poema na folha de rosto dos guias Baedeker ficou como uma marca pessoal. Exceção para o *Handbook to Paris*, 1855, talvez por ressentimentos patrióticos contra a França, ou por estratégia de mercado, no qual ele dispensa a poesia por um outro argumento: “*the first, second, and third most important thing in travel is money. With money, most other deficiencies may be remedied*”, Mandelson (1985: 325).

Nos muitos escritos deixados por John Murray III pode se antever o relacionamento de amizade, de respeito e, de certo modo, pacífico com Karl Baedeker, seu principal concorrente. Provavelmente, ambos perceberam o mercado novo que se estava a formar e que este

necessitava de regras e caminhos específicos. Esta necessidade de desvendarem um negócio novo como objeto e público consumidor, provavelmente, foi determinante para relevarem as discordâncias, por exemplo, quando ao “copismo” ou originalidade dos guias.

São homens de negócios fiéis ao seu tempo. A etnografia europeia, no epicentro da Revolução Industrial e conivente com as ideias imperiais inglesas, tem a sua relevância justificada pela história. Conquistar é preciso!

3.3.1 Quando Baedeker superou Murray

Talvez ressentido pela presença constante de edições do guia alemão em (*seu*) território inglês, John Murray reconhece como pequena a contribuição de Karl Baedeker para a história da formação dos *Handbook for Travellers* ao sugerir que “*He also intimated that Karl Baedeker’s sole contribution to the art of the guidebook had been the addition of lists of Bierstuben (Cervejarias) to material lifted from Murray*” (Mandelson, 1985: 389).

Mesmo após a morte de Baedeker, em 1859, a editora alemã e o negócio destinados ao turismo se desenvolveram fortemente e ao final da década de 1860 já havia conquistado grande parte do mercado, em inglês, dos guias para o Continente.

O ressentimento expresso é, também, quanto à reserva de mercado. Murray iniciou seu percurso de escritor de guias, 1836, descrevendo a viagem em território alemão, porém, se suscetibiliza quando surgem publicações, de outras editoras, em língua inglesa. Em Outubro de 1862, portanto, após a morte de Karl Baedeker (1859) seu filho escreve uma carta para John Murray III, na qual pede autorização para a publicação do guia para Suíça, em língua inglesa. Este guia é um dos mais populares produtos da editora alemã, editado em 1844. A justificativa para tal edição popular promovida pela editora Baedeker se baseia no aumento do número de turistas em condições de viajarem.

Este fato, por consequência, leva ao surgimento de novos concorrentes que copiam os guias e os vendem com preços populares. Diz o filho de Baedeker que a edição sobre a Suíça, que está a planear, não poderá prejudicar as vendas da editora Murray e que o faz somente para fazer frente ao novo concorrente “*a certain Berlepsch, refugee and writer, well-know in Germany and Switzerland*” (McClay, 2016: 155). Este já havia publicado um guia sobre a Suíça baseado no guia Baedeker e que “*was so sucessful that I shall have difficulty in making the*” (*Idem*:155). Murray responde, um mês após ter recebido a carta de Fritz Baedeker, em 12 de Novembro de 1862. Nesta carta-resposta pergunta como um guia Suíço, em inglês, poderia prejudicar à editora alemã? E o que o deixa perplexo “*to understand how you can suppose that such an English Guide as you hint at could be circuled abroad whithout injury to me!*” De modo

ríspido expressa que o “*your father published his guide in German for Germans*” e que grande parte do escrito neste guia “*was translated from my Swiss Guide*”. Reforça que Baedeker, pai, “*never lost sight of the fact that my English Continental Guides gave him the idea, plans and materials in the first instance for his German handbooks*”¹⁰⁹, expõe assim um certo ressentimento. E, de maneira peremptória, ameaça que, se persistir nesta ideia da publicação, fará publicar um guia Suíço popular para circular no “*Rhine and in Switzerland*” (McClay, 2016: 155).

Uma nova publicação Baedeker, em inglês, só apareceu no final de 1863. Há outra passagem significativa, expressa em suas breves memórias, na qual Murray afirma que Baedeker prova que é fácil “produzir” um livro a partir de outro sobre o mesmo assunto, valendo-se das informações e sem violar o direito de autor. Se ressentiu que os copiadores o seguiram em todos os países que ele editou um guia: “*Holland, Belgium, Germany, France, Switzerland, Italy, Greece, Syria, Egypt, England and Scotland*”¹¹⁰. Porém, o que deixa surpreso e triste é a reivindicação do “*the mérito of originating this class of Handbooks*”. E afirma, em 1887, que as edições do guia alemão, foram sempre precedidas por um “*Murray’s Handbook*” (Murray IV, 1919: 39/49; McClay, 2018: 154/156).

A partir da década de 1870, inicia o período de expansão com publicações novas com o selo Baedeker¹¹¹. As relações entre as duas casas editoras começam a “esfriar” e John Murray III opta por cobrir completamente a Inglaterra como preservação do seu império editorial. Em 1887, em língua inglesa, surge o *Handbook to Great Britain*, da editora Baedeker.

Será que o ressentimento explícito de Murray em relação à editora de Baedeker seria somente em função da reserva de mercado editorial? A investigação aponta um outro caminho. Baedeker conseguiu resolver a difícil equação entre o preço, público, tempo de atualização e precisão tão caros ao editor inglês. Mesmo os seus colaboradores mais diretos, Robert Cooke e William Pullen, externem a mais valia de um guia Baedeker em relação a um guia Murray. Pullen, Murray chega a afirmar que sente repugnância ao ver um “inglês carregando um Baedeker” (Goodwin & Johnston: 2013: 41–63), contudo, admite que possui um exemplar e

¹⁰⁹ As duas cartas referenciadas no parágrafo, a primeira de Fritz Baedeker para John Murray III, datada de 30 de Outubro de 1862, e a resposta à esta de John Murray III para Fritz Baedeker, 12 de Novembro de 1862, podem ser consultadas no Arquivo Murray, Biblioteca Nacional da Escócia sob as referências MS40035 e MS 41913, respectivamente. A primeira também pode ser lida no livro de McClay, D. (2018: 151).

¹¹⁰ Além dos copiadores, há ainda as edições piratas dos “*Murray’s Handbooks*”. O nosso levantamento apontou 06 edições piratas direcionadas ao Continente Europeu, França e Suíça.

¹¹¹ Baedeker’s Palestine and Syria, 1875; Baedeker’s Lower Egypt, 1877; Baedeker’s Sweden and Norway, 1879; Baedeker’s Russia, 1883; Baedeker’s Greece, 1883; Baedeker’s France, 1884-1885; Baedeker’s Great Britain, 1887; Baedeker’s Upper Egypt, 1891; Baedeker’s United States, 1893; Baedeker’s Canada, 1894; Baedeker’s Spain and Portugal, 1897, etc.

reconhece a enorme vantagem de um “Baedeker” pela portabilidade e excelência de “*maps e plans*” (Imagens 8 e 9).

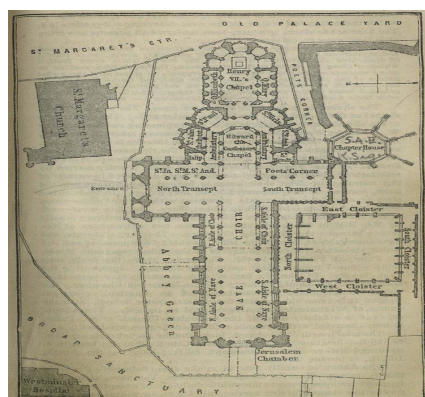


Imagem 8 – Planta da Basílica de Westminster, 1894.

Fonte: Baedeker's Handbook for Travellers. Edição para Grã-Bretanha, 1894.

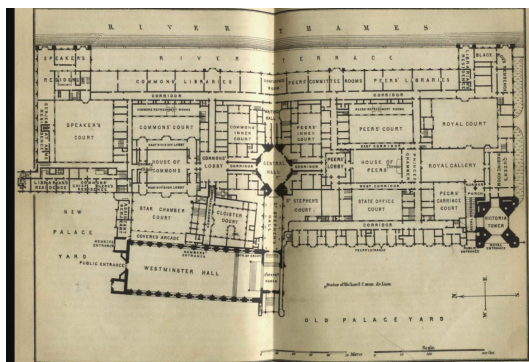


Imagem 9 – Planta do Parlamento de Londres, 1894.

Fonte: Baedeker's Handbook for Travellers. Edição para Grã-Bretanha, 1894.

E ainda, relata a reunião com um livreiro na Suíça quando este afirmou que os seus clientes não querem pagar um preço alto por um Murray enquanto o Baedeker é muito mais completo e custo bem menos. Pullen admite que “está impressionado” com a forma que Baedeker atualiza e revisa seus manuais: enviando cartas para seus contatos solicitando correções e notícias mais recentes dos locais. De acordo com colaborador da editora Murray, este é o fator da sua precisão (Goodwin & Johnston: 2013: 41–63). A inclusão das plantas dos locais mais importantes a serem visitados por seus leitores foi o grande diferencial da editora alemã.

Outro fator de desconforto acontece em 1867 quando o excursionista Thomas Cook recomenda a série de “*Handbook on Switzerland, Central and Southern Italy, and the Rhine*” com uma das melhores e mais confiáveis já editada e em comparação com “*Murray's half-guinea volumes*”, e são maravilhosamente mais baratos: custam 5 Xelins, cada.

A partir da década de 1860 o guia inglês foi seguidamente superado por seu concorrente alemão, Baedeker. O facto de John Murray III ter sido o pioneiro do negócio do turismo, não garante o sucesso financeiro para a editora inglesa. Em 1901, a editora John Murray vendeu a série de *Handbook for Travellers* para Edward Stanford, um notável fabricante de mapas, por £ 2.000. A polida justificativa sobre a venda anunciada pelos irmãos e herdeiros, Hallam Murray e John Murray IV: os “*Murray’s Guidebooks*”, que mantiveram o lugar de “indispensáveis para os viajantes educadas e inteligentes”, agora exigem um departamento especial para continuar a ocupar seus lugares no mundo, no século XX”, (Lister, 1993b, McClay, 2018: 154; Murray IV, 1919: 39, Gordon & Johnston, 2013: 43).

3.3.2 A questão do plágio no guia de viagem

A questão fulcral de plágio foi uma recorrente entre Murray e Baedeker. As traduções literais ocorriam em demasia. Murray chama a atenção para a questão do plágio literal, quando descreve “*one of the Southern Swiss valley: the slate rocks here are full of red garnets*” referindo-se as cores das ardósias, em tons rubros, que encontrava naquela parte da Suíça. E no guia *Baedeker’s Switzerland* foi traduzido para a língua alemã, algo como “*are overgrown with red pomegranates*”. Murray III, um estudioso de geologia, diz em suas memórias que percebeu esta ocorrência incomum nas ardósias Suíças, porém, 19 entre 20 viajantes passaram pelas “*garnets*” sem as perceberem¹¹². De acordo com Murray IV, este “erro” ocorre em todas as edições até 1873.

Apesar dos erros grosseiros que existiam quando se copiava em tradução literal e acrítica, na maioria dos casos, existia uma marca particular de cada autor. Um carimbo que caracteriza e resulta dos gostos pessoais, estudos, experiências que em certo sentido delimitam a originalidade da escrita. Baedeker, assume que inicialmente fez uso das informações dos “*Murray’s Handbooks*”. Para Murray, com o seu guia à mão, “*he was enabled to use*” para ampliar, corrigir ou preencher as informações que julgasse úteis para o seu público alemão.

As duas empresas trabalharam juntas, como exemplo a edição de “*The Rhine*”, em inglês, 1861, onde aparecem as marcas das duas empresas como impressão do Manual. Outrossim, ambos cooperaram para solução de problemas que os afetaram, como o caso dos Direitos Autorais, conforme já mencionado nos capítulos anteriores. Contudo, Murray fez

¹¹²John IV (1919: 48). Ver sobre as cartas, artigos e posicionamentos de John Murray III, por meio de cartas e vivência em família, sob o olhar do seu filho.

questão de reafirmar o seu pioneirismo, este também reconhecido por Baedeker, no negócio dos “*Handbooks for Travellers*”.

Em Setembro de 1887, John Murray III escreve no periódico “*Murray’s Magazine*” (1887-1891) um artigo sobre a origem e a história dos seus Manuais para Viagem, motivado por um outro artigo publicado no jornal *Pall Mall Gazette* (1865-1900)¹¹³, conforme vimos no capítulo precedente. *Murray’s Magazine*, porta-voz do conservadorismo do editor, não teve uma vida editorial longa e foi escasso o sucesso comercial. A revista destinava-se, também, a uma classe média inteligente e educada. Um bom material de pesquisa para historiadores sobre temas políticos, culturais e sociais, de época.

A polémica estabelecida pelo artigo não é diretamente com Karl Baedeker, mas sim com o jornal *Pall Mall Gazette*, que ao fazer alusão ao lançamento de guia de viagem para Grã-Bretanha, ignora a existência do editor inglês e omite as diversas publicações direcionadas à Inglaterra. De modo sarcástico, John Murray escreve que se Baedeker não fez uso das suas informações sobre o país, ele “*has exhibited a remarkable exemple of forbearance and abstinence*” (Murray IV, 1919: 47). No corpo do artigo de resposta, John Murray reclama para si a autoria do produto *Handbook for Travellers* e informa, como já foi confirmado em nossa investigação, que o próprio Baedeker reconhece que a base sobre a qual foi construída a estrutura editorial dos seus livros sobre viagem advém próprio de John Murray.

No início do século XIX, algumas publicações, com características dos *Handbook for Travellers* já haviam sido editadas como “*Traveller’s Guide Switzerland*”, com mapa, escrito por Johann Gottfried Ebel (1764-1830)¹¹⁴, impresso em 1819; *The Belgian Traveller: a complet guide through Belgiun and Holland or kingdons of the United Netherlands*, de Edmund Boyce (1771-1832), publicado em 1827¹¹⁵. Foi Mariana Starke (1762-1838), entretanto, quem estabeleceu as bases mais significativas para que John Murray III desenvolvesse a série “*Handbook for Travellers*”. O primeiro contato direto de Starke com John Murray II, acontece em 13 de Março de 1814, por meio de uma carta onde a escritora antecipa que um guia de viagem que contenha as informações “*most needful to continental travels, would, in the event of a peace between England and France, support the ‘immediate & immense’ emigration likely to ensue*”. E de maneira direta, pergunta ao editor, se caso a situação ocorresse, ele gostaria de

¹¹³Importante ressaltar que esta polémica não é com o pioneiro Baedeker e sim com o jornal. A entrevista com o editor inglês de “Baedeker”, que gerou a reação o artigo de JMIII, foi publicada *Pall Mall Gazette*, 23 de agosto de 1889. O artigo escrito por John Murray III pode ser consultado diretamente no Arquivo John Murray (Biblioteca Nacional da Escócia) em NLS shelmark U.410, ou nos anexos do livro Murray IV (1919)..

¹¹⁴Ebel (1810). *Manuel du Voyager en Suisse*, Édition Zurich.

¹¹⁵Boyce (1827).

publicar o seu novo livro¹¹⁶. John Murray II não percebeu de imediato “a perspectiva cosmopolita” de Mariana Starke, quanto ao novo produto para um mercado que em breve se abriria com as viagens em maior escala. Conforme o próprio Murray III, a forma como Starke¹¹⁷ organizava as informações, como descrevia os detalhes ou expressava a história de modo singular tornava tudo muito real. Ter nestes guias as informações práticas e fidedignas impulsionou-o a coletar o que poderia responder à pergunta: “o que um turista inglês provavelmente acharia útil?” O toque de midas do negócio foi responder esta pergunta com o olhar do turista inglês, adequando todas as informações que poderiam ser úteis para este viajante (Murray IV, 1919: 16; 46; Lister, 1993b: ix).

No artigo mencionado Murray, por outro lado, confirma de maneira incontestável o seu pioneirismo no protótipo fundador dos *Handbooks for Travellers* que ele começou em 1836, com ajuda do seu amigo ilustrador William Brockedon (1787-1854), escrevendo os seus *Handbooks to the Continent*. Com a diferença de três anos, em 1839, aparece o manual similar, escrito em alemão, por Baedeker. Já neste primeiro manual e de maneira inequívoca, conforme apuramos, continha o reconhecimento de uso das bases escritas por Murray *Aus Grundlage hat diese Werkchen*. Também em 1842, no Guia para a Alemanha¹¹⁸, Baedeker, se refere novamente os *Murray's Red Books*. Desta feita, menciona que utilizou o livro de Murray como base para estabelecer os *Handbooks for Travellers* para o público alemão ao corrigir o necessário e condensar as informações úteis. Em 1851, mais uma vez, no *Baedeker's Die Schweiz*, menciona no prefácio, o reconhecimento de que “*Das vorliengende Buchlein erschien, auf das berühmte Murray'sche “Handbook for Travellers on the Continent”*”, publicado em 1836. Desde as primeiras edições, portanto, confirma que se utilizou conceitualmente dos manuais ingleses.

¹¹⁶John Murray II, entretanto, não publicou de imediato o trabalho de Starke. Só em 1820 publicou *Travels on the Continent* e em 1828 “*Travels in Europe*”. Foram os protótipos dos futuros *Murray's Handbooks for Travellers*. Ver as correspondências de Mariana Starke para o editor em *John Murray Archive* “MSS: Starke, Mariana. Letters to John Murray 1814-1836. NLS”. Sugerimos, ainda, para investigadores sobre redação de viagens femininas, o Programa “*Women's Travel Writting, 1780-1840*”, um banco de dados bem coordenado pelo fundador Dr. Benjamim Colbert, diretor do Centro de Pesquisas Transnacional e Transcultural da Wolverhampton University.

¹¹⁷Ver sobre a importância de Mariana Starke na construção do guia de viagem moderno em Butler (2018: 148-170).

¹¹⁸Sobre a afirmação de reconhecimento ver a introdução de Baedeker (1842).

3.4 Discurso, prática e fragmentos: um desafio para investigadores

O despertar para o guia de viagem impresso como fonte documental dos campos epistémicos relacionados, direciona a compreensão da natureza colaborativa entre os diversos atores institucionais, como editores, autores, leitores, colaboradores. O Guia Murray, no período considerado da investigação, forjou a sua própria dinâmica existencial para a redação das viagens britânicas. Os textos mostram como foram confirmadas anotações, impressões individuais ou pesquisas, para se tornarem propriedades literárias. Dos textos guionistas ressaem questões fundamentais e intrínsecas ao produto. Uma destas é a confiança como autoridade e representação das informações circuladas por meio dos guias. As estratégias utilizadas por editores, como Murray e Baedeker, para estabelecer a confiança:

- 1) demonstram erudição de referencial acadêmico ao utilizar citações de autores locais, principalmente quando se refere à História do país. Esta estratégia posiciona o guia e o seu autor/editor em uma tradição científica ao eleger fontes existentes. E, também, por serem resultantes de experiências comprováveis.
- 2) Revestem o texto de autenticidade por se apresentar como alternativa segura aos guias locais. Os autores guionistas são uma espécie de “árbitros da verdade” do ponto de vista do turista.
- 3) A instrumentalização do leitor ao oferecer a este a oportunidade de ser partícipe da obra. Ao criar a relação de igual importância como co-autor do guia, a estratégia de confiança “como o fio da navalha” é estabelecida. Um “regime *ad hoc* de credibilidade” como relação (Keighren, Withers & Bell, 2015; Lister, 1993a/b). Revestir o leitor deste poder estabelece a credibilidade e, ao mesmo tempo, coloca a editora como árbitro da veracidade das informações veiculadas.
- 4) O etnocentrismo como orgulho de pertença. A confiança na Europa do Norte expressa nos manuais tem por objetivo o incentivo ao orgulho nacional de seus leitores, ingleses e alemães, que extrapola a questão de classes sociais, mesmo que estes editores/autores sejam epítomes da burguesia de seus países.

Na Inglaterra vitoriana, a partir de 1850, as cidades abrigam o maior número de população em relação à área rural. A burguesia (*middle class*) é diferente da *upper class* ou alta burguesia (constituída pelos banqueiros, nobreza e aristocracia). A partir da segunda metade do século XIX começa a concentração de riquezas e privilégios na *upper class* que controla, já em 1873, quase 80% da superfície da Inglaterra, 80% de representação no parlamento e 60% no

Conselho de Ministros. A classe burguesa, composta por pequenos empresários e comerciantes, profissionais liberais, procura seguir o modelo de vida da classe alta. Para a média burguesia, em formação, é pensado e formatado o produto guia de viagem e o turismo de massa (Backett, 1986: 401-410).

Keighren, Withers & Bell (2015: 226), chamam a atenção para as mediações e manipulações que estão por trás do produto Guia de Viagem. A versão impressa de viagem para turista não é a definitiva ou a única. Poderia ser caracterizado como continuidade de estratégias com versões anteriores “*either in whole or in fragmentary traces*”. Os critérios, por exemplo, de escolha dos autores guionistas estavam de acordo com a estratégia do novo produto e coadunados com a visão do Império Vitoriano. Para o editor Murray, estes deveriam ser já conhecidos como escritores, especialmente com conhecimentos generalistas de geografia e história dos locais sobre os quais deveriam escrever. De acordo com Lister (1993b), os critérios também poderiam ser simplesmente os de quem gostaria de preencher o tempo livre, fosse respeitado pela comunidade inglesa e tivesse erudição para tal.

Um desafio para os futuros investigadores do espólio da Editora John Murray, no que se refere aos “*Handbooks for Travellers*” será o de organizar os volumes dos manuais. Nos Arquivos John Murray (JMA) junto à Biblioteca Nacional de Escócia (NLS) não há uma coleção completa destes manuais. O mesmo se verifica também Biblioteca Britânica (BL), que detém a maior coleção individual dos *Murray’s Handbook for Travellers*¹¹⁹. A explicação mais plausível talvez seja porque o item referente ao número de edições seja simplesmente relativo às novas impressões, o que “desobrigava” ao seu depósito legal.

Atualizar cada nova edição deve ser um trabalho exaustivo e minucioso. O processo de impressão era bastante limitado especialmente quanto à inclusão de imagens por meio de xilogravuras. Este era feito ao longo do tempo das edições, com as atualizações consideradas importantes e sob a concordância do John Murray III. Os manuais são mantidos em folhas e encadernados, conforme necessário e impressos geralmente em Maio, (como comprovam as Imagens 1 e 2 nas quais se pode ver o mês colocado nos cadernos dirigidos à publicidade) no início da temporada de férias, ou em Outubro, para a “estação da saúde” de inverno, juntamente com o respetivo anunciante atual e as folhas atualizadas, na cor creme, marrom ou em papel azul listando os outros títulos da Casa Editora. Uma vez que uma nova edição é impressa, entre dois ou três anos, inserções em papel colorido são incluídas com informações adicionais ou atualizadas. O “*Index*” e o “*Diretório*”, no final do Guia, são revistos com frequência e as

¹¹⁹Sobre o assunto consultar o Arquivo John Murray (JMA) e Biblioteca Nacional de Escócia (NLS) e também Lister (1993a) “*Author’s Preface*”.

páginas de título substituídas para anunciar as alterações feita. Quanto ao caso Lisboa percebe-se pequenos ajustes nas informações. Não há inclusões significativas de impressões sobre a cidade, o que corrobora com o resultado da minha pesquisa quanto à pouca documentação sobre a existência de comunicação direta entre os leitores dos guias e a editora.

Capítulo IV

Os Homens à frente do *Handbook for Travellers in Portugal*

A edição dos *Handbooks for Travellers*, nasceu com o objetivo de desbravar o mundo, a partir de Inglaterra e para oferecer, ao inglês, opções de viagem com o intuito de lazer. Um produto de época, com o uso da cartografia, com a história das cidades e dos países, os monumentos escolhidos, as igrejas, ao alcance de todos que podiam viajar em itinerários organizadores do que seguir, do que ver, do que referenciar. No final de cada edição dos handbooks há uma lista dos outros destinos, alguns sob o título “*in preparation*”. Havia uma perspectiva editorial de contínuo desbravar países. Entre 1829 e 1843, foi o período no qual John Murray III se preparou para desenvolver o negócio dos guias de viagem. Esteve presente na condução dos rumos da editora e dos relacionamentos desta com a intelectualidade inglesa. Enquanto esteve à frente da editora produziu livros importantes para a ciência e sobre literatura inglesa.

John Murray III, após assumir a direção geral da editora, em 1843, publicou vários livros e enciclopédias, dentre estas *Nineveh and its Remains* (1848), sobre as descobertas de Layard na Síria; *Lord Campbell's Lives of the Chancelors* (1845-48); *Lives of the Chief Justices* (1849); *Grote's History of Greece* (1846-55); *Murray's British Classics*; *Milnan's Latin Christianity* (1854-56); *Darwin's Origin of Species* (1859), entre outros¹²⁰. A solidez da empresa, em que pesem os desafios para manter o negócio embrionário de oferecer leitura variada e em larga escala, permitirá que a editora, fundada em 1768, permaneça, como empresa familiar, por sete gerações.

4.1 As Gerações Murray e o início, meio e fim dos *Handbooks for Travellers*

O compromisso de John Murray III em criar um negócio para atender as “mentes brilhantes e inteligentes” (Lister, 1993a/b; Goodwin & Johnston, 2013; Mandelson, 1985; Looker, 2002) do seu tempo, com informações intelectuais e históricas destaca-se das articulações que manteve com vários personagens expoentes das diversas áreas, especialmente

¹²⁰Sobre as publicações generalistas sugerimos a consulta de “Special Collections JMA”, Biblioteca Nacional da Escócia (NLS).

escoceses. Geólogos como Charles Lyell (1797-1875) e Roderick Murchison (1792-1871), o Arquiteto e Historiador James Fergusson (1808-1886), o Arqueólogo e Historiador Austen Henry Layard (1817-1894), o Geologista William Smith (1769-1839), e Joseph Crowe (1825-1896, além dos escritores da casa e já mencionados no *corpus* da tese, formavam uma espécie de *board* intelectual para suportar o editor John Murray III.

A importância literária da editora, no período considerado pela investigação, fornece pistas para o entendimento de que o negócio nascente do turismo, tem o seu relevo. John Murray III foi editor de muitos autores importantes como David Livingstone, o biógrafo Samuel Smiles, o geólogo Sir Charles Lyell e o naturalista Charles Darwin. A carta de Darwin apresentando o trabalho ao editor Murray, onde entre ansioso e receoso, informa que conversou antes com Lyell, este já autor da casa Murray, e indica os 12 capítulos da *Origem das Espécies*, grande sucesso da editora. Nesta carta, pede Darwin, “*I shall be pleased if you approve of my work, & will undertake its publication. Pray believe me*” (McClay, 2018: 185).

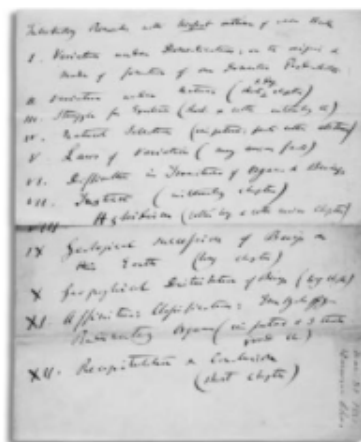


Imagem 10 – Carta de Charles Darwin para John Murray III.
Fonte: McClay, David (2018).

Murray, publicou com sucesso as obras de Darwin e Lyell. O receio de Darwin sobre se Murray publicaria suas teorias por questões de religiosas (McClay 2016: 185), se confirmou, mesmo que anonimamente. O editor, que discordava das teorias dos autores, escreveu, sob o pseudônimo de "Verificador", seus próprios argumentos opostos em um livro intitulado *Scepticism in Geology*, em 1878. No livro ele faz o ataque de maneira “convincente e sem uma frase descortês”. De acordo com John Murray IV, o livro atraiu bastante atenção. John Murray III faleceu sem assumir a autoria do livro. Há uma carta no Arquivo John Murray, na qual um professor de Física, americano, atesta a importância da publicação e insiste que informe o nome do autor: “o público agora tem o direito (1910) de ter o véu levantado e saber o verdadeiro nome. Possivelmente, deve ser alguém bastante conhecido há muito tempo entre outros

geólogos”. O nome só foi revelado após esta carta¹²¹.

John Murray III, um sobrevivente da era patriarcal da imprensa inglesa, conseguiu unir as funções e a ideologia do nascente capitalismo industrial, como negócio em expansão do século XIX, às tradições do “*literary patronage*”. Esta característica “de patrono” permeia a imagem da editora e, de certo modo, possibilita publicar todos os gêneros e formatos. À época esta consolidava sua reputação de produtora de obras influentes e de alta qualidade. Uma referência editorial internacional em alinhamento com o império. Como ocorre a relação do Império Vitoriano com a editora de John Murray?

O relacionamento estreito com o político conservador e escritor irlandês John Wilson Croker (1780-1857) e com o Primeiro-Ministro Benjamin Disraeli pressupõe uma relação direta com o império. Croker foi autor, editor e líder de Murray e teve por principal crítico e oponente Lord Macaulay, liberal e historiador. Os dois protagonizaram embates importantes no parlamento inglês e nos cotidianos. Havia um convívio ideológico do editor com J.W. Croker, amizade que permitia a este, inclusive, aconselhar e interferir em produções literárias de autores da casa como Lord Byron¹²².

Os manuais foram utilizados não só por viajantes anônimos. Políticos, governadores de coloniais, instituições de elite inglesa como a *Royal Geographical Society*, membros da nobreza e da família real, fizeram uso dos *Murray's Handbooks*. Há nos Arquivos Murray's um registro da aquisição de 14 exemplares do guia para a Suíça, por parte da Rainha Victoria, em 1861 (Goodwin & Johnston, 2013: 43/61; AJM/NLB: MS4251). Outra manifestação foi o desejo manifesto por parte da soberana inglesa de conhecer, antes da publicação, o texto sobre Windsor. No que G.F. Rodwell, revisor da terceira edição, do *Handbook for Travellers in Berkshire, Buckinghamshire and Oxfordshire*, 1882, solicita uma “*proof of luxe of the Windsor part, say on papier of Japon, if it is possible to print upon that*” para ser encaminhada diretamente à Rainha (Lister, 1993b). Não há registro catalogado sobre o desenvolvimento desta manifestação, nos Arquivos John Murray (JMA), na Escócia.

A proximidade com o poder imperial se estendeu para além do reinado vitoriano. Após a morte da soberana inglesa, em 1902, a editora John Murray foi escolhida para editar *The Letters of Queen Victoria*, em 1907, publicadas por John Murray IV (1851-1928). A edição, algo inédito na história inglesa, corresponde ao período de 1837-1861, e pressupôs um

¹²¹Segundo McClay (2016: 9), John Murray para refutar as teorias científicas e geológicas de dois dos seus mais importantes autores, Charles Lyell e Charles Darwin, publicou um pequeno livro intitulado “*Scepticism in Geology*”, sob o pseudônimo de “O Verificador”. Ver sobre a carta em Murray IV (1919: 24).

¹²²Sobre as correspondências de J. W. Croker consultar Arquivo John Murray (JMA)/NSL Ms 42129 e McClay, *Op. Cit.* pp. 46,84,97,211.

complexo arranjo político e institucional. A escolha unânime dos envolvidos na edição, foi apresentar a Rainha Vitória como soberana imperial e não em seu cotidiano doméstico como mulher ou mãe, o que foi prontamente assumido por Murray IV. A escolha para tal empreendimento, delicado e confidencial, parece comprovar que existia uma relação efetiva e contínua entre o epicentro do poder imperial inglês e a Editora John Murray.

Desde a fundação em 1768 quando o primeiro John Murray (anteriormente McMurray) se transferiu de Edimburgo para Londres, criou-se uma linhagem de editores na qual cada representante geracional sugere uma marca própria¹²³. Podem-se configurar quatro gerações da família Murray diretamente envolvidas no círculo do produto “Murray’s Handbook for Travellers” - criação, desenvolvimento e venda do negócio. Nesta perspectiva apresentamos os quatros líderes que cobriram o arco temporal no qual foi desenvolvido o guia de viagem moderno, inglês¹²⁴.

4.1.1 John Murray I e II: os pioneiros

O primeiro John Murray I (1737-93) nasceu em Edimburgo como McMurray, suprimindo o “Mc” do nome ao iniciar o negócio editorial na Fleet Street, em Londres. Começou o negócio editorial com vários gêneros, obteve um sucesso considerável publicando principalmente temas médicos. A próxima geração do negócio terá o comando de John Murray II (1778-1843), que sofisticava o conceito da editora e altera o endereço da mesma. Em 1812 a editora muda para 50 Albermarle Street, um elegante e nobre endereço no *West End of London*. Esta mudança alterou completamente o destino do negócio, a vida doméstica dos “Murrays” e, provavelmente, também o desenvolvimento dos “*Murray’s Handbooks for Travellers*”.

A localização privilegiada permitiu aglutinar autores “da mais alta posição na literatura e talento como George Canning, John Hookham Frere, James Mackintosh, Robert Southey, Thomas Campbell, Walter Scott, Madame de Stael, John Wilson Croker, John Barrow, Lord Byron e outros” (McClay, 2018: 18). As tertúlias intelectuais na sede da empresa eram momentos disputados. Uma espécie de encontro de “notórios saberes”, iniciado por John

¹²³Carpenter (2008). Consultar para um conhecimento maior sobre a linhagem da casa editorial por meio dos seus representantes,

¹²⁴Ver em McClay (2018: 11-12). Desde a sua fundação em 1768 até sua venda definitiva, em 2002, como empresa familiar foram sete gerações que moldaram um tipo de negócio com os livros publicados. Para além dos quatro personagens na linha de sucessão da Editora John Murray: John Murray V (1884-1967), ele continuou a publicação do último [nono] volume de Cartas da Rainha, nomeado Cavaleiro em 1932, e editor do periódico “Quarterly Review”. John Murray VI (1909-1993), foi importante especialmente na difusão da produção literária de Lord Byron. John Murray VII, atual representante da família, vendeu em 2002, após 234 anos, a empresa familiar e a marca para Hodder & Stoughton. Foi, também, o artífice da transferência dos Arquivos “Murray” para a Biblioteca Nacional da Escócia, em 2006.

Murray II, que permaneceu no tempo geracional do comando editorial. Estes encontros distinguiram a editora em todas as gerações Murray. Entretanto, não mitigavam ou escondiam as tensões das relações comerciais, relatadas em cartas enviadas por autores, conforme veremos logo adiante.

Na figura em uma das reuniões da intelectualidade britânica na sede da Editora Murray, na “50, Albemarle Street”¹²⁵.



On 7 April 1815 the two greatest writers of the age, Sir Walter Scott and Lord Byron (shown on the right), met at John Murray's premises at 50 Albemarle Street. This later reconstruction also includes (from left to right) Isaac D'Israeli, John Murray II, Sir John Barrow, George Canning and William Gifford.

Imagem 11 – Tertúlia entre intelectuais na sede da editora.

Fonte: McClay, David (2018).

As várias cartas, esparsas nas gerações Murray, permitem pressupor o quão difícil era obter lucros na produção de livros. Uma experiência “lamentável”, visto que somente uma em cada cinquenta novas publicações tem venda suficiente para custear suas despesas. Assim se expressa John Murray II, em 1820. O facto da não lucratividade editorial lamentada por JMII, segundo Samuel Smiles, deve-se pela relação mais de amizade do que comercial que o editor mantinha com os escritores¹²⁶. John Murray III, no final da década de 1840, repete o mesmo lamento em uma carta para o autor William Gladstone. Nela Murray III diz serem os livros “um luxo que em momentos de angústia é a primeira despesa a ser reduzida”¹²⁷. Contudo, os livros

¹²⁵MacClay (2018: 37. Se identifica, nesta reconstrução, importantes escritores e políticos, da época, como Walter Scott (1771-1823) e Lord Byron (1788-1824), em conversa. E Isaac D'Israeli (1766-1848), pai do futuro Primeiro Ministro Benjamin Disraeli (1804-1881), Sir John Barrow (1764-1848), John Murray II (1778-1843), o Embaixador britânico para Portugal (1814-1815), futuro Secretário de Estado para Assuntos Estrangeiros (1822-1827) e Primeiro Ministro (1827) George Canning (1770-1827) e William Gifford (1756-1826) .

¹²⁶Ver sobre a vida e as amizades do editor John Murray II por meio das correspondências, em Smiles (1891).

¹²⁷Em 1859, John Murray III publicou a primeira edição do livro de Charles Darwin “A Origem das Espécies(...)”, com o valor de venda de 14s, para o varejo, e 9s para o livreiro. As cópias, da primeira edição, foram vendidas em um dia e o autor recebeu £ 180, 2/3 do lucro de venda. Conforme cartas JMA/NLS, Ms 41913.

não permanecem como *itens* exclusivos e caros. No momento da expansão da indústria e do conhecimento moderno, o desenvolvimento tecnológico em todos os campos, inclusive na esfera da imprensa, a produção de livros se direciona à acessibilidade, como o caso dos “Handbooks for Travellers”. De acordo com McClay (2018: 147)) cada geração Murray não apenas lidou, mas prosperou, com as demandas e expectativas desses leitores e expansão.

4.1.2 John Murray III e IV: os continuadores

A geração seguinte é liderada por John Murray III, para quem o interesse pela ciência, geologia e exploração, provavelmente, direcionou os destinos da editora para uma nova área de negócios: os *Handbooks for Travellers*. A série, uma espécie de projeto particular e de estimação de Murray, que ele manteve com rigor. Em certo sentido, era um emblema de prestígio para a empresa. A forma com a qual dirigia o negócio e a severidade sobre seus autores e colaboradores criaram uma imagem de um homem forte, de poucas palavras e severo. As correspondências mostram a firmeza com os autores que não atendiam aos padrões por ele estabelecidos. E peremptório: não deveria haver boa escrita. Os manuais deveriam seguir o modelo original, fornecendo informações práticas aos turistas.

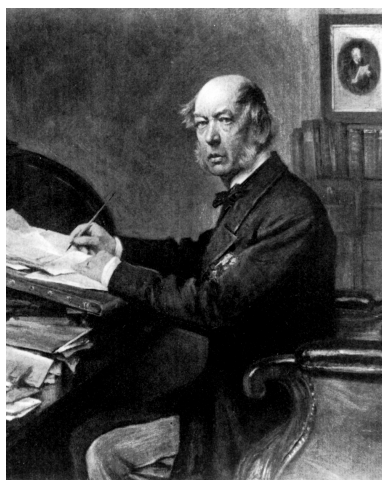


Imagem 12 – John Murray III.

Fonte: Biblioteca da Universidade de Cambridge, CUL 456.d9.291.

John Murray III vivenciou as transformações de Londres, movimentos e as alterações urbanas decorrentes da Revolução Industrial, a política expansionista de novo tipo, ou seja, as transformações económicas, políticas e culturais ocorridas com a mundivisão do império vitoriano. As associações entre autores, editores, livreiros e divulgadores, formaram uma

espécie de agência de distribuição. Este fato, diminuiu os antigos encontros em tertúlias ou jantares¹²⁸.

De acordo com o próprio Murray III, a série teve origem na sua juventude quando começou a viajar, pela Alemanha, como resultado das suas observações pessoais e reconhecendo, como já vimos, o papel fundamental de autores como Mariana Starke. Contudo, ao tempo desta viagem não existia nenhum “*guide-book for Germany, France or Spain*” (Murray IV, 1919). Provavelmente, deste facto advém a afirmação sempre muito assertiva quanto ao não plágio das informações para estes países. Assume, contudo, que usou o formato e a organização dos guias existentes. Porém, não o conteúdo. Ao submeter ao pai, John Murray II, o seu primeiro livro, este percebe a relevância para ser publicado e cunha o nome de *Handbook* para este trabalho. Assim, nasce o negócio para a editora e que iria definir e representar o modelo de viagem iniciado no século XIX.

John Murray IV (1851-1928), continuou o trabalho da empresa familiar. Em 1901 vendeu a série *Handbook for Travellers*, exceto os destinados ao Japão e para a Índia, ao Grupo editorial Edward Stanford. Com a ausência de John Murray III o produto que iniciou o processo de turismo da era moderna perde força dentro de uma editora geralista.

4.2 Os construtores do turismo inglês para Portugal

O pioneirismo dos guias de viagem Murray, para Portugal, como iniciadores do turismo, para uma elite inglesa, é comprovado durante nossa investigação, conforme os capítulos anteriores. O mérito e a visão de tornar Portugal e Lisboa destinos turísticos, a partir de 1855, em suas singularidades, são do editor John Murray III.

Há uma opção em promover um tipo de educação coadunado com o objetivo dos manuais. Um guia de viagem que também educa é uma marca que distingue o guia no processo de representacional de seus leitores. Por exemplo, no que se refere às informações sobre a história de Portugal, o “*Handbook for Traveller*” atende a estratégia de ser confiável estabelecida pelo editor Murray III. Para tal fornece uma boa base bibliográfica que permanecerá como fonte importante em todas as edições, acrescida de acordo com o revisor. A primeira edição deixa antever que alguns são efetivamente lidos, quando indica o livro francês

¹²⁸Paston (1932). George Paston é o pseudônimo de Emily Morse, escritora que privou da amizade de JMIII e no livro reflete as suas experiências profissionais com o editor.

traduzido – e “corrigido dos erros maliciosos da obra original” – para o português de Mr. de La Clède (1700-1736)¹²⁹.

Dos autores portugueses recomenda, de modo enfático, o livro *A História de Portugal*, de Alexandre Herculano (1810-1877), ao qual faz ressalva de que são apenas quatro volumes e que apesar do “historical scepticism of the author”, é, sem dúvida, a melhor história sobre Portugal. O ceticismo talvez fosse referente a ideia defendida pelo autor português, à época do surgimento coincidente dos “caminhos-de-ferro” e dos guias de viagem. Para Herculano, a ligação com outros países, especialmente a Espanha, promovida por estes “caminhos”, tenderiam uniformizar ideias e que para Portugal seria um perigo, já que a Espanha poderia anexá-lo não pela violência e sim pela cultura. Este autor, para John Neale, é o analista do reino português.

A lista de autores portugueses continua, sem maiores referências, com Ruy de Pina (1440-1522), D. Fernando de Meneses (1614-1699), Damião de Góis (1502-1574) Francisco de Andrade (1540-1614) e Fr. Luís de Sousa (1555-1632). Neale faz referência ao *Hints to Travellers in Portugal*, sem mencionar o autor, como “*probably, better acquainted with the scenery of Portugal than any Englishman now living*”. O livro *The prize-essay on Portugal* de autoria do inglês radicado em Portugal, Joseph James Forrester (1809-1855), editado em Londres, em 1854, é mencionado como “*a most valuable book*”.

Constrói uma lista de bibliografia extensa, talvez para suprir uma lacuna sobre o conhecimento do inglês da história portuguesa, já que “*has been so little studied in England*”. Há um esforço de John Neale para oferecer aos leitores uma abrangência de temas e períodos importantes.

Constata-se uma revisão bibliográfica como ação presente dos revisores com a inclusão de novos lançamentos de livros sobre a História de Portugal. Por exemplo, no item “Works on Portugal”, o revisor Willian Pullen, de 1887, inclui o autor italiano A. Galenga - Antonio Carlo Napoleone Gallenga – (1810-1895) com o seu livro *Iberian Reminiscence: 15 years' travelling impressions of Spain and Portugal*, publicado em 1883, em Londres.

Nos Arquivos Murray na Biblioteca Nacional da Escócia (NLS)¹³⁰ as informações catalogadas sobre as cinco edições, não são significativas limitando-se às: Ficha 211 ao registro sobre o Handbook de 1864, revisto pelo Reverendo E. Whiteley – London/Paris/Lisbon; Ficha 212: Handbook 1875 – revisto pelo Reverendo A.C. Smith e Ficha 213: Handbook 1887 editado

¹²⁹O livro a que se refere John Neale é a “*Histoire Générale de Portugal*”, escrito por Nicolas de La Clède, ou Mr. de La Clède, em 8 volumes, publicado em 1735, por Pierre-Francois Giffart, Paris.

¹³⁰Esta informação refere-se aos anos de 2016/2017.

por Reverendo H.W. Pullen. Confirmamos a autoria inequívoca dos *Murray's Handbook Portugal*, e à época das edições não conferidas, do Reverendo John Mason Neale. Outrossim, constamos que os revisores contratados por John Murray III tiveram o papel editorial de atualizar as informações sem interferências significativas no conteúdo e na forma originais. Por exemplo, na edição de 1856, houve um suplemento de 18 páginas, escritas por Henry Ecroyd, porém não caracteriza “revisão”.

Quadro 5 – Edições do *Handbook for Travellers in Portugal*

Edição	Ano	Escrito	Revisto	Exemplares ¹³¹	Observações
Primeira	1855	Rev. John Mason Neale	Sem Revisor	1.000	A sessão de gramática portuguesa foi escrita por Rev. A. J. D'Orsay ¹³² .
Segunda	1856	Rev. John Mason Neale	Sem Revisor	1.000	18 páginas suplementares escritas por Henry Ecroyd
Terceira	1864	Rev. John Mason Neale	Rev. Edward Whiteley	1.000	James Yate Johnson acrescentou duas páginas no final da Introdução.
Quarta	1875	Rev. John Mason Neale	Rev. Alfred Charles Smith	1.000	Correções" de William J. C. Henry e de Catherine Charlotte.
Quinta¹³³	1887	Rev. John M. Neale	Edit. Henry W. Pullen	1.250	

Fonte: Elaborado pela Autora (2018), a partir das informações do JMA/NLS.

Já na edição seguinte, de 1864, constata-se que houve a inclusão de mais duas páginas escritas por James Yate Johnson. A edição teve a revisão do Reverendo Edward Whiteley. A base de informações constitutiva dos guias para Portugal, escrita por Mason Neale, permanece, em linhas gerais, em todas as novas edições revistas. Contudo, cada revisor deixou sua marca pessoal na obra e o seu jeito de apresentar algumas informações, como no caso específico de Lisboa, como veremos no próximo capítulo.

¹³¹Quanto ao preço por exemplar vendido ao público não é tão preciso, já que não há impresso no exemplar. O valor atribuído aos guias para os países fora do Reino Unido e Índia, é de 12s. Para cidades do Reino Unido, 6s e para a Índia £ 1. John Gretton, na Introdução de Lister (1993: xxxi), compara com o valor médio de um salário semanal de um trabalhador rural.

¹³²J. M. Neale recebeu £140 inclusivos aos direitos autorais cedidos para J. Murray III.

¹³³Inclui um suplemento da (Ilha da) Madeira, de Açores e das Ilhas Canárias. Plantas de Lisboa e Porto e Mapa de Portugal.

A edição que teve uma revisão mais profunda foi a de 1887, procedida pelo já editor geral da Casa Murray, Reverendo Henry Pullen. Nesta, há um Suplemento para a Ilha da Madeira e a inclusão de novas plantas do Porto, Lisboa e Portugal. O número de exemplares permanece inalterado em 1.000 exemplares, até a edição de 1887 quando houve um incremento de mais 250 exemplares. De acordo com o Diretor dos Arquivos John Murray (JMA), Doctor David McClay, em Abril de 2016, mesmo com números reduzidos, em todas as edições para Portugal houve prejuízo financeiro, para a Editora, conforme Quadro 4.

As descrições são precisas e os revisores das sucessivas edições partem de uma mesma base primária autoral. Contudo, há a personalidade persistente e forte de John Murray III como condutor onipresente dos guias de viagem. John Neale, em carta, de 30 de Julho de 1854, expressa textualmente desculpas pela ausência de cartas com um amigo (B.W.): “*You will have thought that I was never going to write again*” e confirma o controlo do editor: *but last week (...) I had to work like a lion at "Portugal", [Guia de Viagem para Portugal] which Murray wanted finished, and which I sent him on Monday: and that threw me behind with everything else*”. As iniciais B.W., a quem se destina a carta mencionada, referem-se a Benjamim Webb, amigo pessoal e colaborador de John Neale, com quem manteve correspondência especialmente sobre as questões eclesiásticas entre Oxford e Cambridge, durante muitos anos¹³⁴.

Em cada nova edição, os seus revisores procuram imprimir um traço autoral. Seja em organização ou em atualizações sobre o crescimento da cidade. Na edição 1864, Edward Whiteley sugere, em nove anos que a separa da primeira edição, escrita por John Neale, um conhecimento mais amiúde do desenvolvimento das vias de acesso à capital portuguesa. Este revisor é o único que habita em Portugal, no Porto, e é provável que mantenha um outro tipo de relação com o país. Por exemplo, quando escreve no *item Methods of Travelling – Railways – Roads (Handbook for Travellers, 1864: 21/23)*, afirma que Portugal não está atrás de outros países já que nos últimos anos “*many hundreds of miles of admirable roads have been made*”.

4.3 Um autor e os revisores do *Handbook for Travellers in Portugal*

A primeira incursão da editora de John Murray III, em Portugal, como vimos em capítulos anteriores, foi a publicação de um guia, em formato de “Dicas para Viajantes”, com 250 exemplares por edição (1852/1853), assinado como autor “*Anonymous*”. O livro não faz

¹³⁴Para ter uma visão mais apurada sobre a pressão exercida pelo editor John Murray III sobre o autor do Guia de Viagem para Portugal, ver Lawson (1910).

parte da série de manuais para viajantes da Casa Murray ¹³⁵. Este pequeno guia, de 102 páginas, deixa entrever que o autor conhecia bem o que estava a escrever e que havia proximidade com Portugal ao indicar caminhos para circular nas cidades de modo claro e procurando ressaltar os encantos e menos os problemas. A experiência e o conhecimento do país, entretanto, não habilitaram o Reverendo Edward Whiteley, o autor “*Anonymous*” deste Guia, para que fosse ele próprio, o autor do *Handbook for Travellers in Portugal*, escrito três anos depois. De modo geral, as editoras, à época, assumiam, para si mesmas, a autoria. A não menção autoral dos guias, de certo modo, confere, à editora, autoridade e um poder onisciente: um olhar espalhado em todas as cidades escolhidas para serem visitadas por turistas ingleses.

Após termos comparado informações e estilos das cinco edições, reconhecemos a autoria dos guias para Portugal para o Pastor Anglicano John Mason Neale¹³⁶, conforme já mencionado anteriormente por Lister (1993a: 48). A condução da escrita do texto base, por Neale, direciona para que seja sanada qualquer dúvida quanto à autoria do mesmo. As edições de 1855, 1856 e 1864 são muito semelhantes em informações, não apresentando atualização significativa.

John Mason Neale: o autor – A vida de John Neale reflete o seu espírito de contrastes. Crescido em um lar de credo evangélico, na juventude expressa simpatia pela igreja de Roma. Apesar dos problemas crônicos de saúde, tem uma vida produtiva. Foi um acadêmico que não abdica de trabalhar pela melhoria das condições sociais. Estas opções o fizeram ser ignorados ou desprezado pela alta burguesia eclesiástica que, juntamente com o apoio ao Movimento de Oxford e a “incapacitação” por conta da doença pulmonar, a mesma que o levou à Ilha da Madeira, em 1843, o mantiveram junto ao ministério paroquial de “menor importância”.

O que impulsionou John Murray III escolher o padre anglicano John Mason Neale para ser o seu autor do “*Handbook for Travellers in Portugal*”? Esta pergunta foi uma constante durante praticamente toda a investigação. Neale, considerado “*a brilliant mind*” (Lister, 1993b: 28), teve uma vida financeira modesta, talvez por suas posições eclesiásticas contrárias ao *status quo*. Mesmo em discordância, permaneceu fiel à igreja anglicana por toda a sua vida. Algumas

¹³⁵*Hints to Travellers in Portugal, in search of the beautiful and the grand. With an itinerary of some of the most interesting parts of that remarkable country.* London: John Murray, Albemarle Street. 1852/1853. Detalhes at MS.42730, p.295. Este livro aparece como autoria “*Anonymous*” que era um recurso utilizado à época, quando a editora “comprava” os direitos autorais.

¹³⁶O nome de John Mason Neale não consta nas edições do *Handbook for Travellers* destinado a Portugal. Para consultas sugere-se o Arquivo John Murray (JMA), Biblioteca Nacional da Escócia (NLS), Cota Lx-1-34. A venda dos direitos autorais para a Editora Murray por £140 equivalia a quase cinco anos de salários como Diretor do Sackville College. John Mason Neale recebia, na função, £27/Ano.

situações importantes servem para ilustrar a intelectualidade e os posicionamentos religiosos, que são marcas da sua existência e que provavelmente foram importantes na escolha de John Murray III.



Imagem 13 – John Mason Neale.

Fonte: Lawson, M. S. (1910).

Na Universidade de Cambridge, Neale destaca-se como uma das mentes mais brilhantes, porém, não recebe os méritos por sua pouca aptidão para as ciências exatas¹³⁷. Como estudante, funda a *Cambridge Camden Society*¹³⁸, em 1839, com Alexandre Hope e Benjamin Webb (B.W.), com quem mantém por toda a vida uma amizade. A *Cambridge Camden Society*, em 1845, já com uma reputação significativa, principalmente pela publicação mensal do jornal *The Ecclesiologist*, transfere sua sede para Londres e se assume como *Ecclesiological Society*. A instituição, que não se pretende estatutariamente política, exerce uma importante influência sobre a arquitetura e os ritos da Igreja Anglicana, durante todo o século XIX. Neale e Webb eram convictos de que todos os elementos arquitetônicos da igreja medieval tinham uma simbologia de representação da piedade cristã e que, portanto, o arquiteto que lida com a igreja

¹³⁷ Para uma biografia acadêmica e profissional de John Mason Neale recomenda-se consultar: A Cambridge Alumni Database, University of Cambridge, NL836JM. Disponível em <http://venn.lib.cam.ac.uk/>. Para uma biografia eclesiológica sugerimos os seguintes links: John Mason Neale, Hymnary.org: https://hymnary.org/person/Neale_JM; Neste link se pode ter acesso a 66 hinos de John Mason Neale, e que, acordo com John Julian, autor, representam a posição de Neale no Hinário moderno. Ver também Leon Litvack, “John Mason Neale, *Canterbury Dictionary of Hymnology*” em <https://hymnology.hymnsam.co.uk/j/john-mason-neale>; Susan Drain, “John Mason Neale,” *Oxford Dictionary of National Biography*: <https://doi.org/10.1093/ref:odnb/19824> e Edwin Hatfield (1884). *The Poets of the Church*. Disponível em <https://www.hymnologyarchive.com/john-mason-neale>.

¹³⁸ A associação foi fundada, por estudantes de graduação dentre estes John Neale, em homenagem ao historiador do século XVI, William Camden (1551-1623) autor de uma pesquisa topográfica e histórica da Grã-Bretanha e Irlanda, publicada em 1607. Conhecida como a “Britannia de Camden”, tinha por intenção “restaurar a antiguidade em toda Grã-Bretanha”. A sociedade fundada por Neale teve seus pressupostos nesta linha até 1868 quando foi dissolvida. Em 1879 foi restabelecida com o nome de *St Paul’s Ecclesiological Society* e em 1937 volta ao antigo nome *Ecclesiological Society*.

deve ter uma visão religiosa da sua profissão. Uma espécie de protesto contra o espírito “meramente comercial” de então.

O arquiteto de igrejas deve ter um espírito elevado e ser de hábito religioso. Observa-se que, por trás da questão de design arquitetónico para as igrejas inglesas, a Sociedade tem um forte cunho ideológico e político que contraria os membros da Igreja Anglicana, que a viam como portadora das tendências “católica, apostólica e romana”, mesmo que em seus estatutos não apareçam. O estatuto da Sociedade¹³⁹ estabelece como seu objetivo a indicação arquitetónica e não teológica das igrejas inglesas. Um dos aspectos, além do arquitetónico, que melhor expressa a importância de Neale para a Igreja Cristã, é a recuperação dos hinos religiosos antigos, como veremos a seguir. A publicação do *Hymnal Noted*, sob os auspícios da *Ecclesiological Society*, coloca Neale como um dos mais importantes hinógrafos, com traduções de hinos latino, grego, russo e sírio.

A Inglaterra, a partir do segundo quartel dos Oitocentos, é palco de uma efervescência intelectual importante coadunada com as mudanças fortes e profundas geradas pelas demandas da Revolução Industrial. O mesmo acontece nos países europeus, guardadas as proporções e tempos de cada nação. As classes médias originadas deste novo tempo exigem, mexem, conflituam e impõem-se em todas as áreas da sociedade estabelecida. A Igreja Anglicana sofre questionamentos no seio da intelectualidade oxfordiana, que organizava o chamado “Movimento de Oxford”, entre 1833 e 1845.

A opção de Neale pelo “Tractarianismo”, é mais filosófica do que religiosa. O movimento é de inspiração católica, no que diz respeito ao seu aspecto mais conservador, ritualístico e medieval. Muito similar, portanto, em objetivos da “*Ecclesiological Society*”, surgida em Cambridge. Este movimento se propunha a despertar uma “igreja adormecida” dos seus reais objetivos, em momento em que o liberalismo económico predomina na cena social inglesa. E neste aspecto a tradução e incorporação de hinos em uso comum, do qual Neale e Helmore são expoentes, confirma que o cerne do movimento não é o rompimento ou negação do anglicanismo e sim a recuperação de uma Igreja ritualística e gótica.

Um aspecto pouco conhecido de John Neale, que emerge em nossa investigação, diz respeito à sua convicção de que é um sacrilégio a expropriação das propriedades da Igreja. John Neale vive modestamente do cargo de diretor do *Sackville College* com um salário de £27/ano e de suas publicações, principalmente de hinos e poemas. Isto não o impede de republicar, em 1846, anonimamente, o livro a *History of Sacrilege* de Henry Spelman (escrito originalmente

¹³⁹Consultar o Estatuto completo em <http://ecclsoc.org/history.html>.

em 1698), juntamente com Joseph Haskoll, seu assistente¹⁴⁰. Uma outra segunda edição aparece em 1853. No prefácio, de ambas edições, o mesmo apelo para o “julgamento de Deus” aos privilégios de quem usurpa os bens da igreja. E, como um lamento, reforça a crença de sua missão de levar ao mundo esta história do sacrilégio “*praying that His message*” chegue àqueles que usurpam e não obedecem às leis divinas. E, por fim, reafirma sua convicção de que a igreja como instituição é a “única que exerce o antagonismo direto e prático contra o sacrilégio”¹⁴¹. Talvez seja este traço relevante como exímio pesquisador, tradutor e historiador que estimulou a escolha de John Murray III para que escrevesse o seu guia de viagem para Portugal.

Neale pertence à *High Church*, um espaço dentro da Igreja Anglicana simpática aos ritos católicos, mas que nega a autoridade papal. E neste sentido, mesmo que não tenha se convertido ao catolicismo romano, Neale opta por uma aproximação com as práticas católicas, ao participar das fundações de duas importantes instituições eclesiásticas uma em Cambridge e outra em Oxford. Outra ação mais individual e que corrobora, de maneira inequívoca, sobre o seu compromisso e visão mais “piedosa” da igreja, é a fundação da Sociedade de Santa Margarida, que existe ainda nos dias de hoje, como uma ordem feminina para cuidar de doentes desvalidos. Por estes fatos, é estabelecido um antagonismo com seguidores da Igreja oficial de Inglaterra, e se difunde que Neale poderia ser um “agente do Vaticano” com o objetivo de subverter o anglicanismo, o que ocasionou algumas situações agressivas em seu confronto.

John Mason Neale deixou como maior legado a tradução de hinos antigos e “*is best known today for the modern version of the carol Good King Wenceslaus*” (Lister, 1993a: 28). Sua bibliografia é vasta a comparar com o seu tempo de vida, de quarenta e nove anos. Quase toda é direcionada à expressão da fé na Igreja, com ênfase para os hinos antigos, aos quais traduziu especialmente para os adventos da Igreja Anglicana. Após sua morte, alguns livros são escritos sobre Neale, porém, poucos mencionam sobre a escrita do *Handbook for Travellers in Portugal*. A bibliografia sobre o autor releva a sua relação especialmente com a Igreja¹⁴².

¹⁴⁰John Neale publicou varios livros “anonimamente”. Além do livro de Spelman, dentre outros os livros “Historia de Portugal” e “História da Grécia” para o público infantil. Ver sobre o assunto no artigo de Pfaff, R. W. (2015). John Mason Neale and “Sacrilege” Spelman (1643) Re-Invigorated. *The Journal of Ecclesiastical History, Cambridge*, vol. 66: 578-595.

¹⁴¹Spelman (1853). No prefácio deste livro, que presume-se seja escrito por Neale, repete o cerne textual da primeira edição pregando para este consiga abrir os olhos dos sacrílegos para os perigos de não fazer caridade para os pobres e para a Igreja.

¹⁴²Para uma leitura aprofundada sobre o autor John Neale Mason indicamos Towle (1906); Lawson, (1910); Lough (1976); Lough (1962). Uma investigação acadêmica dedicada ao trabalho do autor do guia inglês à Igreja Oriental pode ser encontrada em Litvack (1994). A nossa pesquisa não encontrou algo específico e relevante sobre a experiência de John Neale enquanto autor do primeiro guia turístico para Portugal. Talvez fosse um tipo de escrita, para os seus biógrafos, que não estivesse à altura da estatura intelectual do Reverendo John Mason Neale.

John Mason Neale em Lisboa - John Neale Mason, estabelece dois objetivos para viajar: estudar a eclesiologia e conhecer, por si mesmo, a história, os costumes, a arquitetura dos países que visita, não por meio de guias de viagem comuns *and ordinary sources open to the casual stranger, but from those qualified to speak with authority*¹⁴³. Esteve por duas vezes em Lisboa: em 1853 e 1854.

Em 1853 John Neale aceita o convite para escrever o *Handbook of Portugal*. De acordo com a sua filha e biógrafa, ele estava ansioso para explorar a eclesiologia, pouco conhecida de Portugal. Na primeira viagem de 1853 veio com Neale uma pequena comitiva composta pelo bispo de Brechin entre 1847-1875, Alexander Forbes (1817-1875), o bispo de Dunedin entre 1866 e 1871, Henry Lascelles Jenner (1820-1898) e o editor de música do *Hymnal Noted*, Thomas Helmore (1811-1890). Em 1854, com o objetivo de conferir informações do ano anterior, veio em companhia de Joseph Oldknow. Os dois chegam em Lisboa driblando a quarentena de cólera que vigorava, em Lisboa, desde Dezembro de 1853. A opinião generalizada da época, e, provavelmente, dos dois escritores que visitavam Lisboa, era que as epidemias aconteciam devido aos maus hábitos dos pobres. A doença estava associada à miséria e a moralidade. Esta associação fez com que as mortes entre a classe económica dominante não fossem referidas como causada pela cólera¹⁴⁴.

Durante a visita à Biblioteca Pública de Lisboa, em Julho de 1853¹⁴⁵, provavelmente, Neale encontra um missal com a música do hino *Veni, Veni Emmanuel*¹⁴⁶, publicado no *Hymnal Noted*, parte II em 1856, como *From a French Missal in the National Library, Lisbon*. A publicação com a fonte referenciada de Lisboa “*caused no small amount of consternation*” entre os hinólogos, que não conseguiram estabelecer esta origem. Os missais “*have all been examined by the Rev W. Hilton of the English College, Lisbon, but this melody is not to be found in*

¹⁴³Lawson (1910: 13-15).

¹⁴⁴As notícias nos jornais da época explicitam a quem se deve tal flagelo: “Em geral, as pessoas que têm sido atacadas (pela epidemia do cólera) pertencem às classes menos abastadas das sociedade”(Jornal “O Comercio, 6 dez.1855, p2); ou “As classes mais atacadas têm sido aquelas em que se dá a carência de bons alimentos e têm sempre desprezado as mais simples regras de higiene” (*O Século*, 1 de Julho, 1855, p.2).

¹⁴⁵Rodrigues e Soares, (2014). Aquando da visita de Neale à Biblioteca Nacional de Lisboa, o jornalista e escritor José Canaes de Figueiredo Castello-Branco (1851-1857) era o Bibliotecário-mor. As investigadoras Rute M. Rodrigues e Clara M. Soares, comprovam o estado de conservação dos documentos sob a custódia do poder público. “As infiltrações, a humidade, a falta de ventilação, o pó, as traças, são protestos que chegam ao século XX(...) dos acervos bibliográficos, sem que nenhuma solução fosse encontrada no que respeita a novas instalações”. O que corrobora com a opinião expressa por pelo autor do guia inglês.

¹⁴⁶Ver sobre o assunto em *Hymnal Noted* Parts I & II, Publisher, London, 1856, p. 65; Disponível em https://archive.org/details/bub_gb_2E3Dya5ON5oC/page/n3/mode/2up; e em [Hymnary.org](https://hymnary.org/person/Neale_JM?tab=texts) disponível em https://hymnary.org/person/Neale_JM?tab=texts

them”¹⁴⁷. Stainer & Barret (1898) fornecem a confirmação da fonte ao afirmar que pode ser visto na versão da melodia “*Veni, Veni, Emmanuel*” com as palavras “O come, o come Emmanuel” nos hinos antigos e modernos “*correctly from the MS copied by the late JM Neale from a French Missal in the National Library, Lisbon (...)*”¹⁴⁸. Não foi possível constatar a origem da fonte do “Missal” encontrado em Lisboa como registro junto à Biblioteca Nacional de Portugal. Também resta algo ainda a ser estabelecido: o motivo pelo qual os envolvidos nesta visita à biblioteca portuguesa não fizessem luz sobre o assunto¹⁴⁹.

As cópias manuscritas da música original do canto “*Veni, Veni Emmanuel*” foram encontradas, em 1966, pela investigadora em canto gregoriano, Doutora Mary Berry (1917-2008), na *Bibliothèque Nationale de France*, em Paris, em um missal franciscano do século XV como música do hino. Resolve-se o mistério da origem da música e permanece inconcluso o fato atribuído ao missal encontrado na biblioteca portuguesa.

Para Lister (1993b), John Neale, assim como Richard Ford, autor do guia Murray para Espanha, é um dos mais importantes autores de guias de viagem do seu tempo. O que talvez comprove que John Murray III tivesse uma simpatia pelo dinamismo provatório e polêmico, argúcia intelectual e conhecimento de John Mason Neale, assim como por Richard Ford.

4.4 Os Revisores¹⁵⁰

Edward Whiteley – edição de 1864: Edward Whiteley (1795-1876), natural de Leeds, chega em Portugal em 1824, como Capelão do Porto, onde permaneceu por 46 anos. Neale, ao referir-se ao Porto, no “*Murray’s Handbook for Travellers*”, descreve a Feitoria Inglesa e apresenta Edward Whiteley como “*a gentleman who is probably better acquainted with the scenery of the N. of Portugal than any other person*”. Whiteley, autor do “*Hints to travelers in Portugal*”, seria uma opção do editor John Murray para escrever o seu guia, para Portugal.

¹⁴⁷Hymnology Archive, on line, disponível em <https://www.hymnologyarchive.com/bone-jesu-dulcis-cunctis>

¹⁴⁸Stainer & Barret (1898: 378).

¹⁴⁹Ver sobre a polémica da fonte do missal no qual contém a melodia “Veni Emmanuel” que segundo Neale e Helmore havia sido encontrado na Biblioteca Nacional, em Lisboa, em 1853 e publicado em 1856 com tradução de John Neale, inclusive para outras fontes em *Hymonology Archive*, disponível em <https://www.hymnologyarchive.com/o-come-o-come-emmanuel>

¹⁵⁰John Murray Archive, fichas 211, Handbook 1864, revisado por E. Whiteley; 212, Handbook 1875, revisado por A.C. Smith e ficha 213 Handbook 1887, revisado por H.W. Pullen. Ver ainda sobre as correspondências do Reverendo Pullen, nas quais tratam de várias edições dos *Handbook for Travellers* para variados destinos em “*Letters to John Murray, publishers, of Henry Pullen*”, MS.40985-88.

Edward Whiteley é bem mais reconhecido por seu trabalho à frente da Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira (SBBE), fundada em 1804, em Londres, onde se manteve como agente bíblico, no Porto, entre 1835 e 1869¹⁵¹.

Alfred Charles Smith – edição de 1875: Charles Smith (1822-1898), nascido em Devizes, Inglaterra, estudou em Oxford e foi ordenado padre em 1847. Em 1856 tornou-se Prior de Yatesbury, uma pequena cidade com 210 habitantes, em Wiltshire, Inglaterra. Ali ficou por 36 anos. Um viajante que escrevia sobre suas viagens e, principalmente, sobre a Ornitologia.

Provavelmente, a autoria do livro *Narrative of a Spring in Portugal*, publicado em 1870, impulsionou o convite de John Murray III para que Smith fosse o revisor do guia de viagem para Portugal. No livro, o Reverendo Smith assume-se como turista ornitologista e recomenda “ao público em geral e especialmente aos irmãos Ornitologistas uma viagem a este canto do extremo sudoeste da Europa” e traça um interessante e inédito retrato do país que vai além do convencional para o turista. Para ele, Portugal, que permanece incomparavelmente “eclesiástico e conventual”, atende aos variados tipos de expectativa de quem viaja. E destaca um encantamento particular por Lisboa que compara, em visão nobre e digna, com Gênova ou Nápoles vistas a partir do mar: “*I do not think we were at all prepared to see so large or so magnificent a city*” (Smith, 1870: 210/216). Contudo, embora a boa fama de escritor e o desejo expresso em várias cartas de que gostaria de escrever um “*Handbook for Palestine and Syria*”, foi ignorado por Murray. Reviu os guias de viagem destinados para Portugal e Egito (1867).

A edição revista por Charles Smith, outrossim, serviu de base para o guia escrito pelos irmãos Francisco e Hermenegildo Giner de los Rios, publicado em 1888, *Portugal, impresiones para servir de guia al viajero*¹⁵².

Henry William Pullen - revisor da edição de 1887: Willian Pullen (1836-1903) nasceu em Little Gidding, Huntingdonshire, Inglaterra, e educado em Malborough College, Cambridge. Ordenado padre em 1860. Em 1863 tornou-se Ministro junto à Catedral de Salisbury. No final da década de 1870 escreveu um livro, de 38 páginas, com o título *The Fight at Dame Europa's*

¹⁵¹Sobre a participação de E. Whiteley como liderança da SBBE, em Portugal, sugere-se Leite, R.M. (2019; Cavaco (2005: 31-49), sobre o contexto específico das origens da Sociedade Bíblica e os “vários começos” em Portugal. Sobre a biografia consultar Lister (1993^a: 181).

¹⁵²Giner de los Rios. & Giner de los Rios (1888). O Livro-guia espanhol menciona, literalmente, na página 146, que “*sin embargo, seguimos en gran parte.*” Os autores, que vinham com frequência, para Lisboa se ressentiam da “*falta de otras guías, alla va ésta, desculpando sus defectos el buen deseo en primer término, y el número de noticias que contiene relativas á hombres y cosas, sitios y monumentos, tipos, costumbres, itinerários, baños, playas*”.

*School*¹⁵³, uma crítica satírica à neutralidade da Inglaterra na guerra Franco-Prussiana, que teve um enorme sucesso com 194 mil cópias vendidas em 3 anos. Manteve um relacionamento estreito com John Murray a quem frequentemente enviava informações úteis sobre os guias. Em 1885, Henry Pullen, escreve a John Murray tecendo algumas críticas aos guias foi convidado pelo editor Murray para dividir consigo a direção geral dos *Handbooks for Travellers*, com a principal incumbência de rever e atualizar os manuais, que no segundo quartel do século XIX, de acordo com Murray, começavam a dar sinais de cansaço e que havia a possibilidade de se tornarem obsoletos por não conseguirem alcançar o desenvolvimento dos transportes¹⁵⁴.

Reviu os títulos dos *Murray's Handbooks* para França (1882-1892), Alemanha do Norte (1886), Portugal (1887), Bélgica e Holanda (1889), Alemanha do Sul (1890), Itália (1890-1891), Espanha (1893). Embora reconhecidos pela família Murray seus esforços não foram suficientes para reverter comercialmente a série guionista (Goodwin & Johnston, 2013). Ficou na empresa Murray até pouco antes da venda dos Manuais, em 1903.

4.5 O olhar de John Mason Neale sobre Portugal

A entrada de Portugal no turismo organizado¹⁵⁵, na segunda metade dos Oitocentos, coincide com o período da Regeneração (1851-1868), “nome português do capitalismo” (Oliveira Martins citado por Mendes, 1980: 33)¹⁵⁶. Talvez este fato tenha um peso para justificar o olhar tardio como destino turístico organizado para os ingleses. A primeira edição do manual de viagem para Portugal acontece depois de “*Greece, Turkey, and Asia Minor (1840), Northern Italy and early Sardina, Florence (1842), Central Italy (1842), Spain (1845), Egypt and the Sudan (1847)*”, entre outros (Lister, 1993a: 19, 23, 27).

¹⁵³Ver Pullen (1870).

¹⁵⁴Acesso a um número considerável de anotações, cartas e memorando sobre a visão de William Pullen sobre o negócio editorial. MS40988 - *Letters of, to and concerning Henry Pullen. Incomplete letters, and dissociated parts of letters, mostly postscripts, of Henry Pullen to John Murray*, publisher: folios 1-13. A humble suggestion by the humblest of grateful travellers.” *A proposal to change the format of the handbooks*. Folios 21-22.

¹⁵⁵Para o entendimento sobre uma geografia do turismo em Portugal sugere-se o livro de Cavaco, C. (1979). O turismo em Portugal: aspectos evolutivos e espaciais. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

¹⁵⁶Amado Mendes traz esta expressão “conhecida e apropriada de Oliveira Martins”, no livro Portugal Contemporâneo, 1977, p. 240. Para Mendes esta é a fase das relações entre indústria interna e externa. Esta situação já era comum em diversos países da Europa Ocidental.

No entanto, existia uma intenção prévia de contemplar Portugal com edições precoces destes manuais. A corroborar com este intento, alguns títulos que aparecem como publicados e que não foram editados, conforme constatamos, a exemplo do “*Handbook for Madeira and Portugal*”, em dois volumes, anunciado como contendo gravuras e que deveria ter sido publicado em 1849. Ou ainda o *Handbook of Madeira*, destinado ao “*Invalid Visitor*”, que seria publicado em 1852. Não há volume físico que confirme a existência destes dois manuais ou registros no Arquivo John Murray (JMA). Nestes dois casos, é possível que fosse esta a intenção do editor John Murray III, levando-se em conta o facto de o autor do guia para Portugal visitar com frequência a Ilha da Madeira, onde esteve pela primeira vez em 1843 e nos três anos seguintes, quando aprendeu o idioma português, conforme prefácio escrito por Joseph Oldknow, no livro resultado da segunda visita, conjunta, em Portugal, 1853, (Oldknow, 1855: vi)¹⁵⁷. Em 1843, John Mason Neale escreve de Funchal ao seu amigo B.W. (Benjamin Webb) relatando um vendaval que os apanhou em Portugal, comprovando o seu relacionamento anterior com a Ilha da Madeira e com Portugal Continental¹⁵⁸.

Em 1855, mesmo ano da primeira edição do *Handbook for Travellers in Portugal* foi editado, também em Londres, o livro *A Month in Portugal* de autoria de Joseph Oldknow. Este livro, resultado da segunda visita de Neale, 1854, quando veio com Oldknow, permitiu uma maior liberdade na expressão de opiniões, de ambos, tolhida por Neale através da métrica editorial do guia de viagem. Mesmo que formalmente as opiniões fossem assumidas por Joseph Oldknow.

O que apresentamos precedentemente pretendeu expor as linhas mestres do discurso turístico dos guias de viagem, da casa editora de John Murray III, a partir dos seus atores principais, para percebermos os paradigmas subjacente à construção de imagem sobre a cidade de Lisboa, em conteúdo latente de eleição de espaços e diferenciação. O conteúdo do discurso comunicante em transversalidade e modulador de olhar imperial sobre o “outro observado” e em suas características de buscar o belo, o diferente e o pitoresco em contraditório da rotina estabelece a representação turística. Nesta pesquisa na qual centramos o nosso objeto e fonte nos “*Handbooks for Travellers in Portugal*” de origem inglesa, nas cartas trocadas entre editores, escritores e revisores, além dos textos subjacentes, conforme bibliografia, procuramos

¹⁵⁷Oldknow (1855). No prefácio do seu livro, assume a escrita e opinião, em primeira pessoa, sobre as informações que foram impressas no livro, ilibando Neale de qualquer responsabilidade. Desculpa-se pelo pouco tempo da visita a Portugal, com limitações nas oportunidades de observação para justificar as opiniões sobre variados assuntos internos e o não conhecimento da língua portuguesa. Estas deficiências, contudo, foram sanadas pelo companheiro de viagem, John Mason Neale, que além do conhecimento sobre o país, é bem familiarizado com a língua nativa.

¹⁵⁸Ver sobre o tema nas cartas escritas por John Neale, em Lawson (1910: 77-78).

mais respostas analíticas do que factuais sobre as afirmações que tipificam o discurso criador e orientador do turismo moderno.

Portugal, com seus desafios de acesso, sem confortos, sem higiene e pouca civilização, é um protótipo para a aventura. Porém, as cidades (Lisboa, Sintra e Porto especialmente), são recortadas como espaços urbanos intermédios entre o belo, ainda *naif* e o conforto. Portugal desperta a presença do turismo aventureiro e familiar. A investigadora Maria João Cordeiro, na sua Tese de Doutoramento Olhares Alemães: Portugal na Literatura Turística Contemporânea, apresenta um quadro de categorias sobre o qual se assenta o discurso turístico relativo a Portugal. Tendo por objeto de análise os guias editados na Alemanha, traça um modelo de especial relevância que pode ser estendido a produção guionista de outras matrizes, como a inglesa e a francesa (Cordeiro, 2007: 328 e ss.).

As recomendações de leituras do guia são temáticas e as informações sobre estatísticas, cartografia, comércio e história militar são de estudos de origem inglesa. Sobre a história de Portugal, o *Murray's Handbook for Travellers in Portugal* procura estabelecer aproximação por meio de referências intelectuais, por exemplo, quando referencia o nome do historiador Alexandre Herculano¹⁵⁹. Na edição de 1864, p.21, no item *History of Portugal*, é introduzida a frase que permanecerá nas demais edições, confirmando a mesma opinião dos demais revisores: “*The recente History of Portugal, by the very learned and most able writer, Herculano, might well be translated into English, as it is a work of rare excellence, and might cause Southey's¹⁶⁰ warmest admirers to cease to regret that the poet's History of Portugal was never finished*”.

Cada país possui uma imagem pública, com seus objetos (pré) figurados que devem externar um significado de história, preferencialmente, monumental, que a caracteriza no imaginário coletivo e depende do olhar de quem observa. A construção desta espécie de mosaico representacional encontra no guia de viagem inglês para Portugal, a correia de

¹⁵⁹Na edição original, de 1855, Alexandre Herculano é mencionado 12 vezes, nas pp.19, 35, 61, 70, 101, 102, 109, 128, 204 e 206. Alexandre Herculano, que não foi formado por Universidades, nem sequer as frequentou, publicou as análises interpretativas que formam boa parte da historiografia portuguesa. Estatura de investigador rigoroso e respeitoso da história e de “homem do seu tempo”. John Mason Neale foi feliz em referenciar a historiografia portuguesa em Alexandre Herculano. Ver sobre a construção da historiografia portuguesa circunscrita entre os séculos XIX e XX e seus historiadores em Torgal, Mendes e Catroga (1998), Vol.II.

¹⁶⁰ Robert Southey (1774-1843) é autor do livro *Letters writting during a short residence in Spain and Portugal*, publicado em 1797, em Londres, e que intencionado a escrever a história definitiva de Portugal, retorna ao país em 1800. Deste intento, consegue editar a seção dedicada à História do Brasil (1810-1819). Maria Zulmira Castanheira indica que Robert Southey pode ser considerado o primeiro lusófilo inglês. Para Neale, o livro de Southey poderia ser de valia inestimável por ser escrita por um historiador inglês familiarizado com país: “*His materials were such as no other person, not a native, can possibly accumulate again*”. Ver em Castanheira (1996: 59-120).

transmissão, em autorrepresentação. É necessário construir a imagem do império em contraste e contraposição como constructos interpretativos de uma geografia real e imponente.

A estrutura *Preliminary Remarks*, como especificado anteriormente, permite considerações sobre o país e seu povo. A primeira secção principia com uma “*caveat lector*” onde sublinha a dificuldade de obter guias locais, mapas ou informações fidedignas. Porém, tudo é resolvido com o exemplar do *Murray’s Guide*.

O que John Mason Neale enxerga em Portugal, em 1855, cria um quadro eloquente. Um dos seus principais pontos de interesse pessoal ao aceitar a incumbência da escrita turística em Portugal – o estudo da eclesiologia – deixa-o de certo modo desconfortável. Após um *tour* pelas igrejas portuguesas, chega a conclusão de que não há país europeu “*less interesting than Portugal*”. Para Neale, as igrejas em todo o reino estão em estado comprometido como resultado das invasões francesas, do grande terremoto e “*the rage for rebuilding in the eighteenth century*”. Entretanto, algo desperta a atenção do Eclesiólogo Neale: os hieróglifos em algumas paredes das igrejas especialmente em Beja, Lamego, Sintra. “*For example, those on the church at Freixo are as follows: Z E C H*” e a cruz de Malta. “*These all have some, probably as yet unexplained, connexion with the craft of Freemasons*” (Neale, 1855: xxx-xxxi).

Há inquietude quando se refere ao que ele condiciona como caracter nacional. Para Neale, o português é lento, para um olhar britânico, persistente e com uma necessidade de ser conduzido. Percebe-se, contudo, alguma curiosidade que conduz o autor do guia: o português não aceita, de bom grado, ser governado. Persiste uma certa desconfiança e perplexidade à característica de afabilidade portuguesa. Em carta escrita em Bragança, Trás os Montes, datada de 20 de Maio de 1854, encontramos um John Neale, exultante, desconfiado e surpreso: “(...) *we entered Portugal with great joy at 4.30p.m.*”. E após descrever a situação da hospedaria que compara ao “*Podgee*” (*a public house at East Grinstead*), se admira da forma como foram rececionados: “*who had not seen an Englishman since the Duke of Wellington was here, about 1810*”. Nesta carta, também, John Neale, descreve sua experiência com a honestidade dos portugueses: “*my poncho had somehow slipped of the sumpter-mule and could nowhere be found. I offered the landlord a dollar if anyone would bring it on to our inn at Miranda, but with very little hope of ever seeing it again. (...) we were going to bed - or rather, to lie down - there was a shouting under the window, and our Paradella friend came back with the poncho*”¹⁶¹.

¹⁶¹ Lawson(1910: 213). No parágrafo mencionado, Neale cita a palavra “a dollar” para significar, provavelmente, algum tipo de recompensa em moeda.

A imagem que o autor do guia de viagem português procura desenvolver em si mesmo, em relação ao país, é bucólica. Percebe Portugal como singelo e com uma certa ingenuidade própria de uma vida mais campestre e pastoril. Em outra carta, de 3 de Maio de 1854, Neale conta sobre os desafios de atravessar uma forte tempestade que os acolheu em Barcelos em direção à Viana. E que ao chegar “*two choirs in the great square were singing a hymn to Nuestra Senhora, on opposite sides, and it had a very sweet effect*” (Lawson, 1910: 167).

As experiências vividas aquando de suas duas vindas ao país para escrever o *Murray's Handbook*, são as tintas com as quais desenha o quadro imagético de Portugal. John Neale, pela sua biografia, e menos por autoria guionista, é um homem fiel aos seus credos. Como expresso por sua filha: “*John Mason Neale was not a “polite” letter writer*” (Lawson, 1910: 2016). Há natureza franca e rude em seus julgamentos que está presente na escrita sobre Portugal. O tom categórico é sobressalente. Por exemplo, ao escrever sobre os funcionários da Alfândega, “*as it is very probably that (...) who apply for your passport have never seen a Foreign-office document*” (Neale, 1855: X/XI) e que por o funcionário não entender uma palavra em inglês, o turista deverá explicar primeiro o que é o documento e depois convencer “*the inquirer that a man may desire to travel to Portugal for his pleasure*” (*Idem*, XI). Esta informação está presente em todas as edições do *Handbook for Travellers in Portugal*. No Guia do Viajante em Lisboa e arredores, de Francisco Maria Bordalo¹⁶², em ambas edições de 1853 e 1863, esta informação é diferente: o viajante mostra o “Passaporte ao Encarregado da Polícia, que vae a bordo, e quando desembarca entrega-o na casa da polícia do porto (no edificio da Alfândega) e vae buscal-o, no praso de trez dias, ao Governo Civil, para o levar a vizar ao seu Consul, sendo estrangeiro, e n’esse acto recebe um bilhete de residência(...)”¹⁶³.

Para viajar por Portugal, de acordo com Neale, são necessários três requisitos: boa saúde, bom humor e ir no tempo certo, ou seja, abril. Sem estes, aconselha, é melhor procurar outro destino. O objetivo explícito nas páginas do guia é preparar o turista, em Portugal, para o que deve encontrar. Contudo, ressalta que para quem busca um cenário “*more specially to the artist*” nenhum outro país em Europa possui melhor atração, frescor e beleza ainda inexplorada (Neale, 1855: 29). Acredita que o turista ao retornar ao país de origem, possa ter como

¹⁶²Francisco Maria Bordalo (1821-1861), nasceu em Lisboa. No seu livro autobiográfico *Trinta anos de peregrinação*, publicado em 1852, assume o seu caracter de viajante, ou de peregrino, por três décadas. Neste período, com pouco tempo por Lisboa, conheceu “as cinco partes” do mundo. Começa efetivamente seu percurso como escritor em 1842. Bordalo é autor de vários livros e foi costumeiramente articulista em *O Panorama*. Em 1855 publica o livro “Viagem à roda de Lisboa”. Neste, diferentemente do “Novo Guia do Viajante” que utilizamos nesta investigação, o “escritor reflete sobre a cidade, os seus malefícios e as suas misérias, sendo uma obra precursora das novelas de Fialho Filho”. Cf. Cabete, S. M. C. (2010: 77). A Tese de Doutoramento não cita as edições do guia de viagem, de autoria de Bordalo.

¹⁶³ Bordalo (1853: 25). Mantive a grafia original.

recordação o mesmo que Southey: “*the most blessed spot in the habitable globe, will almost bring tear into my eyes*” (*Idem*).

Os *Murray's Handbook for Traveller in Portugal*, portanto, iniciaram o processo de construção das rotas do turismo moderno, para o país, e dos quais foram derivados os demais guias, de outras editoras, alemã e francesa, principalmente. Partem de uma mesma matriz sistematizada por John Murray III. Não existe um único olhar turístico. São variadas percepções que criam e sedimentam a ideia de viagem. Como afirma Urry (2011: 2) os olhares são construídos por meio das diferenças. As experiências são individuais. O que faz um olhar do turista sobre uma cidade ser particular é o contraste com a sua vivência de base, com o seu cotidiano. E a relação do viajante com o espaço e com as gentes em suas viagens é mediada e contextualizada pelo tempo histórico. As características particulares do século XIX, especialmente em Inglaterra, por exemplo, o modo pelo qual o lazer foi organizado responde a necessidade de uma sociedade emergente da industrialização deste século.

O turismo em larga escala é uma face da modernidade. Viagem em massa, para lazer, só surgiu a partir do desenvolvimento e crescimento econômico, das cidades, dos transportes, das comunicações. Em linha com desenvolvimento do desejo, das emoções de prazer desconhecidas, da busca de satisfação intelectual. Outro fator preponderante nesta construção de olhares que viajam é a presença do feminino, já que este turismo de lazer prevê a viagem em família. Até meados do século XIX, a maioria das viagens era feita por homens. Com exceções fundamentais. As “senhoras vitorianas” começam a fazer parte destes percursos estabelecendo as primeiras formas de turismo de gênero. São construções que serão refletidas nos guias de viagem (Urry, 2001: 138).

A estrutura de percurso, o quê ver, o quê conhecer da história, o quê seguir nos mapas, como relacionar-se com o autóctone sobre o qual estabelece as características diferenciadoras, etc., construíram representações turísticas para ingleses. Uma geografia do Sul, de contrastes, onírica, imaginária, ideológica, e não uma “descrição fiel de um destino desconhecido”. Ainda pouco investigado na academia este caminho pode constituir-se objeto de futuras investigações particularizadas.

Capítulo V:

O Olhar Inglês sobre Cidade de Lisboa estruturado nos Guias de Viagem Murray

5.1 Para Inglês ver nasce a Lisboa turística

O guia de viagem, no seu início, tem um propósito específico de prestar ajuda ao viajante, como uma solução objetiva para a solução de desafios e dificuldades de execução prática. Substitui a arte de viajar como contemplação para uma nova era onde reina o aspecto quantitativo de absorção sensorial de modo rápido e fugaz. Um formato enciclopédico, como compilação de fatos e dados, definindo os pontos de intersecção e cruzados de interesses pretensamente estéticos, para os viajantes.

O modo de reflexão e de apreensão do espaço fragmentado das cidades transfere o particular para o geral. Desenvolve-se um tipo de conceito baseado em seus clichés sobre populações. Este processo, em versão ampliada e profusamente difundida, pode ser conformado em um jogo de alteridade e identidade no qual aquele que visita impõe à cidade traços originados de suas percepções fugazes e pré-definidas como a realidade abstraída. A imagem produzida por uma realidade já concebida *a priori*, como suposição, é um símbolo para além do ícone que a transporta. Nesta linha, há a existência prévia da imagem, composta ainda antes de ser. Um monumento ou um edifício extrapola a materialidade, seja sacra ou profana, por uma simbologia calcada no tempo e no espaço no qual se encontra¹⁶⁴.

Para Émile Auguste Bégin, ao visitar em 1848, Portugal, que ele chama de “Península Espagnola”, Lisboa é a cidade escolhida “*pour le développement majestueux d’une capitale*”. Lisboa já não é a cidade com sujidade, mendicância, e com cães a deambular por ruas escuras. Desde que os ingleses “*en ont fait une de leurs principes colonies*” as ideias de “conforto e bem-estar”, com chafarizes, banhos públicos, se desenvolveram. O discurso sobre o país recobre-se de um tom mais rigoroso. Em Portugal, generaliza, não há ferrovias, canais navegáveis, estradas fáceis. Porém, ressalva que “*les motifs pour les quels on néglige Portugal sont précisément ceux qui me le font aimer*” (Bégin, 1852: 543/545).

¹⁶⁴Ver sobre o assunto em França (1980: 9-21).

John Mason Neale inicia a descrição urbana de Lisboa, reproduzidas nas edições dos *Murray's Handbooks for Travellers*, exaltando que “Lisboa, à primeira impressão do estrangeiro, será a mais esplêndida cidade que jamais viu”! Para Neale, a capital de Portugal disputa o segundo lugar em beleza, dentre as cidades europeias, com Nápoles. Situa-se a Norte e a Oeste na margem do Rio Tejo. É distante, em uma linha reta, do Porto, 51 léguas; a partir de Madrid, 123; de Paris 375; e de Londres, 390, exceto na edição de 1887 revista pelo Reverendo Henry William Pullen (1836-1903). É assim que Lisboa é apresentada aos turistas ingleses.

Dar a conhecer aos ingleses um pouco sobre a literatura portuguesa ou mesmo sobre a beleza da sua natureza, motiva Edward Whiteley (1795-1876), autor da primeira incursão da editora Murray para Portugal. O convite para escrever *Hints to Travellers in Portugal* possibilita, também, tecer críticas ao conteúdo do livro *Portugal Illustrate: in a series of letters*, escrito pelo Reverendo Willian Morgan Kinsey (1788-1851)¹⁶⁵. Por outro lado, é uma oportunidade para apresentar a história de Portugal sob a ótica “do talentoso historiador” Alexandre Herculano (1810-1877), a quem compara ao historiador inglês Thomas Babington Macaulay (1800-1859). Esta informação presente no livro *Hints to Travellers in Portugal*, é um trecho reproduzido em todas as edições do *Handbook for Travellers in Portugal*.

A observação feita ao espaço urbano é um ato ativo de quem a faz e expõe por apresentar, nesta observação, um modo cultural de ver a sua própria matriz de identidade. Relacionar-se com o local de um modo particular e único, “como vivência própria de percepção, e, no entanto, suficientemente universal para que parte da mensagem contida tenha sentido para uma quantidade vasta de observadores” (Rodrigues, 2000: 57), talvez seja uma forma genuína do estrangeiro expor esta relação minimamente impactada por seu país originário. Whiteley, com uma vivência expressiva na cidade do Porto, Portugal, consegue ver além das viagens necessariamente apressadas do escritor do guia de viagem.

As informações formais, como distâncias entre as cidades, preços, itinerários, estão contidas tanto no *Hints to Travellers* quanto no *Handbook for Travellers in Portugal*. No aspecto avaliativo sobre o país, Edward Whiteley que conhece porque reside no Porto, em linhas gerais apresenta uma visão diferente sobre Portugal em comparação com John Neale. Quando convida para conhecer no Outono, cria um quadro outro que não o informado no guia inglês.

¹⁶⁵ Kinsey (1829). Na publicação o autor, já no prefácio, externa sentimentos de consideração e comiseração pelo povo português pelo seu atual estado de sofrimento que ele imputa à igreja e à fidalguia, predominante em Portugal, no período. São estes os principais responsáveis pela miséria injusta do país e autores da degradação moral, religiosa e política.

Afirma que qualquer homem, de coragem e bom gosto, pode sair depois da chuva e viajar quando o país oferece uma “*charming beauty, incresead by the sriking brilliance of the stars, and by the moom, whose silvery brightness is neve so seen in England*” (Anonymous, 1853: 8)¹⁶⁶. A imagem do Reverendo inglês e habitante do Porto E. Whiteley é diversa da do Reverendo inglês e habitante de Inglaterra, J. Mason Neale. Se há esta proximidade e conhecimento prévio porque não foi o Reverendo Whiteley a escrever o *Handbook for Travellers*, para Portugal, visto que já havia para o guia espanhol, com Richard Ford, o mesmo precedente? Quando teve a oportunidade por ser revisor do *Handbook for Travellers* para Portugal, 1864, Whiteley praticamente repetiu a imagem criada por Neale.

O guia de viagem, para o turista, evoca o significado e, talvez, a ordenação da desordem heterogênea da cidade de origem. Catalogar caminhos, pontos turísticos, espaços, monumentos e pessoas é o objetivo primeiro do guia. A cidade de Lisboa, em formato de guia e sob o olhar inglês, é uma realidade que respondia às necessidades da população à qual se destinava o *Handbook for Travellers in Portugal*. Uma espécie de pausa para ver outra cidade e assim estabelecer contrapontos entre esta e a cidade de origem, ou mais precisamente, Londres. Lisboa é a porta principal de receção para quem chega por mar, a Portugal, e que merece, do autor principal do primeiro guia turístico oficial de Portugal, a citação: “Nobre Lisboa, que no mundo facilmente das outras he princesa” e logo abaixo “Quem não tem visto Lisboa não tem visto cousa boa”¹⁶⁷. A citação, prenúncio eletivo da cidade portuguesa, contudo, é alterada na página, pelo revisor Edward Whiteley, em 1864. Em 1875, fica somente o dito popular mantido na edição seguinte, de revisão de Henry William Pullen.

A construção imagética da cidade que está a ser conformada por meio dos guias de viagem, no século XIX, conforme expresso nos capítulos anteriores, indica que o turismo, nos seus inícios, sugere uma face da modernidade que depende e integra o conjunto de artefactos e produtos oriundos desta construção.

A adequação da cidade aos preceitos do mercado turístico, capitaneado por guias de viagem, prevê os melhoramentos urbanos que chegam em Lisboa durante o século XIX. A historiadora Maria Gonçalves (2015), referindo-se a Jorge Gaspar, aponta dois momentos no mencionado século: o primeiro que vai até 1875 e o segundo a partir de então. De certo modo,

¹⁶⁶No livro *Hints to Travellers in Portugal*, o autor comenta sobre a viagem por Portugal nos belos meses do Outono. Cria uma imagem bucólica quando as folhas secas e amarelas são abundantes. Neste tempo o país é de uma beleza encantadora, diz o autor que a nossa investigação identificou como o Reverendo E. Whitley.

¹⁶⁷A primeira citação é de Luís de Camões, *Lusíadas*, Canto III, estrofe 57 e a segunda citação é aceita como um provérbio português, de acordo com *O Livro dos 20.000 Provérbios*, de autoria de Carlos Araújo Carujo, 2018.

coincide com a visão revista das edições dos Guias Murray, para Portugal. Nesta visão, num primeiro momento, Lisboa segue sua urbanização em um ritmo lento em relação às demais capitais centrais europeias, representada pela escrita primária do *Handbook for Travellers in Portugal Section I – Lisbon*, 1855 e revisões de 1856 e 1864. A ruptura com as Ordens Religiosas em 1834, estabelece um aumento de área física para usos públicos com a absorção das instituições para outros fins. E, por outro lado, sugere uma possível alteração nas mentalidades de que é possível romper com o até então “sagrado e intocável”. Estes dois momentos promovem, a nosso ver, um importante momento de autorreflexão civilizacional moderna e que portará as consequências emblemáticas do século XIX, para Lisboa, em particular.

Na cidade de Lisboa, o espaço urbano adequado e a adequar-se ao turista inglês, será meticulosamente organizado por John Neale. Neste capítulo, final da Tese, o nosso objeto principal, acerca do *Handbook for Travellers in Portugal Section I – Lisbon*, pretende apresentar a forma organizativa da capital portuguesa, seus monumentos e patrimônios, para atender uma necessidade de turismo inglês. Pretende-se dar visibilidade a algumas mudanças urbanas sugeridas pelos revisores nos espaços da cidade é uma consequência.

As duas edições, de 1853 e 1863, do *Novo Guia do Viajante em Lisboa e seus arredores*, de autoria de F. M. Bordalo, são utilizadas neste capítulo como referências comparativas com o guia de viagem inglês. As escritas que transcrevemos estão de acordo com o texto original¹⁶⁸. Ressalta-se que as citações relativas às edições do *Handbook for Travellers in Portugal*, por serem mencionadas por *item* igual ao objeto de pesquisa, não serão indicadas como Nota de Rodapé.

Definir o que o turista inglês deverá conhecer na cidade com as melhores comodidades disponíveis, na segunda metade dos Oitocentos, é um desafio assumido pelo autor e revisores. Chegar em Lisboa requer que o passaporte seja apresentado às autoridades alfandegárias, antes de entrar diretamente na cidade. O *Murray's Handbook for Travellers in Portugal Section I – Lisbon*, 1855/1856/1864, *Preliminary Information*, deixando antever a obrigatoriedade de apresentação do documento de viagem: “*The traveller, on arriving at Lisbon, is required to deliver up his passport at the Alfandega (custom house) and must, within three days, apply for it at the Governo Civil*”.

¹⁶⁸Bordalo (1853). Neste guia é notório o uso de referências e parâmetros franceses, quando, por exemplo, apresenta a tabela “Demoninação dos pezos em França” bem com as “Medidas – as denominações e valores das medidas francezas, tomado o metro, o are, e o litro, como unidade de cumprimento, superficie, liquidos e grãos”.

Já na edição de 1875 percebe-se uma alteração na obrigatoriedade de apresentação de passaporte: “*Although, as already stated, passport is no longer required (...) for on entering the country (...) still it is always advisable that the traveller be armed with such a document*”. O documento serve para comprovar a identidade inglesa e, muitas vezes, facilitar a entrada em Museus e prédios públicos. Somente dois revisores, Whiteley (1864) e Smith (1875), comprovadamente, conhecem Lisboa, o que lhes permite tecer indicações mais precisas. Por exemplo, na edição de 1875, o revisor recomenda que o turista, ao chegar em Lisboa, via mar, separe os artigos mais necessários do restante da bagagem, caso haja algum problema com a Alfândega¹⁶⁹.

O revisor de 1887 é mais pragmático: “*for persons who visit Portugal by the land route, a passport will be chiefly useful as a proof of identity, (...) but for those journeying by sea it is an absolute necessity*”. E incisivo insiste para que nenhum inglês deixe a Inglaterra sem o seu passaporte. Estas são as recomendações iniciais para que o viajante consiga uma estada tranquila em terras portuguesas, reforça. Todas as edições organizam as instituições, com os respectivos endereços e profissionais para qualquer emergência, aos quais os viajantes devem recorrer em caso de necessidade. Após o desembarço aduaneiro, o guia apressa-se em apresentar o que o turista deve vivenciar na cidade por meio de um *index*. Lisboa, para Pullen, é uma cidade cara, seja para uma visita breve ou longa estadia.

A cidade turística, estabelecida pelo olhar de John Neale, segue um *script* metódico. Não é um esquema fidedigno da editora. Há espaço para que o autor se manifeste como eleitor de espaços e de *itens* sequenciais a serem observados. Por exemplo, no *Handbook for Travellers in Spain*, da mesma Editora de John Murray III, publicado em 1855, escrito por Richard Ford, este com o nome reconhecido e estampado como autor, verificamos no *Index*, páginas 528/825, que apresenta uma estrutura diferente quando comparada ao guia português, Seção de Lisboa. Em “*Madrid: dearness of living*”, p. 662, Richard Ford afirma que “*a couple of weeks suffice to see the marvels*” especialmente se o turista a visitar no melhor período: “*the carnival, and in May and June*”. Não se furta de chamar a atenção dos viajantes, caso estes participem de festas, especialmente as numerosas ou se “*there be ladies, in the case, will not omit to write to their*

¹⁶⁹ Não encontramos comprovação da passagem do revisor Willian Pullen, por Portugal. As cartas disponíveis no Arquivo John Murray entre 1883, antes, portanto, 1885 quando assumiu o cargo de Editor Geral, e 1891, para John Murray, dizem respeito a avaliação de Henry William Pullen sobre as edições dos guias e também sobre o trabalho que será desenvolvido após a contratação dos seus serviços. Podem ser consultadas em MS.40985. Estão organizadas cronologicamente: 1883: folios 1–2; 1885: 3–11; 1886: 12–17; 1888: folios 18–21; 1889: folios 22–26; 1890: folios 27–91 e 1891: folios 92–239. As cartas trazem informações sobre o desenvolvimento dos transportes ferroviários, estradas e comunicação em diversos países e impressões sobre ações para tornar os guias rentáveis. Porém, não identificamos traços de sua estada em Lisboa.

bankers or friends” com antecedência para assegurar seus pertences. Ambos os autores são os responsáveis por estabelecerem, em Espanha e Portugal, o guia turístico para estes países. São, também, comumente comparáveis entre si, como vimos precedentemente, pelo rigor da escrita¹⁷⁰.

A organização que John Neale previu para Lisboa é esquematizada em sua primeira edição, e segue, fidedignamente, em 1856 e 1864. O Quadros 6 e 7 apresentam a conformação turística de Lisboa, estabelecida como um roteiro lógico e eleito para o viajante inglês. Seguiremos o esquema original para apresentação organizacional da cidade, sob o olhar das edições do *Handbook for Travellers in Portugal Section I – Lisbon*. Portanto, não é suposto a escrita sobre a história urbana de Lisboa, no período temporal da tese.

Quadro 6 – Estrutura do *Handbook for Travellers in Portugal* 1855/1856/1864

1. Hotels – 2. Restaurants (Casas de Pasto) – 3. Cafés – 4. Conveyances – 5 Baths (Banhos) – 6. Steam Vessels (Vapores) – 7. Post Office (Correio) – 8. Situation and History of Lisbon – 9. General Description – 10. Climate – 11. Public Amusements – 12. Reading Rooms, Clubs, &c. – 13. Public Gardens and Promenades – 14. Libraries – 15. Booksellers’ Shops – 16. Academia das Bellas Artes – 17. Museu Real – 18. The Churches of Lisbon – 19. Palaces – 20. Aqueduct (Aqueducto das Aguas Livres) – 21. Public Squares (Praças: Largos) – 22. Markets – 23. Fountains (Chafarizes) – 24. Cemeteries – 25. Hospitals – 26. Prisons – 27. Public Buildings – 28. Scientific Societies¹⁷¹.

Fonte: *Handbook for Travellers in Portugal*, edições 1855, 1856 e 1864

Estranha-se a não menção de locais para registros fotográficos da passagem pela cidade. Lisboa, em 1853, contava com locais específicos para retratos a daguerreotypo. Em 1863 há uma lista com 13 nomes e endereços de “Photographos”, na capital portuguesa. No guia inglês, somente na edição de 1887 aparece um item “*Photographs*”, com a indicação de Rocchini, “*an italian*”¹⁷².

As revisões iniciais mantêm a mesma estrutura informativa do quê o turista deve fazer para ter uma estada na capital que lhe permita conhecer, na ótica do guia de viagem, o melhor da cidade. O autor e os revisores destas edições traçam uma imagem, provavelmente, a mais

¹⁷⁰Ford (1855: 662-663).

¹⁷¹A edição de 1856, revista e acrescida em 18 páginas por Henry Ecroyd, mantém a mesma estrutura de 28 *items* indicativos. Igualmente a edição de 1864, revista por Edward Whiteley. Na edição de 1875 é incluído o *item* “Shops”. Há ajustes organizativos na edição de 1887, com a inclusão de *items* novos (*Private Mansions e Excursions*) e a inclusão do “*Index*” no início do capítulo destinado à Lisboa.

¹⁷²Serén (2009). Consultar sobre a fotografia desenvolvida em Portugal no século XIX.

próxima de suas percepções. Ressalta-se que o revisor da edição de 1864, Reverendo Edward Whiteley, habitava a cidade portuguesa do Porto desde 1824, com frequentes deslocamentos a Lisboa por motivos religiosos e políticos. Pode-se dizer, diferentemente de John Neale, que este acompanhava de perto as mudanças que ocorriam no país. Contudo, poucas alterações são reportadas na sua revisão de 1864.

Quadro 7 – Estrutura do *Handbook for Travelers in Portugal 1875/1887*

1. Hotels – 2. Restaurants (Casas de Pasto) – 3. Cafés – 4. Shops – 5. Conveyances – 6. Steam Vessels (Vapores) – 7. Baths (Banhos) – 8. Post Office (Correio) – 9. Situation and History – 10. General Description – 11. Climate – 12. Public Amusements – 13. Reading Rooms, Clubs, &c. – 14. Libraires – 15. Museums – 16. Churches – 17. Palaces – 18. Aqueduct (Aqueduct das Aguas Livres) – 19. Public Squares (Praças: Largos) – 20. Public Gardens and Promenades – 21. Markets – 22. Fountains (Chafarizes) – 23. Cemeteries – 24. Hospitals – 25. Prisons – 26. Private Mansions – 27. Public Buildings – 28. Scientific Societies – 29. Excursions ¹⁷³

Fonte: *Handbook for Travellers in Portugal*, edições 1875 e 1887.

As edições de 1875, revista por Charles Smith, e de 1887, revista por William Pullen, apresentam algumas diferenciações de roteiro em relação às primeiras edições, com inclusão dos *itens* *Shops*, *Museums* (em 1855 aparece o *item* Museu Real), *Private Mansions* e *Excursions*. Excluem *Booksellers Shop*, Academia das Bellas Artes, Museu Real. Nestas edições, principalmente na última edição, percebe-se alguma alteração no tom da escrita, especialmente em questões avaliativas. As informações são mais precisas e orientadas para a visitação. Ainda está presente uma imagem de diferenciação que compara de modo preconceituoso o visitante inglês e o receptor português, conforme explicito anteriormente e confirmado neste capítulo.

¹⁷³ Na edição de 1875 é incluído o *item* *Shops*. Neste *item*, Pullen menciona sobre a configuração da parte reconstruída por ordens do Marquês de Pomal. Por este plano, cada comércio deve ser agrupado por ruas próprias. Ainda continua esta lógica, afirma Pullen e cita exemplos: ourives, na Rua Áurea, ou do Ouro, livreiros, na Rua Augusta, roupas, na Rua de São Julião, etc. Há ajustes organizativos na edição de 1887, com a inclusão de *itens* novos (*Private Mansions* e *Excursions*) e a inclusão do *Index* no início do capítulo destinado à Lisboa. Ver *Murray's Handbook for Traveller in Portugal*, 1875, Section 1, p2; *idem*, 1887, p.3.

5.2 O Roteiro do Guia de Viagem Século XIX

John Mason Neale estabelece um quadro particular sobre como a cidade lisboeta pode atender aos seus leitores, o que será seguido por seus revisores. Uma escrita mais prolixa e menos indiciativa, expõe um escritor guionista, talvez não confortável nesta função. A ausência de preâmbulos de apresentações dos *itens*, permite pouco entendimento do porquê deste ou de outro *item*, o que, provavelmente, provoca algumas confusões em agrupar determinados monumentos, quando, a exemplo, escreve sobre *Public Buildings*, como veremos neste *item*. Em outros momentos, sugere uma ideia parcimoniosa do que a cidade pode oferecer em termos receptivos. Por exemplo, ao expor a oferta hoteleira. O mesmo acontece com os restaurantes, quando indica quatro restaurantes, não sem antes fazer comentários pouco apreciativos. Chama a atenção a revisão feita por E. Whiteley, 1864. Não só mantém quase inalterada a informação de Neale, como em alguns momentos é mais económico na mesma. Por exemplo, quando diminui para três o número das “Casas de Pastos” indicadas. Bordalo, contemporâneo de Whiteley na escrita do seu Guia do Viajante, indica 13 restaurantes na região central de Lisboa.

5.2.1 Hotels. (*Hospedareas.*)

A primeira edição do *Handbook for Travellers in Portugal*, inicia seu itinerário de apresentação prática da cidade de Lisboa sugerindo hotéis, nos quais o turista poderia hospedar-se, conforme o Quadro 8. Em 1863 são atualizados os valores da diária que passam a “desde 3\$600 até 500 réis” e o número de estabelecimentos para 39 hotéis e hospedarias contra as sete indicações apresentados pelo *Handbook for Travellers in Portugal*, edições 1855/1856/1864. Restaurantes também tem indicação modesta. Em 1864, somente três restaurantes estão presentes nos guia inglês. O guia editado em Portugal, por Bordalo, sugere nove restaurantes. Em ambos a predileção pelo “Matta Restaurante” (Bordalo, 1853: 37/38). Nas edições de 1875 e 1887, o Hotel Bragança retoma a supremacia como o primeiro indicado, restando ao Hotel Durand um terceiro lugar na indicação, já com novo endereço no Largo Barão de Quintella. Smith, na edição 1875, p.3, informa que existem muitos hotéis na cidade e que o Hotel Durand, em Lisboa e Cintra, por “*cleanliness and comfort can be greatly recommended*”. Esta recomendação é suprimida na edição seguinte.

Em 1855, de acordo com o guia de viagem inglês, estes são os hotéis, restaurantes e bares, sugeridos aos ingleses e disponíveis em Lisboa.

Quadro 8 – Onde ficar e onde comer em Lisboa, 1855/1856/1864

Edições	Hotéis	Restaurantes	Cafés
1855/56	Hotel Bragança	Matta's	Hespanhol
	Hotel Globe	Sardo	Freita's
	Hotel de France	Isidro's	Marrare's
	Hotel d'Italia	Loja de Neves	O Grego
	Mrs. Bolt's		Bernard's
	Mrs. Tobin's		Marcos Filippe's
1864	Durand's	Matta's	Loja de Neve
	The Bragança	O Sardo	Hespanhol
	Hotel Central	Isidro's	Freita's
	Mrs. Street's Hotel		Marrare's
	Mrs. Laurence's		O Grego
	Hotel d'Italia		Bernard's
	Hotel du Globe		Marcos Filippe's

Fonte: Elaborado pela Autora, a partir dos *Handbook for Travellers in Portugal, Section I – Lisbon*, (2016).

O *Durand's Hotel*, que aparece tanto no *Hints for Travellers in Portugal*, da mesma editora, publicado em 1852/53, quanto no Guia do Viajante em Lisboa e Arredores, 1863, não é indicado no primeiro guia de viagem. A quantidade de hotéis e hospedarias em Lisboa é apresentada de modo tímido Bordalo (1853: 12-15; 1863: 31-37), informa que o viajante tem à disposição hospedarias com diferentes preços “desde 3:600 até 400 réis diários, d’entre as quaes escolherá a que mais simpatize com o estado da sua bolsa”, e indica 25 hotéis.

Os hotéis de alta classe, na cidade, estão dentre os mais caros da Europa, informa Pullen, 1887, Sect. I, p.4, bem como os preços nas lojas são cerca de 25% maiores do que nas cidades continentais.

5.2.2 Restaurants (*Casas de Pastos*).

Este *item* recebe um breve parágrafo. Nas edições 1855, Sect. I, p.2 e 1875, Sect. I, p.3, a mesma informação: os Restaurantes ou “Casa de Pastos” “*these are neither good nor numerous*”. O melhor é o “Matta’s”. A mudança de endereço do mesmo, que nas edições de 1855/56 e 1864 encontra-se na Rua do Alecrim, e para “Praça do Loreto”, na edição de 1875, e para a “Rua do Carmo”, 1887. A última edição abstém-se de qualquer comentário e limita-se a fornecer a sugestão de cinco restaurantes.

Bordalo, (1853: 15), informa como “principaes”: Matta, Restaurant Sardo, Ferreira, Aurora, União, Pomba de Ouro, Estrella. Exceto os restaurantes “Matta” e “Sardo”, nenhum outro faz parte da relação inglesa. Em 1863, Bordalo, sugere ainda “Pasteleiro”, “Penim”, “Padeira”, “Gallo”, “Irmãos Unidos”, “Magini”, “Chuva”, “Casa de Pasto Ingleza”. Este restaurante vem com uma indicação de que é “notável pelo seu aceio e excellentes iguarias á ingleza”. Intriga o desconhecimento dos autores ingleses. Bordalo, prossegue com outras sugestões: “Casa de Pasto da Arcada”, “Restaurant”, “União”, “Restaurant a la Carte” e “Matta”. Este é “sem contradição a primeira casa de pasto de Lisboa, tanto pela boa sociedade que a frequenta, como pela perfeição de seus diversos e exquisitos manjares”.

5.2.3 Caffés.

No item “Caffés”, (1855: Sect. I, 2; 1864: Sect. I, 1; 1875: Sect. I, 3;), igualmente aos restaurantes, “*are not first-rate*” e que nada exceto chá, café com ovos, podem ser pedidos nestes locais, e após relacionar os mais frequentados cafés da capital turística portuguesa, informa que *in these there are separate rooms for ladies*. Na edição de 1875, a mesma informação seguida de “*and good billiard-tables*”, e já nesta época, é possível licores, bifes e *cutlets in the Portugueses style may be had*. O café da “Loja de Neve” é o maior e o melhor, também para a edição de 1875. Já a edição revista por William Pullen afirma que “*not much frequented in Portugal, for the reason that tea or coffee is always served at the déjeuner or luncheon*”, (1887: 3) e já não elege nenhuma cafetaria como a melhor.

Na revisão do Reverendo Pullen, (1887: 3), já não existe a informação sobre as salas exclusivas para mulheres. Nos “Caffés”, além de variados licores, são servidos “*Bavarian beer*” e estes começam a se transformar em “tavernas”. Aparece, pela primeira vez, a informação sobre os “*Wine Shops*” que “*abound in Lisbon and Oporto*” onde se pode saborear um “*delicious draught of country wine might be had for a few coppers*”, em copos não tão limpos.

No Quadro 4, no Apêndice A, se percebe a alteração quanto à estratégia do produto após a contratação de Willian Pullen, também revisor do guia de viagem para Portugal, 1887. Neste, já há uma adequação quanto à indicação de novos hotéis. O mesmo não acontece quanto aos restaurantes que continuam em número reduzido.

Quadro 9 – Onde ficar e onde comer em Lisboa, 1875.

Edição	Hoteis	Restaurantes	Cafés
1875	Hôtel Bragança	Matta's	Montanha
	Hôtel Central	Central	Loja de Neves
	Durand's Hotel	Evening Star	Marrare
	Hôtel Universal		Jansen Brewery
	Hôtel Alliança		English Tavern
	Grande Hotel Lisboa		
	Hôtel Borges		
	Hôtel de Lisboa		
	Gibraltar		

Fonte: Elaborada pela Autora (2016).

No Guia para Viajante, Bordalo (1853: 16) indica algumas cafetarias, por exemplo, na Praça D. Pedro, os Cafés “Freitas, Caffé Inglez”, “Hespanhol”; No Largo de Camões: “Loja da Neve”, Pastelaria Suissa”; Largo do Pelourinho: “Marcos Filipe”; Caes de Sodré: “Caffé Grego, Caffé do Bernardo”, “(...) e muitos outros de segunda ordem”. Em 1863, no Novo Guia para Viajante em Lisboa, são catalogados 17 cafés para turistas, em Lisboa. No Apêndice B, desta investigação, a relação completa dos hotéis da cidade de Lisboa, 1863, indicados por Bordalo.

5.2.4 Conveyances.

O primeiro guia nos informa que em 1 de Janeiro de 1853 foi fixado um tipo de transporte “*the hire of Seges (two-horse cabs very quaint and jolting)*” com os preços para o aluguer com ou sem limites para as viagens. Os limites são: Ponte d'Algés; Largo d'Ajuda; Largo do Calhariz; Igreja Paroquial em Bemfica; Largo de Charneca; Alto da Portella; Largo dos Olivaes. As carruagens são abertas e com “um par de bons cavalos” e podem ser contratadas pelo turista nas estações ou em carrinhos de ruas, como em Londres. Esta informação é confirmada por Whiteley e Smith nas respectivas edições quando escrevem que “*the public carriages of Lisbon are superior to those of either London or Paris*” (1864: Sect. I, p.3; 1875: Sect. I, p. 4)

Em 1864, o valor do transporte sofre um aumento de 20% sobre o valor praticado em 1855. E uma informação de que este preço foi definido pela “*Camara in 1852*” para os trens da Praça do Comércio e outras praças. Há uma divergência de informação, visto que o valor informado por Neale, em 1855, reporta-se a Janeiro de 1853.

Quadro 10 – Quanto custa se mover em Lisboa, 1855/1856/1864.

Serviços 1855/56	Duas Pessoas	Quatro Pessoas	
Por dia	2,400	3,000	
Manhã	1,500	1,200	
Tarde	2,200	1,800	
Por hora	400	300	
Serviços 1864	Duas Pessoas	Quatro Pessoas	Nove Pessoas
Por dia	3,600	3,000	6,000
Manhã	1,800	1,500	3,000
Tarde	2,600	2,300	4,000
Por hora extra	400	300	

Fonte: Elaborado pela Autora (2016)

Nota: O preço fixado em Janeiro de 1853.

O “*Tramway*” (Carris de Ferro de Lisboa), o “Americano” parte de Santa Apolónia e vai até o Algés. Pullen (1887: Sect. I, 4) menciona com surpresa que “as linhas de ônibus são inumeráveis” e que os transportes de “*London or Paris are replaced in Lisbon by excellent public carriages*”. Apresenta as diversas linhas de transportes que a cidade dispõe, inclusive com os valores e horários. Indica ainda os “*Hydraulic Elevators*”: um sobe a inclinação bastante íngreme do Passeio Público, outro vai da Calçada da Glória até a Rua de São Pedro de Alcântara e mais um da Calçada do Lavra ao Campo de Santana e à Praça dos Touros.

Quadro 11 – Quanto custa se mover em Lisboa, 1887

Serviços	Duas Pessoas	Quatro Pessoas	Nove Pessoas
Por dia	3,500	4,000	6,000
Manhã	2,000	2,500	4,000
Tarde	2,500	3,000	5,000
Por hora exta	300	400	800

Fonte: Elaborado pela Autora (2016).

Nota: Preço por pessoa.

Pullen (1887: Sect. I, 4-5) sugere a abundância de linhas de transportes públicos e de alugueres e a facilidade de contratar, por telefone ou diretamente, na “*Lisbon Carriage Company*”, ainda que o preço seja “*exorbitant*”, porém recomenda quando não há outra alternativa.

5.2.5 Baths.

Para John Neale (1855: Sect.I, 3); e Edward Whiteley (1864: Sect. I, 4), o banho natural que é benéfico para as doenças reumáticas é o do “Alcaçarias” que se situa no Largo do Trigo. E sugere para outras necessidades, os vários tipos espalhados pelo centro da cidade. Nas edições revistas por Smith (1875: Sect. I, 6) e Pullen (1887: Sect. I, 6), já há uma informação mais estruturada que indica os “*salt-water bathing*”, situados às margens do Rio Tejo, que são geralmente limpos e com bons preços. Sugere evitar os mais baratos ou aqueles que “*are moored too near the bank*”. Indica como o melhor banho o “Deusa dos Mares”. E como os precedentes guias, porém com maior assertividade, repete que os banhos quentes naturais do Alcaçarias têm sido usados há séculos e que são úteis para as doenças cutâneas e doenças reumáticas. Os banhos sulfurosos do Arsenal da Marinha “*under the direction of the talented*” Dr. Agostinho Vicente Lourenço são eficazes para o tratamento da Gota e dores reumáticas.

Bordalo (1863: 50-53), apresenta uma lista de locais onde se pode tomar banhos simples e compostos. Sob a direção do Dr. José Romão Rodrigues Nilo, na Rua Nova de São Domingos, 22, por banho simples, em tina, avulso se paga 400 Reis. Há um programa de assinaturas semestrais e anuais, com a indicação de que os bilhetes de inverno são aceites no verão, bastando para tal pagar o “assignante a diferença corresponde a esta epocha”. Já os banhos compostos, aromáticos, emolientes ou calmantes, custa avulso 600 Reis e devem ser encomendados de “véspera”. Os banhos no Hospital de Rilhafolles têm diferentes tipologias: água fria, tépida, composta, com preços variados. Informa que no Terreiro do Trigo existem alguns estabelecimentos de banhos “mineraes de diversas qualidades”, assim como no Arsenal da Marinha.

O item *Baths* precede o *Steam Vessels* nas primeiras edições do *Murray's Guide*. Nas de 1875 e 1887, há a inversão.

5.2.6 Steam Vessels.

As edições de 1856 e 1864 são idênticas quanto ao itinerário dos barcos. E. Whiteley, (1864: Sect. I, 4-5) lamenta que “*of late years under these are very much changed, and nothing certain can for any length of time be relied upon concerning them*”. Os horários são alterados sem aviso prévio e que, portanto, não é aconselhável depender deste meio de transporte caso haja necessidade de observar o tempo de chegada ou partida. Ficamos a saber, em ambas edições, que há barcos que partem da Praça do Comércio para a Aldeia Galega, às 6h e 17h; duas vezes ao dia parte um barco para Barreiro e Seixal; para o Valle de Zebro, para Alhambra

e Vila Franca; para Vila Nova, Azambuja. E que para saber sobre os barcos para Santarém e para o Porto “*we shall speak under these places*” (*ibidem*).

As edições posteriores já informam que parte um barco do “*pier facing the Hôtel Central*” Revisor Smith (1875: Sect. I, 6) a cada meia hora para Belém; para Cacilhas “*on the opposite bank of the Tagus*” a cada 40 minutos. E que do “*pier*” ao Oeste da Praça do Comércio tem uma conexão com o trem para Barreiro e Seixal.

Na edição de revista por Pullen (1887: Sect. I, 6), é incluída a informação de que parte para as Ilhas de Cabo Verde parte, mensalmente, um “*Steam Vassels*”. E para Sines, Lagos, Portimão, Albufeira, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António, parte um Barco à Vapor, no primeiro e décimo sexto dia do mês.

5.2.7 Post Office

John Neale regista que a partir de Lisboa pode-se enviar correspondência para qualquer parte do reino, “*on Monday, Wednesday, and Saturday*” e que para as cidades vizinhas como Cintra, no Verão, as saídas de Correio são diárias. As cartas procedentes de Inglaterra, partem de Southampton, no sétimo, décimo sétimo e vigésimo sétimo dias de cada mês e chegam em Lisboa quatro ou cinco dias depois.

Na edição revista por Smith (1875: Sect. I, p.6) o “*telegraphic communication now exists between all the towns of any importance in the country*”, embora em alguns lugares, feche ao por do sol ou são abertos apenas nas temporadas. Informa, Smith, que os principais escritórios estão na Praça do Comércio, “na primeira porta sob a arcada ocidental”. Portanto, reforça, Pullen os locais onde se pode enviar um telegrama para a Inglaterra: “*Branch Telegraph Office*”, no Chiado e próximo ao Cais de Sodré. A edição de 1887 é concisa e direciona-se exclusivamente às cartas para Inglaterra. Informa, como na edição anterior, que existe os “*Red pillars*” nas receções dos hotéis onde o turista pode deixar as cartas que serão encaminhadas aos correios.

5.2.8 Situation and History of Lisbon

Nesta área, o autor e os revisores situam a cidade em uma conceção histórica que atribui a sua origem “*to a great grandson of Abraham, a.C 3259*”, e se maravilham com os “*historians of Lisbon*” porque estes seguem “*the general habit of peninsular writers*” e por eles acreditarem que é importante “*settling the precise year of such remote antiquity*”. Não menciona os nomes destes historiadores.

Ao procurar a origem do nome da cidade, Neale indica que este advém de uma corruptela do nome Olyssipo, e menciona o nome de Antonio de Sousa Macedo (1606-1682), autor do poema “Ulyssipo”, de meados do século XVII. Todas as edições mantêm-se na mesma linha de apresentar a cidade em beleza, dentre as duas ou três mais belas cidades europeias, por sua conformação natural e assentada em sete colinas. A história eclesiástica, tão importante para o autor John Neale, conforme exposto no capítulo precedente, merece um destaque relevante e mantido nas demais edições.

O período áureo dos descobrimentos e da riqueza portuguesa, durante os reinados de Dom Manuel e Dom João III, o apogeu em “*wealth and splendour*”, merece um parágrafo conciso que confronta com maior espaço dado às informações relativamente aos diversos terremotos ocorridos na cidade. Estes aconteceram em 1009, 1117, 1146. Já o de 1356 foi o mais severo. Em 1531 os abalos por terremotos voltaram a suceder “*at intervals for three days*”. Em 1579, informa com precisão, que três ruas “*were thrown down*”, e prossegue com os anos de 1699 e 1722 que foram muito violentos. Como um prenúncio para o que Neale qualifica como “*height of its splendour*” quando Lisboa, em menos de meia hora, viveu a maior “*fearfull catastrophe that history records*”.

O terremoto de 1755 é escrito em detalhes por uma testemunha ocular, alguns dias após o evento. Porém, não revela o nome desta testemunha que finaliza seu relato afirmando: “*I cannot find a single house in which to shelter myself. Lisbon has disappeared*”. O realismo traduzido pelo escrito, é repetido em todas as edições. Todavia, a conclusão final acerca do parágrafo, de que é “*an exaggeration but perfectly excusable in the circumstances under which it was written*”, é suprimida nas edições de 1875 e 1887. Continuam a informar aos seus leitores dos horrores que viveu a cidade: o número de vítimas estimado entre “*as high as 80,000 and as low as 10,000*” e sugere que talvez a verdade esteja no meio das duas estimativas. A perda de propriedade é precisa: por volta de “20,000,000l.” Esclarece, ainda, que Lisboa se reergue de forma lenta do desastre natural e que os viajantes podem ainda ver muitos edifícios não reconstruídos e que os “*violent shocks*” continuaram a acontecer em 1761, 1796 e 1807.

Informação aproximada e semelhante é apresentada por Bordalo (1853: XII; 1863: XIII). O terremoto, em poucos minutos “sepultou nas suas ruínas perto de 40,000 pessoas!” E acrescenta algumas particularidades de cálculos, copiadas do *Diccionario geográfico histórico politico e litterario*, do Sr. Perestello da Camara, que nos parece interessantes: “1º. Edifícios particulares (não admitindo templos e conventos) 1,120 contos; 2º. Móvelia esmagada ou devorada pelas chamas, 1920; 3º. Vasos sagrados, paramentos, imagens, painéis, etc., enterrados nas ruínas dos templos, queimados: 5120; 4º. Diamantes e outras pedras preciosas:

12,800; 5°. Capitães em barra e outros valores: 38,400; total de 59,360 contos em moeda forte, cerca de 20 milhões de libras esterlinas.

A transferência da família real para o Brasil merece um parágrafo, e com precisão numérica informa que foram embarcados “24,035 men, followed by the execration of the inhabitants.”

Para Neale, seguido dos revisores, “*The Constitution was proclaimed here Sept.15, 1820*”, provavelmente, a referindo-se à Revolução de 1820, já que mais adiante informa que a Nova Lei Fundamental é proclamada dois anos depois e após o retorno do Rei D. João VI do Brasil. E sem contextualizar cita a “*counter revolution*” de D. Miguel e o refúgio do Rei D. João IV no navio “Windsor Castle” ancorado no Tejo. A Carta Constitucional restaurou a soberania do Monarca e estabeleceu uma nova representação nacional. A partir deste ponto simplesmente cria frases para situar a história de Lisboa a qual finaliza em 1855 e 1856 com “*the acession of Dona Maria II in 1833, and the death of Dom Pedro; the death of her magesty in chilbirth in 1853, and acession of Dom Pedro V*”. As edições de 1864, 1875 e 1887 avançam sobre a história da família real portuguesa até 1861, alterando somente alguns trechos. Todas finalizam narrando, à sua maneira, a morte do soberano português, Dom Pedro V, e que “*Dom Luis I succeeded on the 11th Nov. 1861*”.¹⁷⁴

5.2.9 General Description

As quatro primeiras edições (1855, 1856, 1864, 1875) mantêm o esquema para a cidade de Lisboa: número de Habitantes, Freguesias e Distritos. De um modo geral, as informações são as mesmas com algumas alterações na forma. Verifica-se que o número de habitantes permanece inalterado nos 20 anos que separam a primeira edição (1855) da quarta edição (1875).

Conforme Bordalo, (1853: XII), Lisboa era dividida em quatro bairros – Alfama, Rocio, Bairro Alto e Alcantara. Assim, o Guia do Viajante em Lisboa e Arredores, expressa a conformação da cidade no período: “Lisboa possuía 355 ruas, 216 travessas, 65 calçadas, 119 becos, 12 praças, 52 largos, 5 passeios públicos, 6 theatros, 36 chafarizes, 39 freguezias e mais 200 igrejas”. Os números são aproximados do guia inglês.

¹⁷⁴ Murray’s Handbook for Travellers in Portugal, Sect. I (1855: 3-7); (1864: 5-9); (1875: 6-10); (1887: 6-10).

Quadro 12 – Como era Lisboa, 1855, 1856, 1864 e 1875

1855/56/1864/1875	Número de Habitantes.: 275.000
	Freguesias: 39
	Ruas: 354
	Travessas: 216
	Becos: 119
	Praças maiores: 12
	Pracetas: 48
	Passeios Públicos: 05
	Teatros: 05
	Fontanas: 34
	Distritos: 06
	Alfama
	Mouraria
	Bairro Alto
	Santa Catarina
	Belém
	Rocio

Fonte: Elaborado pela Autora (2016)

Em Pullen (1887, Sect. I, 10-11), a área urbana e turística foi subdividida em quatro distritos ao invés de seis distritos das edições anteriores. Nesta edição Lisboa é dividida em quatro bairros e o número de habitantes na cidade é de 243.010.

Quadro 13 – Como era Lisboa, 1887

1887	Número de Habitantes: 243.010
	Bairros: 04
	Leste: Início na Rua Madalena: Sé, Castelo de São Jorge, São Vicente de Fora, Graça, N.S. do Monte, Hospital S. José, Campo de Santa Ana.
	Oeste: Praça do Comércio: Alfândega, Largo do Rato, Palácio das Necessidades, Arsenal, Praça da Figueira, Teatro D. Maria.
	Norte: R de S. Bento, Rocio, Chiado, Biblioteca Nacional, Igreja de N.S. de Loreto, A Opera, Royal Academia de Ciências, Buenos Ayres.
	Sul: Belém: Torres e Convento, Palácio da Ajuda.

Fonte: Elaborado pela Autora (2016).

Quanto ao contingente populacional há informações contraditórias especialmente porque as mesmas permanecem inalteradas entre 1855 e 1875. Bordalo (1853: XII e ss) afirma que os bairros de “Belem e Oliveas foram desanexados de Lisboa (*e que por este motivo*) a população que antes chegava a 300,000 almas, diminuiu, por consequência, sem que houvesse

nenhuma mortandade” e que Lisboa considerada somente a linha de circunvalação para dentro, “como a reduziu um decreto de governo, não conta mais de duzentos mil habitantes”¹⁷⁵. Este número – 300,000 almas – aparece no livro “Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha”, 1797¹⁷⁶. No livro *A População Portuguesa no século XIX*, Veiga (2004: 50-52) afirma que no início do século XIX, em Lisboa viviam “165 mil almas” e que em 1864 a população da cidade chegava a 199.412 habitantes. Em 1878 (três anos após a quarta edição) chegava-se a 242.297 residentes na cidade de Lisboa. Número este bem próximo do referido na edição de 1887 do *Murray’s Handbook for Travellers in Portugal*. Teixeira (1971), afirma que entre 1864 e 1900 a população total do país aumentou 29%, enquanto, que a sua população urbana cresceu 75% e apresenta um quadro populacional no qual apresenta dados diferentes: em 1864, havia em Lisboa 163 763 almas, em 42 180 fogos. Este número, em 1890, passa para 291 206, população, e 67 623 fogos¹⁷⁷.

Lisboa, inspira a nostalgia sentida pelo autor do Guia Murray para Portugal: “*What a contrast to our own Cheapside, Strand Holborn &c!*”. As indicações das ruas e os declives urbanos parecem ser um desafio. John Neale, (1855: Sect. I, 8-9), conclui “*Which interminable names to the streets, it is not wonderful that it is the exception and not the rule to find them written at the corner*”¹⁷⁸.

O revisor Edward Wintley, (1864, Sect. I, 9-10) suprime a nostalgia e sugere que “*the city is singularly deficient in parks and drives*”. Esta característica pode ser atribuída ao “*irregular character of the ground*”. Já a edição revista por Pullen (1887: Sect. I, 10) deixa antever que houve algumas mudanças nas ruas de Lisboa: “*is still somewhat deficient its walks and drives*”. Menciona, ainda, que em função dos recentes melhoramentos na cidade os mapas anteriores tornaram-se obsoletos e que por este motivo não há um “*good plan of the city*”.

Todas as edições esmeram-se em criar uma imagem de tranquilidade e segurança para que o turista inglês se sinta confortável para passear pela cidade graças ao sistema de policiamento. As ruas “*of Lisbon are as safe at night as those of London*”, não somente em relação aos roubos, mas também aos “*importunities to which he would be liable under the*

¹⁷⁵Bordalo (1863: 9; 148).

¹⁷⁶Link (1797). Em 2005 é feita a primeira edição traduzida para o português do livro de Link. Provavelmente o livro de Link serviu de referência para as produções dos guias de viagem para Portugal.

¹⁷⁷Teixeira (1971: 65-69).

¹⁷⁸Em 1804 é publicado o *Itinerário Lisbonense ou Diretório Geral de todas as ruas, travessas, becos, calçadas, praças, etc.*, de autoria de Ignácio Paulino de Moraes. O diretório pretende alçar Lisboa ao patamar de “todas as Cidades Capitais de países civilizados da Europa” que já possuíam os seus itinerários escritos. John Neale recomenda o pequeno livro de 147 páginas, por ser útil para que o estrangeiro descubra os nomes estranhos das ruas da capital portuguesa. Acreditamos que do Itinerário Lisbonense Neale retirou os nomes de Travessas ou de Ruas de Lisboa para promover a ilustração comparativa com as ruas de nomes curtos, em Londres, e menos como indicativos turísticos.

similar circumstance in our own metropolis” (1855: Sect. I, 9; 1864: Sect. I, 11; 1875: Sect. I, 12; 1887: Sect. I, 11). Porém, não especifica quais incômodos. Talvez seja o que Pullen, menciona em 1887 como os ruídos estridentes e variados de Lisboa.

A ausência de vias principais dificulta o caminhar na cidade, pelo estrangeiro, afirma Neale (1855: Sect. I, 10). Esta mesma afirmação repete Pullen, (1887: Sect. I, 11). Outro desafio para o turista inglês compreender a cidade é o hábito de dar nomes diferentes para diferentes partes de uma mesma rua. A estranheza é citada: “Rua Direita das Janelas Verdes, Calçada dos Santos, Calçada dos Santos Velhos, Calçada do Marques de Abrantes, Largo do Conde Barão, Rua de Santo António da Praça do Convento do Coração de Jesus, Travessa do Recolhimento de Lázaro Leitão, Travessa do Abarcamento da Cruz da Taboada, Rua de Santo António da Praça do Convento do Coração de Jesus, Travessa da Porta do Carro do Hospital Real de São José”, entre outras denominações. Menciona que as ruas entre o Castelo de São Jorge e o Rio Tejo são as mais antigas e as mais sujas. A Oeste encontra-se a área que mais sofreu com o terremoto de 1755 e, portanto, é a parte nova, reconstruída. No perímetro delimitado contém a Praça do Comércio (*Black Horse Square*), a Alfândega, e o Arsenal. No Rocio, Teatro D. Maria, Praça da Figueira e Passeio Público. As áreas a serem consideradas compreendem as ruas entre o Rio Tejo até a Praça do Rato (ao Norte) e até a Rua de São Bento (a Oeste). Nesta seção as edições, mencionam o Convento de São Francisco, porém, somente nas edições de 1875 e 1887 se faz referência ao nome de “Bibliotheca Nacional” e traz uma descrição de alguns espaços do Antigo Convento de São Francisco e das coleções existentes. O Chiado, é classificado “como a rua mais elegante” e a Igreja de Nossa Senhora de Loretto também a “mais elegante”. Em todas as edições, “... the W. a Rua Buenos Aires, “*the favourite residence of the English, the Foreign Ambassadors*”.

5.2.10 Public Amusements

Após apresentar a Descrição Geral da cidade e a secção destinada ao Clima, há a indicação ao divertimento. Com o título *Public Amusements* apresenta o que a cidade tem a oferecer em termos de Teatros e os tipos de espetáculos das Casas. Não há alteração nas edições de 1855, 1856 e 1864 e nem aumento no número de Teatros a serem considerados pelos turistas nas edições de 1875 e 1887.

Os Equipamentos de Diversão Pública indicados merecem do autor dos guias de viagem editados por Murray III, uma descrição precisa com informações sobre localização, estrutura e apresentações artísticas. Há semelhanças entre as edições de 1855, 1856 e 1864 quanto ao descritivo dos equipamentos. Neste *item* mantém-se a escrita quase na totalidade. Nota-se, nas

edições revisadas pelo Reverendo Alfred Charles Smith (1875) e pelo Editor Henry William Pullen (1887), a não inclusão dos anos de fundação dos teatros incorporados.

A edição de 1875, portanto, sobressai como intermediária entre as edições de 1855 e 1887. Por exemplo, em relação ao Teatro São Carlos, informa que este foi construído em seis meses por um arquiteto português e tece considerações sobre a maior necessidade da época de construção: o prédio é à prova de fogo com escadas e portas bem calculadas para saída do público, em caso de pânico. Percebe-se a observação que antecipa o medo ou alguma preocupação dos leitores. O texto é semelhante ao do guia escrito por Bordalo nas edições de 1853 e 1863.

Quadro 14 – **Divertimento em Lisboa: casas de espetáculos, com ano da fundação**

1855/56/1864	Teatro de São Carlos – Ópera Italiana – 1793
	Teatro de D. Maria II – dramas e óperas em português – 1847
	Gynmasio – Comédia – 1852
	Teatro de Dom Fernando – Performances francesas - 1849
	Circo dos Touros – Campo de Santa Anna - 1831
1875	Teatro de São Carlos – Ópera Italiana – 1793
	Teatro de D. Maria II – dramas e óperas em português – 1847
	Teatro da Trindade – Ópera burlesca
	Gynmasio – Comédia – 1852
	Teatro do Príncipe Real – dramas
	Teatro da Rua dos Condes
	Teatro de Variedades – Pantomínia - R do Salitre
	Circo Price – R. do Salitre
	Casino Lisbonense – Concertos, Bailes - Largo da Abeogoaria
1887	Teatro São Carlos – Ópera Italiana – 1793
	Teatro de D. Maria II – dramas e óperas em português – 1847
	Teatro da Trindade – Ópera burlesca
	Gynmasio – Comédia – 1852
	Teatro do Príncipe Real – dramas
	Teatro dos Recreios – performances equestres
	Circo dos Touros – 1831
	<i>Theatres of the second class:</i>
	Chalet Dramático – Rua do Sol do Rato
	Chalet – Rua dos Condes
	D. Fernando – Rua do Olival

Fonte: Elaborado pela Autora (2016)

Nas edições de 1875 e 1887 houve alteração em uma passagem do texto a seguir. Neste, o destaque textual, em cursivo, não aparece nas duas últimas edições. Ressalta-se a informação relativa ao “Circo dos Touros”:

*During the performance some comic scenes are generally introduced by a number of grotesquely-dressed men, who permit themselves to be knocked down and trampled upon by the bull. This is the most revolting part of the amusement, as these poor creatures are not provided with any means either of attack or defense. Formerly negroes were so introduced but this seems discontinued. The cruel and cowardly practice of attacking the bull with mortal weapons, while he was prevented from defending himself by the wooden horn balls, has been abandoned since the reign of Dona Maria I., subsequently to which bulls have never been slaughtered (...)*¹⁷⁹.

Bordalo (1853: 40), afirma que este é o “único monumento do tempo do governo de D. Miguel. Ha ahi corridas de touros no gosto peninsular, quasi todos os domingos de verão”. Informa que começou a ser utilizado para tal fim em 1832, diferentemente do guia inglês, que diz ser 1831. Ressalta, Bordalo, que o rendimento do Circo dos Touros é revertido a favor da Casa Pia.

5.2.11 Reading Rooms, Clubs &c

A primeira edição do guia de viagem, destinado a Portugal, na Secção de Lisboa, estabelece um caminho condutivo abrangente quanto às necessidades de seus representados. Oferecer alternativas para que o inglês esteja confortável em seus hábitos de leitura, em uma cidade, onde livros ingleses modernos parecem ser bastante desconhecidos até mesmo entre os mais respeitáveis lisboetas. A distinção esmera-se no cuidado em descobrir espaços de leitura, por exemplo. Informa que o inglês não disporá, em Lisboa, de uma sala ou clube de leitura como tem no Porto. Indica, contudo, o Grêmio Literário, na Rua Nova do Carmo e o Clube Literário Lisbonense no Largo do Carmo. Nestas Salas para Leitura o turista inglês poderá dispor de revistas e jornais portugueses e de outros países europeus, com exceção de periódicos da Alemanha ou Itália. Nas edições de 1864, 1875 e 1887, são incluídas as salas de leitura da Associação Comercial, na Praça do Comércio. Na edição de 1887 já aparecem os nomes de jornais e revistas italianas e alemãs como disponíveis à consulta. Indica a existência de uma sala de leitura “tipicamente inglesa” próxima ao Largo de São Paulo. A edição de 1855, e as subsequentes até 1875, informa que em Julho de 1853 havia em Lisboa 23 periódicos e lista alguns.

As edições de 1855, 1856 e 1864 informam que são nove jornais diários publicados somente em Lisboa. E apresenta como os principais “*the Diário do Governo, the Revolução de Setembro, the Nação, the Imprensa, the Portuguez, and the Esperança*”. Já a última edição revisada por Pullen (1887: Sect. I, 14), refere sobre o assunto somente como “*many daily papers are published in Lisbon*” e cita como principais “*the Diario do Governo, the Revolução de Setembro, the Nation, Jornal do Commercio, Diario de Notícias, Diario Popular, Diario*

¹⁷⁹Murray's Handbook for Travellers in Portugal. Edições de 1855 e 1856: Section I p.12; 1864: Section I., p.13.

*Illustrado, Jornal da Noite, Economista, Comercio de Portugal, Correio da Manhã and Correio da Noite*¹⁸⁰”.

5.2.12 Public Gardens and Promenades

A cidade, em 1855/56, é considerada deficiente em Parques e Jardins Públicos. Neste *item* aparece uma avaliação comparativa nas primeira e segunda edições, 1855 e 1856, e suprimida nas seguintes pelos revisores. Para John Neale (1855: 12), causa estranheza que os portugueses, que professam em seus escritos tanta admiração pelas belezas da natureza, prestem tão pouca atenção à jardinagem ornamental. E o que os jardins mais bem cuidados da capital são, com algumas raras exceções, onde se empregam jardineiros estrangeiros. Os jardins da capital são áreas selvagens em comparação com um jardim inglês. Esta avaliação foi suprimida por Whiteley e pelos demais revisores.

O jardim mais frequentado pela sociedade lisboeta é o Passeio Público, conforme informam todas as edições até 1875. O Passeio Público, contudo, é um “*garden though neither extensive nor well situated*” e que alguns “*pensioners of the Mendicity Society are always in attendance with chairs, by letting out they earn a trifle*”.

Quadro 15 – Jardins e Passeios 1855/1856

1855/56	Passeio Público - Rocio
	Jardim de São Pedro de Alcântara
	Passeio da Estrela
	Jardim Botânico-adjacente ao Hospital de São José
	Jardim Botânico-próximo ao Palácio da Ajuda

Fonte: Elaborado pela Autora (2016).

Bordalo, assim como Neale, (1855: 12) diz que o Passeio Público, se localiza em local mal escolhido (mal localizado, em Neale) por se encontrar “encravado entre duas montanhas”. Bordalo, na edição de 1863, informa o uso do espaço público pela melhor sociedade da capital e que nas noites de verão é “illuminado a gaz; dão-se ali fogos de artifício, e já possuiu um concerto vocal, alguns jogos e um café”. Para além do Passeio Público, Bordalo, sugere ao turista os Jardim da Estrela, Passeio da Estrela, Jardim da Alfandega, Passeio da Junqueira e

¹⁸⁰Sobre o assunto recomenda-se Rafael e Santos (2002). Na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa (Coleção Periódicos) é possível ter acesso a cerca de 50 000 títulos de jornais, não só de Portugal. Outras séries de publicação semelhantes, na sua maioria, dos Século XIX e XX, também estão disponíveis para consultas.

Jardim da Praça das Flores (1864). Os Jardins e Passeios Públicos que merecem ser vistos pelo turista inglês são cinco, nas duas primeiras edições. Nas edições seguintes, 1864 e 1875, são acrescentados o “Jardim d’Alfandega” e o Passeio da Junqueira.

Quadro 16 – Jardins e Passeios 1875

1875	Passeio Público - Rocio
	Jardim de São Pedro de Alcantara
	Passeio da Estrella
	Jardim Botanico-adjacente ao Hospital of Sao Jose
	Jardim Botanico-próximo ao Ajuda Palace
	Jardim d'Alfandega – Alfandega
	Passeio da Junqueira

Fonte: Elaborado pela Autora (2016).

Willian Pullen (1887: Sect. I, 27) altera as informações anteriores sobre o item e o Passeio Público passa a ser cunhado de Avenida. Houve alargamento de sua área que se inicia no Teatro D. Maria e continua “*for nearly a mile. It is flanked by handsome houses and bordered with shrubs and ornamental water*”. Pullen, deixa antever que as recentes construções, torna o local “*destitute of shade*”, e que a caminhada pela Avenida, em média de 30 minutos, é a mais agradável na cidade.

Quadro 17 – Jardins e Passeios 1887

1887	Avenida - Rocio
	Jardim de São Pedro de Alcântara
	Passeio da Estrela
	Jardim Botânico junto à Escola Polytécnica
	Jardim Botânico - próximo ao Palácio da Ajuda
	Jardim Zoológico - Porta de São Sebastião
	Parque Eugênio de Almeida

Fonte: Elaborado pela Autora (2016).

5.2.13 Libraries

A Biblioteca Pública, nas edições de 1855/56, visitada por Neale em Julho de 1853, conforme vimos no Capítulo precedente, tem por sede uma parte do Convento de São Francisco. Apresenta condições precárias por ser um local muito escuro e por não possuir um catálogo geral das obras. Neste sentido, Neale (1855: Sect. I, 13) afirma que é “*difficult to estimate the precise number of volumes, since so many duplicates, from the libraries of suppressed convents*”. Informa sobre a valiosa Coleção de Dom Francisco de Mello da Camara, adquirida pelo governo por “25,000 cruzados”.

Digna de relevo “*at the end of the gallery, in the MSS (Manuscritos) department, is a marble statue of D. Maria I, the foundress of the collection by Machado de Castro*”. E lamenta sobre os tesouros inestimáveis guardados nos conventos que foram “*suppressed*”, permitindo que alguns dos livros mais valiosos estejam em pilhas e sem ordem. Esta situação deixa “*the visitor will be sadly disappointed in these spoils, not only here, but at Porto, Braga, and elsewhere*”. Reconhece civilidade por parte dos funcionários da biblioteca (*Ibidem*, p.14).

Avaliação semelhante em Bordalo (1853: 57; 1863: 68). Para este autor, o local da Biblioteca Pública é péssimo para a instituição que possui 110,000 volumes impressos e 10,000 manuscritos, além de 140,000 volumes das livrarias dos extintos conventos e uma coleção de 25,000 medalhas antigas. Bordalo, por outro lado, apresenta algumas raridades de edições da coleção “D. Francisco de Mello da Camara (vulgo Cabrinha) que o governo comprou por vinte e cinco mil cruzados”. Dentre estas, a edição de *Os Lusíadas*, de 1572, a primeira edição da Bíblia impressa por Gutenberg em Moguncia, 1454, “a vida de Vespasiano, exemplar único, impresso em Lisboa, 1496; *Vita Chirsti, idem*”. Esta afirmação de Bordalo, repetida na edição de 1863, encontra equivalência somente em relação à edição “*Vita Christi printed in Lisbon 1496 – unique copy*”, nas edições de 1875 e 1887.

Edward Whiteley (1864: Sect. I, 15), mantém as mesmas informações e fornece outras, especialmente, sobre livros raros, por exemplo, a cópia da primeira edição “*of Almeida’s Translation of the New Testament into Portuguese*”, impressa em Amsterdã em 1681. Outro exemplo da riqueza do material em custódia na dita biblioteca: o mais “*beautiful manuscripts of the Old Testament in Hebrew, one of which was purchased by the Conde de Linhares for 800,00 reis (=180l)*”. A coleção de livros informada por Charles Smith (1875: Sect. I, 16), e replicada por Willian Pullen (1887: Sect. I, 14), conta com cerca de 200 mil volumes, em diversas línguas. E cita alguns tesouros como uma valiosa coleção de 38.200 medalhas, 9.415 manuscritos. As edições de 1875 e 1887, já como Biblioteca Nacional, informa que esta foi fundada em 1796, inicialmente na Praça do Commercio e transferida, em 1837, para o extinto

Convento de São Francisco, Chiado. As salas são pequenas e simples, porém silenciosas e organizadas. E menciona algumas “*curiosities*” da mencionada Coleção de Francisco de Mello Camara: uma valiosa coleção de 38,200 medalhas; 9415 manuscritos (MSS), muitos de grande valor. A “*Hebrew Bible*”, em pergaminho datada de 1299, comprada em 1805, de um judeu, em “*Hamburgh, for 800,00 reis (180l) and now worth 2000l*”. Na edição de 1887 é mencionada a Bibliotheca da Academia de Bellas Artes, composta por 12,000 volumes de trabalhos sobre artes, alguns ilustrados com valiosas pinturas.

A Biblioteca da Academia, é dividida em duas “*distinct libraries*”: a original que foi suprimida dos Jesuítas e a Academia de Ciências. A primeira é bem arranjada, funciona em um ambiente fino e com uma sala de leitura clara, com os livros catalogados e classificados, em ordem alfabética e mais de 80,000 volumes. Na Academia de Ciências, a catalogação é mantida em tiras de papel. O pouco interesse dos portugueses pela história e literatura inglesas é notório quando na Divisão Inglesa “*are enumerated only 80 words, not of which is in English, nor is there's a single translation from a standard English book*”. John Neale (1855: Sect. I, 14), deixa registado a data desta observação: “*July, 1853*”. A grande parte dos livros estão em francês ou traduções portuguesas de livros em língua francesa. A edição de 1864 mantém o mesmo texto.

A edição revista por Charles Smith, 1875, já apresenta uma nova percepção sobre a Academia de Ciências. Esta é especializada em ricas e variadas publicações das corporações científicas e literárias da Europa e da América, das quais os ingleses fornecem a maioria dos volumes presentes.

Quadro 18 – Onde o inglês pode pesquisar documentos, 1855/1864

1855/1864	Biblioteca Pública - Convento de São Francisco
	Arquivo Torre do Tombo - Calçada da Estrela
	Biblioteca da Ajuda - Palácio da Ajuda
	Biblioteca da Marinha - Escola Naval
	Arquivo Militar - Pátio das Vacas

Fonte: Elaborado pela Autora (2016).

Sobre o Arquivo da Torre do Tombo, ou Arquivo Nacional, informa Neale (1855: Sect. I, 14) que este funciona no “*suppressed Convent of S. Bento*”. Neste Arquivo, está depositada toda a documentação do reino que foi trazida após a destruição da Torre do Castelo, no grande terremoto de 1755. Uma dúvida deixa registada: “*If we believe the statements of some guide-books, this collection contains documents of unrivalled interest*”. A mesma permanece na

edição revista por Edward Whiteley. As informações sobre a Torre do Tombo ou Archivo Nacional assumem outra dimensão nas edições de 1875 e 1887. Em 1875, fica-se a saber que no mesmo edifício reúnem-se as “*Côrtes or Legislative Chambers hold their sessions*”. Smith, 1875, informa aos leitores viajantes que para entrar é necessária a permissão do “*Official Maior, Senhor Bastos, a most courteous and inteligent man*”. Esta informação é retirada por Pullen, 1887, que opta por manter as indicações de como ter acesso, no edifício, ao Arquivo e a necessidade de haver permissão fornecida por oficiais. Smith, pormenoriza a riqueza documental: dentre esta está a coleção da Bíblia, em sete volumes, doada “*supposed*” pelo Papa Leo X a D. Manuel e a Coleção (*complete*) de Tratados entre Portugal e outros países, além dos “*marriage contracts*” entre os reis e rainhas portuguesas. Menciona, também, a “*most interesting but comparativeley unexplored*” coleção dos processos das vítimas da Inquisição. Estas informações são replicadas na edição seguinte de 1887. Bordalo, nas duas edições de 1853 e 1863, limita-se a afirmar que o antiquário que visitar Lisboa deve fazer uma visita à Torre do Tombo.

A Biblioteca da Ajuda merece um pequeno parágrafo do autor John Neale e replicado por Edward Whiteley. Neale (1855: Sect. I, 14) informa que há uma valiosa coleção de livros, que pode ser visitada mediante “*order from of the Director, at presente the celebrated Alexandre Herculano*”¹⁸¹. Este texto é mantido em 1856 e 1864. Smith (1875: Sect. I, 17) por “*or by apllication to the employés on duty*”. Na edição revista por Pullen (1887: Sect. I, 15), é informado que as visitas são conseguidas por “*courteous permission of the librarian*”. Diz ainda que o objeto de maior interesse é a “*Symicta Lusitana 220 vols. of copies from the Vatican made by brothers Assemani, at the expense of D. João V*”. Para Bordalo, a Biblioteca da Ajuda “segundo opinião geral é uma das mais ricas bibliotecas de Portugal”.

Quadro 19 – Onde o inglês pode pesquisar documentos, 1887

1887	Biblioteca Nacional – Chiado
	Biblioteca da Academia de Belas Artes
	Biblioteca da Academia – R. Arco à Jesus
	Arquivo do Tombo
	Biblioteca da Ajuda – Palácio da Ajuda

Fonte: Elaborado pela Autora (2016).

¹⁸¹ Alexandre Herculano esteve à frente da Biblioteca da Ajuda entre 1839-1877. Portanto

Nas edições de 1875 e 1887 foram suprimidas como Bibliotecas a serem visitadas por ingleses a Biblioteca Militar e o Arquivo Militar.

5.2.14 Booksellers' Shops

Neale inicia este *item* informando que embora sejam numerosas somente “*two which are first rate*”: *Viuva Bertrand e Filhos* e *Bordalo* (itálico no original) e que esta última é “*decidedly the best*” e a mais antiga de Lisboa. É o único local onde pode ser encontrado qualquer produto inglês, inclusive obras é no Centro Comercial no Chiado. Em 1864 o revisor retira comentários iniciais sobre a afirmação de que somente duas livrarias poderiam entrar na rota do turista inglês em visita à cidade de Lisboa. Um parágrafo idêntico nas três edições primeiras indica que os livros impressos pela Imprensa Nacional podem ser adquiridos com preços reduzidos em uma única loja no Largo do Pelourinho e que há um catálogo com estes livros desde 1853. A Imprensa Nacional aparece no Guia do Viajante em Lisboa, como um “estabelecimento único no seu género em Portugal” e onde são impressas todas as peças oficiais. Nas demais edições, 1875 e 1887, foi suprimido o *item* “Booksellers' Shops”.

5.2.15 Academia das Bellas Artes

Este *item* parece ser o momento no qual o autor, e os revisores das edições seguintes, exceto a de 1887, se permitem executar uma avaliação sobre o ensino artístico, em pinturas, em Portugal. A Academia funciona no pátio do Convento de São Francisco a qual foi visitada por Neale em Julho de 1853, que constata, à época, a existência de “*only ten students in painting and two in sculpture*”. Confirma que igual ao “*time de Camoens*” falta-lhes “pincel, falta-lhes cores, honra, premio, favor que as artes cream”. E de uma maneira peremptória assevera Neale (1855: Sect. I, 15) que “*low as the art of painting has fallen Portugal, its Professors considered as men, seem to have fallen still lower*”. A instituição, informa Neale, mantém-se com 200*l* anuais, o que não é suficiente para fazer frente à compra de material e pagar aos modelos. O valor é suprimido nas edições seguintes. Esta situação faz com que professores tenham de despendar, além do tempo, dinheiro para seguir com os trabalhos.

John Neale (1855: Sect. I, 15) menciona o “Director da Academia, Loureiro,” (Francisco José de Sousa Loureiro) que, em 1843, discursou na presença de “*their majesties*” no qual após exaltar as virtudes de “Dom Fernando não pelo gosto à arte *but for being the only monarch in Europe, since the time of Frederick the Great, who returns the salutations of his subjects when he meets them in the streets!*” Sugere as dificuldades económicas da instituição, ao afirmar que a mesma recebe, em doação, 200*l*. As exposições são apresentadas a cada três anos. Na

exposição de 1852, o número de trabalhos não excedia a 20. Diz ainda, que os professores reclamam destas exposições porque “*they are obliged to expend not only time, but Money for models and materials*”. Menciona, ainda, as coleções que podem ser visitadas com a liberação do Diretor da Academia.

O tom da escrita de Neale, neste *item*, foi revisto por Whiteley (1864: Sect. I, 16-17) e Smith (1875: Sect. I, 18) que procuraram amenizar as avaliações e ressaltar as mudanças que estavam a ocorrer na produção de artes, estimuladas pelo poder público tanto em Lisboa quanto no Porto, com a criação da Sociedade Promotora das Bellas Artes em Portugal, que possui os “*same principle as the Art Union of London*”. Bordalo, ao apresentar a Academia das Bellas Artes de Lisboa não sugere avaliação sobre o ensino das artes em Portugal. Limita-se a indicar os “muitos quadros notáveis, de diferentes escolas” dividindo-os em portugueses e estrangeiros.

As edições ressaltam que D. Fernando (edição 1855/1856), assim como o Rei D. Luiz (edições 1864/1887), são regentes possuidores de bom gosto e incentivadores das belas artes e citam como exemplo as “*pictures and statues which adorn his private rooms at the palace of the Ajuda*”.

Em 1887, a Academia é mencionada como Museu Nacional de Bellas Artes, no tópico “*Picture Gallery*”, no qual descreve as salas e as coleções das obras provenientes da extinção de vários conventos, além das coleções particulares de D. Fernando e outros. Em todas as edições é mencionado o horário de visita entre 9h e 2h, no inverno e até às 3h no verão.

5.2.16 Museu Real

O local merece uma visita por manter uma coleção considerável de espécies preservadas de animais, minerais e várias pinturas. Os artigos mais valiosos foram suprimidos durante a invasão francesa. John Neale (1855: Sect. I, 16) lamenta que o departamento considerado mais completo de todos por conter uma série de amostras minerológicas e geológicas, na ocasião de sua visita, 1853, não estava aberto. E faz sua avaliação de que as coleções do Museu Real, considerando os recursos que Portugal ainda possui de suas colônias asiáticas e africanas, são “*very imperfect*”.

No andar superior do edifício, informa Neale, funciona uma área de “*Paintings*” na qual havia duas salas repletas de pinturas de artistas portugueses. Lamenta Neale que por não haver catálogo provavelmente “*much of the interest is lost*”. Uma outra sala serve de galeria onde “*portraits of saints form the bulk of the collection*”. E cita o nome de Morgado de Setubal, muito estimado pelo português, e considerado o “*first-rate painter of still-life*”. Para Neale (1853: Sect. I, 16) a triste prova da falta do verdadeiro sentimento artístico em Portugal é “*the*

admiration bestowed on very indifferente representation of cabbages, onions, and salt fish". A partir da edição de 1864 é retirado esta avaliação sobre o "*true artistic feeling in Portugal*".

Na edição de 1864, é informado que o Museu de História Natural, em 9 de Março de 1858, foi incorporado à Escola Politécnica, um dos mais nobres edificios da cidade, e que passa a ser denominado de Museu Nacional de Lisboa, dividido em duas áreas: zoologia e mineralogia. O Museu possui dois diretores, dois naturalistas, dois responsáveis pela zoologia e dois responsáveis pela mineralogia. O Museu recebe do Estado uma considerável soma de "*1,800\$00 Reis is appropriated for further acquisitions, and 1,060\$000 Reis for exploration the country for this object*".

Em 1875, a edição revista por Smith, concede que o Museu Real foi originalmente fundado no Palácio da Ajuda e posteriormente transferido para o Convento de Jesus, onde já funcionava a Academia de Ciências e finalmente "*established in the Eschola Polytechnica*", onde foram gastas mais 20,000/ na montagem. Smith, um renomado ornitologista, exulta por ser este Museu de grande interesse para o estudante de História Natural, não somente porque contém uma seleta coleção de espécimes de todos os ramos da zoologia, mas também porque é o único museu em Portugal que possui uma "*tolerable collection of the fauna of the country*". Menciona o Professor Barbosa de Bocage, intendente, "*a most indefadigable and able man*", responsável por classificar as coleções.

Na edição de 1887, Pullen em um parágrafo, informa que as coleções das colónias de África são de "*great interest and importance*", especialmente as coleções pássaros e peixes e a extensa herbaria.

5.2.17 The Churches of Lisbon

Como mencionado nos capítulos anteriores, Neale é um reconhecido estudioso da Ecclesiologia. Talvez tenha sido este um motivo importante para que escrevesse o *Murray's Handbook for Travellers in Portugal*. Quando se refere às igrejas portuguesas apresenta alguma decepção com o que encontra no País. E chega a afirmar que não há país na Europa menos interessante do que Portugal, no quesito igrejas¹⁸². Em Lisboa, lista três templos dignos de serem visitados: a Cathedral, a Igreja do Carmo e o Mosteiro de Belém. Os revisores de 1856, 1864 e 1875 mantêm o mesmo discurso. Pullen (1887: Sect. I, 17), ao referir-se ao mesmo tema, após fazer uma comparação de semelhança com a Espanha, encontra um verdadeiro interesse

¹⁸²Neale (1855: XXX) afirma textualmente que "*No European country has less interesting ecclesiology than Portugal; there are certainly not 150 old churches in the kingdom*".

para o Eclesiólogo porque, em termos de “*development of church architecture*”, Portugal parece localizar-se um século e meio atrás do resto do mundo cristão.

O registro de Neale sobre as igrejas lisboetas indica que o horário para visitas é pela manhã, entre 6h e 9h. Após este horário permanecem fechadas. Um transtorno conseguir a permissão para as visitar porque os “*sacristans seem to have no idea that a stranger may be desirous of visiting a church as matter of curiosity*”. A mesma informação e avaliação estão presentes em todas edições até, 1875, inclusive. Contudo, Neale (1855, Sect. I, 17-24), seguindo a sua tradição eclesiológica permite-se fazer um resumo histórico sobre cada templo, detendo-se nas peculiaridades da fé. Por exemplo, quando apresenta ao turista inglês a Igreja Nossa Senhora da Graça, além de descrever a construção como “*a lofty cruciform building without aisles*”, informa que a data original é desconhecida e ali repousam os restos mortais do “*celebrated Affonso d’Albuquerque, in some respects the greatest man whom Portugal ever produced*”. Apresenta uma imagem de Nosso Senhor dos Passos da Graça afundando sob a cruz, em crença de “carne e sangue de Cristo” e com a qual marca a mão de um incrédulo. Esta imagem só é exibida às Sextas Feiras. Outra imagem célebre nesta igreja, informa Neale, é a de Nossa Senhora das Dores. Descreve-a como alegre, vestida de azul e dourado, tem uma espada no peito e cercada por ex-votos. As gravuras desta santa trazem a inscrição de que sua Eminência, o Cardeal Patriarca de Lisboa, “*gives 200 days of indulgence for one Ave Maria before this Picture*”.

Henry William Pullen (1887: Sect. I, 17), via de regra, comedido em avaliações, neste item permite-se afirmar que as igrejas de Lisboa são geralmente espaçosas, bonitas e bem cuidadas. Porém, “*are not, as rule, very interesting*”. A descrição é precisa quanto à construção dos templos e aos costumes dos fiéis. As construções são geralmente feitas em “*cretaceous marble*”, que ao ser extraído parece branco e quando é polido apresenta um tom rosado, das pedreiras de Pero-pinheiro e Extremoz.

Por ser o pavimento das igrejas recobertas por tábuas, “*until quite lately*”, não havia bancos ou cadeiras para os fiéis e as mulheres assistiam a missa em posição de “*squatters*¹⁸³”. Costume que ainda permanece, de acordo com o Manual de Viagem, presente em muitas províncias.

¹⁸³Nesta frase, especificamente, o autor refere-se ao modo como as mulheres assistiam aos ritos religiosos. Por não haver bancos nas igrejas, as mulheres assistiam às missas agachadas (de cócoras).

Quadro 20 – Fé Católica, Apostólica e Romana. As igrejas na cidade de Lisboa

1855/56/64/75	Catedral (<i>The</i>), Sê, Basílica de Santa Maria
	São Vicente de Fora
	Santo Antônio da Sê
	Santa Engrácia
	Nossa Senhora da Graça
	Nossa Senhora do Monte
	Nossa Senhora da Penha de França
	Basílica do Coração de Jesus (Estrela)
	S. Roque
	S. Domingos
	Nossa Senhora dos Martyres
	Nossa Senhora de Loretto
	Conceição Velha
	Santa Maria Madalena
	S. Julião
	Carmo (Nossa Senhora do Vencimento)
	Nossa Senhora das Mercês (Convento de Jesus)
	São José (Memória)
	English College (Colégio dos Inglezinhos)
	Dominican Convent (Lago do Corpo Santo)
	Brigittine Convent – próximo de São Bento
	Church and Monastery of Belem
1887	Dominican Convent and College
	Conceição Velha
	S. Maria Magdalena
	S. Antônio da Sê
	Catedral (<i>The</i>), Sê or Basílica de Santa Maria
	S. Vicente de Fora
	Nossa Senhora da Graça
	S. Engracia
	N.S.do Monte
	São Roque
	N.S. da Penha de França
	S. Domingos
	Nossa Senhora dos Martyres
	Nossa Senhora de Loreto
	English College
	N.S. das Mercês
	Basílica do Coração de Jesus (Estrela)
	São José (Memória)
	Church and Monastery of Belem

Fonte: Elaborado pela Autora (2016).

A Igreja do Carmo, Nossa Senhora do Vencimento, talvez fosse a mais interessante mesmo que esteja em ruínas ocasionadas pelo grande terremoto, para o revisor de 1887. As paredes externas e fachada, razoavelmente perfeitas, estavam parcialmente ocultas por lixo.

No quesito “Igrejas em Lisboa”, as edições mantêm a indicação e o texto de apresentação, exceto a edição de 1887 que altera o número e a ordem de templos a serem visitados. Pullen indica ao viajante, tendo por ponto de partida o Hotel Central, no Chiado, um trajeto de 12 Igrejas. Descreve de modo geral as características arquitetônicas e decorativas das igrejas da capital portuguesa. Não há corredores e, portanto, colunas. Os altares são notáveis somente por uma decoração luxuosa em madeira dourada. Estranha que o “*chapel of the Sacrament, in France or Italy, is very centre of all devotion, is here most unaccountably railed off, locked, and curtained*” e, ainda, que as igrejas sejam fechadas antes do meio dia. O viajante, diz Pullen, talvez estranhe a ausência de “*priests in the streets of Lisbon.*” Contudo, é simplesmente uma peculiaridade: os padres vestem-se de maneira comum, em público.

Bordalo, no Guia do Viajante em Lisboa, 1853 e 1863, indica as 20 “principais igrejas” com a ressalva que a nomeação de outros templos não teria utilidade ao “forasteiro” que visita a cidade. Informa, ainda, que os franceses têm a sua igreja, São Luiz, na Rua de Santo Antão e os ingleses “catholicos as do Corpo Santo, Inglezinhos e de S.Patrício”. Os protestantes têm uma “capella e cemitério em separado, próximo ao Passeio da Estrella”. Estas informações não constam do guia inglês.

Relativamente ao Mosteiro de Belém, Neale, finaliza a sua apresentação sobre as igrejas a serem visitadas, informando aos turistas que ali se encontrava o testemunho da última luta dos cristãos contra a arte pagã em Portugal. Indica como um “*painful interest*” não só por esta imagem e, também, pelo “*waste of a decoration which produces so little effect*”. Pullen (1887: Sect. I, 22) altera a informação. Para o último revisor dos Guias Murray para Portugal Belém é a “*the last struggle of Gothic against Renaissance art in Portugal*”. Este monumento possui interesse particular pelo desperdício de uma decoração que produz tão pouco efeito. Nesta frase avaliativa todos, autor e revisores, têm a mesma perspectiva.

Ao descrever o Mosteiro dos Jerônimos, o *Handbook for Travellers in Portugal*, em todas as edições, apresenta a informação de que “*and the building was erected from the designs of JoãoPotassi, an Italian*”, iniciada por Neale (1855: Sect. I, 23-24). Afinal, quem é Giovanni Potassi que aparece como designer de um dos mais significativos monumentos da Europa, em Lisboa? Esta é uma pergunta que ficará para outra investigação.

5.2.18 Palaces

Sem qualquer introdução ao *item*, as edições apresentam cinco palácios dignos de visitação por parte do turista inglês. Quando são comparadas as visões de Neale e Bordalo, sobre os palácios lisboetas, percebe-se as diferenças na escrita que constroem imagens. Sobre o Palácio das Necessidades, após ser informado que se situa na colina acima da Praça de Alcântara, Neale, 1855, tece o comentário de que o palácio não tem grandes pretensões arquitetónicas, e que a vista do Rio Tejo é bela, além de conter jardins muito bonitos com uma coleção de árvores interessantes.

A ênfase do relato localiza-se na história originária do nome do Palácio das Necessidades, na qual ressaí a imagem de uma santa (Virgem), que teria sido trazida da Ericeira, 1598, por um tecelão que fugia da peste e que esta, a partir de então, “operava em milagres aos necessitados”. Dentre estes muitos devotos comuns e soberanos que recorriam à imagem da santa, D. João V, o mais dedicado, mandou construir uma “*magnificent church*” para receber a imagem da Virgem, um convento e o palácio. Edward Whiteley, Charles Smith e Willian Pullen, repetem as mesmas informações. Provavelmente, o reforço ao imaginário pitoresco seja o motivador desta perspectiva do olhar sobre o local.

Bordalo, não apresenta maiores detalhes sobre a origem do local. Prefere informar que o palácio é a residência de “Sua Magestade El-Rei” e que no convento anexo ocorreram as sessões das Cortes Constituintes de 1821. Menciona a livraria, abundante de manuscritos raros, códices estimados e edições não vulgares, bem como um museu importante pertencente ao Príncipe Real e Infantes.

Sobre o Palácio da Ajuda, o *Handbook for Travellers in Portugal*, tece uma breve descrição. Segundo John Neale, o palácio é constituído por um imenso edifício inacabado e “*vast as it appears for the residence of the monarchs of so small a country*”. Somente 1/3 do que foi projetado está concluído. Nos salões encontram-se muitos “*portraits of Dom João VI, of course*”. Na Sala de Audiência, na qual encontra-se a pintura destinada a comemorar o retorno do D. João VI, do Brasil, segundo Neale (1855: Sect. I, 25), “*the bulky and unintellectual king is represented as seated in a shell, and attended by several allegorical figures (...)*”. Os apartamentos estão parcialmente mobiliados e é improvável que alguém resida aqui “*for it presents a most desolate and decaying appearance*”.

Quadro 21 – Onde vive o poder: os palácios da cidade de Lisboa

1855/56/64/75/87	The Necessidades - Alcantara
	Palace of the Ajuda - Calçada da Ajuda
	Palace of Belem or Quinta de Baixo/Quinta de Cima
	Bemposta - Campo de Santa Anna
	Legislative Chambers (Cortes)

Fonte: Elaborado pela Autora (2016).

Em 1864 e 1875, desaparece a frase sobre a aparência decadente do palácio, para informar que os Soberanos portugueses ali recebem as representações estrangeiras, para festas oficiais. Pullen, substitui a última frase de Neale, por informações sobre as obras de arte, com a ressalva de que as obras que o visitante tem acesso “*are of no value*”. Nos aposentos da Rainha há “*a small Virgem and Child, assigned to Perugino*” que vale a visita. O local mais interessante a ser visitado pelo turista é a Biblioteca. Em 1853, Bordalo, informa, como Neale, que o Palácio está construído em apenas 1/3 e que é “tão vasto que seria uma digna morada de qualquer monarca”. Descreve-o em extensas galerias e salas mobiliadas, quadros, e um “vestíbulo com muitas estátuas alegóricas dos celebres Machado de Castro, de Barros, Aguiar, Faustino” dentre outros escultores nacionais. A biblioteca real está sob os cuidados de “sabio Alexandre Herculano”. Já na edição de 10 anos depois, Bordalo, inclui a informação de que o Palácio da Ajuda, ao contrário da afirmação de Neale, em 1855, é a residência do chefe do estado, El-Rei D. Luiz I e da Rainha D. Maria Pia de Saboya.

O Palácio de Belém, ou Quinta de Baixo, para Neale e Whiteley, merece um pequeno parágrafo, no qual se informa tratar-se de “*some fine reception rooms, which were occasionally used by late queen for balls*”. Semelhante nas edições seguintes: o palácio aparece como um local para bailes ocasionais oferecidos por D. Maria II e que recebeu o Imperador do Brasil aquando de sua visita em Lisboa, em 1871. Pullen, incorpora informações na sequência das do seu predecessor. Menciona que nos jardins do palácio existem “*cages which, in former times, were tenanted by wild beasts*” e que estes serviram para receber os conspiradores de Aveiro em sua última noite, antes da execução¹⁸⁴. Praticamente as mesmas informações apresentadas por Bordalo, em seu guia do viajante.

Legislative Chambers, a funcionar no extinto Convento de São Bento, adaptado em 1834 para as sessões legislativas. Neale e Whiteley informam que são 150 deputados que

¹⁸⁴ Murray's Handbook for Travellers in Portugal (1864), Section I, p 27; (1875), Section I, p.28.

ocupam “*a tolerably spacious oblong room*”. Contém galerias para “*royal families*”, Ministros Estrangeiros, e para o público em geral. As bibliotecas da Câmara e da Torre do Tombo, estão sediadas neste edifício. As próximas edições são parcimoniosas em informação. Smith, 1875, escreveu a seguinte frase: “*since 1834, the sittings have been held in the extinct convent of São Bento*”. Pullen, 1887, acrescenta à frase: “*Strangers are admitted to the gallery by a member’s order, or by sending in a card to the President*”¹⁸⁵.

5.2.19 Aqueduct das Águas Livres

Para Neale, este é um dos monumentos mais interessantes de Lisboa. “*The magnificent work*” erguido durante o reinado de D. João V, entre 1729 e 1748, por Manoel de Maia, abastece de água a cidade. A descrição é precisa e simpática. Indica, por exemplo, que o visitante pode subir ao topo da torre e obter uma vista de toda a cidade. Detalha o aqueduto – uma galeria abobadada ampla e com um caminho central entre os canais de água, com cerca de 12 polegadas de profundidade. Percebe-se um Neale impressionado quando menciona as aberturas laterais da construção, a cada 12 jardas, para evitar que a água da chuva se misture com a água dos canais. Ou quando menciona o processo de iluminação dos eixos de ventilação transportados até o teto. E a comodidade que é a calçada de pedra dos lados para as pessoas que vem das aldeias vizinhas. À informação é adicionada que esta conveniência às pessoas foi fechada, nos últimos 10 anos em consequência do número de pessoas que foram jogadas do parapeito após roubos e assassinatos¹⁸⁶.

Contudo, no Museu da Água, em seu Centro de Documentação História e Técnica, nos foi possível fazer um levantamento de um ano, escolhido aleatoriamente dentre os que pesquisamos, 1861, de visitantes, catalogando-os entre “portugueses” e “estrangeiros”. Sem possibilidade de estabelecer a procedência do país¹⁸⁷.

¹⁸⁵ *Ibidem*, (1855), p.25, (1864), p.28; (1875), p.29; (1877), p.24.

¹⁸⁶ A informação expressa por John Neale refere-se à ação de Diogo Alves, de alcunha “Pancada”, nascido em 1810, em Lugo, Galiza, que migrou para Lisboa aos 10 anos. Em 1836 forma seu grupo e começa a aterrorizar a capital com roubos e assassinatos. Bastante astuto conseguiu falsificar as chaves das galerias subterrâneas do Aqueduto das Águas Livres o que possibilitava a sua circulação e impunidade aos crimes. Só cessaram as mortes após o fechamento, em 1837. Diogo Alves nunca foi denunciado pelos vários assassinatos que cometeu no Águas Livres. Foi preso e condenado à morte por decapitação após o massacre da família de um médico. A sua decapitação ocorreu em fevereiro de 1841. A cabeça de Diogo Alves pode ser vista na Faculdade de Medicina de Lisboa. Sugere-se o livro escrito pela jornalista Natário, Anabela (2014) – *O Assassino do Aqueduto – a arrepiante história de Diogo Alves, o homem que aterrorizou Lisboa no século XIX*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

¹⁸⁷ Livro Memorando das Pessoas que Visitam o Aqueduto das Águas Livres - 1843-1856”, EPAL – Museu da Água – CDHT, cód.ref. AH/DA/EV/008/0008A.
- “Livro Memorando das Pessoas que Visitam o Aqueduto das Águas Livres - 1857-1862”, EPAL – Museu da Água – CDHT, cód.ref. AH/DA/EV/008/0001.

Quadro 22 – Visitantes Aqueduto Águas Livres, ano de 1861

Visitante	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Português	48	73	84	97	219	169	166	129	132	125	80	60
Estrangeiro	25	22	16	22	63	54	48	22	92	52	49	13

Fonte: Elaborado pela Autora (2020).

De facto, este monumento é o que merece uma avaliação positiva do autor do *Handbook for Travellers in Portugal*, na cidade de Lisboa. Neste período, pela não existência da cultura do turismo, não havia uma sistematização dos visitantes por local ou país de origem.

Em 1875, Smith, acrescenta, sobre o mesmo texto, a existência de dois outros imensos reservatórios: um na Praça do Príncipe Real e outro próximo ao Terreiro do Trigo. Porém, avalia Smith, Lisboa ainda tem muitos problemas de abastecimento de água. Pullen, retira a avaliação e mantém as informações em seu conjunto. Bordalo, que partilha com Neale o gosto pela beleza do monumento, informa que este resistiu ao terremoto de 1755. Os 127 arcos, dos quais 35 arcos sobre Alcântara formam a “mais comprida de todas as pontes do mundo” e a altura prodigiosa, causam assombro aos estrangeiros.

Como vimos no Quadro 22, relativa ao ano de 1861, a visitação é maior pelos portugueses, que, algumas vezes, deixam registrados a admiração pela obra.

5.2.20 Public Squares. Praças: Largos

As edições de 1855/56/64 mantêm as mesmas indicações de praças públicas para o turista inglês.

A Praça do Commercio, que segundo Neale (1855, Sect. I, 27), os ingleses a conhecem por “*Black-horse Square*” – sem explicação do porquê da alteração do nome da praça símbolo da cidade – ocupa o local onde se localizava o Palácio construído por D. Manoel e destruído pelo grande terremoto de 1755. Reconhece tratar-se de uma das maiores praças públicas da Europa, com 585 pés (54.348 m²), com abertura para o rio. Próximo ao arsenal, relembra Neale, tem o *pier* de madeira onde, provavelmente, o turista descera na cidade. Passa a descrever as laterais da praça formadas por edifícios altos e regulares e amplas arcadas. Nas extremidades, próximo ao rio, chama a atenção para as duas torres quadradas, a última erguida em 1845. Esta

- “Livro Memorando das Pessoas que Visitam o Aqueduto das Águas Livres - 1862-1864”, EPAL – Museu da Água – CDHT, cód.ref. AH/DA/EV/008/0008B.

informação é retirada das próximas edições. Ao norte iniciam as três principais ruas: Rua Áurea, Prata e Rua Augusta. Nesta o arco monumental, em fase de construção, foi projetado para receber a Torre do Relógio. Esta informação mantém-se na edição revista por Whiteley (1864: Sect. I, 29-30).

Quadro 23 – As praças públicas da zona turística de Lisboa, 1855/1856/1864

1855/56/64	Praça do Commercio (Black Horse Square)
	Praça de D. Pedro (Rocio)
	Largo do Pelourinho
	Praça dos Romulares (Caes de Sodre)
	Largo de S. Paulo
	Largo do Rato
	Campo de Santa Anna
	Largo do Carmo

Fonte: Elaborado pela Autora (2016).

Ao descrever o centro da praça, Neale seguido dos revisores, menciona que a estátua equestre em bronze, de D. José I, foi erguida 1775 pelos habitantes de Lisboa, em gratidão ao rei e ao Marquês de Pombal por sua diligência na reconstrução da cidade. Descreve o monumento, referindo, de forma jocosa, a reação de Marquês de Pombal ao saber da destruição da sua imagem junto ao Rei D. José I, pela mesma população que o havia homenageado. De acordo com Neale (1855: Sect. I, 27), ele simplesmente observou e disse: “tudo bem, já que a imagem não se parece comigo”. Cinquenta anos depois, 1833, a homenagem retorna, por ordens de D. Pedro.

As edições dos guias ingleses, sobre o monumento da Praça do Comércio, descrevem o rei D. José I em um traje típico, com capacete e pluma, uma espécie de toga sobre os ombros, um bastão na mão e pisando em várias serpentes. Estátuas alegóricas laterais servem de ornamentos. Um elefante e um cavalo, afirma Neale seguido dos revisores, juntos produzem um efeito desagradável. Representando a generosidade real aparece uma figura feminina descendo de um trono para ajudar Lisboa. As armas reais e um escudo oval com a esfinge do então todo poderoso Marques de Pombal, compõem a imagem produzida por Neale e seguida pelos revisores.

O Guia do Viajante, de Francisco Maria Bordalo, nas edições de 1853¹⁸⁸ e 1863, contém informações sobre autoria, material, tamanho, largura e peso da estátua semelhantes ao guia

¹⁸⁸ Bordalo, (1853), p. 96.

inglês. As descrições sobre o monumento apresentam uma descrição diversa. Segundo Bordalo, o monumento é composto por um pedestal com dois grupos alegóricos: um representado por um jovem com a “palma do triumpho”, em uma das mãos e com a outra dirige o cavalo que tem sob seus pés os inimigos e troféus de guerra. O outro, representando a fama, também cercada de troféus e um elefante ao pé, e a presença de um homem prostrado. Uma donzela, com vestes e insígnias da realeza, ao lado de um leão, personifica a Generosidade regia. Outra representação feminina é a cidade de Lisboa, caída e amparada pelo Governo da República. O Amor da Virtude, representado por um menino cercado de grinaldas de louro, expõe a decisão de reparar a cidade. O simbolismo da reconstrução de Lisboa é representado pela arquitetura, com o mapa da cidade e pela Providência humana, coroa de espigas de trigo, leme e chaves. Na face do pedestal defronte ao Rio Tejo, foram esculpidas as armas reais e abaixo destas a moldura oval onde havia a insigne do Marques de Pombal, trocada em 1777 “pelas armas do senado da camara de Lisboa”. Bordalo, afirma, ainda, que a estátua do Rei D. José é em tudo superior “à famigerada estatua equestre de Lord Wellington, erguida em Londres pelo Corpo do Commercio”. Olhares avaliativos e opostos sobre o mesmo monumento portugueses¹⁸⁹.

Sobre a Praça de S. Pedro, também conhecida por Rocio, o que chama a atenção de Neale é o pavimento de pedra em cores alternadas, para quem o efeito é desagradável. Todos os revisores mantêm a mesma opinião sobre a pavimentação da praça. Informa que em Julho de 1853, período de sua vinda a Portugal, estavam sendo feitos os preparativos para a montagem da estátua de D. Pedro, no centro da praça. A configuração empedrada de preto e branco, em Bordalo, causa muito bom efeito, mesmo que alguns críticos censurem. Neale (1855: Sect. I, 27) explica o que significa “pelourinho”: uma espécie de pilar, semelhante aos “*our pillories*”, feita em mármore, algumas ricamente esculpidas, que denota poder institucional e que foram utilizados muitas vezes para supliciar ou para aplicar penas de morte aos opositores políticos. O Largo do Pelourinho, tem tamanho moderado, ao Sul fica o Arsenal e um Banco no lado Oeste. Semelhante informação, em Bordalo (1853: 100).

¹⁸⁹ A Praça do Comércio, por alvará de Junho de 1759, substituiu o espaço consagrado como Terreiro do Paço. Construída ao género da *place royale* francesa, para ser o novo centro “oficial da capital e do governo” portugueses. O *Handbook for Travellers in Portugal* cunha de “*Black Horse Square*”. Sugere-se sobre a conceituação histórica, urbanística e de monumentalidade simbólica da Praça do Comércio: Faria, M.F. (coord.) (2012). *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio. Lisboa – história do espaço urbano*. Lisboa: INCM; França, J.- A. *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Divisão de Publicação), especialmente pp. 33/36.

Quadro 24 – As praças públicas da zona turística de Lisboa, 1875/1887

1875	Praça do Commercio (Black Horse Square)
	Praça de D. Pedro IV (Rocio)
	Largo do Pelourinho
	Praça dos Romulares (Caes de Sodre)
	Largo de S. Paulo
	Largo do Rato
	Campo de Santa Anna
	Largo do Carmo
	Praça de Luís de Camões
	Praça do Príncipe Real
1887	Praça do Commercio (Black Horse Square)
	Praça de D. Pedro IV (Rocio)
	Largo do Pelourinho
	Praça dos Romulares (Caes de Sodre)
	Praça de D. Luiz
	Largo de S. Paulo
	Largo do Rato
	Campo de Santa Anna
	Largo do Carmo
	Praça de Luís de Camões
	Praça do Príncipe Real
	Praça de D. Fernando

Fonte: Elaborado pela Autora (2016).

A Praça dos Romulares, comumente conhecida por “Caes de Sodré”, segundo Neale, é bem pavimentada e arborizada, cercada por hotéis, cafês e “*counting-house*”. Presença de comerciantes e marinheiros, parece ser sempre bem movimentada. Neale, informa que no reinado de D. Miguel, cinco pessoas, envolvidas em conspiração contra o governo, foram ali estranguladas, queimadas e suas cinzas jogadas no Tejo. Não há informação sobre data precisa ou nomes. A frase tem repetição em todas as edições.

Neale, seguido de Whiteley, que indica, no total, oito praças e largos para serem visitados por turistas ingleses, justifica-se afirmando que existem vários outros lugares, para o qual o termo Praça ou Largo é aplicado, mas eles não contêm objetos que mereçam atenção especial. Mesmo que a edição de 1875 tenha indicado mais duas praças – Luís de Camões e do Príncipe Real – e na edição seguinte mais duas outras – Praça de D. Luiz e Praça S. Fernando - o discurso com o qual Neale encerra o *item “Public Square”* é igual.

Na edição seguinte, 1875, são acrescentadas as Praças Luís de Camões e do Príncipe Real. Em 1887, Pulen, incorpora à lista indicativa de visitas a Praça D. Fernando e Praça D. Luiz.

Semelhança, quanto a afirmação do pouco interesse para estes lugares, encontra-se em Bordalo (1853: 104; 1863: 140): a praça das Flores, o largo da Graça, o do Corpo Santo, o de S. Roque, e outros muitos, “mais ou menos irregulares nada tem que prenda a atenção do viajante”. Bordalo sugere 15 praças ou largos dignos de visitação. Além dos oito espaços mencionados por Neale: Largo do Barão do Quintela, Largo da Necessidade, Praça da Figueira, Largo das Amoreiras, Praça da Ribeira Nova, Praça Luiz de Camões, Praça da Alegria.

5.2.21 Markets

As Praças da Figueira e “Ribeira Nova” aparecem no guia inglês como mercados ou feiras livres e em Smith, 1875, recebem uma breve introdução ao *item*. Diz o revisor que o turista que quiser ter um contato direto com o camponês português, os costumes nacionais e ter uma noção da abundância e variedades das produções vegetais do país, deve visitar, na parte da manhã, um dos mercados. A mesma informação repete-se em 1887.

5.2.22 Fountains (Chafarizes)

Este *item* surge com poucas informações sobre o tema. Nenhuma edição informa localização ou o porquê deverem ser visitados. Todas as edições, exceto a de 1887, informam que os portugueses são ridicularizados pelos espanhóis por utilizar esta palavra, chafariz, de origem árabe. Os chafarizes são numerosos, e sem ornamentos, reúnem em torno deles, uma multidão de transportadores de água, quase todos “Gallegos” (habitantes da região da Galiza). Neale, Whiteley, Smith asseveram que são 3.000 homens que fazem a distribuição da água em Lisboa, quase todos provenientes da região da Galizia e que estes homens são bem mais próximos dos portugueses do que dos espanhóis. Número alterado por Pulen para 1.000 “Gallegos”. O trabalho árduo, pesado ou degradante é feito por estes. Neale, afirma que mesmo o português desprovido de qualquer posse se acredita superior. Se acaso necessitar transportar uma “portmanteau”, por exemplo, e solicitar um português ajuda, ouvirá: “He preciso um Gallego”, “a curious exemple of the Portuguese prejudice”. Os galegos, de acordo com as edições (1855: Sect. I, 28; 1864: Sect. I, 31; 1875: Sect. I, 32) dos *Handbook for Travellers in Portugal*, são invariavelmente trabalhadores e honestos, e indicam que o visitante pode confiar neles.

Bordalo, nas duas edições de 1853 e 1863, informa que são “tres mil gallegos” que fornecem água aos moradores da cidade. E cita 21 fontanas, inclusive algumas, como a Das Amoreiras, como elegante; da Praça da Figueira “obra moderna e de engraçada arquitetura”;

Carmo, estrutura original que embeleza a praça; e o chafariz “Janelas Verdes”, um dos bem acabados chafarizes de Lisboa, ornado com uma bela estátua¹⁹⁰.

5.2.23 Cemeteries.

Em 1855, Neale, afirma que somente nos últimos anos foi descontinuado a prática de enterrar os mortos nas igrejas. Na última edição de 1887, há uma contradição quanto a esta informação. Para Pullen, somente em 1883 a “*practice of burying in churches*” foi descontinuada. Provavelmente, um erro de composição do número “8” no lugar do “3”, visto que o Cemitério dos Prazeres tem data de construção de 1833.

São três cemitérios gerais em Lisboa, conforme o guia de viagem inglês. O primeiro, o dos Prazeres, é o mais importante e atende às pessoas que morrem na parte ocidental da cidade. A visita indicada é ao mausoléu do duque de Palmella e um passeio ao bosque de Ciprestes. O nome causa estranheza a Neale (1855, Sect. I, 29). Reporta-se a artigos de jornais portugueses da época na qual (António Bernardo da) Costa Cabral antes de ser Primeiro Ministro do reino, morava na Travessa dos Ladrões, alterada por Decreto de 15 de Outubro de 1852 para Travessa da Estrela. Sem nomear os jornais a que se refere escreve no *item* Cemitérios: “O que se pode esperar de uma nação onde os mortos são enterrados nos Prazeres, a rainha mora no Palácio das Necessidades e o Ministro das Finanças reside no Travessa dos Ladrões?” As edições informam que, exceto pelo magnífico mausoléu dos duques de Palmella, no qual está depositado o corpo da primeira duquesa, os cemitérios da cidade não contêm monumentos impressionantes. Em Bordalo, temos a informação de que neste cemitério há preciosos monumentos de riquíssimos mármore, destacando o jazigo da família Palmella, onde repousa o cadáver do primeiro Duque de Palmella e não da duquesa como afirmado nas edições do guia inglês.

O Cemitério de São João, que serve à área oriental da cidade, é mais modesto e possui uma capela moderna que vale o passeio. Já o Cemitério da Ajuda é para o distrito de Belém e não contém nada de extraordinário que mereça a visita. O Cemitério da Ajuda não é mencionado na última edição do *Handbook for Travellers in Portugal*.

O Cemitério dos Ingleses, bem organizado permite caminhadas retas por entre Ciprestes elevados e gerânios vermelhos que sobem à altura de 10 ou 15 pés (3m e 5m). Muitos monumentos reconhecem os ingleses importantes que faleceram em Lisboa como o caso do romancista Henry Fielding (1707-1754). Esta descrição encontra-se em todas as edições

¹⁹⁰ Bordalo (1853), p. 89/90; (1864), p.90.

Quadro 25 – Onde são enterrados os habitantes da cidade e os ingleses

1856/56/64/75	Prazeres (The) – Campo de Nossa Senhora dos Prazeres
	Cemitério Alto ou de S. João – eastern part of the city
	Ajuda - Belém
	English Burial Groud (The) – Os Cypresses – Estrella
1887	Prazeres (The) – Campo de Nossa Senhora dos Prazeres
	Cemitério Alto ou de S. João – eastern part of the city
	English Burial Groud (The) – Os Cypresses – Estrella

Fonte: Elaborado pela Autora (2016).

O guia português de Bordalo informa que há o Cemitério S. Luiz, privativo dos franceses, junto à Igreja do mesmo nome; o Cemitério dos Judeus; dos Alemães. Há o Cemitério dos irracionais (quadrúpedes), chamado Val-Escuro, anexo ao Cemitério dos Prazeres.

5.2.24 Hospitals

Neste *item*, Neale agrupa hospitais e estabelecimentos de acolhimento e caridade. Não esclarece por qual motivo. Este formato é repetido em todas as edições.

São José, originalmente erguido pelos jesuítas, foi concluído em 1593, como Colégio Santo António. Em sua Igreja, afirma Neale, foram pregados os famosos sermões de Padre António Vieira (1608-1697), o mais eloquente da Europa. Bastante atingido pelo grande terremoto, 1755, reconstruído e após expropriação dos Jesuítas, foi adaptado para a função de hospital com o nome do monarca reinante à época. Descreve Neale, e revisores, sobre as amplas galerias altas e bem ventiladas, os pisos de madeira, as camas são de ferro e notavelmente limpas e arrumadas. Informam que o número médio – inalterado no decorrer dos anos das edições – é de 900 atendimentos e em caso de emergência este número pode dobrar. Junto ao hospital há a escola de medicina, a sala de dissecação e o museu anatómico. Neste ponto, os demais revisores destacam-se de Neale quando este afirma que estes últimos funcionam de forma vergonhosamente incompleta e que nenhuma “*private school in London*” poderia funcionar de maneira tão insuficiente. As demais edições não repetem esta avaliação.

Hospital de Rilhafolles (*Lunatic Asylum*), bem localizado, este antigo convento recebe “*the insane*” de todo o reino. Neale e Whiteley, mencionam que o número de pacientes, em Junho de 1853, por ocasião da visita de Neale em Lisboa, era 185 homens e 196 mulheres. O hospital recebe somente indigentes com possibilidade de cura ou muito perigosos. A ala privada recebe quem pode pagar o mínimo de 7200 Réis por mês.

Quadro 26 – Hospitais e asilos na cidade de Lisboa, 1855/1856/1864

1855/56/1864	S. José - Campo de Santa Anna
	Hospital de Rilhafolles
	Hospital de S. Lázaro
	Marine Hospital
	Hospital da Estrellinha
	Hospital de Belém
	Real Casa Pia - Belém
	Santa Casa de Misericórdia
	Asylo de Mendicidade
1875	S. José - Campo de Santa Anna
	Hospital de Rilhafolles
	Hospital de S. Lázaro
	Marine Hospital
	Hospital da Estrellinha
	Hospital de Belém
	Real Casa Pia - Belém
	Santa Casa de Misericórdia
	Asylo de Mendicidade
	Lazaretto
1887	S. José - Campo de Santa Anna
	Hospital de Rilhafolles
	Hospital de S. Lázaro
	Marine Hospital
	Hospital da Estrellinha
	Hospital de Belém
	Real Casa Pia - Belém
	Santa Casa de Misericórdia
	Asylo de Mendicidade

Fonte: Elaborado pela Autora (2016)

Smith e Pullen, com data de Julho de 1873, atualizam os números de pacientes: 201 homens e 217 mulheres. E o valor mensal passa 7500 Réis.

A Real Casa Pia, localizado junto ao Convento de São Jerónimo, merece de Neale uma apresentação como o maior estabelecimento de caridade do país. Descreve a bela escadaria de mármore, a Sala dos Reis que contém retratos de todos os reis de Portugal, exceto “*of the Spanish Philips*”. O número de crianças atendidas é de cerca 900, que ficam ali até aprenderem um ofício. As acomodações são limpas e arrumadas e bem abastecidas com água e todas as conveniências. Neale apresenta detalhes, que corroboram com o bom acolhimento desta obra: as refeições são servidas em três momentos, três vezes por semana se alimentam de carne, nos dias restantes peixe e legumes. Os ofícios que as crianças aprendem são carpintaria, alfaiataria,

sapataria, etc. Existe um departamento para surdos e mudos. Todos os revisores repetem estas informações. Nas edições de 1875 e 1887 há a informação de que este estabelecimento recebe somente crianças do sexo masculino.

Além da “Casa Pia”, o guia inglês descreve a Santa Casa de Misericórdia, um imenso estabelecimento hospitalar de caridade, que recebe mais de 2.000 crianças por ano e um asilo para meninas órfãs, muitas preparadas como dotes de casamento. Uma das principais fontes de renda é um imposto a 12% sobre todas as loterias que são sorteadas sob a sua direção. Informa que só é aberta ao público apenas uma vez ao ano, no dia 28 de dezembro.

Nas edições de 1875 e 1887 são incluídos o Asylo de Maria Pia e o “*Lazareto*”, um edifício construído em pedras, composto por sete habitações separadas e excelentes acomodações para abrigar até 1.000 passageiros, em quarentena.

5.2.25 Prisons

Em todas as edições, são indicadas duas prisões na cidade de Lisboa: a Limoeiro, vizinho à Catedral, e Aljube, próxima à de Limoeiro, para prisioneiras.

Bordalo, menciona, além das duas prisões citadas no guia inglês, outras prisões: Castelo de S. Jorge, prisão de militares; Galé, no Arsenal de Marinha, para prisioneiros condenados aos trabalhos forçados; “Cova da Moira”, para sentenciados a degredo; Torre de Belém, prisão militar; São Julião da Barra, “horríveis calabouços” para oficiais militares.

5.2.26 Public Buildings

Os edifícios públicos apresentados em 1855, 1856 e 1864 dignos de visita por parte do turista inglês são: Arsenal do Exército, Arsenal da Marinha, Alfândega Grande, Cordoaria, Casa da Moeda, Banco de Portugal e a Ponte de Alcântara. Há uma breve descrição sobre cada um dos edifícios.

No Arsenal do Exército, o turista fica a saber da existência de armas antigas e maquinaria bélica, aos quais é sugerida visita. O mais interessante, dizem todos, é o enorme canhão, com cerca de 6m de comprimento, “*at the memorable siege of Diu, 1539, by Nuno da Cunha*”. Este equipamento, que ficou inicialmente no Castelo de São Julião, foi transportado para Lisboa com o objetivo de ser fundido para compor a estátua equestre de D. José. O que não aconteceu, segundo Neale, por intervenção do Embaixador da Tunísia. O Arsenal da Marinha, é descrito como um vasto edifício erguido por ordem do Marquês de Pombal, no local do Palácio Real. Aqui realizou-se em 1849 a grande Exposição da Indústria Nacional era onde ficava o telégrafo central do reino. A Alfândega Grande, um imenso prédio de dois andares, é

o primeiro edifício a que o turista, que chega de vapor, tem acesso e dispõe de bastante tempo para examinar o edifício. A entrada é gratuita pela Praça do Comércio.

Quadro 27 – Edifícios públicos lisboetas no período entre 1855/1864

1855/1864	Arsenal do Exército
	Arsenal da Marinha
	Alfândega Grande
	Cable Manufactory (Cardoaria)
	Casa da Moeda
	Banco de Portugal
	Ponte de Alcântara

Fonte: Elaborado pela Autora (2016).

Charles Smith, na revisão de 1875, inclui: Torre de São Vicente, em Belém, Citadel (Castelo de São Jorge) e Depósito de Carruagens Reais, Belém. Esta mesma listagem é replicada na edição revisada por Henry Pullen, 1887.

Quadro 28 – Edifícios públicos lisboetas no período entre 1875/1887

1875	Arsenal do Exército
	Arsenal da Marinha
	Alfândega Grande
	Citadel (Castello de S. Jorge)
	Torre de S. Vicente de Belém
	Cable Manufactory (Cordoaria)
	Casa da Moeda (Largo de S. Paulo)
	Banco de Portugal
	Depósito das Carruagens Reaes
	Ponte de Alcântara
1887	Arsenal do Exército
	Arsenal da Marinha
	Alfândega Grande
	Citadel (Castello de S. Jorge)
	Torre de S. Vicente de Belém
	Cable Manufactory (Cordoaria)
	Casa da Moeda
	Depósito das Carruagens Reaes

Fonte: Elaborado pela Autora (2016).

A Torre de São Vicente é um dos monumentos mais pitorescos do Tejo e merece uma visita, que é prontamente concedida. Chama a atenção as masmorras para presos políticos durante o reinado de D. Miguel. A imagem destes tempos de despotismo foi fornecida por “*Mr. William Young, himself a sufferer*”¹⁹¹. Vários outros equipamentos ou edifícios públicos não foram mencionados nestas edições, como por exemplo, o Castelo de São Jorge. Este será incluído nas indicações de 1875 e 1887.

Francisco Maria Bordalo, nomeia igualmente outros edifícios públicos, descrevendo-os de maneira mais atrativa. Ficamos a saber que é bem simples o forasteiro visitar as alfândegas. Inclui, como espaços que merecem ser visitados pelo forasteiro, o Palácio da Justiça e os Quartéis de Tropas. Em linhas gerais, as indicações são semelhantes entre o autor português e o inglês, neste *item*.

5.2.27 Scientific Societies

Sem preâmbulos, Neale apresenta as sociedades científicas ou do conhecimento. Nesta indicação percebe-se uma certa desordem em agrupar as instituições sob o escopo de Sociedades Científicas bem como a data de fundação. Afirma que a Academia Real das Ciências foi fundada em 1778¹⁹², por Duque de Lafões, sob o patrocínio de D. Maria I. Apresenta a Sociedade Promotora da Indústria Nacional como uma organizadora de exposições da indústria, a Sociedade Promotora dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, o Castelo de São Jorge, a Torre de São Vidente de Belém.

Sobre a Torre de Belém, a informação é semelhante à anteriormente referida no *item* prédios públicos, na descrição das edições revistas por Charles Smith e William Pullen. Estes apresentam, como Sociedades Científicas que deveriam ser visitadas por ingleses: Academia Real das Ciências, Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeólogos Portugueses, Sociedade de Geographia e Escola Polytechnica. Smith inclui A Sociedade Promotora dos Melhoramentos das Classes Laboriosas e a Sociedade Promotora da Indústria Nacional. Estes são os *itens* apresentados nas edições seguintes segundo a estrutura estabelecida por John Mason Neale. As informações são iguais entre 1855 e 1864.

¹⁹¹O autor William Young, descreve as masmorras do Castelo de São Jorge, no qual ficou encarcerado por crime político e não a “Torre de S. Vicente de Belém”, conforme informa os revisores Charles Smith, 1875, e William Pullen, 1877. Ver Young, W. (1828). *Portugal: Comprising sketches of the state of private society and religion in that kingdom under Don Miguel* – London: Henry Colburn, Capítulo XIV, p.103 em diante.

¹⁹²A Academia Real das Ciências de Lisboa, referida por Nele, foi fundada a 24 de dezembro de 1779.

Quadro 29 – A ciência na cidade. As sociedades científicas de acordo com o *Handbook for Travellers in Portugal*

1855/56	Academia Real das Ciências
	Sociedade Promotora da Indústria
	Sociedade Promotora dos Melhoramentos das Classe Laboriosas
	Citadel - Castelo de S. Jorge
	Torre de S. Vicente de Belém
1864	Academia Real das Ciências
	Sociedade Promotora da Indústria
	Sociedade Promotora dos Melhoramentos das Classes Laboriosas
	Citadel - Castelo de S. Jorge
	Torre de S. Vicente de Belém
1875	Academia Real das Ciências
	Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses
	Sociedade Promotora da Indústria Nacional
	Sociedade Promotora dos Melhoramentos das Classes Laboriosas
1887	Academia Real das Ciências
	Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses
	Sociedade de Geographia
	Escola Polytécnica

Fonte: da Autora (2016).

Em 1875 é incluído um novo *item*: *Private Palaces*. De acordo com Charles Smith, o viajante provavelmente não encontrará em nenhuma outra capital, palácios da nobreza em tamanhos e tão bem postos como em Lisboa. E cita como exemplo o do Marques de Niza, no Chiado, “*now the Grand Hotel*”; o do Marquês de Vianna, no Largo do Rato; Duque de Palmella, do Marquês de Pombal, do Duque de Saldanha e do Senhor José Maria Eugénio. Este *item*, na edição de 1887, tem por título *Private Mansions* e, praticamente, a mesma descrição.

John Mason Neale encerra a sua apresentação turística da cidade de Lisboa após a sugestão de visita para a Torre de Belém. Não há qualquer outro texto a não ser o necessário para fazer a apresentação dos espaços que ele considera dignos de visita por parte do turista inglês. Da mesma maneira, o habitante do Porto, Edward Whiteley. Nenhuma palavra que demonstre um envolvimento maior com a cidade. Charles Smith, por sua vez, expressa um certo envolvimento com o país, por conta do seu livro *Narrative of a Spring in Portugal*. Smith vivenciou Portugal também como um turista ornitólogo. O seu olhar é menos carregado de

busca de diferenciação. Segue o roteiro estabelecido por Neale, porém, retira do texto algumas expressões fortes, como vimos no decorrer dos capítulos. No que foi acompanhado por Henry Pullen. Este por motivo diverso, provavelmente, já refletindo o crescimento do turismo e as necessidades do produto *Handbook for Travelers*.

5.3 A Cartografia do *Handbook for Travellers in Portugal Section I – Lisbon*.

A segunda metade do século XIX representa o período de maior desafio para a editora inglesa que parece não conseguir acompanhar a velocidade das transformações oriundas do desenvolvimento dos meios de transportes. A má qualidade de impressão dos mapas e as informações sobre os novos hotéis que não são atualizadas nos guias de John Murray III são motivos de críticas e comparações com os mapas da editora alemã e que incidem sobre a credibilidade da série *Murray's Handbook for Travellers* (Goodwin & Jhonston, 2013: 41–63).

Em 1878, o *Saturday Review*, publica o artigo “*Murray's Handbook*”, no qual questiona o prestígio e a atualidade dos guias. De acordo com o mencionado artigo, dificilmente o guia estaria apto para responder ao nível de conhecimento e necessidade dos seus leitores. A revista relata a experiência de um viajante inglês que ao chegar em uma cidade austríaca nas primeiras horas da madrugada a procura de um hotel indicado no mapa e este já não existia. O artigo faz uma avaliação muito próxima da realidade vivenciada pela editora no último quartel do século XIX, ao afirmar que “*Murray's famous red books have so long been believed in hey: scarcely appear at the present to be kept on a level with the knowledge of our days*. De facto, a atualização sistemática, é a base do sucesso ou do fracasso do guia impresso. Cartas de reclamação e as notícias veiculadas na imprensa minam a reputação dos *Handbooks for Travellers*¹⁹³.

A credibilidade no “fio da navalha” dos *Murray's Red Books* foi comprometida pela imagem veiculada nas informações contidas na sua cartografia. Como expresso no *corpus* desta investigação o sócio Robert Cooke e o colaborador próximo do editor, William Pullen, indicaram e insistiram sobre a necessidade da atualização, principalmente, das informações contidas nos mapas. Eles percebem que a inclusão de mapas e plantas nos guias de viagem seria a afirmação diferenciadora do produto, base do turismo nascente. A profissionalização deste aspecto fundamental, como por exemplo, os mapas dobráveis, é a distinção dentre as principais editoras especializadas.

¹⁹³“*Murray's Handbooks*”, *Saturday Review*, February, 2, 1878, 137-9 (139).

Para Goodwin & Johnston (2013: 41–63), os mapas foram o “*Achilles heel*” da série, pelas imprecisões das referências. A dificuldade de os agrupar ao conteúdo fazia com que a editora optasse em que fosse “*kept to a minimum*”. Outra situação a considerar é que são utilizados mapas produzidos em Inglaterra, no geral, com objetivos outros e não turísticos. Talvez possa ser uma justificativa à imprecisão quanto às indicações importantes para viajantes.



Imagem 14 – Mapa Lisboa 1833: base da cartografia turística de John Murray III.
Fonte: Society for the Diffusion of Useful Knowledge (Great Britain) by W.B. Clarke.

No caso de Portugal, a cartografia nacional não é considerada pelo editor John Murray III, no início da produção guionista portuguesa¹⁹⁴.

John Neale, ao expressar-se sobre os mapas produzidos em Portugal, afirma que os mesmos são extremamente imprecisos¹⁹⁵.

¹⁹⁴Na Camara Municipal de Lisboa é possível ter acesso à Carta Topográfica de Lisboa, publicada em 1859 e composta por 65 plantas aquareladas, 80x50 cm., representativas da topografia da cidade. Foram feitas três coleções as quais duas encontram-se no Instituto Português de Cartografia e uma no Arquivo Municipal de Lisboa. A Carta Topográfica de Lisboa, executada em 1855, 1857 e 1858 por Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard, teve a coordenação de Filipe Folque (1800-1874). Na folha de rosto, com data de 1859 encontra-se um quadro com outras folhas datado de 1911. Um levantamento preciso de 1.280 hectares considerada uma população de 200.000 habitantes. Em 1852 foi criado o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria e nomeado como Ministro António Maria de Fontes Pereira de Melo. Neste mesmo ano, a 27 de Outubro, há a determinação do Levantamento da Carta Topográfica do Reino, por ordem de D. Maria II. Sobre o desempenho de Filipe Folque na Cartografia portuguesa ver Diário do Governo n. 255 de 28/10/1852, conf. cit. por Almeida, I. & Ramalho, M.T (1999). Contribuição museológica para a cartografia portuguesa do século XIX. *Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa*, pp.145-155.

¹⁹⁵Os revisores têm a mesma opinião. Para todos “*The best map, though on a small scale, is that published by the, Useful Knowledge Society.*” E o pior mapa: “*certainly the worst is Wyld’s Chorographical Map, 1846*”. E. Whiteley, enfatiza o pior mapa por escrever os nomes das localidades incorretamente. Edição 1864, pxi.



Imagem 15 – Mapa de Lisboa na edição de 1864. Igual às edições anteriores.
Fonte: *Murray's Handbook for Travellers in Portugal – Section I. Lisbon.*



Imagem 16 – Mapa de Lisboa na edição de 1887.
Fonte: *Murray's Handbook for Travellers in Portugal – Section I. Lisbon*

Na edição 1887, o revisor Pullen reconhece, entretanto, a produção cartográfica portuguesa e indica como o melhor mapa geral de Portugal o de autoria de (Frederico) Perry Vidal, de 1833, publicado em 1843. O mapa, em escala 1:600000, pode ser comprado em Lisboa, na Rua Áurea, por 1000 réis, informa o revisor de 1887.

Os mapas para a cidade de Lisboa, conforme Imagens 14, 15 e 16 representam, de certo modo, o percurso de crescimento da cidade e, também, a provável exigência do consumidor, no período considerado por esta Investigação. A inclusão de mais elementos nas indicações, nos mapas em 1875 e 1887, corrobora com que constatamos: o *Handbook for Travellers*, da editora Murray, vive o seu desafio de respostas para o turista e, este, provavelmente, exige menos prestígio e mais solução.

Conclusão

John Mason Neale inicia seu textual guionista para Portugal lembrando que o turista ao adquirir o *Handbook for Portugal* deve aceitar que irá ler a descrição de um país menos conhecido por ingleses do que qualquer um outro da Europa. Um país que possui menos meios de adquirir conhecimento de sua história local e topografia do qualquer outro reino; que os guias locais, exceto por uma ou duas das maiores cidades (Lisboa e Porto) são quase desconhecidos. Que as grandes obras topográficas são extremamente raras e dificilmente podem ser adquiridas no país; que as viagens são imprecisas inclusive, porque um português parece neste momento ser incapaz de compreender que se pode viajar por seu país por lazer. Esta é a narrativa textual do início do turismo para Portugal. Em cima deste discurso foi construído o imaginário simbólico e de alteridade do país.

Foucault, no livro *Microfísica do Saber*, confirma as relações inexoráveis e interdependentes entre saber e poder, concebidos como estratégia em seus efeitos de dominação. No instante no qual o saber é conformado a um tipo de domínio, sobre o outro, por meio de transferências, deslocações, viagens, é possível entender este processo através do qual o saber funciona como poder. Há um arcabouço pensado e sistematizado para a sua sedimentação que se apresenta por uma política do saber que, ao ser exposta, nos leva diretamente aos territórios epistemológicos de dominação, por meio de noções como cidade, urbano, região, território.

O poder não tem necessidade direta da ciência, basta-lhe um conjunto consistente de informações e de instrumentos capazes de estruturar um ponto justificador como verdade. Os editores, autores e os turistas são agentes disseminadores de informações convenientemente exploradas pelas autoridades imperiais, pela burguesia e pelos homens do saber desta chamada nova “comunidade imaginada” (Anderson, 2006). Os discursos em genealogia¹⁹⁶ do saber podem, também, ser pensados como táticas e estratégias de resistência.

A construção, portanto, da cidade turística, por intermédio do *Handbook for Travellers*, comporta embates dialéticos e interdisciplinares conforme procuramos tornar explícitos na investigação. A estrutura do espaço urbano, eleito para atender o prazer e o lazer do turista inglês, transforma-se numa espécie de arena não passiva ou pacífica. Expõe as vivências cotidianas dos autóctones *versus* as experiências disruptivas do cotidiano dos turistas, mediadas

¹⁹⁶Aqui utilizamos o termo genealogia na perspectiva foucaultiana, como uma espécie de possibilidade de insurreição dos saberes submetidos.

por uma dimensão ideológica, revivificada por um discurso eloquente mimetizado nos guias de viagem. Há uma pluralidade de epistêmes no início do movimento turístico, surgido no século XIX, e que são expostas nas correspondências trocadas entre a editora Murray, escritores, donos de hotéis, empresas e representantes do poder. Um registro sugestivo da história do século XIX, disponíveis nos Arquivos John Murray junto à Biblioteca Nacional da Escócia.

Relativamente ao objeto da nossa investigação, a primeira conclusão sugere que o pioneirismo do turismo organizado por meio de guias de viagem, de acordo com as características especificadas anteriormente, é de autoria da Editora John Murray, Londres. Em um certo sentido, esperamos ter contribuído para o esclarecimento deste tema. Reconhece-se, por conseguinte, John Murray III como autor do primeiro livro da série *Handbook for Travellers*. Contudo, acrescenta-se que a estrutura de atendimento às necessidades turísticas não é original de John Murray III e sim de Mariana Starke, que apresenta as prerrogativas da futura série.

Outro aspecto, surgido em nossa investigação, diz respeito à lógica das apropriações ideológicas dos espaços escolhidos para o lazer inglês. Por exemplo, ao definir continentes, países e cidades poderia haver outros critérios que não somente “belo, pitoresco, exótico, diferente”. A editora inglesa seguiu um roteiro bastante ambicioso: durante o século XIX todos os continentes foram alcançados, ao menos com um ou dois países, excetuando o continente da América do Sul e do Norte. No caso deste último, mesmo que não tenha tido especificamente um roteiro, os títulos eram comercializados nos Estados Unidos. Nos Arquivos Murray não encontramos respostas sobre o porquê da não presença guionista em países da América do Sul¹⁹⁷.

O *Murray's Handbook for Travellers in Portugal*, foi um elo transmissor de uma dimensão ideológica do império vitoriano, em apogeu expansionista, para Portugal. A conquista de espaços urbanos lisboetas para turistas ingleses permitiu e fomentou, institucionalmente, a absorção diferenciadora das práticas edificadoras da identidade nacional, ao criar ou reforçar estereótipos. Quanto menos questionadas as estruturas de poder, mais estas se tornam eficazes. E esta é uma base fundamental da apropriação ideológica de espaços urbanos, resultante da ação imperial perpetrado por meio dos guias de viagem da editora de John Murray III. Com o olhar diferenciador dentro do próprio país escolhido, os guias de viagem estabelecem rupturas, também, internas. A cidade de Lisboa é a eleita como paradigma. Na escolha dicotomizada, internamente, o guia de viagem exorta ao confronto comparativo com a cidade sede do império

¹⁹⁷Havia uma intenção de se fazer um guia dirigido ao Perú. Porém, não foi avante.

inglês, numa espécie de jogo com cartas marcadas para revelar a imponente inexorável do moderno, do progresso e do crescimento industrial.

Estruturalmente a imagem construída pelo *Murray's Handbook for Travellers* para a capital portuguesa, reforça a noção mais objetiva do preconceito, na construção das suas narrativas¹⁹⁸. Por exemplo, as áreas predominantemente antigas como Mouraria e Alfama¹⁹⁹ (bairros operários centrais) não são contemplados. Talvez para não estabelecer a diferenciação comparativista de situação semelhante: as dificuldades vivenciadas pelas classes laboriosas, em Londres e Lisboa, observando as proporcionalidades, poderiam, de certo modo, encontrar semelhanças incômodas. Ou talvez, a situação vivenciada por Neale aquando da sua segunda visita à capital portuguesa, em 1854, no início da epidemia de cólera, e a visão dominante de que esta seria “um flagelo” nascido da pobreza, tenha definido a não inclusão das áreas habitadas por estas camadas sociais. Percebe-se, com efeito, que mesmo o Castelo de São Jorge, com sua vista para o Rio Tejo, é minimizado como indicação para visitas. Porém, se fosse este o critério da exclusão daquela área urbana, as novas edições poderiam ter sido corrigidas. Manteve-se a invisibilidade cômoda da Lisboa antiga. Destarte, somente alguns espaços são eleitos, especialmente a parte reconstruída após o terremoto de 1755.

Analizamos os autores do olhar sobre a cidade de Lisboa expressos nos guias de viagem inglês. As áreas ideadas para os turistas, em uma espécie de “construção verbal do espaço”, (Depetris, 2007: 13), denotam o processo de absorção cognitivo e representativo para transmissão do observado para o seu público. Observar com um propósito prévio pressupõe “ver” o que se quer enxergar. O olhar, neste caso, é carregado de simbologias coniventes com os pressupostos Murraynianos. Este nos parece ser a estratégia de conteúdo da construção do produto.

Todo o entorno, identidade nacional e urbana, amálgama o desejo do observador, em uma correia de transmissão previamente estabelecida. Não há, para os autores dos guias de viagem, margem para devaneios, para além do pré decidido pelo editor²⁰⁰. Para confirmar esta visão, traçamos um perfil, acredito que inédito em língua portuguesa, sobre estes homens porta-vozes da necessidade de expansão imperial, de um novo tipo. Foram estes quem estabeleceram

¹⁹⁸A corroborar ver, por exemplo, “Onde ficar e comer em Lisboa”, p162, quando são informados quatro hotéis e duas pensões dignos de receberem os ingleses. Francisco Maria Bordalo, conforme citado, recomenda 25 hotéis e pensões como aptos a receber viajantes.

¹⁹⁹Sobre Alfama, uma pequeno parágrafo e impressões. Diz, Neale, que as ruas entre o Castelo de São Jorge e o Rio Tejo, e que rodeiam a igreja da Sé, são as mais antigas e as mais sujas da cidade.

²⁰⁰Edward Whiteley, que reviu a terceira edição, 1864, poderia ter seguido outros caminhos que não somente os definidos por Neale? Poderia ter alterado algumas visões preconceituosas e generalistas sobre a cidade e seus habitantes? Whiteley manteve praticamente inalterado o texto de Neale. O seu conformismo será parcialmente revisto com Smith e com Pullen.

as bases distintivas do guia moderno, ao substituir o autor romântico e com visão individual, e coletivizar uma imagem, estipulada como subalterna por comparação com Inglaterra. Percebemos que para a família Murray, de origem escocesa, garantir prestígio e *status* social dentro da mobilidade de poder da sociedade imperial inglesa, foi um elemento motivador e definidor de sua ação editorial.

Autocrático, conservador e classista, John Murray III devotava obsessão pela série. A visão conservadora do negócio levou a uma gestão obstrutiva que não lhe permitiu acompanhar as mudanças do século XIX, para o produto. Um contraste com a editora alemã de Karl Baedeker que cresceu no vácuo não percebido por Murray, (mudanças, modernização, agilidade, menor preço) e que custou o fim melancólico do *Handbook for Travellers* logo após a morte de John Murray III, em 1892. Pode-se, portanto, afirmar que a busca por reconhecimento, do ponto de vista intelectual, pelo qual tanto se debateu a família Murray, foi um dos obstáculos, em relação à série *Handbook for Travellers*.

Espero que esta tese inspire outros investigadores para os desdobramentos acadêmicos aqui sugeridos. As cartas oriundas de países de cultura inglesa e de países contemplados pelos guias da editora Murray, bem como de seus autores, alguns com teorias revolucionárias, que publicaram ou quiseram publicar na Editora John Murray, são efetivamente um material rico que poderá ser explorado em futuras investigações acadêmicas.

Fontes e Bibliografia

I Fontes

BORDALO, Francisco Maria (1853). *Novo Guia do Viajante em Lisboa e seus arredores, Cintra Collares, e Mafra. Ornado com algumas vistas dos principais monumentos de Lisboa*. Lisboa: Typografia de Luiz Correia da Cunha. Disponível em <https://archive.org/details/novoguiadoviajan00bord>

BORDALO, Francisco Maria (1863). *Novo Guia do Viajante em Lisboa e seus Arredores, Cintra, Collares e Mafra, Batalha, Setubal, Santarem, etc, ornado de estampas*. Segunda edição aumentada, Lisboa: J.J. Bordalo. Disponível em https://books.google.pt/books?id=MqIxnQEACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbg_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

FORD, Richard (1855). *A Handbook for Travellers in Spain*, London: Publisher J. Murray. Disponível em <https://archive.org/details/ahandbookfortra02fordgoog>

Handbook (A) for Ttravellers in Portugal. With a Travelling Map (1855). London: John MURRAY, Albemarle Street. Paris: A. & W. Galignani and Co.; Stassin and Xavier.

Handbook (A) for Travellers in Portugal. With a Travelling Map (1856). Second Edition. London: John MURRAY, Albemarle Street. Paris: Galignani and Co.; Stassin and Xavier. Disponível em <https://archive.org/details/ahandbookfortra06murrgoog>

Handbook (A) for Travellers in Portugal. A complete guide for Lisbon, Cintra, Mafra, The British battle-fields, Alcobaça, Batalha, Oporto, &c. Third Edition, Carefully Revised. With a Travelling Map (1864). London: John MURRAY, Albemarle Street. Paris: Galignani and Co.; Stassin and Xavier. Lisbon: Matt. Lewtas. Disponível em https://archive.org/stream/bub_gb_6dJDAAAAYAAJ/bub_gb_6dJDAAAAYAAJ_djvu.txt

Handbook (A) for Travellers in Portugal. A complete guide for Lisbon, Cintra, Mafra, Evora, the British battle-fields, Santarem, Alcobaça, Batalha, Coimbra, Busaco, Oporto, Braga, Guimarães, The Caldas and mountain-passes, &c. Third Edition, Carefully revised. With a Plan of Lisbon and a travelling Map (1875). London: John MURRAY, Albemarle Street. Paris: Galignani and Co.; Boyveau. Lisbon: Matt. Lewtas. Disponível em <https://archive.org/details/ahandbookfortra39firgoog>

Handbook (A) for Travellers in Portugal. A complete guide for Lisbon, Cintra, Mafra, Evora, the British Battle-Fields, Santarem, Alcobaça, Batalha, Coimbra Bussaco, Oporto, Braga, Bragança, the Baths and mountain-pass- es, &c. with a short account of Madeira, the Azores, and the Canary Islands (1887). Fourth Edition, Carefully Revised. With plans of Lisbon and Oporto and a Travelling Map. London: John MURRAY, Albemarle Street. Paris: Galignani and Co.; Boyveau. Lisbon: Matt. Lewtas. Disponível em <https://purl.pt/17160>

Hints to Travellers in Portugal, in search of the beautiful and the grand. with an itinerary of some of the most interesting parts of that remarkable country (1852). London: John Murray, Albemarle Street.

LISTER, W.B.C. (1993a). *A bibliography of Murray's handbooks for travellers and biographies of authors, editors, revisers and principal contributors.* with an introduction by John R. Gretton. Dereham [England]: Dereham Books.

LISTER, W.B.C. (1993b). *A Guide to the Microfiche Edition of Murray's Handbooks for Travellers.* USA: University Publications of America.

MOARES, Ignácio Paulino de (1804). *Itinerario lisbonense, ou, Directorio geral de todas as tuas, travessas, becos, calçadas, praças, etc. que se compreendem no recinto da cidade de Lisboa...: para utilidade, uso, e comodidade dos estrangeiros, e nacionais.* Lisboa: Impressão Regia.

MURRAY, John IV (1919). *John Murray III (1808-1892) A brief memoir.* London: John Murray.

MURRAY, John III (1889). The origin and history of Murray's handbooks for travellers. London: *Murray's Magazine*, 623-29.

Handbuch für Reisende durch Deutschland (1842). By Baedeker Karl. Rotterdam: Baedeker. Disponível em <https://www.digitale-sammlungen.de/de/view/bsb10466263?page=7>

Handbook for Travellers: Spain and Portugal (1908). By Karl Baedeker. London: Dulau and Co. Disponível em <https://archive.org/details/01581249.5407.emory.edu>

OLDKNOW, Joseph (1855). *A Month in Portugal.* London: Longman & Co.

Periódicos consultados:

Archivo Pittoresco, vol. X, 1867, Typografia de Castro e Irmão.

Comércio (O), Jornal. Edição de Dezembro de 1855.

Ilustração (A), vol. II / VI 2º/6º anos, Dir. Mariano Pina, Paris, s/e, 1885/1889.

London Times (The), edições 04 de Setembro de 1858; 07 de Janeiro de 1876.

Occidente, vol. XVI, 16º Anno, Lisboa, Empresa do Occidente, 1893, p. 210.

Pall Mall Gazette (The), John Murray Archive (JMA)/NLS.

Panorama (O): Jornal literário e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos

Úteis, 1843, n. 102, Dezembro, 1843.

Saturday Review, February 2, 1878, 137–139.

Saturday Review, July 30, 1859, 133.

Século (O), Jornal. Edição de Julho de 1855

Arquivos de Instituições:

Arquivo John Murray (Escócia)

Arquivo Nacional da Torre do Tombo Portugal (ANTT)

Biblioteca Nacional de Escócia (NLS)

Biblioteca Nacional de Portugal

Biblioteca Università degli Studi di Roma “Tor Vergata”

Câmara Municipal de Lisboa

Cartografia de Lisboa Séculos XVII a XX. CNCDP/ CML

II Bibliografia

ADLER, Judith (1989a). Travel as performed art. *American Journal of Sociology*, **vol.** 94: 1366 – 139, The University of Chicago Press.

ADLER, Judith (1989b). Origins of sightseeing. *Annals of Tourism Research*, **vol.** 16: 7-29.

AIMONE, L. & OLMO, C. (1990). *Le esposizioni universali 1851-1900 Il progresso in scena*. Torino: Umberto Allemandi & C.,.

ALLEN, Esther (1999). Money and little red books: romanticism, tourism, and the rise of the guidebook. *Literature Interpretation Theory*, **vol.** 7: 213-226.

ALMEIDA, Isabel & RAMALHO, Maria Teresa (1999). A contribuição museológica para a cartografia portuguesa do século XIX. *Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa*, pp.145-155.

ALMEIDA, O.T. (1983). Mannheim's Dual Conception of Ideology: A Critical Look. *Ideologies & Literature*, **vol** IV: 220-237.

ALMEIDA, O.T. (2016). Modernidade, pós-modernidade e outras nublosidades. *Cultura Revista de História e Teoria das Ideias*, **vol.** 22, 49/69.

ALVARO, Machado e PAGEAUX, Daniel-Henri (2001). *Da literatura comparada à teoria da literatura*. Lisboa: Presença.

- ANDERSON, Benedict (2006). *Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso.
- ANSELMO, Artur (1981). *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- AUGÉ, Marc (2007). *Tra il confine. Città, luoghi, interazioni*. Milano: Mondadori Bruno.
- AUSTIN, Linda M. (2007). Aesthetic embarrassment: The reversion to the picturesque in nineteenth-century English tourism. *ELH*, vol. 74: 629-653, Maryland: The John Hopkins University Press.
- BABBAGE, Charles, (1851). *The exposition of 1851, or views of the industry, the science, and the government of England*. Londres: John Murray.
- BACKETT, J.V. (1986). *The aristocracy in England 1660-1914*. London: Basil Blackwell.
- BARATA, Ana (2010). *Lisboa “caes da Europa”: Realidades, desejos e ficções para a cidade 1860-1930*. Lisboa: Edições Colibri.
- BARBOSA, Inácio de Vilhena (1867). *Paris: Exposição Universal de 1867*, “Arquivo Pittoresco”, vol: X, Lisboa: Typographia de Castro e Irmão.
- BARTHES, Roland (1999). *Mitologias*. Siglo Veintiuno editores, Mexico, 1999.
- BÉGIN, Emile Auguste (1852). *Voyage pittoresque em Espagne et em Portugal*. Paris: Belin-Leprieur et Morizot.
- BELLER, Manfred (1997). *Introduzione: L'immagine dell'altro e l'identità nazionale. Metodi di ricerca*. Fasano: Schena.
- BENEVOLO, Leonardo (1996). *La città nella storia d'Europa*. Milão: Laterza.
- BENJAMIN, Walter (2007a). *Passagens*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora UFMG/Imesp,
- BENJAMIN, Walter (2007b). *Immagini di città*. 2ª. ed., Milano: Einaudi Editore.
- BERTY, Valérie (2001). *Littérature et voyage*. Paris: L'Harmattan.
- BHABHA Homi K. (1994). *The location of culture*. New York: Routledge.
- BOYCE, E. (1827). *The Belgian Traveller, being a complete guide through Belgiun and Holland or kingdom of the United Netherland*. London: Samuel Leigh.
- BOYER, Marc (2005). *Historie générale du tourisme, du XVIe au XXe siècle*. Paris: L'Harmattan.
- BOYER, Marc (2011). *Ailleurs: histoire et sociologie du tourisme*. Paris: L'Harmattan.

- BRANCO, Célia Maria de Jesus (2009). *Antes e depois das estradas de ferro: ritmos do olhar britânico em viagem por Portugal do final de setecentos ao início do século XX*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- BRAUDEL, Fernand (1985). *La dynamique du capitalisme*. Paris: Arthaud.
- BRIGOLA, João (2012). Os viajantes e o livro dos museus. As coleções portuguesas através do olhar dos viajantes estrangeiros. *Arte e Viagem*. Lisboa: Edição IHA / EAC.
- BROWN, Laura (2001). *Fables of Modernity - Literature and Culture in the English Eighteenth Century*. New York: Cornell University Press.
- BURKE, Edmund (1990). *A philosophical enquiry into the origin of our ideas of the sublime and beautiful*. Oxford: James T. Boulton.
- BUTLER, Rebecca (2018). “Can any one fancy travellers without Murray's universal red book”? Mariana Starke, John Murray and 1830s' Guidebook Culture. *The Yearbook of English Studies*, vol. 48: 148-170.
- BUZARD, James (1993). *The beaten track: European tourism, literature and the wars to “culture”, 1800-1918*. Oxford: Clarendon Press.
- CABETE, Susana Margarida Carvalheiro (2010). *A narrativa de viagem em Portugal no século XIX: Alteridade e identidade nacional*. Paris: Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris III, 2010.
- CALVINO, Italo (1994). *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CARPENTER, Humphrey (2008). *The seven lives of John Murray: The story of a publishing dynasty (1768-2002)*. London: John Murray.
- CARUJO, Carlos Araújo (2018). *O livro dos 20.000 Provérbios*. Lisboa: Clube dos Autores.
- CASTANHEIRA, Maria Zulmira (2015) The victorian traveller as other: Stereotypes and humour in the periodical press of portuguese romanticism. *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, vol. 24: 187-224.
- CASTANHEIRA Maria Zulmira (1996). "Robert Southey, o primeiro lusófilo inglês". *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, vol. 5: 59-120.
- CASTANHEIRA Maria Zulmira (1994). Portugal: uma barbárie de pitorescas paisagens: Joseph Oldknow e John Mason Neale, dois ingleses entre nós em meados do século XIX. *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, vol.3: 31-75.
- CAVACO, Carmina (1979). *O Turismo em Portugal: aspectos evolutivos e espaciais*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos do INIC.
- CAVACO, T. A. J. (2005). O contexto específico das origens da Sociedade Bíblica e os “vários começos” em Portugal, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, ano IV, pp. 31-49.

- CHAMBERS, Erve (2009). *Native Tours: The Anthropology of Travel and Tourism*. London: Waveland Pr Inc.,.
- CHANEY, Edward (2000). *The evolution of the Grand Tour: Anglo-Italian cultural relations since the Renaissance*. London: Taylor & Francis.
- CHOAY, Françoise (1965). *L'urbanisme, utopies et réalités – une antologie*. Paris: Éditions du Sueil.
- COELHO, Teresa Pinto (2006). *Lord Salisbury's 1890 Ultimatum to Portugal and Anglo-Portuguese Relations*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- COHEN, Anthony P. (1985). *The symbolic construction of community*, London: Routledge.
- COHEN, Eric (1984). The Sociology of Tourism: Approaches, Issues and Findings, *Annual Review of Sociology*, vol.10: 373-392.
- COHEN, Eric (1988). Traditions in the qualitative sociology of tourism, *Annals of Tourism Research*, vol. 5: 215-237.
- COLLINWOOD, Robin George (1981). *A Ideia da História*, Lisboa: Editorial Presença.
- COOPER, Frederick & STOLLER Ann Laura (Edits). (1997). *Tensions of Empire: colonial cultures in a bourgeois world*. USA: University of California Press.
- CORBIN, Alain (2001). *História dos tempos livres*. Lisboa: Editorial Teorema.
- CORDEIRO, Maria João Alfaiate Correia (2007) *Olhares Alemães: Portugal na Literatura Turística Contemporânea – Guias de Viagem e Artigos de Imprensa (1980-2006)*. Lisboa: Universidade Nova (Tese de Doutoramento em Estudos Alemães, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas).
- COSTA, L. Freire, LAINS, Pedro & MIRANDA, S. Munch (2014). *História Econômica de Portugal 1143-2010*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- COSTA, Leonildo de Mendonça (1899). *Caminhos de Ferro em Portugal e Espanha, 1849-1922*. Lisboa: L.M. Costa.
- COURTINE, Jean-Jacques & HAROCHE, Claudine (1988). *Histoire du Visage*. Paris: Payot, Rivages.
- CRAWFORD, Oswald John Frederick (1875). *Travels in Portugal*. London: Ward, Lock, and Tyler, Warwick House.
- CRAWFORD, Oswald John Frederick (1880). *Portugal: Old and New*, London: C.K.Paul & Co..
- CUNHA, Licínio (2013). *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: Lidel.
- DANTAS, Maria Estela de Moura (2015). *A Lisboa dos guias turísticos ingleses e franceses no século XX - Lisboan soul, l'âme de Lisbonne: Lisboa no espelho do Outro*. Lisboa: Universidade de Lisboa (Tese de Doutoramento).

- DEPETRIS, Carolina (2007). *La escritura de los viajes*. México: Universidad Nacional Autónoma do Mexico.
- DERSKA, Malgorzata (2013). Comparativist Imagology and the Phenomenon of Strangeness. *Comparative Literature and Culture*, vol. 15, Article 13. Pardue University.
- DOMINGUES, Ângela (2008). O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo. *Revista Brasileira de História*, vol.28: 133-152.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste (1967). L’idée d’Europe dans l’histoire. Collection Europa Uma, dirigée par Gianfranco Ferro. *Reveu du Nord*. Paris: Fourquin Guy.
- DYSERINCK, Hugo (1997). La dimension imagologique du comparatisme littéraire. Ses origines franco-allemandes et son actualité intercontinentale. *II Jornadas nacionales de literatura comparada*. Mendoza: Centro de Literatura Comparada, Universidad Nacional de Cuyo.
- EBEL, J. G. (1810). *Manuel du Voyager en Suisse*, Édition Zurich.
- FARIA, Miguel Figueira de (coord.) (2012). *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio: história de um espaço urbano*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda/Universidade Autônoma de Lisboa.
- FOUCAULT, Michel (1979). *Microfísica do poder*. Lisboa: Edições Graal.
- FOUCAULT, Michel (1999a). *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola.
- FOUCAULT, Michel (1999b). *As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, Michel (2000). *Spazi Altri: I luoghi delle Eteretopie*. Milão: Mimesis.
- FOUCAULT, Michel (2002). *O que um Autor?* Rio de Janeiro: Martins Fontes.
- FOUCAULT, Michel (2008). *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FRANÇA, José-Augusto (1980). Perspectiva artística a história do século XIX português. *Revista Análise Social*, vol. XVI: 9-27.
- FRANÇA, José-Augusto (1989). *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Divisão de Publicação).
- FRANÇA, José-Augusto (2002). *Lisboa 1989. Estudo de Factos Socioculturais*. Lisboa: Livros Horizontes.
- FREELAND, Alan (1996). *Eça de Queirós: Correspondência consular*. Lisboa: Edições Cosmos.
- FREELAND, Alan (1996). Zé Povinho and John Bull: portuguese perceptions of Britain, 1870-90, *Portuguese Studies*, vol. 12: 78-88.
- FUSCHINI, Augusto (1904). *A Architectura Religiosa na Edade-Média*. Lisboa: Imprensa

Nacional.

- GIGASE, Marc; HUMAIR, Cédric & TISSOT, Laurent (2014). *Le Tourisme comme facteur de transformations économiques, techniques et sociale (XIXe-XXe siècles)*. Suisse: Alphil.
- GINER DE LOS RIOS, F., GINER DE LOS RIOS, H. (1888). *Portugal: impressões para servir de guia al viajero*. Madrid: Imprenta Popular.
- GNISCI, Armando (1992). Le jeu de l'altérité comme identité européenne. Leerssen J., Syndram, K., & Dyserinck, H.(eds.) *Europa provincia mundi. Essays comparative literature and European studies offered to Hugo Dyserinck on the occasion of his sixty-fifth birthday*. Amsterdam: Rodopi, pp. 187-214.
- GODINHO, Maria de Lurdes das Neves (2015). *Um olhar europeu em viagem: identidade, memória e espaços híbridos em Annemarie Schwarzenbach*. Tese de Doutoramento em Línguas e Literatura. Universidade do Porto, Porto.
- GOODWIN, Gräinne & JOHNSTON, Gordon, (2013). Publishing in the nineteenth century: John Murray's Handbook for Travellers. *Studies in Travel Writing*, vol. 17: 41–63.
- GRANDE, Fernando Regueras (2014). El Castillo de Benavente según Richard Ford: cuatro imágenes inéditas. *Brigecio*, vols. 24-25: 179–191.
- GUILCHER, Goulven (2011). *Les guides européens et leurs auteurs: clefs de lecture*. Acedido em 20 de Janeiro 2020, em <https://journals.openedition.org/insitu/499#quotation>.
- HALL, Stuart (2009). *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- HALL, Stuart & GLEBEN, Bram (1992). The West and the rest: discourse and power. *Formations of Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- HANCOCK, Claire (2003). *Paris et Londres au XIXe siècle*. Paris: CNRS.
- HARDT, M. e NEGRI, A. (2001). *Declínio e Queda do Império*. São Paulo: Ed. Record.
- HARVEY, David (2001). *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume.
- HARVEY, David (2006). *Paris, Capital of Modernity*. Great Britain: Routledge.
- HILLARD, George Stillman (1853). *Six Months in Italy*, John Murray, London.
- HOMEM, Amadeu Carvalho (1992). O Ultimatum inglês e a opinião pública. *Revista de História das Ideias*, vol. 14: 281–296, Coimbra.
- HOWES, Robert (2007). The British Press and Opposition to Lord Salisbury's Ultimatum of January 1890, *Portuguese Studies*, vol. 23: 153-166.
- JACOBS, J. M. (1997). *Edge of Empire: Postcolonialism and the City*. New York: Routledge.

- KEIGHREN, I., WITHERES, C. W. J., & BELL, B. (2015). *Travels into Print Exploration, Writing and Publishing with John Murray, 1773–1859*. Chicago: University of Chicago Press.
- KING, J.R. (1861). *Handbook to the cathedral of England*. John Murray Published, London.
- KORTE, Barbara, HARVIE, Christopher, SCHNEIDER, Ralph. & BERGHOFF, Hartmut. (Eds.) (2002). *The Making of Modern Tourism: The Cultural History of the British Experience, 1600-2000*. UK: Palgrave Macmillan.
- KOSHAR, Rudy (1998). What Ought to be See: Guidebooks and National Identities in Modern Germany and Europe. *Journal of Contemporary History*, vol.33: 3, John Walton Editor.
- KOSHAR, Rudy (Ed.). (2002). *Histories of Leisure*. London: British Library
- LAWSON, Mary Sackville (1910). *Letters of John Mason Neale, D.D.* Logmans, Green and co., London.
- LEAL, Joana Cunha (2008). A Sanitarização do imaginário urbano e a redefinição do quadro legal de intervenção urbanística em Lisboa. *Arte e Poder*, pp. 119–135).
- LEERSEN, Joseph & BELLER, Manfred (2007). *Imagology: the cultural construction and literary representation of national characters*. New York: Rodopi.
- LEFEBVRE, Henri (2000). *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos.
- LEFEBVRE, Henri (2001). *O direito à Cidade*. São Paulo: Editora Centauro.
- LEITÃO, Nicolau Andersen (1994). *Exposições universais: Londres 1851*. Lisboa: Fernandes e Terceiro, Lta.
- LEITE, Rita Mendonça (2019). *Livro, Texto e Autoridade: Diversificação religiosa com a Sociedade Bíblica em Portugal (1804–1940)*, Lisboa: INCM.
- LITVACK, Leon. (1994). *John Mason Neale and the quest for Sobornost*. Oxford, UK.
- LINK, Heinrich Friedrich (1797). *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*. Tradução, introdução e notas de Fernando Clara. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- LOOKER, Ben (2002). *Exhibiting Imperial London: empire and the city in late Victorian and Edwardian guidebooks*. Great Britain: Goldsmiths College, University of London.
- LOUGH, Arthur Geoffrey (1976). *John Mason Neale – Priest Extraordinary*. Oxford: Bocardo & Church Army Press Ltd.,.
- LOUSADA, Maria Alexandra & PIRES, Ana Paula (Eds). (2010). *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta da Portugal no Tempo da I República*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da república e Turismo de Portugal.
- MACCANNELL, Dean (2003). *El turista: una nueva teoría de la clase ociosa*. Barcelona: Editorial Melusina.

- MACEDO, Marta (2012). *Projectar e Construir a Nação: engenheiros, ciência e território em Portugal no século XIX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MACHADO, Álvaro Manuel & PAGEAUX, Daniel-Henri (2001). *Da literatura comparada à teoria da literatura*. Lisboa: Presença.
- MacKENZIE, M. John (1995). *Orientalism: history, theory and the arts*. Manchester: Manchester University Press.
- MALDONATO-TORRES, Nelson (2008). A Topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, pp.71–114.
- MANDELSON, Edward (1985). *Baedeker's universe*. Yale Review, **vol.74**: 386–403.
- MANIQUE, Pina Luís (1943). Subsídios para a história da cartografia portuguesa. *Boletim do Instituto Geográfico e Cadastral*, Lisboa, **vol. III**.
- MARQUES, Ana Isabel Mendes Rosa (2010). *Traduções de Ilse Losa no período do Estado Novo: Mediação cultural e projecção identitária*. Coimbra: Minerva.
- MARTINS, Luís Saldanha (2011). Os guias de viagem, a cartografia e os fundamentos do turismo. *IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Porto: eventos.letras.up.pt.
- MATHIESON, Alister & WALL, Geoffrey (1982). *Tourism Economic, Physical and Social Impacts*. UK: Harlow Press.
- McCLAY, David (2018). *Dear Mr Murray: Letters to a Gentleman Publisher*. UK: Hachete.
- McGARTY, C., YZERBYT, V.& SPEARS, R. (2002). *Stereotypes as Explanations: The formation of meaningful beliefs about social groups*. UK: Cambridge University Press.
- MEDINA, J. (2012). O Zé Povinho, totem nacional português (estudo de mitogénese e simbologia nacional). *Abriu*, I, pp. 65–78
- MENDES, Ana Paula Coutinho (2000). Representação do Outro e Identidade. Um Estudo de Imagens na Narrativa de Viagens-II. In *Cadernos de Literatura Comparada*. Porto: Grantio Editores e Livreiros.
- MENDES, J. Amado (1980). Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX. *Análise Social*, **vol. XVI**, pp.31–52.
- MENDES, J. Amado (1998). As exposições como “Festas da Civilização”: Portugal nas exposições internacionais (sécs. XIX - XX). *Gestão e Desenvolvimento*, n. 7, Viseu: Universidade Católica Portuguesa.
- MENDES, J. Amado (2017). A Indústria em Portugal de Pombal à I República: Revolução Industrial ou Industrialização? *Revista Ubimuseum*, pp.9–28.
- MERSON, Olivier (1857). *Guide du voyageur à Lisbonne, monuments, mœurs*. Paris: Librairie de L'Hachette.

- MIGNOLO, Walter (2005). A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. Em Lander, E. (org.), *La Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO.
- MIGNOLO, Walter (2003a). Os esplendores e as misérias da ‘ciência’: Colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. Boaventura de Sousa Santos (org.), *Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências’ revistado*. Porto: Edições Afrontamento.
- MIGNOLO, Walter (2003b). *Histórias locais, projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- MOLL, Nora (1997). *Una questione d’identità: l’imagologia contemporanea a confronto con gli studi postcoloniali*. In *Quaderni di Gaia. Almanacco di Letteratura comparata*, pp.15-30, Roma: Novalogos.
- MOLLIER, Jean-Yves (2005). *Naissance de la figure de l’éditeur*. Paris: Nouveau Monde éditions.
- MÓNICA, Maria Filomena (2005). *D. Pedro V*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MORAZÉ, Charles (1959) *Les Bourgeois Conquerants, XIX siècle* Paris: Editions Complexe.
- MORGAN-PROUX, Catherine. (2006). A Hospitalidade dos Guias Intérpretes e o Desenvolvimento Turístico Duradouro. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, ano III, vol. 2: 105/116.
- MOURA, Jean-Marc (1999). L’imagologie Littéraire: Essai de mise au point historique et critique. *Revue de Littérature Comparée*, vol. 66: 271–287.
- MUNFORD, Lewis (2011). *La Città nella Storia*. Roma: Castelvechi.
- MUSSO, P. (1998). *Télécommunications et philosophie des réseaux: La postérité paradoxale de Saint-Simon*. Paris: Presses Universitaire de France.
- NASH, Dennison (1996). *Anthropology of Tourism*. New York: Pergamon.
- ORTIGÃO, Ramalho (1887). *Turista de Portugal*. Lisboa: Instituto Rainha D. Leonor.
- OUTEIRINHO, Fátima (2003). Representações do Outro na narrativa de viagem oitocentista. *Cadernos de Literatura Comparada*. vol. 8: 67–76.
- OWEN, David (1982). *The government of Victorian London, 1855–1889*. US: The Belknap Press.
- PAGEAUX, Daniel-Henri (1992). De l’imagologie à la théorie en Littérature Comparée. Eléments de réflexion. *Europa provincia mundi. Essays in Comparative Literature and European Studies offered to Hugo Dyserinck on the occasion of his sixty- fifth birthday*, Amsterdam: Rodopi, 1992.

- PALMOWSKI, Jan (2002). *Travels with Baedeker: The Guidebook and the Middle Classes in Victorian and Edwardian England*. R. Kosnar, (Ed.), *Histories of Leisure*, p.105–130, London: British Library.
- PASTON, George (1932). *At John Murray's: records of a literary circle 1843–1892*. London: J. Murray.
- PEMBLE, John (1987). *The Mediterranean Passion. Victorians and Edwardians in the South*. Oxford: Clarendon Press.
- PEREIRA, Maria Halpern (1979). *Revolução, Finanças, Dependência Externa*, Lisboa: Sá da Costa
- PFAFF, Richard (2015). John Mason Neale and “Sacrilege” Spelman (1643) Re-Invigorated. *The Journal of Ecclesiastical History, Cambridge*, vol. 66: 578–595.
- PRATT, Mary Louise (1992). *Imperial Eyes: Travel writing and transculturation*. New York: Routledge.
- PROTHERO, Rowland (1905). *The Letters of Richard Ford (1797–1858)*. London: J.Murray Publisher.
- PULLEN, Henry William (1870). *The Fight at Dame Europa's School Shewing: How the German Boy Thrashed the French Boy and How the English Boy Looked*. UK: Simpkin Marsall.
- QUEIROZ, Eça (1905). *Cartas de Inglaterra*. Porto: Livraria Chardron.
- RAFAEL, Gina Guedes & SANTOS, Manuela (2002) *Jornais e Revistas Portugueses do Século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- RIBEIRO, Rita (2012). *A Europa na Identidade Nacional*. Lisboa Edições Afrontamento
- RICOUER, Paul (1997). *Tempo e Narrativa*. Tomo III. São Paulo: Papirus.
- RICOUER, Paul (1998). *Tempo e Racconto*. Milano: Editorial Jaca Book.
- RICOUER, Paul (2000). *A Metáfora Viva*. São Paulo: Edições Loyola.
- ROCHA, Acílio da Silva Estanqueiro (2006). *Identidade, Alteridade e Hermenêutica: a exemplaridade do europeísmo de Ricouer*. Coimbra: Ariadne.
- RODRIGUES, Ana (2000). *O Desenho – Ordem do pensamento arquitectónico*, Lisboa: Editorial Estampa
- RODRIGUES, Rute Massano e SOARES, Clara Moura (2014). O acervo de pintura da Biblioteca Nacional: problemas com a sua conservação no convento de São Francisco da Cidade (1834-1969). *Cadernos de História da Arte*, vol. 2: 132–154.
- RÜSEN, Jörn (2004). How to overcome ethnocentrism: Approaches to a Culture of Recongnition by History in the Twenty-First Century, *History & Theory Studies in the*

- Philosophy of History*, vol. 43:118–129.
- RÜSEN, Jörn (2008). The horror of ethnocentrism: westernization, cultural difference and strife in understanding non – western. *History & Theory Studies in the Philosophy of History*, vol. 47: 261/269.
- RUSKIN, John (1907). *Morning in Florence, Simple Studies of Christian Art of English Travellers*. Leipzig: Bernhard Tauchnitz.
- SAID, Edward W. (1978). *Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SAID, Edward W. (2011). *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SANTOS, José Manuel Figueiredo (2001). *Transformação Contemporânea da Experiência Turística*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- SANTOS, Maria Luísa, MATOS, Ana Cardoso de & BERNARDO, Maria Ana (2008). Tourism, Guidebooks and the Emergence of Contemporary Tourism in Portugal. *Tourism the Past Uses of History in Tourism, Discussion and Working Papers*. Finland: University Network for Tourism Studies.
- SARAIVA, Tiago e MACEDO, Marta (coord.) (2019). *Capital científica: práticas da ciência em Lisboa e a história contemporânea de Portugal*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais.
- SARAIVA, Tiago Figueiredo (2003). *Dinámica Urbana de la Ciencia. Lisboa y Madrid (1851-1900)*. Madrid: Universidade Autónoma de Madrid.
- SELWYN, Tom (1996). *The Tourist Image: Myths and Myth Making in Tourism*. Chichester: John Wiley and Sons.
- SERÉN, Maria do Carmo (2009). A Fotografia em Portugal, *A Arte Portuguesa da Pré-História ao Século XX*, vol. 17, Lisboa: Fubu Editores.
- SEVILLE, Catherine (1999). *Literary Copyright Reform in Early Victorian England: The framing of the 1842 copyright act*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SIMÕES, Maria João (2018). Imagiology and transnationalism: stereotypes, hetero-imagotypes and allophilia in Rhys Hughes and João de Melo. Eduardo Coutinho (ed.) *Comparative literature as a transcultural discipline*, Rio de Janeiro: Annablume Editora.
- SIMONICCA, Alessandro (2001). *Viaggi e comunità. Prospettive antropologiche*. Roma: Carocci.
- SMILES, Samuel (1891). *A Publisher and his Friends: Memoir and Correspondence of the Late John Murray*, vol. II, London: John Murray Publisher
- SMITH, Alfred Charles (1870). *Narrative of a Spring Tour in Portugal*. London: Longmans and Co., Green.
- SOUSA, Fernando de & PEREIRA, Maria Conceição Meireles (2015). *Agência Abreu - Uma*

Viagem de 175 anos Viagens Abreu S.A.

SPELMAN, Henry, Sir (1853). *The history and fate of sacrilege. Edited, in part from two MSS., rev. and corrected, with a continuation, large additions, and an introductory essay.* London: J. Master.

STAINER, John, Sir & BARRET, William Alexander (1898). *Stainer and Barrett's dictionary of musical terms.* London: Novello and Co. London.

SWIDERSKA, Malgorzata (2013) Comparativist Imagology and the Phenomenon of Strangeness. *Comparative Literature and Culture*, vol. 15, Purdue University.

TEIXEIRA, Manuel C. (1992). As Estratégias de Habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise Social*, Vol. XXVII, 65-69.

THOMPSON, Edward Palmer (1981). *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser.* Rio de Janeiro: Zahar Editores.

TORGAL, L. Reis, MENDES, J. Amado & CATROGA, Fernando (1998). *História da Historiografia em Portugal, Séculos XIX-XX.* Lisboa: Temas e Debates.

TORRÃO FILHO, Amílcar (2008). *A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845).* Campinas: UNICAMP.

TOWLE, Eleonor A. (1906). *John Mason Neale, D.D., A Memoir.* London: Longmans, Green and co.,

TWAIN, Mark. (1880) *A Tramp Abroad.* London: Chatto & Windus, Picadilly.

URBAIN, Jean-Didier (2003). *At the Beach.* Minneapolis: University Minnesota Press.

URRY, John (2001). *The Tourist Gaze*, 2nd Edition, Sage Publications, London.

URRY, John & CRASHAW Carol (1995). Turismo e Consumo Visual. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. vol. 43: 47-68.

URRY, John & LARSEN, Jonas (2011). *The Tourist Gaze 3.0: Theory, Culture & Society.* London: Sage Publications Inc..

URRY, John & ROJEK, Chris (2003). *Touring Cultures: Transformations of Travel and Theory.* London: Taylor & Francis e-Library.

VEIGA, Teresa Rodrigues (2004). *A população Portuguesa no Século XIX.* Porto: Edições Afrontamento.

VEYNE, Paul (2008). *Como escrever a História.* Lisboa: Edições 70.

VICENTE, Filipa Lowndes (2003). *Viagens e Exposições: D. Pedro V na Europa do século XIX.* Lisboa: Editora Gótica.

WALLERSTEIN, Immanuel (2007). *O Universalismo Europeu.* São Paulo: Boitempo Editorial.

- WHITE, Hayden (2001). *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- WHITE, James F. (1962). *O Movimento de Cambridge*. Cambridge: Cambridge University.
- WITHEY, Lynne (1997). *Grand Tours and Cook's Tours: A History of Leisure Travel, 1750 to 1915*. New York: Morrow.
- WORDSWORTH, William (1906). *Guide to the Lakes*. London: Henry Frowde.
- ZACKS, W. (1998). *The First John Murray and the Late Eighteenth-Century London Book Trade*. Oxford: Oxford University Press.

APÊNDICE

APÊNDICE A:

Radiografia indicativa das necessidades do turista inglês na cidade de Lisboa, conforme as informações coletadas nas edições *Murray's Handbooks for Travellers in Portugal*, edições 1855, 1856, 1864, 1875 e 1887(*).

Quadro 1 – Informações Preliminares sobre as referências institucionais e bancárias, por ano de edição

Ano	Ministro inglês	Consul / Vice	Ministro Religioso	Bancos
1855/56		Mr. Smith	Rev. G. J. Prior (Chaplain)	Mr. Arthur Vanzeller
		Vice - Mr. Meagher		
1864		Mr. Smith	Rev. T. K. Brown (Chaplain)	Mr. Arthur Vanzeller
		Vice: Mr. Meagher		
1875	Lord Lytton	Mr. G. Brackenbury	Rev. R. Steward	
		Vice: C. O'Donnell	Rev. T.G. Pope (Chaplain)	
1887	G.G. Petre Hon. E. P. C. Lewis	G. Brackenbury	Rev. T.G. Pope (Chaplain)	F. and H. Vanzeller
		Vice: C. O'Donnell	Rev. R. Stewart	

Quadro 2 – Hospitais e Serviços de Saúde para o turista inglês

Ano	Médicos e Hospitais para o turista Inglês
1855/56	Drs. Bairo and Barradas
1864	Drs. Bairo, Barradas and Barral
1875	Dr. Lloyd - No Hospital Inglês Rua Buenos Ayres
	Dr. Mourão Pitta Largo de São Roque, 95
1887	Médicos do "Royal Naval Hospital" Rua Nova de São Francisco, Buenos Ayres

(*) Todos os quadros foram elaborados pela autora, entre 2016 e 2019. As informações que constam nos quadros foram sistematizadas de acordo com o objeto de investigação e outras colhidas junto ao Arquivo John Murray e Biblioteca Nacional da Escócia (JMA/NLS).

Quadro 3 – Onde ficar e onde comer em Lisboa, por ano de edição, com endereços.

Ano	Hotel e Endereço	Restaurantes	Cafés
1855/56	Hotel Bragança R. do Ferregial de Cima	Matta's R. do Alecrim	Hespanhol Rocio
	Mrs. Bolt's	Sardo Largo do Corpo Santo	Freita's Rocio
	Hotel de France Caes de Sodre, 3	Isidro's R. Ferregial de Baixo, 16	Marrare's R. Portas de Sta. Catherina
	Hotel d'Italia R. de São Francisco, 54	Loja de Neves Largo de Camões	O Grego Caes de Sodre
	Hotel Globe R. Nova do Carmo, 7		Bernard's Caes de Sodre
	Mrs. Tobin's Caes de Sodre		Marcos Filippe's Pelourinho
1864	Durand's R. das Flores	Matta's R. do Alecrim	Loja de Neves Largo de Camões
	The Bragança R. Ferregial de Cima	O Sardo Largo do Corpo Santos	Hespanhol Rocio
	Hotel Central Caes do Sodre	Isidro's R. F. de Baixo, 16	Freita's Rocio
	Mrs. Street's Hotel R. d'Alecrim		Marrare's Portas de Santa Catherina
	Mrs. Laurence's Boarding House R. do Sacramento da Lapa		O Grego Caes de Sodre
	Hotel d'Italia R. São Francisco, 51		Bernard's Caes de Sodre
	Hotel du Globe R. Nova do Carmo, 7		Marcos Filippe's Largo do Pelourinho
1875	Bragança Rua Ferregial de Cima	Casa de Pasto Matta's	Café Montanha Travessa de Assumpção
	Hotel Central Praça dos Romulares	Restaurante Central	Loja de Neves Largo de Camões
	Durand's Hotel Largo Barão de Quintela	Evening Star C. de Sodre	Café Marrare Travessa de S. Justa
	Grande Hotel de Matta R. do Loretto		Cervejaria Jansen R. Alecrim
	Hotel dos Embaixadores R. Nova da Almada		Cerveja Inglesa English Tavern
	Grande Hotel Chiado		
	Hotel Aliança Chiado		
	Hotel Universal Chiado		
	Hotal Gibraltar Chiado		

Quadro 4 – Onde ficar e onde comer em Lisboa, 1887, com endereços.

Ano	Hotel e Endereço	Restaurantes	Cafés
1887	Hotel Bragança	Matta's Rua do Carmo, 102	Café Aurea Rua Aurea, 187
	Hotel Central Praça dos Romulares	Avenida Passeio Publico	Café Leão Rua do Principe
	Durand's Hotel Largo do B. de Quintella	Paris Rua Ivens,	Café Grego Caes Sodré
	Hotel Aliança Chiado	Tavares Largo de S. Roque, 35	Café Suisso Rocio
	Hotel Borges Chiado	Club Chiado	Baltresqui Rua Chiado, 49
	Hotel Lisboa Largo do Calhariz		Chabert Rua Chiado, 25
	Hoteis de Segunda Classe:		Drinks:
	London Hotel Praça dos Romulares		Cervejaria Jansen's Alecrim
	American Hotel Rua São Paulo, 3		English Tavern Caes do Sodre
	Mrs. Coelho Rua da Lapa, 103		Café Montanha Rua do Sapateiro
	Mrs. Street's Rua do Alecrim, 47A		

Quadro 5 – Onde apanhar embarcações com os respectivos valores, por ano de edição.

Ano	Embarcações a vapores / preços
1855/56	(da) Praça Comercio para:
	Aldeia Galega: 240 e 120 R.
	Cacilhas: 50 e 30 R.
	Barreiro e Seixal: 100 e 50 R.
	Vale de Zebro: 240 e 120 R.
	Alhambra e Vila Franca: 320 e 160 R.
	Vila Nova: 480 e 240 R.
	Azambuja: 600 e 300 R.
1864	(da) Praça do Comercio para:
	Aldeia Galega: 240 e 120 R.
	Cacilhas: 50 e 30 R.
	Barreiro e Seixal: 100 e 50 R.
	Vale de Zebro: 240 e 120 R.
	Alhambra e Vila Franca: 320 e 160 R.
	Vila Nova: 480 e 240 R.
	Azambuja: 600 e 300 R.

Quadro 6 – Onde apanhar embarcações com os respectivos valores, por ano de edição.

Ano	Embarcações a vapores / preços
1875	(do) <i>Pier</i> em frente ao Hotel Central para:
	Alcântara: 20 e 30 R.
	Belém: 40 e 50 R.
	Cacilhas: 50 e 30 R.
1887	(do) <i>Pier</i> em frente ao Hotel Central para:
	Belém: 50 R.
	Cacilhas: 50 R.
	Aldeia Galega: 80 R. / Domingos: 100 R.
	Cascaes: 600 R. / ir e voltar: 1.000 R
	(somente no verão)
	(do) <i>Pier</i> da Praça do Comercio para:
	Barreiro e Seixal
	(em conexão com trens)
	Ilhas de Cabo Verde - saída mensal
	Sines, Lagos, Portimão, Albufeira, Faro, Olhão,
	Tavira, Vila Real de Santo Antônio (Saídas dias: 1 e 16 de cada mês).

Quadro 7 – Comunicação com a Inglaterra por correspondência.

Ano	Correios e Telégrafos/Preço por selo
1855/56	Lisboa/Inglaterra: 9 / 19/ 29 dia/mês
	Southampton/Lisboa: 7 / 17/ 27 dia/mês
	Preço do Selo: 25 R. / 5 R.
	Reino de Portugal, Madeira e Açores: 25 R./Selo
	Administração Geral: até às 5h da tarde
1864	Lisboa/Norte e Leste (Portugal): diário
	Preço do Selo: 25 R. / 5 R.
	Administração Geral: até às 5h da tarde
1875	Caixas vermelhas nos Hotéis e Lojas
	Lisboa/Norte e Leste (Portugal): diário
	Preço do Selo: 25 R. / 5 R.
	Inglaterra: via França
	Telégrafo: 20 palavras: 1960 R.
1887	Escritório Central- Praça do Comércio
	Filial - Largo do Calhariz
	Novo posto em construção – Caes de Sodré

Quadro 8 – Onde lê e pesquisar documentos, com os respectivos endereços.

Edições	Locais
1855/56	Bibliotheca Publica Convento de São Francisco
	Bibliotheca da Academia R. do Arco do Marquez
	Archivo do Torre do Tombo Calçada da Estrella
	Bibliotheca da Ajuda Ajuda Palace
	Bibliotheca da Marinha Escola Naval
	Archivo Militar Páteo das Vaccas.
1864	Bibliotheca Publica Convento de São Francisco
	Bibliotheca da Academia Rua do Arco do Marquez
	Archivo Torre do Tombo Calçada da Estrella
	Bibliotheca da Ajuda Palacio da Ajuda
	Bibliotheca da Marinha Escola Naval
	Archivo Militar Páteo das Vaccas.
1875	Bibliotheca Nacional Chiado
	Bibliotheca da Academia Rua do Arco à Jesus
	Archivo do Tombo
	Bibliotheca da Ajuda Palacio da Ajuda
	Bibliotheca da Marinha Escola Naval
	Archivo Militar Páteo das Vaccas.
1887	Bibliotheca Nacional Chiado
	Bibliotheca da Academia de Bellas Artes
	Bibliotheca da Academia R. Arco à Jesus
	Archivo do Tombo
	Bibliotheca da Ajuda Palacio da Ajuda

Quadro 9 – Publicações publicadas em Lisboa, de acordo com o *Handbook for Travellers in Portugal*, 1855/1856.

Ano	Periódicos: Jornais e Revistas
1855/56	Diário do Governo (<i>The</i>)
	Esperança (<i>The</i>)
	Gazeta Médica (<i>The</i>)
	Imprensa (<i>The</i>)
	Mensageiro das Damas (<i>The</i>)
	Nação (<i>The</i>)
	Portuguez (<i>The</i>)
	Revista dos Espectaculos (<i>The</i>)
	Revista Militar (<i>The</i>)
	Revolução de Setembro (<i>The</i>)

Quadro 10 – Publicações publicadas em Lisboa, de acordo com o *Handbook for Travellers in Portugal*, 1864.

Ano	Periódicos: Jornais e Revistas
1864	Diário do Governo (<i>The</i>)
	Esperança (<i>The</i>)
	Gazetta Medica (<i>The</i>)
	Imprensa (<i>The</i>)
	Mensageiro das Damas (<i>The</i>)
	Nação (<i>The</i>)
	Portuguez (<i>The</i>)
	Revista dos Espectaculos (<i>The</i>)
	Revista Militar (<i>The</i>)
	Revolução de Setembro (<i>The</i>)

Quadro 11 – Publicações publicadas em Lisboa, de acordo com o *Handbook for Travellers in Portugal*, 1875.

Ano	Periódicos: Jornais e Revistas
1875	Diário de Notícias ((<i>The</i>))
	Diário do Governo (<i>The</i>)
	Diário Illustrado (<i>The</i>)
	Diário Popular (<i>The</i>)
	Farpas (<i>The</i>)
	Gazeta Médica (<i>The</i>)
	Jornal da Noite (<i>The</i>)
	Jornal das Artes e Letras (<i>The</i>)
	Jornal do Commercio (<i>The</i>)
	Nação (<i>The</i>)
	Paiz (<i>The</i>)
	Partido Constituinte (<i>The</i>)
	Revista Militar (<i>The</i>)
	Revolução de Setembro (<i>The</i>)

Quadro 12 – Publicações publicadas em Lisboa, de acordo com o *Handbook for Travellers in Portugal*, 1887.

Ano	Periódicos: Jornais e Revistas
1887	Commercio de Portugal (<i>The</i>)
	Correio da Manhã (<i>The</i>)
	Correio da Noite (<i>The</i>)
	Diário de Notícias (<i>The</i>)
	Diário do Governo (<i>The</i>)
	Diário Illustrado (<i>The</i>)
	Diário Popular (<i>The</i>)
	Economista (<i>The</i>)
	Jornal da Noite ((<i>The</i>))
	Jornal do Commercio (<i>The</i>)
	Nação (<i>The</i>)
	Revolução de Setembro (<i>The</i>)

Quadro 13 – Onde comprar. Mercados da zona turística da cidade de Lisboa, por ano de edição do guia de viagem, editora Murray.

Ano	Mercados
1855/56	Praça da Figueira Rocio
	Ribeira Nova Caes de Sodre
1864	Praça da Figueira Rocio
	Ribeira Nova Caes de Sodre
1875	Praça da Figueira Rocio
	Ribeira Nova Caes de Sodre
1887	Praça da Figueira Rocio
	Ribeira Nova Caes de Sodre

Quadro 14 – A ciência na cidade. As sociedades científicas de acordo com o *Handbook for Travellers in Portugal*, 1855/1856 e 1864.

Ano	Sociedades Científicas
1855/56	Academia Real das Ciências
	Sociedade Promotora da Indústria
	Sociedade Promotora dos Melhoramentos das Classes Laboriosas
	Citadel - <i>Castel of St. George</i> (Castello de S.Jorge)
	Torre de S. Vicente de Belém
1864	Academia Real das Ciências
	Sociedade Promotora da Indústria
	Sociedade Promotora dos Melhoramentos das Classes Laboriosas
	Citadel - <i>Castel of St. George</i> (Castello de S.Jorge)
	Torre de S. Vicente de Belém

Quadro 15 – A ciência na cidade. As sociedades científicas de acordo com o *Handbook for Travellers in Portugal*, 1875 e 1887.

Ano	Sociedades Científicas
1875	Academia Real das Ciências
	Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes
	Sociedade Promôtora da Industria Nacional
	Sociedade Promôtora dos Melhoramentos das Classes Laboriosas
1887	Academia Real das Ciencias
	Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes
	Sociedade de Geographia
	Escola Polytechnica

Quadro 16 – Preço dos transportes, em Lisboa, 1855/1856.

Ano	Transportes / limites		
1855/56	Tempo	4 pessoas	2 pessoas (Reis)
	Ao dia	3,000	2,400
	Manhã	1,500	1,200
	Tarde	2,200	1,800
	Horas extras	400	300

Quadro 17 – Preço dos transportes, em Lisboa, 1864.

Ano	Transportes / limites			
1864	Tempo	4 pessoas	2 pessoas	9 pessoas (Reis)
	Ao dia	3,600	3,000	6,000
	Manhã	1,800	1,500	3,000
	Tarde	2,600	2,200	4,000
	Horas extras	400	300	

Nota: Preços fixados pela Camara Municipal de Lisboa, em 1852.

Quadro 18 – Preço dos transportes, em Lisboa, 1875.

Ano	Transportes / limites			
1875	Tempo	4 pessoas	2 pessoas	9 pessoas (Reis)
	Ao dia	4,000	3,500	6,000
	Manhã	2,000	1,800	4,000
	Tarde	3,000	2,500	5,000
	Horas extras	400	300	800

Quadro 19 – Preço dos transportes, em Lisboa, 1887.

Ano	Transportes / limites			
1887	Tempo	2 pessoas	4 pessoas	9 pessoas (Reis)
	Ao dia	3,500	4,000	6,000
	Manhã	2,000	2,500	4,000
	Tarde	2,500	3,000	5,000
	Horas extras	300	400	800

APÊNDICE B

Quadro 1 – Hotéis em Lisboa, para viajantes, e respetivos endereços, conforme Francisco Maria Bordalo, 1863.

1.	Braganza-Hotel Rua do Ferregial de Cima.
2.	Hotel da Europa Rua nova do Carmo n.º 16.
3.	Hotel de Italia Largo das Duas Igrejas.
4.	Hotel Victoria Rua da Prata n.º 156.
5.	Hotel la Estrella – Praça D. Pedro
6.	Hotel das Três Nações - Travessa da Victoria n.º 94.
7.	Hotel Commercio e União - Rua do Arco do Bandeira n.º 92.
8.	Hotel Streets - Rua do Alecrim,
9.	Hotel Aliança - Travessa do Secretario de Guerra.
10.	Hotel Gratidão - Rua do Ouro n.º 25.
11.	Hotel de L'Angre - Praça de S. Paulo n.º 13.
12.	Hotel Luso-Brasileiro – Travessa dos Romulares n.º 11.
13.	Hotel Herminio – Travessa dos Romulares n.º 23.
14.	Hotel Açoriano - Rua do Corpo Santo n.º 23, 2.º andar.
15.	Hotel Portugal - Rua do Corpo Santo 1.º andar.
16.	Hotel das Duas Irmãs Rua do Arsenal n.º 146.
17.	Hotel Águia d'Ouro - Largo do Corpo Santo n.º 6.
18.	Hotel Central - Praça dos Romulares n.º 25.
19.	Hotel Boa União - Rua do Alecrim n.º 12.
20.	Hotel do Pedro Alexandrino - Praça dos Romulares n.º 4.
21.	Hotel Universal - Rua do Chiado n.º 1.
22.	Hotel do Oriente - Rua de S. Francisco da Cidade n.º 41.
23.	Hotel dos Dois Irmãos Unidos Praça de D. Pedro n.º 113.
24.	Hotel Setubalense Rua dos Bacalhoeiros n.º 32.
25.	Hotel do Reino - Rua Augusta n.º 75.
26.	Hotel Italiano Travessa do Corpo Santo n.º 8.
27.	Hotel de Leste - Travessa da Palha n.º 236.
28.	English Hotel - Travessa do Corpo Santo n.º 8.
29.	Hospedaria das Flores - Travessa de Santa Justa n.º 95.
30.	Hospedaria Nacional - Rua Nova d'El-Rei n.º 129.
31.	Hotel Estrella do Norte - Praça de S. Paulo n.º 3.
32.	Hospedaria Portuense - Rua do Arsenal n.º 54.
33.	Hospedaria Firmeza - Praça de D. Pedro n.º 30.
34.	Hospedaria da Pomba de Ouro - Rua Nova do Carmo n.º 102.
35.	Hospedaria Alentejana - Rua dos Confeiteiros n.º 99.
36.	Hospedaria das Varandas - Caes de Santarém n.º 19.
37.	Hospedaria Oriental - Caes de Santarém n.º 46.
38.	Hotel Durand Largo do Quintela.

Fonte: Elaborado pela Autora (2019)

APÊNCIDE C

Quadro 1 – Relação das edições dos *Murray's Handbooks for Travellers*.

<i>Handbook for Travellers</i>	Autor/Revisor	Período	Ed.
01. On the Continent ⁱ	John Murray III	1836-1889	30
02. Southern Germany ⁱⁱ	John Murray III	1837-1890	16
03. Switzerland ⁱⁱⁱ	John Murray III	1839-1904	20
04. North Europe ^{iv}	T.D Whatley	1839-1897	20
05. Greece, Turkey ^v	Godfrey Lavinge	1840-1900	13
06. North Italy	Francis Palgrave	1842-1891	16
07. Central Italy ^{vi}	Octavian Blewitt	1843-1908	33
08. Southern Italy	Octavian Blewit	1853-1890	10
09. France ^{vii}	John Murray III	1843-1892	36
10. Portugal ^{viii}	John Mason Neale	1855-1887	05
11. Spain	Richard Ford	1844-1898	09
12. London	Peter Cunningham	1848-1891	19
13. Devon and Cornwall ^{ix}	T. C. Paris	1850-1895	14
14. Wiltshire, Dorset and Somerset	T.C. Paris	1856-1899	06
15. Kent and Sussex	R. J. King	1858-1893	07
16. Surrey, Hampshire Isle of Wight	R. J. King	1858-1989	07
17. Berkshire, Buckingham, Oxford	Augustus J. C. Hare	1860-1903	06
18. Gloucestershire, Worcestershire ^x	H. W. Cooke	1867-1895	05
19. Yorkshire	R. W. Maude	1867-1904	04
20. Northamptonshire and Rutland	R. J. King	1878-1901	02
21. Derbyshire, Nottinghamshire ^{xi}	G. P. Bevan	1868-1892	03
22. Essex, Suffolk, Norfolk	R. J. King	1870-1892	03
23. Lincolnshire	Rev G. E. Jeans	1890-1903	02
24. Hertfordshire, Bedfordshire ^{xii}	R. J. King	1895	01
25. Warwickshire	Simon de Montford	1899	01
26. Shropshire, Cheshire, Lancashire	G. P. Bevan	1870-1897	04
27. South Wales	G. P. Bevan	1860-1890	04
28. North Wales	G. P. Bevan	1861-1885	05
29. England and Wales	G. T. Clark	1878-1890	02
30. Ireland	G. P. Bevan	1864-1912	08
31. Durham and Northumberland	A. J. C. Hare	1864-1890	03
32. Westmoreland and Cumberland	J. H. Tremenheere	1866-1889	04
33. Scotland	G. B. Bevan	1867-1913	09
34. New Zeland	B. Hemsley	1893	01
35. Algeria and Tunis	S. Courtauld	1873-1895	06
36. India	E. B. Eastwick	1859-1982	26
37. Syria & Palestinie	Re J. L. Porter	1856-1903	05
38. Egypt and the Sudan	Sir Gardner Wilkinson	1847-1907	11
39. Asia Minor	Sir Charles Wilson	1895	01
40. Constantinople ^{xiii}	R. P. Pullan	1871-1900	03
41. Turkey	H. Clarke	1854-1878	03

Fonte: Elaborado pela Autora (2019).

Nota 1: Total de títulos: 383. Títulos, impressos entre 1836-1903. Foram considerados somente as publicações sob o título *Handbook for Travellers* e publicados pela editora de John Murray III. São excluídos deste Quadro as edições piratas e *Knapsack Guides*, editados entre 1864-1872, com 09 títulos.

Nota 2: *Handbook to the Mediterranean* com 03 títulos editados entre 1881-1892, não foram incluídos por indicar cidades já contempladas

Nota 3: as cidades foram agrupadas em função do objetivo que é conhecer as cidades atingidas pelo guia de viagem.

Nota 4: O *Handbook for Travellers in Japan* foi editado no Japão por problemas de direitos autorais. Somente em 1913 o título foi registrado no catálogo da Biblioteca do Congresso inglês.

ⁱNorth Germany, Holland, Belgium. John Murray III (JMIII) reviu as edições até 1845. A partir de então a série dirigida ao Continente é editada ou revisada por outros: G. B. Maule (1849/1850); J. A. Blackwell (1851); Sem editor: 1852, 1854, 1856. C. Marett (1858); C. H. Gun (1860, 1865); Rev H. T. Armfield (1867, 1868, 1870, 1871); Dr. T. L. Mears (1873, 1874, 1875, 1877); Sir John Milton (1876); Miss M. Betham Edwards (1881); Rev H. W. Pullen (1889).

ⁱⁱBavaria, Áustria, Tyrol, Salsburg, Syria, Austrian and Bavarian Alps. J.M.III revisa até 1844. Editada ou revisada por: J. B. Maule (1850); J. A. Blackwell (1851, 1853); G. M. Straffen (1855, 1857, 1858); Dr. H. Ecroy (1867); F. B. Palliser (1873); Dr. T. L. Mears (1876, 1879, 1881); Rev H. W. Pullen (1890).

ⁱⁱⁱSwitzerland: escrito originalmente por JMIII, 1839 e revisado pelo mesmo em 1842, 1843, 1846, 1852. Esta edição é a última escrita Hand-Book, pela Editora John Murray. Este título teve 04 edições pirateadas em França.

^{iv}A região que o Guia atingiu compreende: Denmark, Norway, Sweden, Russia, Iceland, Poland & Finland.

^vInclui Asia Minor, Constantinople & The East.

^{vi}Inclui Rome, Papal State, Florence.

^{vii}Inclui 02 edições para “Corsica & Sardinia”. Inclui 14 edições “Paris”, entre 1864 e 1890.

^{viii}Portugal foi o único país que a Editora John Murray fez uma primeira incursão antes das edições da série *Handbook for Travellers*. Em 1852 e 1853 editou *Hints to Travellers in Portugal, in search of the beautiful and the grand. With an itinerary of some of most interesting parts of that remarkable country*. Estes livros-dicas surge com autor *Anonimous*. A investigação confirma a autoria como sendo do Reverendo Edward Whiteley, habitante do Porto, Portugal.

^{ix}Além do título conjunto a editora publicou títulos separados: Cornwall, John Milton (1879, 1882 e 1893) e Devon, H.S. Wilcocks (1879, 1887, 1895).

^xInclui no título Herefordshire.

^{xi}Inclui no título Herefordshire and Staffordshire.

^{xii}Inclui no título Huntingdonshire.

^{xiii}R. P. Pullan não aparece como autor e sim revisor.